

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TESE

MENSAGEIROS DO INFORTÚNIO
O JORNALISMO DA REVISTA *MAQUIS* E SUAS RELAÇÕES
POLÍTICAS (1956-62)

Caio César Cuzzo Pereira

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MENSAGEIROS DO INFORTÚNIO
O JORNALISMO DA REVISTA *MAQUIS* E SUAS RELAÇÕES POLÍTICAS (1956-62)

CAIO CÉSAR CUOZZO PEREIRA

Sob a Orientação do Professor Doutor

Luís Edmundo de Souza Moraes

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, Rio de Janeiro
Junho de 2024.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P436m

Pereira, Caio César Cuozzo, 17/05/1993-
Mensageiros do Infortúnio: o jornalismo da revista
Maquis e suas relações políticas (1956-62) / Caio César
Cuozzo Pereira. - Rio de Janeiro, 2024.
302 f.: il.

Orientador: Luís Edmundo de Souza Moraes.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Maquis. 2. Imprensa. 3. Amaral Netto. 4.
Governo Kubitschek. I. Moraes, Luis Edmundo de Souza,
03/11/1966-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História
III. Título.

*O presente trabalho foi realizado com o apoio da
Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível
Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento
001.*

*This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil
(CAPES) – Finance Code 001*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 468 / 2024 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.031498/2024-61

Seropédica-RJ, 04 de julho de 2024.

Nome do(a) discente: CAIO CÉSAR CUOZZO PEREIRA

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTOR EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM : 07 de junho de 2024

Banca Examinadora:

Dra. KARLA GUILHERME CARLONI, UFF Examinadora Externa à Instituição

Dr. RICARDO ANTONIO SOUZA MENDES, UERJ Examinador Externo à Instituição

Dra. ANALUCIA VAZ, UFRRJ Examinadora Externa ao Programa

Dr. FABIO KOIFMAN, UFRRJ Examinador Interno

Dr. LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 04/07/2024 11:02)

ANA LUCIA VAZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CoordCGCSJ (12.28.01.00.00.00.71)
Matrícula: 2077614

(Assinado digitalmente em 10/07/2024 22:27)

FABIO KOIFMAN
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1775134

(Assinado digitalmente em 11/07/2024 08:21)

LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1353338

(Assinado digitalmente em 05/08/2024 17:19)

KARLA GUILHERME CARLONI
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 086.581.607-77

(Assinado digitalmente em 25/07/2024 17:13)

RICARDO ANTONIO SOUZA MENDES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 745.860.927-34

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: 468, ano: 2024, tipo: TERMO, data de emissão: 04/07/2024 e o
código de verificação: 5f3cd1cb6a

*Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro
(Sujeito de Sorte – Belchior)*

AGRADECIMENTOS

Há poucos dias, fui surpreendido pela notícia da partida de um amigo. Marco Antônio Ribeiro foi meu colega de turma, na graduação em História, entre 2013-17. A triste notícia me fez recordar de uma das primeiras vezes em que eu o vi no campus da UFRRJ. A distância, ele fotografava os seus colegas de turma. Marco foi um jornalista antes de se aposentar e decidir cursar História. Durante os anos, ele foi o “repórter” da nossa turma. Mas dizer apenas isso seria injusto com a sua memória. Marco também foi um pouco pai, tio, avô e conselheiro para a maioria de nós. Constantemente alegre, às vezes impaciente, mas sempre disposto a ajudar. Depois da nossa formatura, Marco foi o responsável por nos manter unidos ao promover encontros em sua casa. Para mim, estar com ele nesses momentos foi tanto uma alegria quanto um refúgio. Você ainda vive em todos nós, Marco. Obrigado por tudo.

Os últimos quatro últimos anos foram complexos, nesse sentido. Nossos caminhos permaneceram afastados por boa parte da minha vida, mas eu sinto sua falta, pai. Foi um choque (não) te ver partir, um evento tão abrupto. A sensação de vazio foi recorrente. Nas inúmeras vezes em que imaginei esse texto, o meu primeiro pensamento era o de usar esse espaço para te agradecer, ainda que postumamente. Guardarei na memória os nossos bons momentos. Você criou dois rapazes maravilhosos, Victor e Vinicius, que eu tenho o prazer de chamar de irmãos.

Thaís Bragança Chaves, para mim, é sinônimo de amor. Sou abençoado por poder compartilhar a minha jornada contigo, B. Quantas vezes senti que você é a estrutura que me mantém de pé, que não me deixa desistir. Nesses anos, você experienciou dores e tristezas dilacerantes. Tentei ser o seu porto seguro nesses momentos, como você sempre foi para mim. Torço para que eu tenha conseguido algum êxito nisso. Espero que a nossa história ainda tenha muitos novos capítulos, especialmente aqueles que contam sobre alguma viagem em que estaremos despreocupados e alegres. B, Akira e Misha – em nossos corações – meu lar, minha família, meu coração.

Tive a honra de ter uma mãe, Teresa, e um pai, Jorge, que me criaram com muito amor e carinho. Me alegra lembrar que meus pais estão juntos desde que eu tinha cerca de três anos. Me espanta perceber o quanto de vocês há em mim. Um obrigado seria pouco para expressar o quanto eu sou grato aos dois. Nada disso teria sido possível sem vocês. Apesar de não expressar muito, saibam que eu os amo.

Aos meus tios, Sérgio, Grazia, Ângela, Paula e Catarina eu devo parte daquilo que eu acredito serem as minhas principais qualidades. Vocês me ensinaram o que é ser acolhedor, atencioso e esforçado. Muito obrigado por sempre me apoiarem. Aos meus primos, Daniel e

Carolina, desejo que os seus sonhos se realizem e que vocês sejam felizes, assim como eu sou por ter vocês. Uma definição para felicidade é estar com todos eles, no domingo, conversando na varanda da casa nº 5 da Rua Libéria.

Não poderia deixar de mencionar a minha outra família, aquela que me acolheu, que me fez me sentir parte deles. Mariluze Bragança, minha sogra, obrigado por sua alegria, seu ânimo e por me tratar como um filho. Paulo Chaves, meu sogro, enxergo em ti uma inspiração como pessoa. Tati e Yves, espero que as boas notícias recentes tragam muita alegria para vocês. Gostaria também de agradecer aos meus “tios” Felipe, Vera, Pedrinho, Lúcia e Fabrício (nosso querido “gambá”); e aos meus “primos” Claudinho, Thiago, Bruno, Letícia, Bia e Rodrigo. Outra definição para felicidade é estar com vocês, bebendo uma cerveja enquanto assistimos a um jogo do Flamengo.

Aos amigos, Léo, Rafael, Sérgio, Ellen, Felipe e Thaís, gostaria que soubessem que os aprecio muito. Sou um amigo relapso, muitas vezes ausente, mas isso não significa que eu não valorize a amizade de vocês. Muito pelo contrário. Às vezes, a vida tomou alguns rumos tortuosos que, não raro, nos distanciaram. Mas isso é apenas um efeito que não apaga o afeto. Contem comigo, sempre.

Agradeço também aos professores Luís Edmundo de Souza Moraes, Ricardo Mendes e Fábio Koifman. Te considero um amigo, muito mais do que um orientador, Luís. Obrigado por me acompanhar por quase dez anos, sobretudo nos momentos difíceis. A sua empatia é algo extraordinário. Espero que, um dia, eu me torne um professor tão bom quanto você. Ricardo foi uma feliz descoberta que a UERJ me proporcionou. Sou grato por ter tido a honra de frequentar as suas aulas e por fazer parte do seu grupo de estudos. Esses ambientes me estimularam e me impulsionaram. A partir do contato com o prof. Fábio, novos caminhos de pesquisa foram revelados para mim. Obrigado.

A Coordenadoria de Apoio de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPHR), agradeço pela bolsa e pela oportunidade de estudar. Na minha juventude, nunca cogitei a possibilidade de me tornar um pesquisador. Esse sonho foi construído durante a minha graduação. Assim, ambos contribuíram decididamente para que esse sonho se concretizasse.

RESUMO

PEREIRA, Caio César Cuozzo. **Mensageiros do Infortúnio: o jornalismo da revista *Maquis* e suas relações políticas (1956-62)**. 302p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2024.

A presente tese propõe uma análise sobre a revista *Maquis*. Criada por Fidélis dos Santos Amaral Netto (1921-1995), na esteira da militância política de Carlos Lacerda (1914-1977), *Maquis* circulou entre 1956-62. Na bibliografia, *Maquis* foi situada como parte da oposição política ao governo Juscelino Kubitschek (1956-61). Em alguns casos, há a menção a linguagem polemista que *Maquis* utilizou para combater o governo. Esta tese pretende ir além desses aspectos ao questionar se *Maquis* foi uma instituição jornalística que articulou interesses diversos no decorrer de suas edições. A pergunta se embasa em uma forma de pensar a sociedade referenciada na sociologia de Pierre Bourdieu (1930-2002), sobretudo nos seus conceitos de poder simbólico, de *habitus* e de campo. Assim, há a expectativa de compreender o desenvolvimento do jornalismo político da revista, quais foram as suas escolhas, quais foram as suas margens de ação e como ela se articulou com outros atores sociais à época. Em suma, à luz de sua posição na estrutura social, o que ela almejou ao participar dos jogos pelo poder.

Palavras-chave: *Maquis*. Imprensa. Amaral Netto. Governo Kubitschek.

ABSTRACT

PEREIRA, Caio César Cuozzo. **Mensageiros do Infortúnio: o jornalismo da revista *Maquis* e suas relações políticas (1956-62)**. 302p. Thesis (Doctorate in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2024.

This thesis proposes an analysis of the *Maquis* magazine. Created by Fidélis dos Santos Amaral Netto (1921-1995), in the wake of the political activism of Carlos Lacerda (1914-1977), *Maquis* circulated between 1956-62. In the bibliography, *Maquis* was situated as part of the political opposition to the Juscelino Kubitschek government (1956-61). In some cases, there is a mention of the controversial language that *Maquis* used to fight the government. This thesis intends to go beyond these aspects by questioning whether *Maquis* was a journalistic institution that articulated different interests throughout its editions. The question is based on a way of thinking about society referenced in the sociology of Pierre Bourdieu (1930-2002), especially in his concepts of symbolic power, *habitus* and field. Thus, is an expectation of understanding the development of the magazine's political journalism, what its choices were, what its margins of action were and how it articulated with other social actors at the time. In short, in light of her position in the social structure, what did she aim for when participating in the power games.

Keywords: *Maquis*. Press. Amaral Netto. Kubitschek government.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
AIB - Ação Integralista Brasileira
ACRJ – Associação Comercial do Rio de Janeiro
ALEG - Assembleia Legislativa da Guanabara
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CACEX - Carteira de Comércio Exterior
CBEL - Centro Brasileiro Europa Livre
CEXIM - Carteira de Exportação e Importação
CF - Constituição Federal
COFAP - Comissão Federal de Abastecimento e Preços
CLC - Congresso Pela Liberdade da Cultura
CNE – Conselho Nacional de Economia
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DF – Distrito Federal
DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública
DPPS – Departamento de Polícia Política e Social
ESG – Escola Superior de Guerra
FMI - Fundo Monetário Internacional
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
LSN - Lei de Segurança Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MMC - Movimento Militar Constitucionalista
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEM - Plano de Estabilização Econômica
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Libertador
PR – Partido Republicano
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
STF – Supremo Tribunal Federal
SIFT – Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem
SNI – Serviço Nacional de Informações
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: POLÍTICA, JORNALISMO E SOCIABILIDADE.....	32
1.1. O que se sabe sobre Amaral Netto?.....	32
1.1.1. O velho marinheiro.....	35
1.2. O Clube da Lanterna.....	43
1.2.1. Estandarte, disco e agitação.....	45
1.2.2. A direção do Clube.....	57
1.3. Síntese.....	66
CAPÍTULO II: DIMENSÕES DA REVISTA <i>MAQUIS</i>.....	68
2.1. O jornal.....	69
2.2. A revista.....	74
2.2.1. A sociedade anônima.....	74
2.2.2. Preço, tiragem e distribuição.....	79
2.2.3. Os balanços patrimoniais.....	84
2.3. A hierarquia: o conselho fiscal e a diretoria.....	91
2.3.1. Os conselheiros fiscais.....	92
2.3.2. Os diretores.....	95
2.4. Síntese.....	107
CAPÍTULO III: AMARAL NETTO: LUTAS POR RECONHECIMENTO.....	109
3.1. Lott e o “caso Murray”	112
3.2. A ideia de liberdade de imprensa.....	122
3.3. Aproximações e distanciamentos.....	127
3.3.1. A política do realismo.....	127
3.3.2. A eleição de 1960 e o governo Quadros: a esperança de revanche.....	140
3.3.3. O colaborador eventual.....	148
3.4. Síntese.....	154
CAPÍTULO IV: OS COLUNISTAS DE <i>MAQUIS</i>.....	155
4.1. Primeira incursão.....	156

4.2. Um corpo estranho?.....	159
4.3. A “tese” republicana de Prudente de Moraes Neto.....	164
4.4. Aliomar Baleeiro: cafeicultura, inflação e moeda.....	177
4.5. As “cruzadas” de Gladstone Chaves de Melo.....	186
4.6. Síntese.....	200

CAPÍTULO V: MENSAGEIROS DO INFORTÚNIO: AS REPORTAGENS DE *MAQUIS*.....204

5.1. A economia (distorcida) brasileira.....	206
5.2. A vigilância anticomunista.....	234
5.3. Síntese.....	245

CONCLUSÃO.....247

FONTES.....253

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....281

ANEXO I:.....290

ANEXO II:.....292

ANEXO III:.....296

INTRODUÇÃO

O objeto desta tese é a revista *Maquis*. Ela foi um periódico¹ de jornalismo que foi produzido no Rio de Janeiro entre 1956 e 1962. A sua circulação se alternou entre a periodicidade quinzenal e a semanal. Originalmente, as suas edições tinham 48 páginas impressas no modelo de rotogravura. Aparentemente, a sua maior tiragem por edição foi a de 100 mil exemplares. A política brasileira, especialmente a de âmbito nacional, foi o seu principal assunto. Ela foi criada por Fidélis dos Santos Amaral Netto (1921-1995) – na esteira de sua militância política ao lado de Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977) – e dirigida por ele até 1960. Posteriormente, Amaral Netto foi deputado federal e apresentador de televisão durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-85).

A expectativa desta tese é a de saber se, e em que medida, é possível identificar em *Maquis* características que apontem que ela foi um periódico de jornalismo que articulou em si interesses diversos. Como se verá adiante, parte-se do pressuposto de que periódicos podem conter posições convergentes ou divergentes entre aqueles que se manifestam através de suas páginas.

Esta introdução contém três partes. Inicialmente, explicamos a proposição do problema acima a partir do enquadramento teórico desta tese e de um debate bibliográfico acerca de *Maquis*. A hipótese é a de que a análise projetada para esta tese fornecerá uma contribuição para se pensar como *Maquis* se inseriu nas lutas políticas do seu contexto. A seguir, apresentamos um panorama histórico sobre a democracia brasileira (1946-64), especialmente nas suas dimensões da política e da imprensa. Almeja-se compreender algumas das questões, das contradições e das transformações experienciadas nessas duas dimensões à época. Por último, oferecemos um panorama e uma explicação sobre a estrutura desta tese.

O passado carrega em si toda a experiência humana pretérita. Entretanto, o silêncio é um atributo inerente ao passado – ele não se comunica, julga ou ensina. Cumpre ao historiador direcionar alguma interrogação ao passado para que este seja encorajado a romper a sua passividade.² A construção do problema é, ao mesmo tempo, um ponto de partida e o elemento que coordena o trabalho do historiador em sua oficina. A primazia da questão permite que

¹ Segue-se a definição das três características essenciais dos periódicos proposta pelo historiador José D'Assunção Barros – periodicidade de publicação, forma imprensa e disponibilização para um público. BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas. Introdução aos seus usos historiográficos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019, p. 206.

² MORAES, Luís Edmundo de Souza. Ensaio sobre o espanto. In: GONÇALVES, Daniele Gallindo (*et al*). *Engajamento em foco: língua, discursos históricos e representações*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, p. 65-68.

qualquer aspecto decorrido no mundo social ou no natural seja circunscrito como um objeto de análise.³ Nesse sentido, cumpre elucidar o processo de construção da pergunta.⁴

Em um curso ministrado no *College de France*, o sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) analisou o papel desempenhado pelo jornalismo na sociedade. A sua explanação foi retransmitida pela televisão. Talvez um dos pontos centrais da sua argumentação foi o de que os jornalistas possuem “[...] óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”.⁵ Esse trecho indica uma compreensão do que é a imprensa de tipo jornalístico – algo que exerce um determinado controle de conhecimento que arroga para si uma posição de saber, a qual lhe permitiria identificar o que deve – e o que não deve – se tornar público para o restante da sociedade. Afinal, estruturalmente, o jornalismo detém “[...] um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também de outros produtores culturais [...] ao que se chama por vezes de ‘espaço público’, isto é, à grande difusão”.⁶

A reflexão de Bourdieu se fundamentou na sua teoria sociológica, especialmente nos seus conceitos de campo, de *habitus* e de poder simbólico. Anteriormente, Bourdieu propôs a “Teoria Geral da Economia dos Campos” como uma chave interpretativa sobre a constituição da sociedade e as suas relações objetivas. Um campo é um espaço de pertencimento ou de circulação de ideias, de pessoas ou de instituições. Nele, coexistem os usos da linguagem, os sistemas de crenças, os objetos (reais ou simbólicos) de disputas e os jogos de forças de reprodução ou de subversão do campo. Os campos são formados por sujeitos sociais iniciados em suas regras e nas suas dinâmicas internas. Nesse sentido, o campo depende da ação do coletivo que ele abrange para ou se reproduzir, ou se valorizar ou se modificar. No mundo social, cada campo interage – positiva ou negativamente – com os seus congêneres à luz das particularidades de cada contexto.⁷

De acordo com Bourdieu, o conceito de *habitus* significa um “conhecimento adquirido” pelo sujeito que se correlaciona com a sua ação. A sua expectativa era a de que o *habitus* o auxiliasse na superação do “[...] paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito

³ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 75.

⁴ CARR, Edward. *O que é História?* Trad. Lúcia Alvarenga. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982, pp. 43-65.

⁵ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 25.

⁶ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Op. Cit. 1997, p. 65.

⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 69.

ou da consciência”. O *habitus* remete a estrutura mental do sujeito, que se forma a partir de sua experiência – a origem familiar, a sociabilidade, o ensino e o(s) pertencimento(s) ao(s) campo(s). Assim, Bourdieu procurou abarcar o concreto e o abstrato de modo correlacionado. O *habitus* alerta para a importância de se refletir sobre a compreensão de mundo do sujeito e as ações deste dentro das opções possíveis em cada conjuntura.⁸

O poder simbólico deriva da ideia de dominação e é um poder de construção da realidade. Para Bourdieu, o poder simbólico é um poder invisível que tem na palavra o seu instrumento. Contudo, o seu potencial de mobilização só se manifesta na relação entre o enunciador e o receptor. Cumprir a esse último revestir de legitimidade o que lhe está sendo dito e, assim, alocar o enunciador em uma posição de “fazer ver e fazer crer”. Por outras palavras, o reconhecimento é essencial para que o poder simbólico opere como uma força (tal qual a física ou a econômica). Nessa perspectiva, Bourdieu sinalizou a relevância de se observar os interesses em movimento dos que buscam exercer o poder simbólico, sobretudo as classes dominantes e os produtores de ideias.⁹

Em suma, a teoria sociológica de Bourdieu fornece ferramentas teóricas que embasam a observação do coletivo – a sociedade – sem se descuidar do individual – os sujeitos. Esse modo de ver gerou dois efeitos na construção do problema desta tese. Por um lado, ele recomendou a redação de uma pergunta que não definisse a revista *Maquis* como algo politicamente homogêneo ou inerte à existência de contradições internas (entre os seus produtores) e externas (com o seu campo ou os outros) *a priori*. Ainda que assim fosse, somente por meio da demonstração seria possível concluir nesse sentido. Por outro lado, essa teoria sugeriu a necessidade de questionar quais foram as escolhas, as possibilidades disponíveis e as formas de ação traçadas nas conjunturas em que elas ocorreram. Afinal, *Maquis* foi um periódico e, assim, a palavra foi o seu instrumento para tentar exercer poder simbólico sobre aqueles que a consumiam. Pensa-se aqui nas ideias, nos posicionamentos e nas estratégias de divulgação que *Maquis* pode ter empregado em suas edições. A intenção de propor um problema a partir da supracitada perspectiva teórica se fortaleceu após a leitura da bibliografia sobre o período histórico. A revisão desse material permite sugerir uma classificação que contém quatro eixos temáticos estabelecidos em função dos usos de *Maquis* pelos pesquisadores.

⁸ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Op. Cit. 1989, p. 61.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Op. Cit. 1989, pp. 7-17.

Em primeiro lugar, geralmente, mas não obrigatoriamente¹⁰, *Maquis* foi mencionada em pesquisas sobre o campo político brasileiro no tempo do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Basicamente, *Maquis* serviu como exemplo de um periódico de oposição ao governo que apoiou a União Democrática Nacional (UDN) e um dos próceres desse partido político, o jornalista Carlos Lacerda. Sabe-se que Amaral Netto trabalhou para Lacerda como jornalista no *Tribuna da Imprensa* entre 1949 e 1956; que ambos se engajaram em uma associação civil chamada Clube da Lanterna (1953-56) e que Amaral Netto contratou alguns colegas do *Tribuna da Imprensa* para trabalharem em *Maquis*.

Contudo, o eixo central dessas pesquisas nunca foi a revista em si e, conseqüentemente, as suas conclusões quando muito apenas tangenciavam *Maquis*. A ênfase recaía majoritariamente sobre os sujeitos e/ou as instituições identificadas com o conservadorismo ou o liberalismo. O radicalismo ou o sensacionalismo do jornalismo de *Maquis* foram aspectos citados na maioria desses casos. Nesse primeiro eixo podem ser enquadradas as pesquisas de John Foster Dulles, Marcelo de Araújo Cedro, Maria Victória de Mesquita Benevides, Otávio Dulci, Izabel Fontenelle Picaluga, Marina Gusmão de Mendonça e Márcio Paiva Delgado.¹¹

Em segundo lugar, *Maquis* foi utilizada como fonte nas teses de Rodrigo Patto Sá Motta e de Ricardo Antônio de Souza Mendes. Motta se propôs a estudar o anticomunismo no Brasil entre 1917-64. Tal autor quis observar as singularidades e as regularidades do anticomunismo dentro desse recorte.¹² Adiante, Mendes analisou os grupos das “direitas” que articularam o golpe civil-militar de 1964. A sua periodização englobou os governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-64). Mendes listou entre as suas fontes parte da coleção de *Maquis* que circulou nessa conjuntura.¹³

¹⁰ Por exemplo, a tese de Jorge Chaloub sobre o liberalismo na UDN não menciona *Maquis*. CHALOUB, Jorge. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. 311 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

¹¹ DULLES, John. Carlos Lacerda. *A vida de um lutador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. CEDRO, Marcelo. O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília (org.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981. DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986. PICALUGA, Izabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes, 1980. MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda (1930-1968)*. São Paulo: Códex, 2002. DELGADO, Márcio Paiva. *O golpismo democrático. Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade*. 161 f. Dissertação (Mestrado em História). (Dissertação de Mestrado). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

¹² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 315 f. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000, p. 10.

¹³ MENDES, Ricardo Antônio de Souza. *Visões das direitas no Brasil (1961-1965)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2020.

Em terceiro lugar, sabemos de duas teses que focalizaram o programa televisivo apresentado por Amaral Netto durante a ditadura civil-militar. Em ambas, o ponto de partida foi o oferecimento de um panorama sobre a trajetória pessoal e profissional de Amaral Netto. Essa escolha requereu, inevitavelmente, algumas reflexões sobre o seu tempo como diretor de *Maquis*. Em maior ou menor grau, as teses de Thales Novaes e de Kátia Iracema Krause se aproximaram do que foi feito pelas pesquisas elencadas no primeiro eixo temático. Entretanto, devemos destacar o empenho de Krause em investigar e em apresentar na sua tese alguns perfis dos sujeitos que produziram *Maquis*.¹⁴

Por fim, em quarto lugar, há um artigo publicado especificamente sobre a revista que foi divulgado nos anais de um evento acadêmico. Nele, o autor Rodrigo Ferreira analisou os discursos de *Maquis* ao partir do pressuposto de que ela representava as ideias e os valores da “ala radical” da “direita” política brasileira, qual seja, aquela que foi capitaneada por Lacerda. O argumento do autor é o da instrumentalização de uma linguagem pautada na retórica da moralidade contra supostas transgressões praticadas por personalidades públicas.¹⁵

O artigo de Ferreira sobre a linguagem de *Maquis* dialogou e corroborou os comentários feitos por outros pesquisadores que o antecederam. Em sua bibliografia, Ferreira registrou as pesquisas de Benevides e de Picaluga. A primeira delas afirmou que *Maquis* tinha uma “linha sensacionalista e difamatória” e que “udenistas ilustres” escreviam nela.¹⁶ A segunda delas considerou que *Maquis* foi um periódico “iminentemente panfletário”.¹⁷ Indo além dessas duas referências de Ferreira, Mendonça considerou ser “[...] preciso assinalar que a grosseria dos termos veiculados naquela publicação chegava, por vezes, a ultrapassar a própria virulência do estilo de Lacerda”.¹⁸

Convém um balanço sobre o que se conhece sobre *Maquis*. A revista surgiu no contexto do governo JK e teria atuado na esteira da militância política de Lacerda e/ou da UDN. O seu jornalismo foi definido como de tipo sensacionalista e funcionou como uma fonte para a discussão de temas como o anticomunismo e o processo que culminou no golpe de 1964. O seu

¹⁴ ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. *Ecológicas manhãs de sábado: o espetáculo da natureza na televisão brasileira*. 275 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: UNICAMP, 1998, p. 47. KRAUSE, Kátia Iracema. *O Brasil de Amaral Netto, O repórter – 1968-1985*. 2016. 411 f. Tese (Doutorado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016, pp. 28-31.

¹⁵ FERREIRA, Rodrigo. *A imprensa como "arma de guerra": a trajetória da revista Maquis (1956-1962)*. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Florianópolis, 2015, p. 2.

¹⁶ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Op. Cit. 1981, p.

¹⁷ PICALUGA, Izabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Op. Cit. 1980, p.

¹⁸ MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda (1930-1968)*. Op. Cit. 2002. p. 192.

criador – Amaral Netto – esteve em contato com Lacerda via *Tribuna da Imprensa* e Clube da Lanterna e iniciou uma carreira na política legislativa na década de 1960 que perdurou pela ditadura civil-militar. Diante do que foi apresentado, nota-se que *Maquis* foi utilizada muito mais como fonte ou como exemplo contextual. Talvez por isso, a maioria das citações foram limitadas. Há, portanto, uma lacuna sobre a história de *Maquis*, do seu jornalismo e de suas interações com o campo político brasileiro.

A indicação recorrente de que a revista era de algum modo próxima de Lacerda e/ou da UDN, ao invés de esgotar o assunto, deve ser entendida como um ponto de partida. Evoca-se, novamente, o embasamento teórico – há que se ter em mente que os campos e os seus sujeitos podem convergir ou divergir dependendo do objetivo da disputa. Acreditamos ser preciso discutir a fundação e a linha editorial de *Maquis*; mapear quais foram os seus principais produtores e sobre quais temáticas eles escreviam em suas páginas; e, por último, analisar as pautas apresentadas pela revista nas suas reportagens. Em suma – produzir uma imagem mais profunda sobre a revista e o seu jornalismo de modo a ter uma visão mais complexa de sua inserção no contexto dos anos 1950/60. Nesse sentido, a hipótese projetada é a de que *Maquis* reuniu em si agentes que buscavam se legitimar e autopromover perante a sociedade brasileira ao defenderem as suas ideias.

Tendo em mente o que foi dito acima, cumpre apresentar um panorama sobre os campos da política e da imprensa no período. A UDN foi objeto de pesquisa de Benevides, Dulci, Picaluga e, recentemente, de Jorge Chaloub. Talvez a principal diferenciação entre esse último e os outros seja a sua opção por tratar o liberalismo da UDN – i.e., dos seus bacharéis e de Lacerda – pelo conceito de cultura (não como uma doutrina), ou seja, um saber prático que envolveu ações e reflexões.¹⁹

A UDN não conseguiu eleger um candidato próprio para a presidência do Brasil, apesar de ter sido o maior partido político de oposição à época. O partido só foi governo quando fez parte da base aliada dos presidentes Eurico Gaspar Dutra (1946-51) e Jânio Quadros. Destes, apenas Quadros foi eleito com o apoio deliberado da UDN. Ainda assim, ele não era filiado ao partido e, originalmente, a sua candidatura foi lançada por uma legenda de menor expressão no cenário da época – o Partido Trabalhista Nacional (PTN). Ao se ver derrotada em 1950 e em 1955, a UDN tentou impedir a posse de dois presidentes democraticamente eleitos, a saber, Getúlio Vargas e Kubitschek, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social

¹⁹ CHALOUB, Jorge. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. Op. Cit. 2015, p. 14.

Democrático (PSD), respectivamente. Em 1964, a UDN apoiou o golpe de Estado que depôs João Goulart (PTB).

Não há dúvida de que a UDN surgiu a partir de uma composição política heterodoxa que se aglutinou contra Vargas e o regime autoritário do Estado Novo (1937-45). A gênese da UDN foi lastreada na divulgação do *Manifesto dos Mineiros* em 1943. O *Manifesto* evocou a tradição de luta liberal e defendeu as liberdades democráticas, como a de participação política.²⁰ O combate ao inimigo comum aproximou liberais, social-democratas e comunistas naquele contexto.²¹ Entretanto, a partir da criação da UDN, em 1945, essa composição paulatinamente se diluiu e teve como um dos seus efeitos as fundações de outras legendas partidárias – em ordem cronológica: o Partido Libertador (PL), o Partido Republicano (PR), o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).²²

Por seu turno, Vargas e seus aliados capitanearam os processos de formação do PSD e do PTB.²³ Na eleição de 1945, a UDN elegeu 10 senadores e 77 deputados federais. Em termos percentuais, a UDN conquistou cerca de 24% das vagas para o Senado e de 27% para a Câmara dos Deputados.²⁴ Quantitativamente, a UDN ocupou uma posição intermediária no Congresso na segunda metade da década de 1940 – atrás do PSD (62% dos senadores e 52% dos deputados) e a frente do PTB (4% e 7%, respectivamente).²⁵

Os bacharéis ilustres, os profissionais liberais e as elites proprietárias rurais conformaram o perfil da bancada da UDN à época.²⁶ O pertencimento de bacharéis aos quadros da UDN foi um aspecto marcante na trajetória do partido. Basicamente, os bacharéis udenistas atribuíam ao Direito a função de instrumento de ordenação da sociedade e às elites o papel de conduzir o campo político.²⁷ Assim sendo, os bacharéis expressavam uma visão de mundo que remete ao liberalismo político europeu dos séculos XVII e XVIII. Por outro lado, essa concepção – em alguma medida – os diferenciava do pensamento liberal econômico de Adam

²⁰ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Op. Cit. 1981, pp. 34-36.

²¹ DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Op. Cit. 1986, p. 211.

²² BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Op. Cit. 1981, pp. 47-49.

²³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969, pp. 80-82.

²⁴ DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Op. Cit. 1986, pp. 89-90.

²⁵ HIPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, pp. 66-67.

²⁶ MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: GOMES, Ângela Maria de Castro et al. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 665.

²⁷ CHALOUB, Jorge. O Brasil dos bacharéis: um discurso liberal udenista. *Lua Nova*, São Paulo, nº 107, p. 263-304, 2019, p. 276.

Smith (1723-1790). Ao invés do Direito, Smith propôs o conceito de mercado – i.e., os interesses e as relações de trocas – enquanto mecanismo de organização social.²⁸

Ao lado dos bacharéis, a UDN teve em seus quadros outros atores políticos que foram adjetivados ou de “realistas” ou de “lacerdistas”. Dentro da classificação de “realista” se enquadrariam os udenistas pragmáticos e/ou governistas, especificidades que os aproximariam dos correligionários do PSD.²⁹ As interações e as alianças eleitorais interpartidárias – especialmente com os pessedistas – eram preconizadas pelos “realistas” tendo em vista o seu objetivo de fazer a UDN crescer no campo político.³⁰ Não raro, esse *modus operandi* dos “realistas” suscitou reações contrárias de bacharéis e de “lacerdistas”. Porém, isso não significa dizer que não ocorreram dissensos entre esses últimos no período.³¹ Isso, convém mencionar, não era uma especificidade da UDN. Tanto o PTB quanto o PSD experienciaram disputas e choques.³²

Os “lacerdistas” se situariam sob a liderança de Carlos Lacerda, notadamente no Rio de Janeiro, então Distrito Federal (DF). Em 1953, Amaral Netto e outros personagens criaram o Clube da Lanterna para apoiarem a campanha de Lacerda contra o governo Vargas.³³ Nas eleições de 1954 e de 1958, Lacerda obteve o êxito de ser o candidato a deputado federal mais votado do DF – 159.707 e 143.012 votos, respectivamente.³⁴ O golpismo de Lacerda – contra Vargas, JK e Goulart – foi recorrentemente abordado na bibliografia sobre o período. Aliado a isso, Lacerda embasou a sua militância política no anticomunismo³⁵, no antinacionalismo e no moralismo. Tal qual os bacharéis da UDN, ele divergia do pensamento liberal de Smith acerca

²⁸ Sobre Smith, ver: MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo. Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. BELLAMY, Richard. *Liberalismo e Sociedade Moderna*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1994. ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico*. História da ideia de mercado. Trad. Antônio Rocha. São Paulo: EDUSC, 2002.

²⁹ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Op. Cit. 1981, p. 225.

³⁰ DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Op. Cit., 1986, p. 37.

³¹ Um exemplo disso é o da crise institucional suscitada pela renúncia de Jânio Quadros. Enquanto Carlos Lacerda apoiou os Ministros militares que tentaram obstruir a posse de Goulart (então vice-presidente), alguns bacharéis da UDN se notabilizaram pela defesa da legalidade. DULLES, John. *Carlos Lacerda. A vida de um lutador (1960-1977)*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, p. 53-67.

³² Sobre os casos do PSD e do PTB, ver especialmente a pesquisa supracitada de Hippolito e o livro de Maria Celina de D’Araújo: D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

³³ DULLES, John. Carlos Lacerda. *A vida de um lutador*. Vol. 1. Op. Cit. 1992.

³⁴ MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda (1930-1968)*. Op. Cit. 2002, pp. 212-213.

³⁵ Segundo Laurenza, Lacerda se aproximou do PCB durante a década de 1930. Porém, em 1939, ocorreu o rompimento entre Lacerda e o PCB. O motivo disso seria uma matéria sobre o PCB publicada por Lacerda n’ *O Observador Econômico e Financeiro*. De acordo com Dulles, Lacerda nunca foi membro do PCB, mas tinha sido alguém “dedicado” ao partido até o rompimento. Para mais detalhes, ver: DULLES, John. *A vida de um lutador*. Vol. 1. Op. Cit. 1992, p. 31-61; e LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer. O corvo e o bessarabiano*. São Paulo: SENAC, 1998, p. 38-40.

do mercado. Contudo, Lacerda não atribuía ao Direito a mesma relevância vista no caso dos bacharéis. A seleção de adversários a serem combatidos foi a principal característica da ação de Lacerda.³⁶

Isso gerou o fenômeno político do “lacerdismo” na sociedade brasileira das décadas de 1950-60, sendo o Clube da Lanterna um exemplo disso. O carisma e o personalismo foram dois aspectos da cultura política do “lacerdismo”.³⁷ Por um lado, pode-se compreender o “lacerdismo” dentro da perspectiva do engajamento de Lacerda em suas campanhas políticas. Ele utilizou amplamente os tipos de imprensa disponíveis à época para a sua militância. Em 1949, Lacerda fundou o *Tribuna da Imprensa* com o apoio de empresários e de intelectuais católicos.³⁸ Entre 1953-54, Lacerda também contou com a *Rádio Globo* e a *TV Tupi* nas suas campanhas contra Vargas.³⁹ Por outro lado, é impossível auferir qual foi a importância da imprensa no surgimento ou no recrudescimento do “lacerdismo” à época. Afinal, isso dependeria de um tipo de demonstração para a qual a análise do conteúdo da imprensa é insuficiente. Por outras palavras, não há, necessariamente, uma relação de causa e efeito entre o que a imprensa dá a ver e como a sociedade se comporta a partir disso.⁴⁰

No nível da direção nacional partidária, a UDN esteve sob comando dos bacharéis entre 1946-57 – José Américo de Almeida, José Eduardo do Prado Kelly, Odilon Braga, Artur Santos e Milton Campos. A seguir, o partido elegeu sucessivamente dois “realistas” – Juraci Magalhães

³⁶ Sobre o assunto ver: CHALOUB, Jorge. Dois liberalismos na União Democrática Nacional: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito. *Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, n° 6, p. 294-311, 2013. CHALOUB, Jorge. O liberalismo de Carlos Lacerda. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 61, n° 04, p. 385-428, 2018.

³⁷ De acordo com Mariana Dias Antônio e Renan Ramos Chaves: “Uma síntese das contribuições abordadas nos traz o lacerdismo como uma cultura política marcada pela forte vinculação a Lacerda, visto como excepcional orador e ferrenho oposicionista, explicitando assim o personalismo e a dominação carismática. A instrumentação dessa oratória se daria pelo uso amplo dos meios de comunicação, construção de inimigos bem definidos, discurso moralizante e maniqueísta, exaltação da exceção como sanadora dos vícios institucionais, paternalismo de elites esclarecidas sobre as massas, priorização das questões nacionais às locais e uma atuação política mais pragmática do que programática”. ANTÔNIO, Mariana Dias. CHAVES, Renan Ramos. Lacerdismo. Uma breve exploração do conceito. *Revista História em Reflexão*, vol. 15, n. 30, pp. 134-151, jul.-dez. 2021, p. 146. Sobre o assunto, ver também: MOTTA, Marly Silva da. Frente e verso da política carioca: o lacerdismo e o chaguismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, p. 351-376, 1999.

³⁸ MENDONÇA, Marina Gusmão de. A criação da Tribuna da Imprensa e a defesa dos interesses conservadores no Brasil. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n° 1, pp. 5-21, set. 2004, p. 20-21.

³⁹ DELGADO, Márcio de Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). *Locus*, v. 12, n. 2, pp. 137-153, 2006, p. 144.

⁴⁰ Alinha-se, aqui, com a reflexão de Luís Edmundo de Souza Moraes sobre os limites do uso da imprensa enquanto fonte ou objeto de pesquisa: “[...] acompanhar textos que circulam socialmente não permite visualizar os efeitos propriamente sociais da escrita e da recepção destes escritos, a menos [que] haja uma pesquisa específica sobre recepção e uso das ideias que são oferecidas publicamente tanto por livros quanto por outros materiais impressos, dentre os quais os jornais”. MORAES, Luís Edmundo de Souza. Imagens e estereótipos de judeus na imprensa do Rio de Janeiro entre a Revolução de 1930 e o fim do Estado Novo: o caso do Correio da Manhã. In: SENKMAN, Leonardo. MILGRAM, Avraham. *Cultura, ideología y fascismo*. Espanha: Iberoamericana Vervuert, 2020, p. 710.

(1957) e José de Magalhães Pinto (1959).⁴¹ A fase final da existência da UDN (1961-65) se caracterizaria pela ascensão do “lacerdismo” na direção nacional a partir da eleição de Herbert Levy.⁴² No nível programático, à luz do recorte temporal desta tese, a UDN teve dois programas. Segundo Benevides, o primeiro deles (1946):

Além das liberdades formais, constantes no ideário liberal clássico, a plataforma udenista reivindicava autonomia sindical, direito de greve e pluralismo sindical; participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, ensino público gratuito, previdência social, fracionamento das propriedades rurais não devidamente aproveitadas, etc. A UDN defendia, também, uma certa intervenção do Estado no campo econômico (o que, na prática, provocaria grandes polemicas no interior do partido), e igualdade de tratamento ao capital estrangeiro. [...]. Quanto à planificação econômica pouca diferença havia entre os programas da UDN e do PTB: ambos proponham a ação supletiva do Estado e o estímulo à iniciativa privada.⁴³

Ainda segundo a autora, o segundo programa da UDN (1957):

[...] reforça a visão liberal e privatista, assim como o estímulo ao capital estrangeiro. A referência à intervenção do Estado é muito mais cautelosa do que em 1946; vários pontos enfatizam a “vigilância contra o abuso do poder estatal”, defendendo, em questões específicas, a autonomia do Banco do Brasil, a reforma cambial, a redução dos gastos improdutivos e o controle, pelo Congresso, das emissões de papel moeda. O programa insiste no aperfeiçoamento da Petrobrás – “que não se confundirá com o xenofobismo dos comunistas” – e na nacionalização dos materiais radioativos. [...]. A proposta de uma política econômica partidária permanece indefinida. A introdução à parte econômica do programa parece inspirada nas declarações de Aliomar Baleeiro que, dez anos antes, já afirmava que o partido deveria escolher “soluções imediatas, uma para cada dia”.⁴⁴

Em suma, no plano da disputa pelo poder presidencial, a UDN empilhou derrotas eleitorais consecutivas – 1946, 1950 e 1955. O partido apenas alcançou tal poder quando se engajou na campanha de um candidato que não provinha de suas fileiras (Quadros). No plano de sua composição, após ter sido gestada como uma frente politicamente heterodoxa de oposição ao Estado Novo, a UDN aglutinou em si bacharéis, “realistas” e “lacerdistas”. As suas concepções sobre a política variavam e as suas ações poderiam convergir ou divergir dependendo da conjuntura. Por último, no plano ideológico, falar da UDN significa considerar alguns dos “ismos” do e no partido – o bacharelismo, o elitismo, o antivarguismo, o golpismo, o moralismo, o liberalismo e o anticomunismo.

⁴¹ DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Op. Cit., 1986, p. 37-38.

⁴² BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Op. Cit. 1981, p. 115.

⁴³ Idem, p. 53.

⁴⁴ Ibidem, p. 203.

Cumprir redirecionar o foco da UDN para o governo JK. Na memória, ele foi representado como o tempo dos “anos dourados”.⁴⁵ Kubitschek, ao concorrer pelo PSD em aliança com o PTB, obteve 36% dos votos na eleição de 1955. A contestação desse resultado foi uma das estratégias da UDN. Enquanto o partido (i.e., alguns dos seus bacharéis) argumentou que JK não havia atingido a “maioria absoluta”, o mesmo ponto sustentado contra Vargas em 1950, Lacerda procurou instigar uma intervenção das Forças Armadas (FA) contra a sua posse.⁴⁶ Entretanto, a Constituição Federal (CF) de 1946 não exigia o atingimento da “maioria absoluta” como regra eleitoral.⁴⁷

A posse de JK só foi garantida pela intervenção do Exército, que executou o denominado “contragolpe” de novembro de 1955. Anteriormente, aconteceram manifestações públicas de oficiais militares a favor ou contra a legalidade democrática. Um dos episódios do último tipo foi o do coronel Jurandir Mamede, indissociável do que foi o “contragolpe”. Ao tentar punir Mamede, o então Ministro da Guerra – general Henrique Duffles Teixeira Lott – foi obstado pelo presidente Carlos Luz (PSD). Este ocupava o cargo devido ao afastamento de João Café Filho (PSP) por enfermidade. Além de negar o pedido de Lott, a imprensa noticiou que Luz só atendeu o Ministro muito tempo depois do horário marcado previamente. Lott se demitiu do Ministério, mas temia que a Aeronáutica e a Marinha deflagrassem um golpe de Estado. Por seu turno, o general Odílio Denis nutria a mesma desconfiança, só que em relação ao Movimento Militar Constitucionalista (MMC) do Exército. Assim, a percepção de quebra da hierarquia militar, a descortesia de Luz em relação a Lott e os riscos de subversão foram fatores que concorreram para a execução do “contragolpe” de 1955, sob o comando de Lott e Denis. O Exército prendeu militares e ocupou locais – como o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) – que poderiam reunir opositores. Ato contínuo, o Congresso aprovou o impedimento de Luz. Pouco tempo depois, o Congresso agiu da mesma maneira quando Café Filho tentou reassumir o cargo.⁴⁸

⁴⁵ GOMES, Ângela de Castro. Qual a cor dos anos dourados? In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 2002, p. 11.

⁴⁶ DULLES, John. *Carlos Lacerda. A vida de um lutador (1914-1960)*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, p. 227.

⁴⁷ SCHWARCZ, Lília. *Brasil: uma biografia*. 2º ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2018, p. 413.

⁴⁸ Acerca da crise e do “contragolpe” de 1955, ver: FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010. 251 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2010, pp. 115-118. FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2022.

O Brasil permaneceu em Estado de Sítio até a posse de JK no mês de janeiro de 1956. Apesar da crise de 1955 e das instabilidades – políticas, sociais, militares e econômicas – posteriores, JK cumpriu o seu mandato e transferiu o cargo ao seu sucessor em 1961. A sua relativa estabilidade no cargo se embasou em três fatores. O primeiro deles foi a aliança político-partidária entre o PSD e o PTB, este sob o comando do então Vice-Presidente João Goulart. A aliança PSD-PTB garantiu a JK uma base de sustentação no Congresso. O segundo deles foi a manutenção da ordem social pelo Exército. Novamente no Ministério da Guerra, Lott procurou garantir a disciplina interna nas FA. Por fim, o terceiro deles foi a política econômica de JK, que pretendia “promover o desenvolvimento econômico com estabilidade política e liberdades democráticas”.⁴⁹

O período do governo JK foi avaliado como o de maturidade do pensamento econômico desenvolvimentista. Tal pensamento preconizava que a industrialização do Brasil era a chave para a superação do seu subdesenvolvimento. Ao Estado cumpriria o papel de planejador da industrialização – definir os seus instrumentos; procurar/manejar recursos; e realizar investimentos nos setores em que a iniciativa privada era insuficiente.⁵⁰ O Plano de Metas de JK tinha trinta objetivos, que se dividiam entre os setores de energia, de transporte, da indústria, da educação e da alimentação. Estabeleceu-se as seguintes fontes de receitas internas que viabilizariam o Plano de Metas – orçamento da União (39,7%); orçamentos estaduais (10,4%); financiamentos de instituições públicas, como o Banco do Brasil (14,5%); e recursos de empresas privadas e sociedades de economia mista (35,4%). Esperava-se obter outras fontes de receita do exterior através de empréstimos e de investimentos.⁵¹ Além disso, o governo JK se engajou na construção de Brasília, cidade projetada para ser a nova capital do Brasil.

A superação ou o atingimento de metas indicam o sucesso do governo JK na persecução dos seus objetivos.⁵² Contudo, enquanto esse processo transcorria, os meios utilizados pelo governo suscitaram críticas distintas dos polos do campo político. Por um lado, o “nacionalismo econômico” se insurgia contra o aprofundamento da entrada do capital estrangeiro no país, estimulado pela política econômica do governo.⁵³ Por outro lado, a inflação, o papel do Estado

⁴⁹ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976, p. 248.

⁵⁰ BIELSCHOWSKY, Ricardo. MUSSI, Carlos. Brazilian economic thought in the “developmentalist era”: 1930-1980. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. BOIANOVSKY, Mauro. COUTINHO, Maurício (ed.). *A History of Brazilian Economic Thought*. Londres: Routledge, 2023, p. 158.

⁵¹ CAPUTO, Ana Cláudia. MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 39, n. 3, pp. 513-538, jul.-set. 2009, p. 519.

⁵² MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. Op. Cit. 2003, p. 160.

⁵³ Idem, p. 171.

no desenvolvimentismo e a permanência de um sistema cambial controlado pelo Estado foram três variáveis exploradas contra JK.⁵⁴

Segundo Nelson Werneck Sodré, no pós-Segunda Guerra Mundial, a imprensa comercial brasileira acelerou “o acabamento de sua fase industrial, relegando ao esquecimento a fase artesanal: um periódico será, daí por diante, empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas”. O autor pontuou dois efeitos desse processo. O primeiro deles foi o de que criar um periódico se tornou algo acessível apenas àqueles com acesso ao volume de capital necessário para tal empreendimento. O segundo deles foi o do desaparecimento de periódicos em função da concorrência e da formação de corporações de imprensa que reuniam, além de periódicos, o rádio e a televisão. Assim, Sodré argumentou que esse nesse período aconteceu a concentração da imprensa.⁵⁵

Diferentemente do rádio, a televisão era uma novidade no Brasil dos anos 1950. A *TV Tupi* foi a primeira emissora do tipo na América Latina. Com base em uma pesquisa de 1951 do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), Sônia Wanderley afirmou que entre 1.500 e 2.000 aparelhos de televisão eram vendidos pelo comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo em 1951. A autora pontuou que o IBOPE definiu os compradores pelo seu poder aquisitivo (“classe A”). Wanderley argumentou que o desenvolvimento da televisão no Brasil recrudescceu durante a ditadura. O custo do aparelho, a “qualidade da programação” e os problemas técnicos para a transmissão foram apontados como entraves para esse desenvolvimento nos anos 1950.⁵⁶

A pesquisa de Wanderley reforça a avaliação feita por Ana Paula Goulart Ribeiro. A autora situou o processo mais intenso de concentração da imprensa entre o final da década de 1950 e os anos 1970. No que tange aos periódicos, o desenvolvimento da televisão retirou deles parte da receita de publicidade. Para Ribeiro, o aumento gradativo do preço do papel – reflexo da inflação dos anos JK e da reforma cambial promovida pelo governo Quadros⁵⁷ – foi outro

⁵⁴ DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Op. Cit. 1986, pp. 147-148.

⁵⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4º ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 355 e 388.

⁵⁶ WANDERLEY, Sônia. História e TV: produção e difusão do saber – a televisão como cenário de representação política. In: NEVES, Lúcia. MOREL, Marcos. FERREIRA, Tânia (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006, pp. 439-440.

⁵⁷ Sobre a reforma cambial do governo Quadros, ver: LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)*. 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

fator que impactou no desaparecimento de periódicos como o *Correio da Manhã*, *O Jornal*, o *Luta Democrática*, o *Diário Carioca*, entre outros.⁵⁸

Em outro trabalho, Ribeiro destacou que os periódicos do Rio de Janeiro podiam ter quatro fontes de receitas nos anos 1950 – “a venda avulsa ou por assinatura, a publicidade comercial ou pública, empréstimos e privilégios públicos e o apoio de grupos privados”. Na sua percepção, “poucos” periódicos sobreviviam apenas com a comercialização do seu produto (por venda e/ou por assinatura). A autora mapeou que houve um crescimento no número de agências de publicidade naquele contexto. Em troca de uma taxa, essas agências realizavam os estudos de mercado, as preparações dos materiais publicitários, e os pagamentos aos periódicos. Para Ribeiro: “no final da década, a dependência dos jornais noticiosos em relação à publicidade tendeu a aumentar, na medida em que os custos de produção subiam”.⁵⁹

Apesar dos cursos superiores em Jornalismo datarem da década de 1940, a exigência de diploma para exercer a profissão de jornalista só se tornou uma norma no Brasil em 1969.⁶⁰ Assim, aqueles que trabalhavam como jornalistas não tinham formação universitária, nessa área, à época. Por outro lado, de acordo com Ribeiro, os anos 1950 demarcam um processo de construção de identidade profissional dos jornalistas. As características desse processo foram a valorização salarial, a criação de cursos de Jornalismo, a regulamentação da profissão, a formação de sindicatos ou associações e a elaboração de uma ética profissional (compromisso com a técnica da objetividade, responsabilidade social e defesa da liberdade de imprensa).⁶¹

Para além dessas características econômicas e de configuração do campo da imprensa, há que se considerar a modernização dos periódicos à época. Por um lado, isso foi assinalado pelas reformas implementadas nas redações do *Diário Carioca* e do *Jornal do Brasil*. Por outro lado, pelas criações dos periódicos *Tribuna da Imprensa* (1949) e *Última Hora* (1951). O modelo de referência de jornalismo que teria sido adotado foi o dos Estados Unidos (EUA).

Por um lado, Marialva Barbosa e Afonso de Albuquerque escreveram análises sobre a mítica da objetividade construída a partir dessa modernização. Ambos os autores destacaram a

⁵⁸ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia. MOREL, Marcos. FERREIRA, Tânia (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Op. Cit. 2006, pp. 429-431.

⁵⁹ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade. Como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 24, 2001, Campo Grande. Anais. Campo Grande: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Universidade Católica Dom Bosco e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001, s/p.

⁶⁰ VAZ, Ana. *A luta pelo controle da informação nas redações cariocas (1975-1981)*. 271 f. Tese (Doutorado em História) Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019, p. 136.

⁶¹ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia. MOREL, Marcos. FERREIRA, Tânia (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Op. Cit. 2006, p. 428.

ideia de ruptura com o passado devido ao alegado surgimento de um novo modelo de jornalismo – objetivo, informativo, profissional, técnico e ético. Em sintonia com Ribeiro, Barbosa sustentou que as mudanças da década de 1950 foram parte de um processo histórico lastreado no início do século XX. Para a autora, as memórias produzidas *a posteriori* sobre a modernização dos anos 1950 têm em perspectiva a construção e a afirmação de uma identidade profissional (legítima e reconhecida) para a imprensa.⁶² Albuquerque argumentou que essas memórias possuem as características de um mito que conforma um passado negativo (o jornalismo boêmio e/ou literário predecessor), uma etapa de mudança (capitaneada pelos promotores da modernização do jornalismo nos anos 1950) e um futuro positivo (dos novos jornalistas que passariam a difundir os princípios da profissão, como a técnica da objetividade).⁶³

Em outro trabalho, Albuquerque voltou a refletir sobre esse mito por meio do caso da reforma do *Diário Carioca*. Essa reforma envolveu três atos – a introdução de um novo estilo de texto “objetivo” via criação de um manual de redação; a seleção e o treinamento de pessoas inexperientes em jornalismo; e a transformação do copidesque (revisor) em um personagem responsável por disciplinar a escrita dos jornalistas do *Diário*. O autor sustentou duas hipóteses. A primeira foi a de que a modernização implementada foi um processo complexo que envolveu acordos entre proprietários e jornalistas, não uma simples evolução. A segunda foi a de que a ênfase na construção do texto jornalístico reforçou a concepção literária no jornalismo.⁶⁴

Por outro lado, no artigo supracitado de Ribeiro, a autora discorreu sobre as relações entre os campos político, econômico e da imprensa – periódicos e jornalistas – no período. Apesar da autora ter alertado que não havia uma correspondência direta entre a linha editorial dos periódicos e os interesses do Estado, Ribeiro apontou algumas questões para se pensar no contexto da imprensa à época – os empréstimos e os subsídios estatais recebidos; a distribuição da publicidade estatal por um critério político; e o apoio prestado por jornalistas em troca de nomeações (setor público) ou de outros tipos de retribuições (setor privado). Nesse último ponto, a autora se baseou nas biografias de Samuel Wainer e de Francisco de Assis

⁶² BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 150.

⁶³ ALBUQUERQUE, Afonso de. Aconteceu num carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. *Eco-Pós*, v. 11, n. 2, ago.-dez., pp. 95-116, 2008, p. 98-101.

⁶⁴ “[...] a ruptura em relação ao passado parece menos significativa do que tem sido indicado: ao afirmar o texto jornalístico como seu objeto central, a reforma do *Diário Carioca* contribuiu para reforçar uma concepção essencialmente literária do jornalismo – uma literatura de ambições técnicas antes que artísticas, é verdade – em detrimento de outros aspectos como a reportagem”. ALBUQUERQUE, Afonso de. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. *Alceu*, v. 10, n. 20, jan.-jun., pp. 100-115, 2010, p. 110.

Chateaubriand, que foram os proprietários, respectivamente, do *Última Hora* e dos *Diários Associados*.⁶⁵

Como é possível notar, a ideia de que a modernização dos anos 1950 significou uma mudança drástica no campo da imprensa suscitou reflexões críticas por parte de pesquisadores. A suposta evolução para uma posição de independência da imprensa em relação ao mundo que ela pertence foi uma questão crucial. Os apontamentos feitos pelos pesquisadores foram úteis de modo a se evitar endossar esse discurso da (e na) imprensa. Contudo, pode-se ir além. Consideramos, nesta tese, que não há a possibilidade de a imprensa atingir um tipo de estágio em que ela esteja completamente desassociada dos outros campos que constituem a sociedade.

O mundo real difere em muito do mundo idealizado. Como bem pontuou Flávia Tokarski: “qual seria a separação possível entre essas esferas, a do jornalismo, a da política e a da economia? Preferimos a hipótese de rearranjos, em articulações correspondentes às circunstâncias históricas e às lutas e interesses que as caracterizam. E descartamos as hipóteses de rupturas ou etapas de neutralização da política em nome da técnica e da lucratividade”.⁶⁶ Entendemos essa colocação da autora como um convite ao pensamento crítico, que estimula a busca por uma compreensão das especificidades da realidade em que a imprensa se insere e opera como ator social. Assim, nos distanciamos, de antemão, de uma idealização instável sobre a imprensa.

Em linha com essa reflexão, a demonstração desta tese se subdivide em duas partes correlacionadas, que se inspiraram nos trabalhos de José D’Assunção Barros e de Luís Edmundo de Souza Moraes. A primeira parte, especialmente pensada a partir da proposição de Barros, enfoca o processo de criação de *Maquis*, a sua composição e a sua produção. Em suma, as estruturas material e humana da revista. Ato contínuo, a segunda parte desenvolve uma análise quantitativa e qualitativa do jornalismo de *Maquis*, escudada em uma pesquisa sobre dois pontos: quais foram os seus principais produtores e quais foram os assuntos de maior recorrência em suas edições.

Esse procedimento foi inspirado na metodologia aplicada por Moraes na sua análise acerca do antissemitismo no *Correio da Manhã* (1930-1945). Um dos pontos demonstrados por Moraes foi o de que esse jornal foi “um espaço onde visões distintas e contraditórias estiveram

⁶⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade. Como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? Op. Cit. 2001, s/p.

⁶⁶ TOKARSKI, Flávia Millena Biroli. *Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950*. 303 f. Tese (Doutorado em História). São Paulo: UNICAMP, 2003, p. 58.

lado a lado nesses 14 anos buscando se afirmar”.⁶⁷ Apesar de não falar em polifonia, termo proposto por Barros, o argumento de Moraes indicou a sua manifestação no *Correio da Manhã*. De acordo com Barros:

Com essa metáfora, quero chamar a atenção para o fato de que os jornais - especialmente nos tempos contemporâneos - são de fato construções coletivas, nas quais ressoam muitas vozes. Se o dono do jornal, ou o seu editor-chefe, detêm um peso importante ou aparentemente esmagador nas tomadas de decisões relativas às linhas gerais da ação do jornal [...] é preciso se ter consciência de que o corpo de jornalistas responsáveis pelas diversas seções do jornal é frequentemente amplo e diversificado, capaz de encaminhar de maneira aberta ou encoberta as suas próprias posições diante do jogo político, ainda que precisando interagir com as posições dominantes no periódico.⁶⁸

Ou seja, esta tese tem a pretensão de compreender o jornalismo de *Maquis* de modo a verificar se existem ocorrências de convergências e de divergências entre os seus produtores acerca dos principais temas abordados em suas edições. Almeja-se analisar as ideias, os modos de proposição dessas últimas e os interesses que estavam em jogo.

O capítulo I propõe uma reflexão sobre Amaral Netto e acerca do Clube da Lanterna. Ambos são indispensáveis para se entender a fundação de *Maquis* pouco antes do fim do Clube. Inicialmente, oferecemos uma imagem – ainda que limitada – sobre a trajetória pessoal e profissional de Amara Netto – a sua família, a sua educação, a sua inserção no mundo do trabalho e a sua militância política. A seguir, debatemos a criação do Clube da Lanterna por iniciativa dele e de outros personagens. O foco recai sobre as ideias, as ações e a composição da diretoria do Clube.

O capítulo II analisa a estrutura material e humana de *Maquis*. O ponto de partida é a constituição da editora responsável pela sua produção. A análise destaca a materialidade (periodicidade, distribuição, preço, tiragem, publicidade e afins) e a estrutura hierárquica da direção da editora e da revista – a atribuição de cada diretor e a distribuição de cargos. Por conseguinte, analisamos a composição dessa equipe diretora, que se baseou em um exercício sociológico de investigação individualizada. Ambicionamos que esse encadeamento ilumine, em alguma medida, os interesses diversos aos quais o problema desta tese aludiu.

O capítulo III mapeia a linha editorial da revista sob a direção de Amaral Netto. Por um lado, Amaral Netto alardeou a ideia de cerceamento da liberdade de imprensa e um crime de

⁶⁷ MORAES, Luís Edmundo de Souza. Imagens e estereótipos de judeus na imprensa do Rio de Janeiro entre a Revolução de 1930 e o fim do Estado Novo: o caso do Correio da Manhã. Op. Cit. 2020, p. 738.

⁶⁸ BARROS, José D’Assunção. *Fontes Históricas. Introdução aos seus usos historiográficos*. Op. Cit. 2019, p. 279.

responsabilidade supostamente praticado pelo general Lott. Por outro lado, demonstramos como esse seu tipo de raciocínio de enfrentamento foi acionado nos momentos em que ele sustentou contendas com os que seriam os seus aliados. O capítulo ilumina como Amaral Netto atuou na linha do *modus operandi* de Lacerda na política e como, nessa ação contínua, ele indicou quais eram as suas posições e as suas expectativas políticas. Isso serviu para Amaral Netto se autoafirmar como um personagem relevante no cenário da época.

O capítulo IV analisa quais foram os colunistas da revista e quais foram as suas ideias, as suas representações e os seus posicionamentos políticos. Diferentemente do repórter ou do noticiário, o colunista é o sujeito autorizado hierarquicamente a emitir a sua opinião no periódico. Assim, a pretensão é a de que o capítulo forneça um panorama das convergências e das divergências entre esses colunistas e deles em relação à linha editorial de *Maquis*.

Por fim, o capítulo V debate o jornalismo da revista através de suas reportagens. O capítulo aborda como elas enquadraram alguns dos principais assuntos daquele contexto histórico: a industrialização, a inflação, o salário-mínimo, a emissão de moeda, a política cambial, a cafeicultura, o comércio exterior e o comunismo. O capítulo mapeia quais foram as ideias, as iniciativas ou os projetos que a revista encampou – ou propôs – acerca desses itens.

CAPÍTULO I

POLÍTICA, JORNALISMO E SOCIABILIDADE

A história da revista *Maquis* (1956-1962) é indissociável do processo de sua criação. Para falar dela, é necessário analisar inicialmente quem foi o seu criador e qual foi a instituição da qual *Maquis* foi uma espécie de herdeira – Fidélis dos Santos Amaral Netto e o Clube da Lanterna, respectivamente. Este capítulo discute quem foi Amaral Netto e o que foi o Clube da Lanterna. A expectativa é a de que essa incursão bipartida sirva como uma base de referência para a análise ulterior acerca de *Maquis*, especialmente no que concerne ao seu jornalismo.

A primeira parte do capítulo reexamina a figura de Amaral Netto, notadamente no recorte temporal anterior a fundação de *Maquis*. Nesse sentido, se iluminam alguns fios de suas redes de relações – os seus familiares, os seus amigos, os seus colegas de trabalho e a sua inserção no campo da política. Indo além, se caracteriza como a sua entrada no campo da imprensa aconteceu paralelamente ao seu trabalho (como empregado ou como uma espécie de empresário) no ramo do comércio do Rio de Janeiro.

A segunda parte propõe uma reflexão sobre o Clube que, de certo modo, buscou focalizar Amaral Netto e outros personagens relevantes na sua trajetória. Inicialmente, discutimos algumas das suas ideias, como o Clube se apresentava nos seus manifestos e quais tipos de ações públicas ele promoveu entre 1953-56. A seguir, por meio do método da prosopografia, examinamos a composição da sua diretoria.

1.1. O Que Se Sabe Sobre Amaral Netto?

Há, ao menos, três trabalhos acadêmicos que abordaram a trajetória de Fidélis dos Santos Amaral Netto: um verbete, assinado por Renato Lemos e publicado no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*; e as teses de Thales Haddad Novaes de Andrade e de Kátia Iracema Krause. Esse interesse por ele pode ser explicado por sua carreira legislativa no campo da política dos anos 1960. Ele se elegeu para deputado constituinte estadual (1960) e deputado federal (1962) pela Guanabara. Em 1964, Amaral Netto apoiou o golpe civil-militar que derrubou o governo de João Goulart.⁶⁹ Entre 1966-67, após a instauração do bipartidarismo no país, ele foi filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esse breve pertencimento ao partido de oposição à ditadura civil-militar se contrasta com o seu apoio ao regime. Entre

⁶⁹ ANDRADE, Thales Novaes de. *Ecológicas manhãs de sábado: o espetáculo da natureza na televisão brasileira*. Op. Cit. 1998, p. 48.

1967-79, Amaral Netto foi filiado a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Paralelamente, ele produziu e apresentou o programa de televisão *Amaral Netto – O Repórter*, que foi transmitido pela *TV Tupi* (1968) e pela *TV Globo* (1969-85). Para Krause, esse programa foi uma das “faces civis” da ditadura.⁷⁰

De acordo com Lemos, Amaral Netto nasceu na cidade de Niterói, a capital do Estado do Rio à época. Ele foi um dos filhos de Luciano Amaral e de Heroína Maria Sobral Amaral. Amaral Netto frequentou instituições de ensino situadas em Petrópolis, Niterói e no então Distrito Federal – Grupo Escolar Pedro II, Escola Modelo, Colégio Salesiano e Colégio Pedro II (nesse último ele concluiu o curso secundário). Adiante, ele foi um dos alunos fundadores da Escola de Marinha Mercante. Nela, ele foi “praticante de piloto” no navio-escola *Alegrete*. Contudo, ele não chegou a trabalhar como piloto. Nos anos 1940, Amaral Netto teve alguns empregos – de protocolista do Instituto Vital Brasil, de correspondente da empresa de exportação têxtil do seu sogro e no escritório de advocacia de seu pai. Data desse período o seu casamento com Maria Stella da Cunha e o seu ingresso no campo da imprensa. O seu primeiro emprego nesse ramo foi no jornal católico *Correio da Noite*, dirigido por D. Hélder Câmara. Ainda segundo Lemos, ele conseguiu o emprego no *Correio da Noite* após ter ficado desempregado devido ao fechamento da empresa do seu sogro. Em 1949, ele foi um dos contratados para formar a equipe de redação do jornal *Tribuna da Imprensa*.⁷¹ Carlos Lacerda o criou após ser demitido do *Correio da Manhã*.

Krause procurou ampliar esse tipo de imagem sobre a trajetória de Amaral Netto. A autora utilizou como fontes *Maquis* e alguns relatos de personagens que conviveram com ele. Para Krause, o pai de Amaral Netto foi um bacharel “conceituado” no Rio de Janeiro, que foi indicado para atuar como juiz substituto nas eleições de 1934. Ele também almejaria se candidatar independentemente naquela eleição. Por sua vez, nos anos 1950, Amaral Netto escreveu histórias policiais e sobrenaturais para a *TV Tupi* sob o pseudônimo de Georges Lamonte. Em sua reflexão sobre o posicionamento político de Amaral Netto, Krause sinalizou o que pode ser descrito como uma certa ambivalência. Ao mesmo tempo em que ele se alinharia ao conservadorismo (a preservação da ordem e de certos valores), ele não seria contrário a

⁷⁰ Segundo Krause, o programa televisivo foi renomeado para *Brasil, terra da gente* em 1981 e continuou em exibição até 1985. KRAUSE, Kátia Iracema. *O Brasil de Amaral Netto, O repórter – 1968-1985*. 2016. 411 f. Tese (Doutorado em História Social). Op. Cit. 2016, p. 7 e 41.

⁷¹ LEMOS, Renato. Fidélis dos Santos Amaral Netto. In: ABREU, Alzira Alves de (et al). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fidelis-dos-santos-amaral-neto> Acesso em: 05/12/2023.

modernização do Brasil. Para contextualizar a trajetória de Amaral Netto, sobretudo no contexto prévio a ditadura, Krause citou uma matéria publicada na edição de lançamento de *Maquis*.⁷²

Nessa matéria, há uma pequena biografia. Ela destacou a trajetória estudantil de Amaral Netto, mas ponderou que ele não havia cursado o ensino superior. Ele teria adotado “os ideais da Ação Integralista Brasileira” (AIB) entre 1936-40. Não obstante, ele teria rompido “definitivamente” com a AIB somente em 1947. Por essa cronologia, entende-se que Amaral Netto, ao menos, se identificou com a AIB por pouco mais de uma década (dos seus 15 aos 26 anos de idade). A sua iniciação como jornalista dataria de 1948. Para além do *Correio da Noite* e do *Tribuna da Imprensa*, ele teria trabalhado ou colaborado no *Correio da Manhã*, no *Diário da Noite*, n’*O Jornal*, na *Gazeta de São Paulo*, na *Revista da Associação Comercial* e na *TV Tupi*. Em alguns deles, ele teria usado pseudônimos.⁷³

Nesse ínterim, ele teria trabalhado em outras áreas. Entre 1947-56, ele teria sido o “assessor econômico” do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro (SIFT). Paralelamente, ele teria atuado como “diretor” remunerado (Cr\$ 5.000,00) de duas empresas. Uma delas teria como finalidade a armazenagem de café, a outra seria uma “pequena firma” do seu cunhado. Nos últimos parágrafos da matéria, há o seguinte trecho: “mora em casa alugada na Urca. Compra a prestação, atrasa muitas vezes os pagamentos. Tem uma televisão de doze polegadas, presente do seu irmão. Possui um automóvel [...]. Vai mandar reformá-lo agora, a prestações, com o que ganha nesta revista”.⁷⁴ Percebe-se, em linha com a avaliação feita por Krause, que Amaral Netto construiu uma imagem de “retidão” e de “honestidade” no texto.⁷⁵

Tendo em mente esses apontamentos, podemos sugerir uma síntese sobre o que se sabe acerca de Amaral Netto no contexto anterior ao golpe de 1964. Tudo indica que, ao menos, ele pode ser situado economicamente na classe média. O seu salário como diretor – que, ao que parece, seria uma de suas remunerações – era duas vezes maior do que o salário-mínimo vigente (Cr\$ 2.300,00).⁷⁶ Aliado a isso, no seu círculo familiar, ele conviveu com profissionais liberais

⁷² De acordo com Krause: “[Amaral Netto] era uma pessoa de personalidade forte e independente, alinhado ao campo do conservadorismo – entendido aqui como uma atitude caracterizada pela manutenção de uma ordem social e dos valores tradicionais –, embora também expressasse um desejo de modernização econômica e tecnológica para o país”. KRAUSE, Kátia Iracema. *O Brasil de Amaral Netto, O repórter – 1968-1985*. Op. Cit. 2016, p. 18 e 73. Sobre Luciano Amaral e a matéria de *Maquis* sobre Amaral Netto, ver as páginas nº 20 e nº 32-33 da mencionada tese.

⁷³ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Folha corrida do diretor de *Maquis*. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28, ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/28> Acesso em: 05/12/2023.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ KRAUSE, Kátia Iracema. *O Brasil de Amaral Netto, O repórter – 1968-1985*. Op. Cit. 2016, p. 33.

⁷⁶ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer. O corvo e o bessarabiano*. São Paulo: SENAC, 1998, p. 145.

e homens de negócios (pai, sogro e cunhado) que parecem ter sido importantes para a sua inserção no mundo do trabalho. No quesito educacional, ele não possuía uma graduação superior, mas frequentou um curso destinado ao desempenho de uma profissão específica (piloto de navio). Por fim, no contexto dos anos 1930-40, Amaral Netto indicou o seu engajamento na extrema direita brasileira do período, algo que *sugere* que ele compartilhou da ideologia antiliberal, antidemocrática e nacionalista da AIB.⁷⁷

1.1.1. “O velho marinheiro”

Em outubro de 1961, *Maquis* publicou uma reportagem *in memoriam* de Fidélis do Santos Amaral Júnior (1874-1961), o avô paterno de Amaral Netto. Por um lado, ele teria se notabilizado como tenente da Guarda Nacional durante a instauração da República no país. Na conjuntura da Revolta da Armada (1893-94), ele teria comandado a defesa de áreas costeiras de Niterói contra os marinheiros sublevados. Isso teria feito com que ele fosse condecorado, por “ato de extrema bravura”. Amaral Júnior teria atingido a patente de tenente-coronel. Por outro lado, na vida civil, ele teria fundado e dirigido a Procuradoria Particular Administrativa e Judicial. A reportagem se limitou a dizer que ela prestaria “relevantes serviços a todos”.⁷⁸

O necrológio do jornal *O Fluminense* seguiu uma linha similar. Ele qualificou Amaral Júnior como um dos “consolidadores da República” ao pontuar a sua atuação na Revolta da Armada. Além disso, ele teria sido um funcionário público estadual, alocado no cargo de procurador. Para o jornal, ele foi um “cidadão de vida exemplar, conceituado e digno, de grande firmeza de caráter e de princípios de moral rígidos, nunca afastou seu pensamento de sua terra natal, à qual era de uma dedicação a toda prova”. Em meio a isso, o necrológio pontuou que Amaral Júnior serviu por 19 anos na Guarda e que ele trabalhou no funcionalismo por quase quatro décadas.⁷⁹

Amaral Júnior foi citado em um documento do processo de naturalização do espanhol Angel Lopez Cuquejo. Em 1939, o oficial de registro Luiz Hathaway Bessa certificou que Lopez foi nomeado para o posto de coronel da Brigada de Infantaria da Guarda Nacional de

⁷⁷ BULHÕES, Tatiana da Silva. *Integralismo em foco: imagens e propaganda política*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 17-18.

⁷⁸ Um tenente-coronel da Guarda Nacional. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 28 out. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9489> Acesso em: 05/12/2023.

⁷⁹ Foi um dos consolidadores da República. In: *O Fluminense*, Rio de Janeiro, p. 1 e 5, 18 out. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_10/3791 Acesso em: 05/12/2023.

Teresópolis, em 1914. Segundo Bessa, um dos carimbos do documento registrou Amara Júnior como tenente-coronel da Guarda Nacional.⁸⁰

Em função disso, há a possibilidade de que ele tenha sido ou um bacharel em Direito (tal qual o seu filho Luciano Amaral) ou um rábula. Se, de fato, ele permaneceu na Guarda por 19 anos, isso significa que ele serviu provavelmente até os anos 1910. Nesse sentido, Amaral Júnior seria um ex-oficial da Guarda quando do nascimento de Amaral Netto. Ele ainda se dedicaria ao serviço público e, possivelmente, a iniciativa privada (procuradoria).

O tributo de *Maquis* a Amaral Júnior continuou na edição seguinte. Desta vez, a revista transcreveu uma carta atribuída a ele. Não há, na edição, uma reprodução da carta para atestar a sua autenticidade. De todo modo, a carta foi endereçada a Amaral Netto e dataria de janeiro de 1940 (momento em que ele cursou a Escola de Marinha Mercante):

Sr. F. S. Amaral Netto. Falemos de homem para homem, como na fita:

O sr. é menor em idade, se bem que maior em tamanho. Tem casa, comida, roupa lavada e engomada, médico, farmácia, dentista e sapatos. Além disso tem instrução cara, principalmente quando se lhe dá na cabeça de dar bailes e almoços. Tem os carinhos dos pais e avô e a cegueira da avó. Tudo de graça, sem outro esforço que o de se fazer aturar por essa gente toda!

Pois bem, além de tudo isto, terá doravante 150\$000 mensais, que se destinam única e exclusivamente às suas despesas extraordinárias (fumo, passagens, divertimentos, etc. e etc.).

Em troca peço-lhe unicamente o seguinte:

- a) que estude com o necessário objetivo de se fazer um homem útil à Pátria e à Família;
- b) que auxilie seu pai, auxiliando-me nas horas de lazer e sem sacrifício dos estudos;
- c) que seja comedido nas suas distrações e divertimentos, de modo a que não sejam seguidos e se prolonguem até muito tarde, por isso que a vida é um sonho e os sonhos são passageiros. Prolonga-los é o nosso dever, poupando a saúde;
- d) evitar as más companhias, procurando, todavia, andar só, pois o velho prolóquio, “antes só...” cada vez mais se impõe, como indispensável, aos homens ajuizados.
- e) soffrear os impulsos do seu temperamento inexperiente toda vez que tiver de discutir política e religião;
- f) seguir os exemplos de seu pai e obedecer-lhe sem replicar, pois todo e qualquer conselho que ele lhe der só será em seu proveito.

Em 31 de janeiro de 1940.

F. S. Amaral Júnior.⁸¹

Partindo do princípio de que a carta era verídica, nota-se como Amaral Júnior redigiu um texto de teor paternalista. Assim, o que se pode chamar de privilégios familiares atribuídos ao seu neto (carinho, conforto, lazer, instrução e dinheiro) deveriam ser retribuídos com

⁸⁰ BRASIL. Arquivo Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fundo: Série Interior - Nacionalidade. Notação: BR RJANRIO A9.0.PNE.31030. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_a9/0/pne/41030/br_rjanrio_a9_0_pne_41030_d0001de0001.pdf Acesso em: 27/07/2024.

⁸¹ Carta de um avô para um neto. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 04 nov. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9507> Acesso em: 05/12/2023.

dedicação, moderação e benevolência – nos estudos, na personalidade e nas relações com os progenitores, respectivamente. E, talvez o mais relevante, a carta sugere que Amaral Netto tinha ao menos um parente disposto a arcar com as suas despesas recreativas enquanto ele fosse um estudante. Portanto, o dinheiro não seria um problema vital para ele naquele momento.

Existem outras fontes de informação sobre o período em que Amaral Netto cursou a Escola de Marinha Mercante (1939-40). Elas provêm de periódicos e são indissociáveis de seus contextos de publicação – elas datam de anos em que Amaral Netto se candidatou a algum cargo eletivo (1960, 1962 e 1965). De certo modo, elas permitem ilustrar limitadamente o que foi a experiência dele na Marinha Mercante. A primeira delas, de *Maquis*, repercutiu uma celebração pela sua eleição em 1960. Amaral Netto teria sido homenageado por seus ex-colegas de turma. A revista publicou uma lista dos que compareceram ao evento. Por tal notícia, entende-se que a maioria deles se formou e que eles atuavam como comandantes de navios, diferentemente de Amaral Netto.⁸²

A segunda delas foi uma reportagem do jornal *A Noite*, publicada cerca de um mês antes da eleição de 1962. Ela contém um relato biográfico. As suas fotografias focalizaram duas faces de Amaral Netto – a do “chefe de família” e a do “líder” político: rodeado por seus filhos, na tribuna da Assembleia Legislativa da Guanabara (ALEG) e em uma reunião com Lacerda. A reportagem afirmou que Amaral Netto obteve o 3º lugar no concurso para a Escola de Marinha Mercante. A sua turma seria composta por 21 alunos. Assim, a maioria dos seus ex-colegas participou do evento em sua homenagem. Ele teria concluído o curso, mas nunca teria solicitado a sua “carta de piloto”.⁸³

A terceira delas foi a da revista *Manchete*. Tal qual o jornal *A Noite*, ela definiu Amaral Netto como o “velho marinho”. Outra similaridade é a menção a um episódio em que ele teria liderado uma greve de fome no navio-escola por causa da qualidade ruim da alimentação dada aos alunos. A diferença entre essas reportagens é a de que, em *Manchete*, há a informação de que Amaral Netto foi “desligado” da Escola. Por isso, aparentemente, ele não teria buscado

⁸² São eles: Esdras Bueno Franco, Modestino Kanto Filho, Hans Lothar de la Rue, Uasver Cataluña, Helício Pacheco Machado, Manoel Teixeira Gondar, Eugênio Pereira de Macedo, Hugo Viana Posada, Rodolfo Carlos Schwenn, Fernando de Souza Leite, Carlos Natalino de Carvalho e Silva e Adalberto Enock Soares. Continuam homenagens a Amaral Netto. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32-33, 05 nov. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7483> Acesso em: 05/12/2023.

⁸³ Amaral Netto, o velho marinho. In: *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 10 set. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_06/6619 Acesso em: 05/12/2023.

a carta de piloto que “lhe asseguraria o tratamento de comandante”. Todavia, permanece a dúvida se tal desligamento *o impediu de* ou *o motivou a* não buscar a referida carta.⁸⁴

Dois anos depois, em 1942, Amaral Netto se casou com Maria Stella Sarmiento da Cunha na Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores do Ingá (Niterói). O casamento foi noticiado pelos periódicos *Vida Doméstica* e *Jornal do Comércio*. O primeiro deles publicou uma foto do casal, seus nomes e a data do casamento.⁸⁵ O segundo deles pontuou que Maria Stella era filha de João de Carvalho Cunha e de Hermínia Sarmiento da Cunha.⁸⁶

Como foi dito acima, o sogro de Amaral Netto foi um comerciante do setor têxtil. Há a possibilidade de que ele tenha participado de outra empresa do tipo após o fim daquela em que Amaral Netto trabalhou após o seu casamento. Em 1947, o *Jornal do Comércio* publicou os estatutos de fundação da Transporte Aeroporto Meteoro Sociedade Anônima (S.A.). Além de transportes de cargas e de pessoas, ela tinha como objetivo explorar o comércio de consignações, de comissões, de exportações, de importações e de representações. Em um quadro de acionistas verifica-se que João de Carvalho da Cunha, residente em Niterói, investiu Cr\$ 200 mil na Meteoro S.A. Esse valor representaria pouco menos de 10% do capital social dela.⁸⁷

Em 1946, Amaral Netto se candidatou a vereador em Niterói, mas não se elegeu. Ou seja, ele tentou ingressar na política legislativa durante a redemocratização posterior ao ocaso do Estado Novo. As reportagens supracitadas de *A Noite* e de *Manchete* pontuaram que ele obteve apenas 116 votos naquela eleição. Segundo a primeira delas, o nome dele figurou entre os candidatos do Partido de Representação Popular (PRP), legenda criada pelo ex-líder do integralismo (Plínio Salgado) naquela conjuntura.⁸⁸

Em relação ao seu trabalho no Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem (1947-56), pode-se entrever a relação de Amaral Netto com Pedro Theberge, então gerente do SIFT. Em 1954, Theberge registrou o nascimento do seu filho no cartório do bairro da Glória (RJ).

⁸⁴ Amaral Netto, o velho marinheiro. In: *Manchete*, Rio de Janeiro, p. 22-23, 25 set. 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/65478> Acesso em: 05/12/2023.

⁸⁵ "Vida Doméstica" entre os novos casais de Niterói. In: *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 12, ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/830305/35305> Acesso em: 27/07/2023.

⁸⁶ Casamentos. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 4, 29 maio 1942. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_13/12204 Acesso em: 27/07/2023.

⁸⁷ Transporte de Aeroporto Meteoro S.A. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 12, 22 ago. 1947. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_13/36800 Acesso em: 27/07/2023.

⁸⁸ Amaral Netto, o velho marinheiro. In: *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 10 set. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_06/6619 Acesso em: 05/12/2023.

Nele, há a informação de que Amaral Netto serviu como uma das testemunhas desse registro.⁸⁹ Percebe-se que ele acompanhou Theberge até o cartório. Obviamente, isso pode ter ocorrido apenas pela contingência do momento, a necessidade de se ter alguém para endossar o ato de registro. Porém, foram localizadas outras fontes de informação que indicam a possível relação de amizade entre os dois.

Em 1955, no *Tribuna da Imprensa*, Amaral Netto escreveu que Theberge era um dos “quatro funcionários de categoria” do sindicato. Eles foram homenageados pela longevidade dos seus serviços nele. No caso de Theberge, a comemoração se deveria ao seu aniversário de 25 anos como gerente.⁹⁰ Hierarquicamente, parece que Theberge estaria acima de Amaral Netto no sindicato. Além disso, como será demonstrado adiante, os dois foram parceiros na criação do Clube da Lanterna (1953) e de *Maquis* (1956).

A empresa de armazenagem de café que Amaral Netto dirigiu foi a Companhia Reis de Armazéns Gerais S.A. Em 1955, os acionistas dela elegeram ele e José Marcelino Magalhães como diretores, pelo período de um ano e com remuneração de Cr\$ 5.000,00 mensais.⁹¹ Um dos acionistas dela foi Rui Gomes de Almeida, empresário proeminente vinculado a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).⁹² Foi o próprio Amaral Netto que, em 1957, sinalizou a sua proximidade em relação a Almeida:

Por outro lado, é preciso frisar que o sr. Rui Gomes de Almeida; o sr. Alberto de Paiva Garcia; o sr. Adhemar Vaz de Carvalho; o sr. Nilo Sevalho; o sr. Albano Issler; o sr. Brunet de Castro; o Sr. Brandão de Oliveira e vários outros, sempre dispensaram ao repórter da Tribuna da Imprensa (hoje diretor desta revista) a melhor atenção. O sr. Rui Gomes de Almeida, agora presidente da Associação [Comercial do Rio de Janeiro], por duas vezes endossou títulos para Amaral Netto. Ambos de Cr\$ 30 mil, que foram integralmente pagos. O sr. Rui Gomes de Almeida sempre manteve em relação ao diretor de MAQUIS uma atitude de consideração e apreço que não escondemos. Mas tudo isso não empresta, não dá à Associação Comercial o direito de opinar quando, moralmente, está ela impedida de o fazer em se tratando da linguagem de MAQUIS.⁹³

⁸⁹ BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 4º Circunscrição. Livro: 291. 14 jul. 1954. P. 285v. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS55-6354?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6VJQ-DCZ9&action=view&groupId=TH-909-76333-2815-48> Acesso em: 24/07/2023.

⁹⁰ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Tribuna Econômica. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 04 maio 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/21280 Acesso em: 24/07/2023.

⁹¹ Companhia Reis de Armazéns Gerais. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, p. 6, 16 jun. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/22075 Acesso em: 28 maio 2023.

⁹² LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)*. 644 f. 2012. Tese (Doutorado em Ciências). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012, p. 70.

⁹³ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Querem fechar Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 8, abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/776> Acesso em: 28/03/2022.

A razão disso foi a celeuma causada pela linguagem que *Maquis* utilizou contra o governo Kubitschek. Aqui, cumpre destacar como esse editorial afirmou que a relação entre Amaral Netto e Almeida teve, pelo menos, duas dimensões. A primeira delas foi a econômica, por meio de empréstimos. A segunda delas foi a de cordialidade na convivência entre o então repórter do *Tribuna* e o empresário.

Outra pessoa próxima de Amaral Netto seria o ex-militar Milton Torres Barcelos e Silva. Em 1956, Silva foi preso pela polícia junto de Amaral Netto por causa de uma das edições de *Maquis*. Os dois passaram uma noite detidos. Após isso, ao noticiar esse evento, *Maquis* classificou Silva como um “amigo íntimo” de Amaral Netto.⁹⁴

Por fim, há a questão do ingresso de Amaral Netto no campo da imprensa. A sua colaboração para diversos periódicos pode ser razoavelmente explicada pela prática de comercialização de reportagens. Segundo a supracitada reportagem de *A Noite*, ele começou no *Correio da Noite* e depois trabalhou no *Correio da Manhã* (antes de trabalhar no *Tribuna da Imprensa*). Paralelamente, ele venderia reportagens para outros periódicos por meio da agência de notícias *Newspress*.⁹⁵ Essa prática não era uma especificidade da trajetória de Amaral Netto. Um outro jornalista da época relatou, em seu livro de memórias, que ele começou na imprensa carioca vendendo artigos sobre literatura para o *Diário Carioca*.⁹⁶

Para criar o *Tribuna da Imprensa*, Lacerda lançou uma campanha pública de subscrição de ações da *Editora Tribuna da Imprensa S.A.* Em artigo, Marina Gusmão de Mendonça elencou alguns dos personagens principais desse processo:

De fato, entre os mais importantes organizadores da Companhia Tribuna da Imprensa estavam Adauto [Lúcio] Cardoso, [Alceu] Amoroso Lima, Dário de Almeida Magalhães, João Camilo de Oliveira Neto, Prudente de Moraes, neto (jornalista conservador, mais conhecido como Pedro Dantas), e Gileno de Carli (grande usineiro pernambucano). O maior acionista era Luiz Severiano Ribeiro, proprietário de uma cadeia de cinemas no Rio de Janeiro e detentor de 500 ações. Dentre os que também possuíam uma razoável quota de ações, figuravam Raul Fernandes (Ministro das Relações Exteriores do governo Dutra), Gustavo Corção, José de Carvalho (vinculado ao *Grupo Ducal*), e Henrique La Rocque de Almeida (diretor da Câmara de Reajustamento Econômico, órgão encarregado de examinar os débitos do setor agrícola). Por fim, não se pode esquecer do fato de que Fernando [Cícero] Veloso era membro da equipe do *Escritório de Advocacia Monsen*, do Rio de Janeiro, que

⁹⁴ Estes 5 homens cometeram um grande crime. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 10, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/152> Acesso em: 25/07/2023.

⁹⁵ Amaral Netto, o velho marinheiro. In: *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 10 set. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_06/6619 Acesso em: 05/12/2023.

⁹⁶ BACIU, Stefan. *Lavrado 98. Histórias de um jornal de oposição: a Tribuna da Imprensa ao tempo de Carlos Lacerda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 7-10.

representava, no Brasil, os interesses de grandes empresas estrangeiras, entre as quais a *Standard Oil*.⁹⁷ [Grifos da autora].

Segundo Marialva Barbosa, Adauto Lúcio Cardoso também adquiriu 500 ações do *Tribuna da Imprensa*. Assim, ele e Severiano Ribeiro teriam sido os principais acionistas quando da criação do jornal. Barbosa também afirmou que a tiragem do *Tribuna* oscilou entre 25 mil e 40 mil exemplares diários durante os anos 1950.⁹⁸

Dito isso, podemos apontar ao menos duas possibilidades para compreender a aproximação, via *Tribuna da Imprensa*, entre Lacerda e Amaral Netto. Cumpre pontuar que uma delas não exclui a outra. A primeira delas é a de que os dois tenham se conhecido na redação do *Correio da Manhã*. Naquele tempo, Lacerda era um jornalista que se notabilizava pelos seus artigos contra Vargas e o Estado Novo. A segunda delas é a de que o *Correio da Noite*, o primeiro jornal a empregar Amaral Netto, tenha sido uma instituição relevante na contratação de jornalistas para o *Tribuna da Imprensa*. Murilo Melo Filho afirmou em suas memórias ter também trabalhado no *Correio da Noite*. Segundo o seu relato, Lacerda o convidou para o *Tribuna da Imprensa* em 1951.⁹⁹ Em 1948, Lacerda se converteu ao catolicismo. Segundo Dulles, Gustavo Corção e Alceu Amoroso Lima foram os que influenciaram Lacerda a se converter. Depois disso, Lacerda costumava se confessar com D. Hélder Câmara e D. José Távora.¹⁰⁰ Em suma, algumas personalidades do catolicismo, próximas de Lacerda, podem ter impactado na seleção de jornalistas para o *Tribuna da Imprensa*.

Um ex-colega (no *Tribuna da Imprensa*) e ex-funcionário (em *Maquis*) de Amaral Netto o adjetivou, *a posteriori*, como um dos membros da “tropa pesada” do jornal de Lacerda.¹⁰¹ Se pode imaginar que esse adjetivo fazia uma espécie de alusão aos que comungariam das ideias e das lutas políticas de Lacerda. Uma entrevista de Murilo Melo Filho serve para exemplificar essa identificação entre a equipe do jornal e Lacerda:

Eu ia entrar num jornal que se afinava muito com as minhas opiniões. Era um jovem muito idealista e trabalhar na Tribuna da Imprensa representava uma honra muito grande para mim. Eu me empolguei por todas aquelas causas que a Tribuna passou a defender. A denúncia da corrupção policial para proteger o lenocínio no Manguê, a

⁹⁷ MENDONÇA, Marina Gusmão de. A criação da Tribuna da Imprensa e a defesa dos interesses conservadores no Brasil. *Revista de Economia Política e História Econômica*, nº 1, pp. 5-21, set. 2004, p. 20-21.

⁹⁸ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Op. Cit. 2007, p. 167.

⁹⁹ FILHO, Murilo Melo. *Testemunho Político*. São Paulo: Editora Elevação, 1999, p. 123-124.

¹⁰⁰ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992, p. 115-117.

¹⁰¹ LEMOS, Carlos. A Tribuna de Lacerda, escola de jornalismo e alegria. In: *Jornal da Associação Brasileira de Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 68, abr. 2008. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/517275/1650> Acesso em: 21/01/2022.

campanha contra Mendes de Moraes como prefeito, a campanha “ajuda teu irmão”, para ajudar os flagelados do Nordeste que naquele tempo estavam sofrendo uma seca intensíssima, a denúncia de irregularidades e negociatas no SESC e finalmente a campanha contra Getúlio. Eu me engolfei nessas lutas todas com muito idealismo e dormia semanas inteiras na própria redação, em cima de jornais que recobriam as mesas. Era solteiro e muito lutador. Queria vencer na minha profissão e achei que aquela era uma grande oportunidade.¹⁰²

É comum se deparar com esse tipo de olhar retrospectivo em entrevistas ou nos livros de ex-jornalistas. Esse olhar conforma em si o romantismo da juventude, o idealismo político, a rotina estafante e a aspiração de tomar parte em algo que se acreditaria poder influenciar em transformações políticas no Brasil. Ao se exaltar o *Tribuna da Imprensa*, conscientemente ou não, se sugere a relevância da própria trajetória pessoal. Dito de outro modo, o sujeito, ao valorizar o jornal do qual ele fez parte, fomenta a sua imagem como um personagem importante.

Outro detalhe interessante dessas memórias é o de que, em vários casos, eram pessoas que começaram na imprensa sem nunca terem se graduado na área. Os cursos universitários de Jornalismo existiam desde 1948, mas somente em 1969 se instaurou no país a obrigatoriedade de diploma para exercício da profissão de jornalista.¹⁰³ Assim, os que ingressaram no campo antes disso geralmente se fizeram jornalistas na prática diária. Isso gera um processo gradativo de adequação no modo de escrever de acordo com os parâmetros praticados no jornalismo.

De todas as campanhas do *Tribuna da Imprensa* citadas por Melo Filho, a luta contra Vargas parece ter sido a mais intensa. Não raro, ela mereceu análises da historiografia e de outros pesquisadores das Ciências Humanas.¹⁰⁴ Ainda em 1950, Amaral Netto publicou um texto sobre a sucessão presidencial brasileira:

No vocabulário popular “balão” define um relato mentiroso. Nos colégios, é comum ouvir-se: fulano soltou um balão, significando que a pessoa indicada disse uma grande mentira. Também na vida pública existem muitos “baloeiros”. O senhor Getúlio Vargas intitulado-se “pai dos pobres”, soltou, não um, mas inúmeros balões destinados a encher a vista dos menos avisados. E por que tanta gente ainda acredita no ditador profissional? Por que existe tão infundada esperança nessa figura maquiavélica da política brasileira? Essas perguntas são muito facilmente respondíveis pelos que teem [sic] olhos para ver e ouvidos para escutar. Aplicou-se a um determinado contingente popular uma espécie de soro de esquecimento. A receita, aliás, foi formulada pelo próprio causador da doença que gangrenou o organismo nacional. Esse soro de esquecimento, graças ao

¹⁰² FILHO, Murilo Melo. *Murilo Melo Filho*. (Depoimento, 1998). Rio de Janeiro: CPDOC/ALERJ, 1998, p. 06.

¹⁰³ VAZ, Ana Lúcia. Gatekeepers x Censores: a luta pelo controle da informação jornalística na transição política brasileira. *Anais do XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio*, Rio de Janeiro, 2018.

¹⁰⁴ Alguns exemplos são: LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano. Op. Cit. 1998; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela (org.). *Vargas e a crise dos anos 1950*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; e MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda (1930-1968)*. Op. Cit. 2002.

qual o getulismo teve muitas das suas misérias encobertas e inúmeras das consequências abrandadas superficialmente, chamou-se Eurico Dutra. Graças à eleição do seu antigo ministro conseguiu o sr. Getúlio Vargas, por intermédio de quase todos seus auxiliares do Estado Novo, obter um clima propício à ação deletéria em curso.¹⁰⁵

Cerca de um ano depois disso, Amaral Netto criticou o governo Vargas por sugerir a criação de um “organismo de intervenção” para, aparentemente, tentar controlar o custo de vida. Na sua opinião, as entidades patronais do comércio e da indústria “deveriam protestar energicamente contra o procedimento do Executivo”.¹⁰⁶

Em meio a isso, Vargas contou com o apoio do jornal *Última Hora*, criado por Samuel Wainer em 1951. O *Última Hora* rivalizou com o *Tribuna da Imprensa*. Talvez o principal episódio disso tenha sido a denúncia de que Vargas havia financiado a criação do *Última Hora*. Segundo Dulles, o jornalista Natalício Norberto publicou, no *Tribuna da Imprensa*, uma entrevista com um suposto interventor do Banco do Brasil no *Última Hora*. Porém, pouco tempo depois disso, Norberto afirmou que foi pressionado por Lacerda a forjar tal entrevista. Com isso, o *Última Hora* processou o *Tribuna da Imprensa* e solicitou uma indenização milionária. Ainda de acordo com Dulles, Lacerda teria reunido a sua equipe para uma campanha contra o *Última Hora*.¹⁰⁷ Foi nesse contexto que, em 1953, Amaral Netto fundou o Clube da Lanterna. O seu objetivo declarado era o de agregar os apoiadores da campanha de Lacerda contra o *Última Hora* e o governo Vargas.

1.2. O Clube da Lanterna

Lacerda conseguiu arregimentar apoio, para além dos limites de sua equipe de redação, contra o *Última Hora*. Outros proprietários de órgãos de comunicação se juntaram a essa causa. Roberto Marinho, dono da *Rádio Globo*, consentiu que ele usasse a sua rádio para denunciar o caso do *Última Hora* e explicar como Vargas se envolveria nele. O mesmo aconteceu na *TV Tupi*, de Assis Chateaubriand.¹⁰⁸ Nesse ínterim, Lacerda trabalhou conjuntamente com David Nasser (repórter de Chateaubriand na revista *O Cruzeiro*) para encontrar provas de que Wainer não era brasileiro. Eles vasculharam órgãos oficiais que registravam os passageiros que

¹⁰⁵ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Subiram sem parar os balões getulistas. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1 e 4, 07 jul. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/1747 Acesso em: 21/01/2022.

¹⁰⁶ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Conselho de Economia: órgão decorativo. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 8, 06 jun. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/5086 Acesso em: 21/01/2022.

¹⁰⁷ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992, p. 155.

¹⁰⁸ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer. O corvo e o bessarabiano*. Op. Cit. 1998, p. 125.

chegaram ao país em navios no início do século XX. Lacerda e Nasser descobriram que Wainer nasceu na Europa e emigrou para o Brasil com os seus pais. Isso fez com que Wainer se afastasse da direção do *Última Hora*. De acordo com a legislação vigente no país à época, um estrangeiro não poderia ser proprietário de um periódico.¹⁰⁹

Em verbete, Sérgio Lamarão traçou um panorama sobre a atuação do Clube da Lanterna entre 1953-56. O autor enfocou o seu comportamento nas conjunturas de crises e de eleições vivenciadas entre 1954-55. Lamarão sinalizou que o Clube congregava parlamentares, fundamentalmente da UDN. Nesse sentido, ele tanto encampou candidaturas udenistas quanto participou de campanhas do partido. Destas, se destacaram a pressão pela renúncia de Vargas em 1954 e a contestação da eleição de Kubitschek e de Goulart no ano seguinte (ambas as quais foram capitaneadas por Lacerda). Como pontuou o autor, o fracasso nessa última empreitada recrudesceu o oposicionismo político do Clube. Este acabou sendo interditado pela polícia em 1955 e, por fim, fechado definitivamente por decreto presidencial em novembro de 1956.¹¹⁰

Por conseguinte, Dulles também escreveu sobre esses eventos em sua pesquisa sobre Lacerda. Por um lado, o seu encadeamento narrativo cronológico e o seu objeto têm o efeito de sugerir uma perspectiva linear de subordinação do Clube a Lacerda. Por outro, eles permitem apreender a relação estreita entre ambos e identificar algumas características organizacionais do Clube. Como o seu presidente de honra, Lacerda foi um dos palestrantes mais assíduos em assembleias, conferências ou reuniões que o Clube propôs. Lacerda também foi o responsável por articular a criação de um diretório regional do Clube em São Paulo, no decorrer de 1954. Enquanto o Clube publicava manifestos pedindo a renúncia de Vargas, Lacerda tentava convencer lideranças políticas e militares a intervirem junto ao presidente no mesmo sentido. No ano seguinte, Lacerda liderou um protesto de rua de associados do Clube – que terminou em tumulto generalizado – que preconizava uma “resistência” contra a posse de Kubitschek e de Goulart.¹¹¹

Em sua dissertação de mestrado, editada em livro, Picaluga analisou as dimensões organizacional, ideológica e eleitoral do diretório da UDN-DF (região que, atualmente, abrange o município do Rio de Janeiro). Para ela, o Clube era politicamente um “grupo mais direitista que a UDN”. Em outro trecho, que avigorou o que foi mencionado acima, Picaluga detalhou essa classificação citando o escritor Leôncio Basbaum. Para este, o Clube expressaria uma

¹⁰⁹ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992, p. 162.

¹¹⁰ LAMARÃO, Sérgio. Clube da Lanterna. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-da-lanterna> Acesso em: 23/08/2023.

¹¹¹ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992.

tendência fascista e serviria a UDN para pressionar o governo. O Clube também participaria da direção nacional do partido, apesar de não ser a força dominante nessa esfera de poder partidário.¹¹² Ao que parece, Basbaum fez uma alusão à Lacerda.

Em sua tese, Benevides apontou que o Clube reuniu militares e civis. A autora também indicou duas características ideológicas do Clube, a saber, o antigetulismo e o anticomunismo. Sendo assim, tendo em mente a análise da autora sobre o ideário da UDN, nota-se a simetria do Clube com algumas das ideias basilares do partido.¹¹³

Como é possível perceber, o Clube foi abordado por pesquisadores que tinham como objeto a UDN (nacional ou local) ou o campo político da época. Diante disso, espera-se, aqui, operar um redirecionamento do olhar de modo que se desfoque Lacerda e a UDN (sem os perder totalmente de vista) e se enfoque o Clube. Apesar da publicidade atingida por sua identidade coletiva, no seu tempo e na bibliografia posterior, o Clube permanece consideravelmente anônimo. Esse encadeamento é necessário para entender o processo de fundação da revista *Maquis*, poucos meses antes do fechamento do Clube. Ambas as instituições (Clube e *Maquis*) tiveram Amaral Netto como idealizador. E, como será demonstrado, parte dos que dirigiram o Clube também ocuparam postos diretivos em *Maquis*. Ou seja, o Clube e *Maquis*, apesar de terem sido duas instituições de tipos distintos, compartilhavam entre si uma raiz e uma finalidade. Assim, as próximas partes deste capítulo analisam: a estrutura organizacional e o ativismo político do Clube; e o grupo de pessoas que o dirigiu (1955). A expectativa é a de mapear os seus meios, os seus modos de ação, bem como de oferecer um perfil sobre esses dirigentes.

1.2.1. Estandarte, disco e agitação

Logo após a saída de Wainer do *Última Hora*, Amaral Netto organizou um evento, em sua casa, para celebrar o êxito de Lacerda. Nas edições dos dias 11, 14 e 19 de agosto de 1953 do *Tribuna*, se encontram fotos do evento. Em uma delas, Lacerda e sua esposa apareceram sorrindo enquanto conversavam com outros convidados.¹¹⁴ O evento foi chamado de “Festa da Lanterna”. A lanterna era o símbolo utilizado pelo *Tribuna da Imprensa* em seu cabeçalho.¹¹⁵ Segundo esse jornal, cerca de 250 pessoas compareceram ao evento. Lacerda, sua mãe e sua

¹¹² PICALUGA, Izabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Op. Cit. 1980, p. 50 e 130.

¹¹³ Benevides, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Op. Cit. 1981, p. 86.

¹¹⁴ Sem título. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 9, 19 ago. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/12579 Acesso em: 06/12/2023.

¹¹⁵ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992, p. 162.

esposa foram presenteados com joias de ouro – um alfinete de gravata, um “adorno de lapela” e um broche, respectivamente.¹¹⁶

Cerca de 20 dias depois, o *Tribuna da Imprensa* publicou o manifesto de fundação do Clube da Lanterna. Aproximadamente 40 pessoas assinaram o documento. Entre elas constavam Amaral Netto, Pedro Theberge e suas respectivas esposas. No manifesto, o caso do *Última Hora* foi qualificado como um ponto de ruptura. Ele tanto demarcava uma linha divisória entre o passado e o presente quanto projetava um futuro. O primeiro funcionou como o caminho para responder o “como” foi possível atingir aquela alegada realidade. O “povo” se sentiria “cansado” de ser “explorado”. Por um lado, esse hipotético *status quo* abrangeria toda a sociedade, sem distinção de credo, etnia, classe ou ideário. Por outro lado, a “ameaça” a sua “liberdade” teria sido o estopim para o seu “despertar”:

E é por isto que se fundou o Clube da Lanterna. Para reunir em torno dela, atraídos pela verdade, todos aqueles neste país – e são a maioria esmagadora – que não trocaram o vício pela virtude; a honestidade pelo roubo; a sinceridade pela hipocrisia; a verdade pela mentira; o amor pelo ódio; a democracia pelo totalitarismo; a claridade pela escuridão; o bem pelo mal; a imprensa livre pela de “Última Hora”.
Nosso símbolo é a lanterna. Ela guiará o povo brasileiro para dias melhores, para um futuro ao qual ele tem todo o direito. Iluminando tudo e todos, não deixará escapar um só dos que se beneficiam da escuridão. Quanto mais alto estiver colocado tanto o corrupto quanto o corruptor, mais fortemente será ele atingido pela luz da lanterna.¹¹⁷

A tarefa do momento seria a de organizar e orientar essa “força” do “povo”, funções diretivas que o manifesto arrogou para o Clube. Nesse processo, a sua lanterna apontaria sequencialmente a sua “luz” sobre os que seriam corruptos ou corruptores. Aqueles que empunhariam a lanterna seriam os honestos. Portanto, se tem um valor autoatribuído – imediatamente – aos que se engajassem no Clube. Esse processo, que envolvia recrutamento e denúncia, possibilitaria a perseguição de um futuro idealizado. Nele, a moralidade pareceria ser essencial. O jogo de palavras do manifesto aglutinou antônimos – de fato ou sugeridos como tal – que estimulavam uma forma de ver e de pensar a sociedade. Ela seria composta por dois campos principais e antagônicos. O apelo sugeriu que havia uma batalha se delineando no horizonte e que, por isso, aquele seria um momento de definição.

Ao lado do manifesto, foram divulgados doze objetivos a serem cumpridos. Em sua maioria se apreende a ideia de atuar como um agente de fiscalização pública (algo coerente com

¹¹⁶ Festa da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 ago. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/12471 Acesso em: 06/12/2023.

¹¹⁷ Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 29-30 ago. de 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/12691 Acesso em: 02/08/2023.

a ideologia do jornalismo). Notadamente sobre o Estado, alvo de dois objetivos. O Clube pretendia “combater o desvirtuamento da intervenção do Estado nos diversos setores da atividade humana” e “condenar toda e qualquer atividade do Estado no setor de imprensa falada e escrita e, em geral, no ramo da informação e da formação da opinião pública”. Essa espécie de disputa sobre a gerência da orientação da sociedade foi reforçada em outros dois objetivos. O Clube almejava divulgar direitos e deveres do cidadão e realizar eventos para levar “ao povo o conhecimento da verdade e o debate dos assuntos que mais de perto lhe dizem respeito”. Os outros objetivos podem ser subdivididos em dois polos. O primeiro se caracterizou por generalizações como “prestigiar” o Congresso Nacional ou “denunciar” os abusos com o erário. O segundo, para além de se relacionar com a questão do manejo do dito conhecimento, visava o crescimento do *Tribuna da Imprensa*, tanto como produto quanto como instituição que tem respaldo social. Por isso, o Clube iria “promover e intensificar a penetração do seu órgão oficial” e “emprestar o seu integral apoio” ao jornal.¹¹⁸

Apesar de não constar na lista de subscritores do manifesto, João Duarte Filho logo ingressou no Clube. Ele também tomou a iniciativa de escrever sobre a associação. Segundo ele, o Clube possuía agentes do campo político em seus quadros, mas a sua constituição majoritária seria a de pessoas anônimas. Estas cobiçariam viver em um país “livre”, trabalhar pacificamente e ter um governo que aplicasse “bem” os impostos. Essas três variáveis dariam estofamento ao “civismo” do Clube. A manifestação desse civismo ocorreria na defesa da liberdade e do dinheiro público. Nesse fluxo, os políticos do e no Clube compartilhariam desses ideais. Assim, ele evocou a independência da associação – ela não pertenceria a qualquer partido ou expressaria interesses partidários.¹¹⁹

Tal qual no manifesto de fundação, Duarte Filho sugeriu uma elasticidade e uma independência para o Clube. A primeira o permitiria comportar pessoas diferentes entre si dos mais diversos modos. A segunda o apresentava como organização insubordinada e insubordinável a qualquer grupo ou agente do campo político. Então, existiria uma fluidez que o capacitaria a dialogar e interagir com forças diferentes ao mesmo tempo. Evidentemente, esse tipo de argumento pretendia atrair pessoas para o Clube – não era uma associação partidária mas, sim, algo que tão somente almejava o bem para o Brasil.

¹¹⁸ Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 29-30 ago. de 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/12691 02/08/2023. Acesso em: 02/08/2023.

¹¹⁹ FILHO, João Duarte. Tribuna Parlamentar. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 01 out. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/13065 Acesso em: 02/08/2023.

Duarte Filho também produziu uma imagem romantizada sobre os associados. Suas referências foram os filmes de *cowboys* dos EUA. Para ele, essas películas exibiam pessoas comuns que tinham paralisado os seus afazeres particulares para confrontar os *outsiders* e os *outlaws* que os ameaçariam. A defesa da ordem, da vida, da propriedade, da liberdade e do trabalho se sobreporiam aos interesses privados de cada um. Assim teriam se originado os grupos de vigilantes nos Estados Unidos. Na sua comparação, aos associados do Clube caberia esse mesmo papel de um certo altruísmo. A fama e o dinheiro não os interessariam porque, vencida a disputa, eles retornariam ao anonimato e a pobreza. Tanto a figura do *outsider* quanto a do *outlaw* foram imputadas a Vargas:

O “outsider”, transformado em “outlaw” violador de Constituições que, quando pode, transforma em papel rasgado, se prepara, mais uma vez, para rasgar outra, vigente em seus princípios democráticos. Verdadeira figura do “for a da lei”, Getúlio confia na fraqueza e no egoísmo do povo e das classes, fiando em que o desinteresse geral pela coisa pública, o desencanto, a morfina do desalento e da desesperança tenha amortecido a consciência do cidadão, permitindo-lhe o golpe.

O Clube da Lanterna convoca, então, os homens de fé. E os reúne, e os mobiliza, cada um desinteressado de si mesmo na luta pela sobrevivência da honestidade e da honra, da liberdade e do civismo.

Hoje se reúnem esses vigilantes. Não há, entre eles, nenhum beneficiário de cargo público, nenhum privilegiado de licenças do Banco do Brasil, qualquer aproveitador das facilidades que o governo amoral concede a quem se vende. São homens da faina particular, da vida privada, homens do trabalho afanoso, homens da família que a nada mais aspiram que a um país com liberdade e honra. São homens anônimos, de uma classe média, de uma existência medíocre, que têm por si, somente, estas coisas que tanto escasseiam no governo: a honestidade, a liberdade e o brio.¹²⁰

No decorrer de sua existência, a proposição de ideias ou de projetos foi pouco explorada pelo Clube em seu *modus operandi*. Por isso, o manifesto e os artigos do jornalista podem ser considerados uma base de referência sobre como a associação se pensava e como ela dizia entender o seu contexto. A moral funcionava tanto como um elemento diferenciador dos espaços ocupados pelos honestos e pelos “corruptos” quanto como algo que instigava a luta entre eles. A liberdade de imprensa acionava, mesmo que veladamente, um dos componentes do liberalismo político do século XIX.¹²¹

O ano de 1953 foi aquele de propaganda metódica da existência do Clube. A sua instalação oficial só ocorreu em 1954. Apesar disso, o Clube começou a participar ou a promover manifestações políticas em 1953. A sua diretoria publicou um anúncio, no *Tribuna*

¹²⁰ FILHO, João Duarte. Tribuna Parlamentar. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 maio 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/15685 Acesso em: 02/08/2023.

¹²¹ TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são*. 2º edição. Florianópolis: Insular, 2005, p. 49.

da *Imprensa*, concitando os leitores a se juntarem ao Clube na recepção que ele organizaria para o retorno de Lacerda ao Brasil. O planejamento previa que eles iriam até o aeroporto Lacerda e, depois, eles formariam um cortejo de carros que acompanharia o homenageado até o *Tribuna*. Segundo tal anúncio, o Clube estaria confeccionando faixas, cartazes, volantes e “grandes lanternas” para serem distribuídas entre os participantes.¹²²

Outro anúncio, datado do mesmo ano, solicitou que os sócios do Clube enviassem cartas a Ricardo Jafet. A intenção seria a de o “fazer ver” que era uma “necessidade moral” a sua permanência no país enquanto ainda se processava o inquérito sobre o *Última Hora*. Jafet tinha sido o presidente do Banco do Brasil no tempo em que Wainer começou a articular a criação do seu jornal.¹²³

Em março de 1954, o Clube da Lanterna divulgou que seu objetivo principal naquele ano seria o “combate a corrupção administrativa e política no país”. Além disso, os dirigentes também iriam delinear qual seria a sua posição diante das eleições legislativas previstas para ocorrer em outubro daquele ano.¹²⁴ Às vésperas da eleição, o *Tribuna da Imprensa* noticiou que Lacerda iria reproduzir o hino do Clube por meio do seu programa na *Rádio Globo*. O hino teria sido criado por Décio Magalhães de Souza e gravado “espontaneamente” por artistas. Abaixo dessa notícia, o jornal transcreveu a letra do hino:

Companheiros de imprensa/Sempre unidos a lutar/A verdade a esse povo/Não devemos ocultar/Nosso sangue derramado/Será sempre uma bandeira/Contra todos os inimigos/Da imprensa brasileira/A lanterna/Que ilumina/Esta luta/Não apagou/E agora/Mais que nunca/Lutaremos com fervor/Companheiros de verdade/Viva o Brasil e a liberdade¹²⁵

Ao que parece, o trecho sobre o “sangue derramado” fez uma alusão ao atentado sofrido por Lacerda (Atentado da Rua Tonelero). A letra também simbolizou a imprensa como um campo pautado por um ideal de prestação de serviço a sociedade.

Em um dos seus discursos feitos para o Clube, Amaral Netto destacou que a organização teria procurado o presidente Café Filho – que assumiu o governo após a morte de Vargas – para propor três medidas que visariam a “reconstrução moral e material do país”. A primeira delas seria a de afastar os “elementos de confiança do governo anterior”. A segunda delas seria a de

¹²² Regresso de Carlos Lacerda. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 12 out. de 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/13185 Acesso em: 02/08/2023.

¹²³ Clube da Lanterna. Recomendação nº 1. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 22 out. de 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/13309 Acesso em: 02/08/2023.

¹²⁴ Prezado Leitor. In: *Tribuna da Imprensa*, p. 1, 13-14 mar. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/14883 Acesso em: 21/01/2022.

¹²⁵ Será lançado hoje o Hino da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 29 set. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/17584 Acesso em: 02/08/2023.

punir os que “desonraram e roubaram” o Brasil. Para tanto, seria necessário instaurar inquéritos judiciais. A terceira delas seria a de tentar recuperar o “patrimônio popular” supostamente “dilapidado”.¹²⁶

Inicialmente, a condição para ser um associado era a compra de assinatura do *Tribuna*. Havia um sistema classificatório que tinha como parâmetros o modelo e a quantidade adquiridas. Por exemplo, um associado “platina” arcava com seis assinaturas semestrais ou anuais. O Clube solicitava que se indicassem os nomes e os endereços das pessoas para as quais o sócio gostaria de remeter as edições. A expectativa era a de que as despesas do Clube fossem pagas com uma porcentagem de cada assinatura contratada por seu intermédio e com doações.¹²⁷

Entretanto, tanto essa condicionante quanto esse sistema foram aparentemente revogados alguns meses depois. O Clube passou a anunciar que o valor da associação era decidido pelo proponente. Este, no ato de inscrição, informaria com quanto poderia contribuir e receberia o seu cartão de sócio com validade anual.¹²⁸ Aliado a isso, outra estratégia pecuniária foi a de produção e comercialização de produtos – escudos, flâmulas e discos gravados com o seu hino. Os diretórios municipais ou estaduais eram favorecidos com um desconto em suas compras no atacado. Em 1956, o Clube também editou uma espécie de livreto político assinado por Amaral Netto sobre o depoimento que ele prestou na polícia acerca do manifesto contra o resultado da eleição de 1955.¹²⁹

Essas três atividades – recrutamento, produção e comercialização – eram geridas por uma Comissão Diretora. Esta que, por sua vez, era selecionada entre os membros do seu Conselho Deliberativo (eleito em assembleia de associados). Em sua primeira composição, o Clube tinha cerca de cinquenta conselheiros (entre efetivos e suplentes)¹³⁰ e seis diretores. Além de Amaral Netto, foram eleitos Pedro Theberge, Nestor Amorim da Cruz, Eurico da Silveira Amado, Raimundo Bandeira Vaughan e João Duarte Filho.¹³¹ Portanto, a sua hierarquia era

¹²⁶ Capitalistas “gregórios” estão contra a participação nos lucros. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 27 jan. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/19717 Acesso em: 02/08/2023.

¹²⁷ Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 29-30 ago. de 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/12691 02/08/2023 Acesso em: 02/08/2023.

¹²⁸ Hoje no Clube da Lanterna apoia a Aliança Popular. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 maio 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/15683 Acesso em: 02/08/2023.

¹²⁹ O Clube da Lanterna e a legalidade vigente. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 28 fev. de 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26476 Acesso em: 02/08/2023.

¹³⁰ Pela liberdade da imprensa e do rádio. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 12, 2 out. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/13086 Acesso em: 02/08/2023.

¹³¹ Eleita a diretoria do Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 7 out. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/13134 Acesso em: 02/08/2023.

descendente quantitativamente e relativamente simples – assembleia, conselho e diretoria, nos moldes de uma empresa de capital aberto.

O Clube chegou a divulgar a criação de departamentos de atribuições específicas, mas esses episódios ou eram motivados por contingências momentâneas ou nem mesmo se concretizavam. Convém mencionar o caso de sua pretendida reestruturação que viabilizaria o seu contato com as “massas” (1956). Se aspirava criar departamentos de propaganda, assistência jurídica, de distribuição de remédios, de projeções cinematográficas e de alocação de desempregados no mercado de trabalho. Porém, ao menos no *Tribuna da Imprensa*, não há notícia de que o Clube tenha desenvolvido ou realizado isso. Essa ausência sugere que tais departamentos nunca foram estruturados.¹³²

Seja como for, o Clube obteve algum sucesso em sua expansão territorial, não apenas na capital de São Paulo. O noticiário do *Tribuna da Imprensa* propagandeou as inaugurações de diretórios em Santos, Presidente Prudente, Uberlândia, Araguari, Salvador e Pernambuco. Por outro lado, o arquivo do Clube, apreendido pela polícia em 1955, tinha registros sobre os diretórios das seguintes capitais – São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Estado do Rio.¹³³ A diretoria passou a se apresentar publicamente como a Comissão Diretora Nacional e definiu normas para organizar e controlar essa expansão. Todos os diretórios deveriam ser filiados à Comissão. A esta cumpria a emissão dos cartões de sócios em série única. A “independência de ação” era permitida de acordo com o limite geográfico (cada diretório tinha liberdade de decidir como agir dentro do território que ele abarcava). Nacionalmente, as decisões, as estratégias e as atividades eram de competência da Comissão Nacional.¹³⁴

A interdição policial da sede do Clube (1955) parece ter gerado um impacto relevante em sua estrutura. A associação permaneceu inativa por cerca de três meses – de novembro de 1955 a fevereiro de 1956. Posteriormente, o Clube passou a solicitar que os seus associados refizessem as suas matrículas devido a apreensão do seu arquivo. Nesse momento, também se nota um certo incômodo de alguns de seus dirigentes pela não devolução do dinheiro encontrado pela polícia em um cofre:

O “Clube da Lanterna”, este, tem sua sede em uma salinha alugada, que paga pontualmente. Um dia, lá chegou a polícia e, sem aviso, arrombou-lhe as portas,

¹³² Clube da Lanterna irá até às massas. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 6, 22 mar. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/26904 Acesso em: 02/08/2023.

¹³³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Memorando nº 50 [1956] Fundo: Pol. Setor: Geral. Dossiê: 2. Notação: 15. P. 1-243.

¹³⁴ Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 out. 1954, Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/18028 Acesso em: 02/08/2023.

vasculhou-lhe os arquivos e, cuidadosamente, o cofre, arrepanhou tudo, inclusive dinheiro. Forçada a devolver a sede, teve o cuidado de não devolver mais nada, nem mesmo o dinheiro.¹³⁵

Havia, ainda, um outro problema. O DFSP instaurou inquérito para averiguar a responsabilidade pelo manifesto divulgado após a vitória de Kubitschek e de Goulart. Os seus conselheiros e os seus diretores foram convocados a depor e, por isso, acabaram se tornando personagens de notícias policiais da imprensa. Na conclusão do inquérito, o delegado Olavo Rangel elencou 17 associados como autores do manifesto. Eles foram enquadrados no artigo nº 11 da Lei nº 1.802/53 – “fazer publicamente propaganda: a) de processos violentos para a subversão da ordem política e social”. Segundo Rangel:

É óbvio que o Clube propriamente dito não dispõe da força necessária para assegurar as modificações que preconiza para o sistema político do país. Mas o “Clube da Lanterna” é o que se denomina modernamente – “grupo de pressão” – atuando por meio da influência, à maneira de alavanca, nos grandes setores da sociedade. Vale lembrar o que a respeito dos grupos de pressão ensina Temístocles Cavalcanti em “Os Partidos Políticos”:

“Os grupos de pressão podem ter caráter religioso, econômico, social, profissional, como também podem representar movimentos de opinião que se organizam dentro de sociedades civis ou mesmo de clubes.

Essa pressão nem sempre se manifesta de maneira ostensiva, mas penetra na opinião pública, conquista adeptos que se multiplicam e que levam os partidos políticos a assumirem determinadas atitudes.

Sob a pressão desses grupos os partidos muitas vezes perdem o seu sentido ideológico e aceitam soluções que não se ajustam aos seus problemas partidários. É este, sem dúvida, um dos aspectos mais graves da organização política do Estado, o que torna efêmera a expressão ideológica desses partidos, que preferem muitas vezes adotar uma solução pragmática, diremos mesmo, uma solução política, a uma solução lógica dentro do seu programa partidário.

A organização e o funcionamento de um grupo de pressão constitui um perigo inocultável; revela uma subversão clara ao regime representativo [...].”

Acresce ainda realçar que no caso o “Clube da Lanterna” nada mais é do que a vanguarda atuante de um grupo de inconformados com os processos democráticos previstos na Constituição; e assim esse grupo de choque se apresenta como uma fração dos chamados irreconciliáveis, cuja existência constitui patente perigo para as instituições políticas.¹³⁶

Convém um parêntesis sobre o arquivo policial acerca do Clube. Junto do inquérito, há um memorando do escrivão-chefe Alberto Machado para o chefe do Serviço de Informações. Nele, Machado anexou uma lista de associados, divididos por estados. A listagem contém 306 associados no Distrito Federal; 21 no Estado do Rio; 19 em São Paulo; 12 em Minas Gerais; e 4 no Rio Grande do Sul. No total, seriam 362 associados. Contudo, se, de fato, o registro de

¹³⁵ FILHO, João Duarte. *Tribuna Parlamentar*. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 26 nov. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/31898 Acesso em: 02/08/2023.

¹³⁶ Carlos Lacerda denunciado no processo do Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2 e 5, 30 jan. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26017 Acesso em: 02/08/2023.

sócios era feito em série única, os números de matrículas entre os listados sugere um contingente muito maior. Therezinha Zamboni, funcionária pública, tinha o cartão de sócia nº 7.849.¹³⁷

Restringindo o olhar, cada entrada individual de associação geralmente possui nome completo, idade, estado civil, profissão, local de trabalho e endereço. Nesse sentido, elaborou-se um quadro baseado no caso do Distrito Federal – distinto quantitativamente dos demais diretórios na documentação policial. Cumpre ressaltar algumas observações. A primeira é a de que esse quadro se restringe apenas às profissões que foram declaradas por um mínimo de dez associados. A segunda é a de que alguns poucos associados declararam mais de uma profissão. Assim, optou-se por fazer o registro delas no quadro quando adequadas ao que foi observado acima. Por exemplo, alguém que disse ser “advogado” e “jornalista” representou um ponto para cada uma dessas categorias:

Quadro nº 1: Profissões de Associados do Clube da Lanterna

Profissão	Quantidade
Advogado	10
Bancário	11
Engenheiro	13
Funcionário Público	94
Jornalista	15
Médico	19
Militar	37

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Memorando nº 50* [1956]

Diante da diferença quantitativa entre a lista do documento policial e o número de inscrição, esse quadro pode ser considerado como uma amostragem. Chama a atenção o caso do trabalho no funcionalismo público, subgrupo muito superior aos outros. Um caso que mereceria uma análise pormenorizada que foge do nosso escopo. Entre os militares, 48% declararam ser oficiais ou informaram patentes que indicam o pertencimento ao oficialato (capitães, majores e coronéis). Os registros como militares reformados são poucos. Há também o caso das profissões que dependiam de diploma no ensino superior para o seu exercício (Direito, Engenharia e Medicina). Assim, o quadro sugere uma imagem sobre o conjunto que se formou sob o comando de Lacerda, de Amaral Netto e dos outros diretores do Clube.

¹³⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Memorando nº 50* [1956] Fundo: Pol. Setor: Geral. Dossiê: 2. Notação: 15, p. 7.

A eleição de 1955 pode ser considerada como um marco importante na trajetória do Clube. Em primeiro lugar, a campanha eleitoral sugere um rearranjo nas forças com as quais o Clube articulava-se até então. Armando Falcão (PSD), seu conselheiro, recebeu apoio para deputado em 1954. Contudo, em 1955, Falcão não mais fazia parte do Conselho. Nesse momento, o Clube apoiou algumas dissidências do PSD que eram contrárias a escolha de Kubitschek para candidato. Em segundo lugar, essa questão da seleção dos concorrentes parece ter fomentado dissensos na diretoria do Clube. Três de seus membros renunciariam aos seus postos quando se votou e se aprovou o endosso ao nome Etelvino Lins (PSD).¹³⁸ Em terceiro lugar, a mudança de candidato – ao invés de Lins concorreu Juarez Távora, do Partido Democrata Cristão (PDC) – aparentemente representou uma perda econômica. Cartazes de Lins legendados pela frase “honesto e pobre como você”, que o Clube estaria produzindo para a sua propaganda eleitoral, tornaram-se inúteis.¹³⁹ Em quarto lugar, há o caso dos manifestos de 1954 e de 1955. Ambos mencionam as Forças Armadas. Amaral Netto assinou os dois manifestos como presidente do Clube:

Forças Armadas e Povo, unidos, estão exigindo a inteira apuração da verdade e a punição dos responsáveis pelo atentado do qual resultou a morte do bravo major-aviador Rubens Florentino Vaz. [...].

Não querendo ver a nação mergulhada em sangue ou sufocada por uma ditadura, o povo deve elevar a sua voz, faze-la chegar até o Catete, numa exigência unânime, enérgica e patriótica:

GETÚLIO VARGAS, RENUNCIE!

O Clube da Lanterna lança a todo o Brasil esta proclamação. Sem ódios e sem rancores, sem objetivos político-partidários, despidos de qualquer sentimento de vingança, unicamente em defesa da ordem e da legalidade públicas, em defesa da justiça e dos direitos de cada um, em defesa de tudo quanto preservamos até agora, ao senhor Getúlio Dorneles Vargas: RENUNCIE!

Não pode o principal suspeito presidir o inquérito sobre um crime provadamente cometido por homens que trabalham sob suas ordens e ao seu lado. Os mais mezinheiros princípios de ordem moral e jurídica estão a exigir a renúncia do presidente da República.

É este o objetivo do Clube da Lanterna. Que de todos os estados, de todas as cidades, de todas as vilas e povoados, de cada um dos cidadãos que habitam este país cheguem ao Palácio do Catete telegramas e mensagens exigindo ao senhor Getúlio Dorneles Vargas a sua RENÚNCIA.

O sangue do major Rubens Florentino Vaz escreveu na madrugada do dia 05 de agosto o último capítulo da história da oligarquia Vargas à frente dos destinos do BRASIL.¹⁴⁰

O manifesto de 1955 usou o anticomunismo para contestar o resultado eleitoral:

¹³⁸ O Clube da Lanterna vai debater a corrupção e a fraude eleitorais. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 maio 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/21664 Acesso em: 02/08/2023.

¹³⁹ Nova definição de Etelvino hoje no Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 maio 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/21390 Acesso em: 02/08/2023.

¹⁴⁰ Getúlio Vargas, renuncie. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 9, 13 ago. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/16835 Acesso em: 21/01/2022.

Estão “eleitos” presidente e vice-presidente da República, um negociista e um peronista.

A realização das eleições, aparentemente normais, faz com que ressoem as trombetas de uma falsa legalidade, de uma legalidade podre, sob cuja bandeira pretende-se abrigar, novamente, a oligarquia deposta. [...].

FOI O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL a força que garantiu a minoria absoluta pelos candidatos dos ladrões, dos negociistas e dos peronistas. Perguntamos: podem tomar posse candidatos do roubo e da traição? Podem tomar posse candidatos da minoria absoluta? Podem tomar posse candidatos cuja vitória pífia, foi, exclusivamente, resultado do apoio de um partido ilegal e proibido de funcionar no Brasil?

Se de nada valeram todas as advertências; se de nada valeram as palavras serenas e enérgicas dos líderes militares, é preciso que o bom-senso e o patriotismo apontem aos responsáveis por este país, a total impossibilidade de reconduzir a oligarquia ao Catete. [...].

Aí estão eles, de braços dados com [Luís Carlos] Prestes e os plutocratas dos lucros extraordinários, a afirmar que as Forças Armadas são a garantia de sua posse, enquanto riem-se delas que os arrancaram do Poder.

Aí estão eles. À espera das continências dos generais, dos almirantes, dos brigadeiros, continências que, se Deus quiser, não serão feitas, para honra do Brasil e das suas tradições.

O CLUBE DA LANTERNA conclama o povo a resistir à tentativa de restauração dos “gregórios” no Poder.¹⁴¹

Em 1955, ao lado de Lacerda, Amaral Netto discursou em uma reunião do Clube promovida na ABI. No seu discurso, ele voltou a defender a ideia de que o povo deveria “resistir” contra o retorno dos “ladrões e traidores” ao poder.¹⁴²

Outros simpatizantes dessa causa articularam um plano de ação para tentar neutralizar a posse de Kubitschek e de Goulart. Em entrevista concedida *a posteriori*, o então chefe do Serviço de Investigações do DFSP Cecil de Macedo Borer afirmou que havia sido montado um “dispositivo” para “promover uma revolução” no Brasil.¹⁴³ Não se sabe se Amaral Netto ou Lacerda tinham ciência disso. Seja como for, Borer foi o policial a quem Lacerda recorreu para

¹⁴¹ Provavelmente, o termo “gregórios” é uma alusão a Gregório Fortunato, chefe da Guarda Presidencial de Vargas que foi acusado e condenado pelo Atentado da Rua Tonelero. Impedir a todo custo a volta dos gregórios. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 out. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/24165 Acesso em: 02/08/2023.

¹⁴² DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992, p. 225.

¹⁴³ Segundo Borer: “[...] dentro do esquema militar esboçou-se um movimento para impedir que Juscelino fosse empossado. E, embora fosse policial, eu também tinha uma posição política, tinha o convívio e aceitava todos aqueles princípios que os militares colocavam na ocasião. Na época, ocorreu uma cisão nas Forças Armadas e eu fiquei do lado dos que trabalhavam para que Juscelino não fosse empossado. Sucedendo Café Filho, que foi Vice-Presidente do Getúlio, a Câmara tinha colocado como Presidente da República Carlos Luz. Na ocasião, foi montado um dispositivo que ia promover uma revolução, e na antevéspera dessa revolução era necessário que tirassem o Lott do Ministério da Guerra”. ARAÚJO, Paulo Roberto Pinto de. DUARTE, Leia Menezes (org.). *A contradita. Polícia Política e comunismo no Brasil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013, p. 55-56

proteger o *Tribuna da Imprensa* quando pessoas tentaram depredar o jornal após o suicídio de Vargas.¹⁴⁴

Os desdobramentos desse impasse são vitais para entender os próximos passos de Amaral Netto e do Clube. Amaral Netto afirmou que, no contexto do contragolpe de 1955¹⁴⁵, ele foi levado por “companheiros e amigos” para a Embaixada da Costa Rica para impedir que contra ele “fossem praticados atos arbitrários”. Ele denunciou que sua casa foi arrombada e revistada por “elementos desconhecidos” e que o Clube teve seus arquivos apreendidos. Amaral Netto protestou contra a entrega a “jornais da lama” – provavelmente uma referência ao *Última Hora* – de informações sobre o Clube. O jornalista ficou pouco mais de duas semanas asilado na Embaixada até enfim retornar as suas atividades como jornalista e ativista político.¹⁴⁶

Os últimos meses de existência do Clube foram marcados pela disputa simbólica pela imagem social de legalista. Alguns associados negaram em depoimento que o manifesto visava subverter a ordem. Talvez por isso, o Clube adotou como o seu lema a frase “justiça para os patriotas; punição para os golpistas”.¹⁴⁷ Obviamente, os patriotas seriam os seus associados. Na esteira disso, o Clube adotou um discurso reformista:

O Brasil precisa de uma reforma de base. Necessita e reclama imediatas modificações sociais, econômicas e políticas, sem as quais não sobreviverá nem mesmo esta incipiente democracia em que vivemos.

Sem essa reforma será impossível governar o país. Mas, o que não podemos aceitar é que os beneficiários da atual situação, desta situação vergonhosa, possam se arvorar em executores da reforma reclamada.

É tempo de dizer aos trabalhadores, aos que vivem de salários, quanto é miserável a exploração de que eles têm sido vítimas. É tempo de realizar a verdadeira justiça, tornando os ricos menos ricos e os pobres menos pobres, e não mantendo os que trabalham como instrumentos dos seus próprios exploradores.

Tudo isto o Clube da Lanterna dirá, de público, como pleiteia que se faça, como pensa que se deve fazer. Porque, se isto não for aceito, estaremos dentro em breve reduzidos a uma republiqueta de fancaria vítima do caos e da desordem, presa fácil dos imperialismos de todos os tipos.¹⁴⁸

¹⁴⁴ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992, p. 190. Na entrevista de Borer, citada anteriormente, ele afirmou ter prendido Lacerda no contexto de uma investigação sobre um “círculo de ferro da juventude comunista”, do qual Lacerda seria membro. Nesse sentido, Borer e Lacerda se conheciam desde, ao menos, os anos 1930. ARAÚJO, Paulo Roberto Pinto de. DUARTE, Leila Menezes (org.). *A contradita. Polícia Política e comunismo no Brasil (1945-1964)*. Op. Cit. 2013, p. 43.

¹⁴⁵ Cf. p. 25.

¹⁴⁶ Esclarecimento. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 01 dez. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/24892 Acesso em: 21/01/2022.

¹⁴⁷ Nova reunião pública do Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 22 maio 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/28069 Acesso em: 03/10/2023.

¹⁴⁸ Manifesto à nação. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 07 mar. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26620 Acesso em: 03/10/2023.

Percebe-se como o Clube defendeu uma bandeira reformista sem se preocupar em detalhar o que isso significaria. Apenas se sustentou a urgência dessa alegada reforma como um modo de evitar uma hipotética catástrofe no país. Tal qual no seu manifesto de fundação, o Clube voltou a se exibir como uma espécie de porta-voz do povo – a esse último cumpriria apenas seguir a sua mensagem, mesmo que ele não fosse informado sobre o que conformaria essa dita reforma. Os manifestos apontavam claramente a quem caberia a liderança e a quem cumpriria ser liderado (acriticamente).

1.2.2. A direção do Clube

Preliminarmente, convém sinalizar algumas observações acerca da metodologia da prosopografia. Esse método implica na delimitação de um conjunto de indivíduos como foco de análise. Ou seja, aloca-se o sujeito no epicentro da pesquisa.¹⁴⁹ Estabelecido esse parâmetro, desenvolvem-se dois processos correlacionados e complementares. Primeiro, o de definir um questionário de características e atributos a ser respondido. Estas foram registradas em fichas individualizadas. Segundo, o de mapear relações, pertencimentos e laços de interdependência no contexto em questão. A identificação desses fios tanto ilumina dimensões da experiência individual quanto afasta o risco de supervalorizar o papel do Clube nas vidas de tais sujeitos.

O primeiro procedimento foi o de selecionar como objeto os 17 implicados pelo DFSP. Essa decisão foi pautada em duas justificativas. A primeira, e mais evidente, é a de que eles estavam no comando do Clube naquele contexto crítico. A segunda é a de que o inquérito policial possui duas informações vitais para o desenvolvimento da pesquisa ulterior – o nome completo e a filiação de cada um deles. Apesar de parecer algo simples, seria impossível mensurar a quantidade de esforço poupado na tentativa de localizar esses dados. Tais dados também possibilitaram diminuir o risco de ocorrência de homônimos. Dos 17 dirigentes, apenas um permanece como uma incógnita. Portanto, a análise que segue abaixo embasa-se na pesquisa sobre 16 nomes.

O segundo procedimento foi o de buscar registros cartoriais de nascimento, de matrimônio ou de óbito. As certidões de casamento foram especialmente importantes. Elas sinalizam o momento de alteração no estado civil e complementam o leque de informações biográficas básicas. Também contêm endereços e profissões declaradas. Como foi visto, a profissão pode indicar um tipo específico de instrução educacional. Mas não só isso. Ela

¹⁴⁹ FERRARI, Marcela. Prosopografia y história política. Algunas aproximaciones. *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan.-jun., p. 529-550, 2010.

também serve como uma base de comparação com aquilo que porventura poderia ser encontrado em outras fontes.

O terceiro procedimento foi o de pesquisar ocorrências na imprensa periódica, por palavras-chave, em décadas e em âmbito nacional. Além do nome completo, foram testadas variações de escrita. Um processo de tentativa e erro, enfim, possibilitado pela ferramenta de pesquisa. Cumpre ressaltar que isso não quer dizer que todas as menções foram localizadas. Elementos como o contraste entre letras podem impactar no alcance da busca.¹⁵⁰ Essa reflexão não anula o esforço – o recurso aos periódicos gerou frutos, notáveis no detalhe de que o objeto abrange 16 dos 17 diretores.

Adentrando na questão do perfil, já foi dito que eles foram personagens de notícias policiais em 1955. O olhar retrospectivo tornou perceptível que os diretores ocuparam anteriormente outros espaços editoriais. O modo, o motivo e a inserção no produto eram determinados por outras razões. Foram encontradas fontes sobre eles em notícias políticas, classificados, notas sociais, boletins de instituições públicas e atas (ou balanços contábeis) de sociedades anônimas. Pensando nisso, tomam forma algumas considerações iniciais. Primeiro, a de que existiam aqueles que eram economicamente capazes de pagar para publicar algo, como um anúncio. Segundo, a de que alguns deles pertenceram a instituições estatais. Terceiro, a de que eles eram considerados por algum motivo dignos de registro (nem todo matrimônio ou evento social é transformado em notícia).

Assim, o quadro nº 2 reúne algumas informações biográficas básicas:

Quadro nº 2: Nome, Ano e Local de Nascimento dos Diretores do Clube da Lanterna

Nome	Nascimento	Local
Armando Monnerat	1896	Rio de Janeiro
Dídimo Estácio de Lima Brandão	1900	Pernambuco
Eduardo Eugênio Vieira de Gomensoro	1914	Rio de Janeiro
Eurico da Silveira Amado	1928	Sergipe
Ever da Silva	1917	Rio de Janeiro
Fidélis dos Santos Amaral Netto	1921	Rio de Janeiro
Hélio Pires Magalhães	1917	Pernambuco
Homero Renato Brantes	1915	Rio de Janeiro
Jayme Amaral Segurado Pinto	1898	São Paulo
João Duarte Filho	1907	Pernambuco
Joaquim Pinto Júnior	1925	Amazonas
Jorge Gross Lefebvre	1902	Rio de Janeiro

¹⁵⁰ MORAES, Luís Edmundo de Souza. Imagens e estereótipos de judeus na imprensa do Rio de Janeiro entre a Revolução de 1930 e o fim do Estado Novo: o caso do Correio da Manhã. Op. Cit. 2020, p. 706.

Jorge Machado de Lima Brandão	1920	Pernambuco
Milton Torres Barcelos e Silva	1928	Rio de Janeiro
Pedro Benjamin Garcia de Souza	1924	Rio de Janeiro
Raymundo Bandeira Vaughan	1889	Pernambuco

No quadro, a categoria Rio de Janeiro engloba tanto os nascidos no DF quanto os oriundos do Estado do Rio, à revelia da separação geográfica e política que existia à época. Dito isso, nota-se que não há diversidade de gênero ou de nacionalidade. A ausência de mulheres talvez seja a mais relevante. No manifesto de fundação do Clube há a presença feminina. O noticiário do *Tribuna da Imprensa*, sobre a primeira diretoria, mencionou uma mulher como conselheira.¹⁵¹ E, na lista de sócios supracitada, o número de mulheres é considerável.¹⁵²

Tendo em vista os processos de fundação e de expansão do Clube, a categoria local de nascimento merece destaque. Havia a expectativa de que os seus diretores fossem exclusivamente cariocas. Porém, a metade deles eram originários de outros estados, notadamente os das regiões Norte e Nordeste (43%). Oito desses homens tinham em comum a experiência da migração para a capital, um dos principais centros urbanos da época. Esse processo é atravessado por mudanças – no cotidiano, no trabalho, entre outros – que eles vivenciaram. Ao menos em relação ao subgrupo dos pernambucanos, pode-se afastar a pobreza como um potencial fator para a migração.

De acordo com o *Jornal Pequeno*, Hélio Pires Magalhães era filho do “acatado engenheiro” João da Cunha Magalhães. Ele seria uma pessoa de “alta distinção social” em Pernambuco – tanto seria sócio de uma empresa de construção civil (junto do pai) quanto uma “figura de expressão” do Exército.¹⁵³ Parece que a família Magalhães dividia a sociedade da empresa com o também engenheiro Jaime Estácio de Lima Brandão.¹⁵⁴ Este era o pai de Jorge Machado de Lima Brandão.

Raimundo Bandeira Vaughan era filho do médico, professor, político e intelectual Raymundo Carneiro de Souza Bandeira. Este tinha sido deputado e vice-governador de Pernambuco.¹⁵⁵ O último do subgrupo era Duarte Filho. Segundo o necrológio escrito por José

¹⁵¹ Pela liberdade da imprensa e do rádio. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 12, 2 out. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/13086 Acesso em: 02/08/2023.

¹⁵² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Memorando n° 50 [1956] Fundo: Pol. Setor: Geral. Dossiê: 2. Notação: 15. P. 1-243.

¹⁵³ Álbum elegante. In: *Jornal Pequeno*, Recife, p. 3, 06 nov. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800643/69916> Acesso em: 03/10/2023.

¹⁵⁴ Dr. Jayme Brandão. In: *Jornal Pequeno*, Recife, p. 3, 28 fev. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800643/65112> Acesso em: 03/10/2023.

¹⁵⁵ Dr. Raymundo Carneiro de Souza Bandeira. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1929, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/41727 Acesso em: 03/10/2023.

Costa, ele migrou para o Distrito Federal para “representar” o *Diário da Manhã*. Pelo texto, entende-se que ele era próximo de Agamenon Magalhães no tempo em que esse último foi Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1934-37):

Continuava firme, objetivo, trabalhando, madrugando, no sol ou na chuva, com o mesmo empenho dos seus primeiros dias no Rio, quando aqui chegou representando o Diário da Manhã, de Pernambuco, dirigido por Carlos de Lima Cavalcanti. [...]. Depois de ter se ligado a Agamenon Magalhães, então no Ministério do Trabalho, por longos anos dirigiu os trabalhos dos órgãos oficiais, sendo também escritor [...].¹⁵⁶

Em 1941, o jornal católico *A Ordem* noticiou que Vargas havia assinado um decreto nomeando Duarte Filho para o Conselho Nacional do Trabalho. O seu cargo seria o de “representante” das instituições de Previdência Social.¹⁵⁷ No arquivo Getúlio Vargas, há uma nota, sem assinatura, datada de 1951, sobre Duarte Filho:

Trabalhando atualmente na “Tribuna da Imprensa”, toma conta de toda a reportagem política. Está amargado e ressentido porque tendo ficado ao lado do presidente durante o governo Dutra não teve qualquer chance para fazer jornalismo ao amparo da proteção governamental. Tentou primeiro tomar conta da Manhã, mas puseram-no de lado. Tentou, depois, conseguir posição em jornais de influência oficioso [sic] e igualmente nada conseguiu. Alega que, para trabalhar não lhe ficou caminho si [sic] não o de ingressar na imprensa oposicionista. No jornal de C. Lacerda vem sendo utilizado para fazer campanha política contra tudo e todos que se ligam as atividades do governo. Contou-me as suas queixas e justificou-se dizendo que como profissional precisa viver e não pode morrer de fome. Procurei apaziguá-lo, mostrando que ele se estava comprometendo, depois de ter sido um jornalista combativo pela volta de Getúlio. Concluí que se lhe déssemos uma ajuda para ter um jornal próprio voltará a colaborar na defesa do presidente e de seu governo. Seria possível isso? Si [sic] o fosse converia [sic] chama-lo e acertar a situação. O Duarte é um bom jornalista político, combativo e vibrante. Gosta, dizem, de dinheiro, mas não me consta que faça chantagens e uso de outros meios sujos. Aliás, se fossemos exigir garantias de probidade aos próprios “grandes” da nossa imprensa, nenhum deles poderia dá-las satisfatoriamente, a começar pelo Chatô [Assis Chateaubriand], Paulo Bittencourt, etc. etc.¹⁵⁸

O autor parece ter tentado atuar como uma espécie de intermediário. No texto, ele indica que, mesmo após o fim do Estado Novo, Duarte Filho supostamente teria continuado ao lado de Vargas. Isso sugere que havia uma espécie de expectativa de que esse apoio seria

¹⁵⁶ COSTA, José. A missa de João Duarte, filho. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 12 out. 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_03/13870 Acesso em: 03/10/2023.

¹⁵⁷ Nomeado para o Conselho Nacional do Trabalho o jornalista João Duarte Filho. In: *A Ordem*, Rio Grande do Norte, p. 2, 10 fev. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/764051/6470> Acesso em: 31/07/2023.

¹⁵⁸ Nota, sem assinatura, sobre a situação profissional do jornalista João Duarte Filho obrigado a trabalhar na “Tribuna da Imprensa” por não ter encontrado oportunidade em outros locais. *Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)*. Arquivo Getúlio Vargas. Série: Correspondências. Classificação: GVc1951.00.00/56. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/corresp4/98> Acesso em: 31/07/2023.

reconhecido e recompensado. Se, de fato, essa aspiração existia, cumpre ressaltar que ela não era algo incomum entre jornalistas e políticos – ou entre o campo da imprensa e o da política – no decorrer da primeira metade do século XX. Ribeiro analisou alguns desses casos.¹⁵⁹

Ao subtrair o ano do inquérito policial (1955) pelo de nascimento de cada um deles, se obtém a média de idade de 42 anos. Todos nasceram ao tempo da Primeira República, mas uma parcela significativa deles estava com dez anos ou menos quando a Revolução de 1930 provocou o seu fim (37%). Em sua maioria, eles estavam com 18 anos ou mais quando ocorreu o golpe de 1937 (62%). Ou seja, se pode fazer uma diferenciação geracional entre eles. Alguns viveram a infância e a adolescência sob a democracia, outros sob o autoritarismo. O quadro nº 3 indica o grau de instrução deles:

Quadro nº 3: Grau de Escolaridade dos Diretores do Clube da Lanterna

Nome	Escolaridade
Dídimo Estácio de Lima Brandão	Ensino Superior
Eduardo Eugênio Vieira de Gomensoro	Ensino Superior
Eurico da Silveira Amado	Ensino Superior
Fidélis dos Santos Amaral Netto	Curso Profissional
Hélio Pires Magalhães	Ensino Superior
Joaquim Pinto Júnior	Curso Profissional
Jorge Machado de Lima Brandão	Ensino Superior
Milton Torres Barcelos e Silva	Curso Profissional
Pedro Benjamin Garcia de Souza	Ensino Superior
Raymundo Bandeira Vaughan	Ensino Superior

O quesito escolaridade foi, sem dúvida, o mais difícil de encontrar nos arquivos consultados. Isso se reflete nos 6 casos em que não se sabe qual era o grau de instrução de cada diretor. Apesar disso, a possibilidade de que algum deles fosse analfabeto ou mesmo apenas alfabetizado é remota. Entre os casos desconhecidos, 4 eram do Rio de Janeiro, 1 de São Paulo e 1 de Pernambuco. Este último era o jornalista Duarte Filho, um homem letrado. Ao se recorrer ao censo demográfico de 1950 produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

¹⁵⁹ “As relações da imprensa com os detentores do poder eram fundamentais não apenas para garantir a subvenção de certas empresas, mas também possibilitar aos jornalistas inserção em postos de comando junto à burocracia oficial. Era comum a troca de apoio por nomeações no serviço público. Alguns casos são bastante conhecidos, como o de Prudente de Moraes, neto (que assumiu, em maio de 1955, a superintendência da SUMOC, como recompensa do seu apoio a Café Filho) e o de Danton Jobim (que em 1956, após o Diário Carioca ter apoiado a campanha de JK, foi nomeado presidente do IBGE)”. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade. Como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? Op. Cit. 2001, s/p.

(IBGE), se nota que o Rio de Janeiro e São Paulo estavam entre as capitais de menor índice percentual de analfabetismo entre pessoas acima de 10 anos de idade.¹⁶⁰

Adiante, 63% do grupo tinha alguma instrução acima dos cursos primário e secundário. Destes, 7 tinham diplomas de ensino superior e 3 frequentaram cursos de formação profissional. Em ordem crescente, entre os graduados havia 1 médico, 2 advogados e 4 engenheiros. Este último subgrupo era formado majoritariamente pelos pernambucanos. Estes contribuíram para que a porcentagem de graduados atingisse a casa dos 43%. Os restantes foram alunos de cursos diferentes entre si. Amaral Netto cursou a Escola de Marinha Mercante. Barcelos e Silva estudou no Curso de Cadetes da Escola Militar.¹⁶¹ Joaquim Pinto Júnior tinha um diploma registrado como técnico de contabilidade.¹⁶²

Todos eles tinham contraído matrimônio antes da fundação do Clube (1953). Foram localizadas as certidões de casamento de 12 deles. Os restantes tiveram tal evento noticiado na imprensa. Assim, eles tinham estruturado novas ramificações relacionais e formado novos núcleos familiares. Nas certidões encontradas, todos declararam as suas profissões. O padrão entre os graduados no ensino superior era o de informar a área de diplomação. Outros trabalhavam no comércio ou na indústria, seja na condição de empregado (comerciário/industrial) ou na de proprietário (comerciante/industrial). A única exceção foi a de Armando Monnerat que afirmou ser um lavrador.¹⁶³ Porém, segundo o *Correio da Manhã*, Monnerat afirmou ser um comerciante durante o seu depoimento no inquérito do Clube da Lanterna.¹⁶⁴

A inserção desses sujeitos no mundo do trabalho ia além da profissão declarada em cartório. Assim, é possível delimitar outro traço tendencial do perfil de grupo, a saber, o de que

¹⁶⁰ “Com referência à alfabetização das pessoas de 10 anos e mais, verificou-se que 52,62% dos homens e 44,17% das mulheres sabiam ler e escrever. Observou-se também que eram alfabetizados 78,63% das pessoas de 10 anos e mais, presentes no quadro urbano, 61,97% das presentes no quadro suburbano e 32,25% das presentes no quadro rural. As Unidades da Federação que apresentaram menor porcentagem de analfabetos, entre as pessoas de 10 anos e mais, excluindo o território de Fernando de Noronha, foram: Distrito Federal (15,10%), Rio Grande do Sul (34,00%) e São Paulo (34,40%) [...]”. BRASIL. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo Demográfico [1950]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_br.pdf Acesso em: 23/08/2023, p. X.

¹⁶¹ Concluíram o curso 266 cadetes. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. p. 7, 12 ago. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/23946 Acesso em: 25/07/2023.

¹⁶² Registro de diplomas. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 8, 13 set. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_03/11900 Acesso em: 25/07/2023.

¹⁶³ BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. Matrimônios [1909-1921]. Entrada: 11. 28 set. 1920. p. 181. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D4SS-9X3?i=192&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGV9-7H9P> Acesso em: 03/08/2023.

¹⁶⁴ Dois depoimentos no inquérito sobre as atividades da agremiação. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 15 dez. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_06/56254 Acesso em: 27/07/2024.

eles foram, ou ainda eram (no recorte de existência do Clube), proprietários de empresas, imóveis ou terras. Cumpre iniciar a demonstração disso pelo caso de Monnerat que, por ter se declarado lavrador, poderia ser uma nota destoante.

Monnerat publicou ao menos dois anúncios no *Jornal do Brasil* sobre vendas de fazendas, sítios, granjas e lotes no Estado do Rio. Em um deles, ele tentou vender o que seria a sua fazenda – 489 mil metros quadrados, sete casas de “colonos” e mais de 30 mil pés de café – por Cr\$ 350 mil.¹⁶⁵ Para se ter uma ideia do que representava esse valor, convém recordar que, em 1951, o salário-mínimo era de Cr\$ 1.200,00.

Vaughan também foi um produtor rural. Aliás, ele e Monnerat provavelmente se conheciam. Ambos residiram no município de Duas Barras e tinham sido correligionários do diretório local da UDN. Em 1927, Vaughan fundou e dirigiu a Associação Comercial, Industrial e Agrícola Intermunicipal. Segundo o *Gazeta de Notícias*, ela tinha sido criada para “defender os interesses das três classes compreendidas no seu nome”.¹⁶⁶ Alguns anos depois, *O Paiz* noticiou que Vaughan seria um industrial (dono de destilarias) que teria aperfeiçoado a sua produção após estudar no exterior.¹⁶⁷

Por seu turno, os Lima Brandão investiram capital em algumas empresas. Dídimo Estácio foi acionista do Banco Costa Monteiro (10 ações).¹⁶⁸ Jorge Machado comprou 5 ações da Cia. Brasileira de Ligantes Hidráulicos.¹⁶⁹ Ele também foi sócio e diretor da Comercial Metropolitana S.A. Em 1951, ela publicou que tinha “por objetivo o comércio de importação e exportação em geral, a exploração de bens imobiliários e construções civis”.¹⁷⁰

Em 1938, Lefebvre teve o seu requerimento despachado no Departamento Nacional de Indústria e Comércio para registro de uma firma de comércio.¹⁷¹ Garcia de Souza figurou em uma lista de subscritores de ações da Estádio Nacional S.A.¹⁷² que, ao que parece, pretendia

¹⁶⁵ Sítio - Oportunidade. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 15, 4 nov. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/15237 Acesso em: 03/08/2023.

¹⁶⁶ A fundação, em Cordeiro, no E. do Rio, da Associação Comercial, Industrial e Agrícola Intermunicipal. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 21 dez. 1927. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/103730_05/24420 Acesso em: 09/08/2023.

¹⁶⁷ Publicações. In: *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 6, 18 jul. 1934. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_06/4673 Acesso em: 09/08/2023.

¹⁶⁸ Banco Costa Monteiro S.A. In: *O Fluminense*, Rio de Janeiro, p. 4, 7 abr. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_09/5623 Acesso em: 03/08/2023.

¹⁶⁹ Companhia Brasileira de Ligantes Hidráulicos. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 11, 25 nov. 1952. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_14/16952 Acesso em: 25/07/2023.

¹⁷⁰ Comercial Metropolitana S.A. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 21 fev. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_03/8080 Acesso em: 25/07/2023.

¹⁷¹ Departamento Nacional de Indústria e Comércio. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 17, 5 jun. 1938. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/54553 Acesso em: 03/08/2023.

¹⁷² Uma ideia vitoriosa! In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, pp. 5-6, 4 jul. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_07/39376 Acesso em: 07/08/2023.

atuar no ramo da construção civil.¹⁷³ Barcelos e Silva abriu uma farmácia após deixar o Exército.¹⁷⁴ Duarte Filho, além de trabalhar no *Tribuna*, foi acionista da empresa criada para produzir o jornal.¹⁷⁵

Há, ainda, a possibilidade de que Silveira Amado fosse outro caso do tipo. Em sua certidão de casamento, ele declarou ser um industrial.¹⁷⁶ Em 1955, ele foi um dos três que assinaram a publicação do relatório da Sergitex Comércio e Indústria de Tecidos S.A. Porém, Amado foi o único entre eles que não teve o cargo de “diretor” adicionado após a sua assinatura.¹⁷⁷ De todo modo, considerando ou não Amado, a porcentagem de dirigentes do Clube que foram (ou ainda eram) proprietários de terras, de imóveis ou de empresas, atinge mais de 60%.

O caso de Amado também serve como ponto de partida para adentrar na questão das redes de relações. Amado foi sócio fundador e tesoureiro do Clube. Ele assumiu esse cargo após a saída de Pedro Theberge, que o ocupou entre 1953-55.¹⁷⁸ Por isso, Theberge prestou depoimento no inquérito sobre o Clube, mas não foi indiciado.¹⁷⁹ Não se sabe se Amado, tal como Amaral Netto e Theberge, tinha alguma ligação com o SIFT. Mas a sua ligação ao setor têxtil e a sua escolha para substituir Theberge permitem sugerir essa hipótese. Indo além, ao menos mais um dirigente do Clube trabalhou para o sindicato. O *Tribuna da Imprensa* noticiou o casamento de Garcia de Souza (1952). Segundo a notícia, ele atuava profissionalmente como advogado do departamento jurídico do sindicato.¹⁸⁰

¹⁷³ Coloque uma pedra nos alicerces do Estádio da ENSA. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 13, 27 jun. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/42108 Acesso em: 03/08/2023.

¹⁷⁴ Estes 5 homens cometeram um grande crime. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 10, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/152> Acesso em: 25/07/2023.

¹⁷⁵ Sociedade Anônima Editora Tribuna da Imprensa. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 12, 22 nov. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/31809 Acesso em: 31/07/2023.

¹⁷⁶ BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. 2º Circunscrição. Matrimônios [1949-1950]. Entrada: 8252. 31 jan. 1950. P. 112. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DBG4-4X?i=112&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGJB-VMYL> Acesso em: 04/08/1955.

¹⁷⁷ SERGITEX - Comércio e Indústria de Tecidos S.A. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 19, 23 abr. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_14/31219 Acesso em: 03/08/2023.

¹⁷⁸ Modificação no Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 10 nov. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/24598 Acesso em: 03/08/2023.

¹⁷⁹ “Não se pode deixar de lamentar a saída de Pedro Theberge da Comissão Executiva Nacional do Clube da Lanterna. Os serviços excepcionais que ele vinha prestando à organização são de molde a colocá-lo entre os que mais fizeram na luta pela democracia e contra a corrupção, neste país. No entanto, ninguém melhor do que eu pode avaliar a impossibilidade material em que ele se encontra para continuar no exaustivo cargo de tesoureiro. Há mais de dois anos que ele trabalha ininterruptamente para o Clube e, os seus compromissos particulares não permitem que ele continuei [sic] a fazer isso no presente momento. Daí, ter sido eu obrigado a aceitar [...] a demissão de Pedro Theberge”. Diretores do Clube da Lanterna começam hoje os depoimentos. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 07 dez. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/25005 Acesso em: 02/08/2023.

¹⁸⁰ Casamentos. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 23 jul. 1952. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/9346 Acesso em: 07/08/2023.

Alguns deles tiveram relações com instituições e/ou lideranças católicas, além de Amaral Netto. Amado e Vaughan foram associados ao Centro Dom Vital¹⁸¹ em 1954.¹⁸² Vaughan deixou a UDN em algum momento entre 1946-52 e, depois, ele ingressou no PDC. Entre 1952-54, ele presidiu o diretório do partido no Estado do Rio. Também foi um dos seus candidatos a deputado federal (1954). Em uma entrevista, ele afirmou ter participado da Aliança Liberal em 1930, mas ponderou que o seu desdobramento “foi uma revolução errada”. Vaughan também prometeu que, se eleito, iria atuar em prol do “amparo à lavoura” e da “defesa da pequena propriedade rural”.¹⁸³

Jorge Brandão se casou com Regina Maria Corção em 1945. Ela era filha de Luiz Corção, irmão do escritor e intelectual católico Gustavo Corção.¹⁸⁴ Este foi a principal liderança do Centro Dom Vital a partir de 1951. Por cerca de dez anos, de 1953 até 1963, Corção disputou esse posto de prestígio com Alceu Amoroso Lima.¹⁸⁵

Por fim, o serviço prestado ao Exército foi uma experiência compartilhada por alguns deles. Eles tinham em comum o pertencimento, no passado, a uma instituição estatal que se fundamentava no resguardo da ordem e da segurança nacional. Os anos 1940 fazem parte de um processo de transformações internas no Exército que teve início na Primeira República. O patriotismo, o anticomunismo, o belicismo e a importância de um governo forte para estimular o progresso faziam parte da formação dada aos oficiais. Todos os alunos do ensino superior eram obrigados a frequentarem os cursos de preparação de reservistas.¹⁸⁶

¹⁸¹ “Até a criação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, em 1941, foi considerado o principal centro intelectual do catolicismo brasileiro. Funcionando sob a supervisão das autoridades eclesásticas, o Centro Dom Vital era uma associação de caráter elitista, cujos objetivos mais importantes consistiam em atrair para a Igreja elementos da intelectualidade do país [...]”. KORNIS, Mônica. Centro Dom Vital. In: ABREU, Alzira Alves de (et al). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-dom-vital> Acesso em: 23/08/2023.

¹⁸² Relação de sócios. In: *A Ordem*, Rio de Janeiro, pp. 77 e 81, 4. out. 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/367729/24988> Acesso em: 03/08/2023.

¹⁸³ NETO, Horácio de Carvalho. Levantando o véu. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 2, 19 set. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/25323 Acesso em: 09/08/2023.

¹⁸⁴ BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. 9º Circunscrição. Matrimônios [1945]. Entrada: 83. 18 abr. 1945. P. 116. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D47Q-NGX?i=125&cc=1582573> Acesso em: 24/07/2023.

¹⁸⁵ KORNIS, Mônica. Centro Dom Vital. In: ABREU, Alzira Alves de (et al). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-dom-vital> Acesso em: 23/08/2023.

¹⁸⁶ “Temos, assim, dois modelos de organização militar. No primeiro, vigente até 1916, o Exército era todo profissionalizado, com precários canais de entrada e nenhum de saída. Era um Exército que apenas recebia da sociedade, sem devolvê-los, soldados e parte dos graduados e oficiais. A maioria dos graduados era recrutada internamente entre os soldados; parte dos oficiais provinha dos graduados e outra parte dos filhos de oficiais e de graduados. Era uma organização fechada sobre si mesma, isolada da sociedade, sobretudo das classes dominantes. [...]. No outro modelo, criado a partir de 1918, havia muitos canais de entrada e de saída. O serviço militar atingia todas as classes, inclusive as dominantes, via CPOR. As saídas também abrangiam todos os níveis hierárquicos.

O envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial talvez seja uma chave para compreender as experiências de três dirigentes com o militarismo. Entre 1942-43, Magalhães, Jorge Brandão e Gomensoro receberam a patente de tenente. Ao que parece, apenas o último deles não foi do serviço ativo do Exército. Magalhães e Brandão serviram em Pernambuco naqueles anos. Por exemplo, o primeiro esteve alocado no quartel da general da VII Região Militar.¹⁸⁷ O jornal *A Manhã* incluiu o nome de Gomensoro em uma lista de médicos civis convocados para um “período de estágio de instrução” em 1942.¹⁸⁸ Aparentemente, ele concluiu tal curso. O *Diário de Notícias* noticiou a sua “apresentação”, na Primeira Região Militar, como 2º tenente da reserva.¹⁸⁹

Os outros dois casos eram tanto diferentes dos anteriores quanto entre si. Principalmente porque eles se processaram após a capitulação da Alemanha nazista e do consequente desfecho da guerra. Barcelos e Silva foi o único que se poderia dizer que construiu uma carreira no Exército – ele teve formação militar e pertenceu ao militarismo por cerca de seis anos. O último deles foi Amado, nomeado por decreto presidencial para 2º substituto de auditor da Justiça Militar.¹⁹⁰ Como Amado e Garcia de Souza cursaram o ensino superior, é razoável supor que eles tenham frequentado algum dos cursos de preparação de oficiais. Seja como for, é possível afirmar que ao menos 4 dos 16 dirigentes do Clube tinham a patente de tenente da reserva do Exército (25%).

1.3. Síntese

A análise sobre Amaral Netto e o Clube da Lanterna permitiu aprofundar o que se conhecia até então acerca das suas trajetórias. De modo geral, ela iluminou algumas questões relevantes acerca do contexto em que o personagem e a associação se inseriam.

As fontes sobre o avô de Amaral Netto indicam que ele era parte de uma família educacional e economicamente estruturada, provavelmente de classe média. No seu lar, ele conviveu com bacharéis e empresários. Amaral Netto trilhou caminhos que ou o aproximaram ou o distanciaram de seus familiares – ele não se tornou um militar ou um bacharel, mas se

Soldados eram treinados e devolvidos à sociedade pelo serviço militar”. CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 77-78.

¹⁸⁷ Boletim da Diretoria de Armas. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 12, 11 nov. 1943. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/16117 Acesso em: 25/07/2023.

¹⁸⁸ Vida Militar. In: *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 17 jun. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/16082> Acesso em: 25/07/2023.

¹⁸⁹ Notícias do Exército. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 fev. 1943. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/13292 Acesso em: 03/10/2023.

¹⁹⁰ Vida Militar. In: *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 25 out. 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/55408> Acesso em: 03/08/2023.

envolveu em diversas atividades comerciais, de seus parentes ou não. Ou seja, além de jornalista, ele foi uma espécie de comerciante. Nessa esfera, ele construiu relações com, ao menos, dois personagens do mundo patronal – Rui Gomes de Almeida e Pedro Theberge.

É difícil tentar determinar qual foi o grau do seu engajamento no integralismo durante os anos 1930-40. Se, de fato, ele foi um dos candidatos do PRP em 1946, isso chama a atenção para a posição que ele ocupou no campo político em um contexto marcado pelo ocaso de regimes fascistas ou nazistas na Europa. De todo modo, o que emerge é a imagem de um personagem que se identificou com lideranças políticas das direitas entre 1930-60: Plínio Salgado e Carlos Lacerda.

Nesse sentido, há a criação do Clube da Lanterna. Não há dúvida de que Lacerda e Amaral Netto foram dois protagonistas dele. A questão é a de que *existiram outros protagonistas* que compartilharam com aqueles dois a mesma trincheira de luta política. Com base na demonstração feita, se pode pensar o anticomunismo e o antiestatismo do Clube também *à luz de quem foram esses sujeitos* – empresários (em maior ou menor grau), donos de terras, ex-militares, profissionais liberais e funcionários do comércio e da indústria. O rastreamento de suas profissões e de suas atividades no mundo do trabalho indicou que a maioria deles pertenceu à classe média, sem desconsiderar a possibilidade de que alguns deles fossem parte da elite econômica brasileira. Havia uma simetria entre as profissões dos seus diretores e dos seus membros recrutados no DF. O perfil proposto também *sugere* as ausências naquela diretoria: de mulheres, de estrangeiros e de trabalhadores de baixa remuneração, sejam eles urbanos ou rurais. A demonstração feita permitiu apreender também os vínculos dos diretores do Clube com o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem e com instituições ou lideranças do catolicismo.

Enfim, esses personagens dirigiram uma associação de discurso maniqueísta e reativo. A generalização ou a imprecisão na definição de ideias parece ter servido tanto para atrair associados, distintos entre si de várias maneiras, quanto para evitar dissensos.

Apesar de questionar a validade da democracia, ele arrogou para si o adjetivo de patriota, em uma inversão de perspectiva sobre os tipos de forças que se enfrentavam simbolicamente naquele momento. Nesse ínterim, Amaral Netto obteve algum destaque como ativista político, o seu nome figura nos noticiários sobre manifestos, palestras, assembleias e eventos do Clube. Nesses momentos, ele compartilhou um espaço de liderança com outras personalidades políticas da época.

CAPÍTULO II

DIMENSÕES DA REVISTA *MAQUIS*

Seja como objeto ou como fonte de pesquisa, a imprensa recorrentemente se faz presente na oficina do historiador. Essa opção pode servir para analisar ou a imprensa ou algum aspecto do mundo social. Por isso, algumas espécies de manuais teórico-metodológicos foram publicados para orientar a sua utilização na pesquisa histórica.¹⁹¹

Este capítulo e os seus subsequentes seguem o esquema proposto por José D’Assunção Barros. O esquema “indica uma diversidade de itens que devem ser considerados pelos historiadores que se proponham a utilizar, como fontes históricas, os jornais ou mesmo outros tipos de periódicos”. O autor listou alguns itens e cada um deles se desdobra, como um leque, em algumas ramificações. Esse esquema abarca os aspectos materiais, discursivos e relacionais dos periódicos.¹⁹² Nesse sentido, ele fornece uma interação profícua com a perspectiva teórica desta tese. Afinal, ao se ver a imprensa como um campo, há que se deter sobre as suas dimensões, os seus mecanismos de atuação social e os seus objetos de disputa.¹⁹³

Este capítulo almeja fornecer um panorama sobre o que foi *Maquis* como *empresa de jornalismo* e como *local de trabalho hierarquizado*.¹⁹⁴ Discutimos a sua fundação e a sua estrutura (material e humana). O esqueleto da pesquisa se compõe dos nomes daqueles que investiram capital ou, de algum modo, trabalharam nela – acionistas, diretores e os responsáveis pela coordenação da produção jornalística. A expectativa é a de que esse percurso permita vislumbrar como funcionou a dinâmica interna de *Maquis* e a sua inserção no contexto do campo da imprensa.

Esses aspectos remetem a diversas questões que precisam ser respondidas: por que e como foi criada a revista? Quais foram os seus principais produtores? Quais eram as funções deles? Que tipo de relação hierárquica (ou de poder) eles vivenciaram nela? Havia um padrão de público leitor que eles pretendiam alcançar através de *Maquis*? De que meios eles

¹⁹¹ Alguns exemplos são: BARBOSA, Marialva Carlos. Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos da pesquisa. *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v. 41, n° 02, p.21-36, mai./ago. 2018; CRUZ, Heloísa. PEIXOTO, Maria. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Revista Projeto História*. São Paulo, n° 35, p. 253-270, 2007; e LUCA, Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. 2° ed. São Paulo: Contexto, 2008.

¹⁹² O esquema engloba os seguintes itens: lugar de produção, polifonia, seções temáticas, conteúdo, periodicidade, materialidade, publicização, recepção, meios de impressão, lugar de impressão BARROS, José D’Assunção. *Fontes Históricas*. Op. Cit. 2019, p. 278-279.

¹⁹³ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Op. Cit. 1989, p. 69.

¹⁹⁴ DARNTON, Robert. *O beijo do Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 70-78.

dispuseram para produzir e distribuir a revista? É possível saber qual foi a sua tiragem durante a sua existência?

2.1. O Jornal

Juscelino Kubitschek assumiu a presidência do país em 31 de janeiro de 1956. Antes disso, oficiais da Aeronáutica iniciaram uma rebelião. Segundo Benevides, eles intencionavam que isso provocasse um levante no Exército e na Marinha. Um manifesto foi entregue para o *Tribuna da Imprensa* e, nele, JK foi acusado de ter “entendimentos” com “grupos financeiros internacionais para entrega do petróleo e venda de minerais estratégicos”. O general Lott foi criticado por supostamente dividir as Forças Armadas. A Revolta de Jacareacanga foi debelada semanas depois do seu início.¹⁹⁵

Em maio de 1956, o *Tribuna da Imprensa* noticiou que o Clube da Lanterna iria presentear as esposas de militares rebelados com “uma coleção completa e encadernada em couro do jornal clandestino *Maquis*”. Esse presente consistiria em seis edições mimeografadas que somariam 10 páginas. Essas edições teriam circulado entre 20 de dezembro de 1955 e 30 de janeiro de 1956.¹⁹⁶ Nesse sentido, o “jornal” *Maquis* parou de circular na véspera da posse de JK. Coincidentemente ou não, no mesmo dia, o *Tribuna da Imprensa* noticiou a conclusão do inquérito sobre o Clube.¹⁹⁷ Os diretores do Clube foram enquadrados na Lei 1.802/53. Se condenados, eles poderiam cumprir penas que variavam de 1 a 3 anos de reclusão.¹⁹⁸

O período de circulação do “jornal” *Maquis* remete ao tempo de vigência do Estado de Sítio no país. Entre os meses de novembro e dezembro de 1955 foram fixadas normas de censura à imprensa. Inicialmente, seria um dever dos diretores de periódicos realizar a censura. A partir do dia 8 de dezembro, foi determinado que as páginas das edições deveriam ser enviadas para o coronel Orlando Geisel, então executor do Estado de Sítio. No dia 28 do mesmo mês, essa norma foi alterada – todas as redações passaram a conviver com a presença de um censor.¹⁹⁹

¹⁹⁵ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Op. Cit. 1976, p. 162-163.

¹⁹⁶ Coleção de *Maquis* para o major Veloso. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 maio 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/28087 Acesso em: 08/12/2023.

¹⁹⁷ Carlos Lacerda denunciado no processo do Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 30 jan. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26017 Acesso em: 02/08/2023.

¹⁹⁸ BRASIL. *Lei nº 1.802, de 05 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social e dá outras providências*. Rio de Janeiro, DF: Câmara dos Deputados, 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 08/12/2023.

¹⁹⁹ BIROLI, Flávia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 213-240, 2004, p. 220-221.

Em 1961, o redator René Amaral (irmão de Amaral Netto) assinou algumas reportagens sobre a história da revista *Maquis*. Em uma delas, ele narrou o que seria o início dessa história, a saber, a criação do “jornal” *Maquis* (1955). Segundo ele, a primeira edição foi distribuída no casamento da filha do coronel Jurandir Mamede. O *Maquis* seria mimeografado em folhas de papel ofício e feito por “patriotas que não podiam se conformar com o silêncio a que estava reduzida toda a imprensa”.²⁰⁰ Anteriormente, Amaral Netto redigiu uma narrativa similar. A sua ideia de criar um “jornal” dataria do momento em que ele estaria autoexilado na Embaixada da Costa Rica, de 11 a 28 de novembro de 1955. O seu objetivo seria o de que *Maquis* fosse “uma válvula de escape” da “liberdade de imprensa sufocada e arrolhada pelos tanques e pelas metralhadoras do general Lott”.²⁰¹ Junto do texto, *Maquis* reproduziu uma imagem do 1º exemplar do “jornal” que a antecedeu:

Imagem nº 01: Primeira Edição Jornal *Maquis*



AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A história do *Maquis* clandestino. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 21, 20 de junho de 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4628> Acesso em: 21/01/2022.

Amaral Netto afirmou que a tiragem dessa edição foi a de 6 mil cópias. É possível ler e transcrever alguns trechos do texto publicado na margem esquerda superior:

MAQUIS nasceu para dizer o que o Diário de Notícias, O Globo, Tribuna da Imprensa, [...] e tantos outros veículos de publicidade não podem dizer, sob o regime de rolinha do general Lott, Henrique Duffles.

MAQUIS não tem direção, não tem colaboradores, não tem revisão [ilegível], nem redação, nem fotografos, nem oficina. MAQUIS não tem nada. MAQUIS é apenas

²⁰⁰ AMARAL, René. Dia de festa viu nascer uma revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32-33, 04 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9002> Acesso em: 08/12/2023.

²⁰¹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A história do *Maquis* clandestino. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 21, 20 de junho de 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4628> Acesso em: 21/01/2022.

isto [ilegível] folha de papel mimeografada às pressas, um palmo de terra limpa nesta sujeira [ilegível] que vai por aí.
MAQUIS é maquis. Como os guerrilheiros franceses que tomaram esse nome.²⁰²

A escolha do nome chama a atenção. A palavra maquis era utilizada em notícias sobre a resistência francesa contra a ocupação nazista. Paradoxalmente, Amaral Netto se espelhou nos antifascistas sendo que, em sua juventude, ele foi um admirador da AIB. Seja como for, a opção por maquis revela a percepção que ele gostaria que os seus contemporâneos tivessem dele – a de um lutador, em condição desfavorável, contra o que seria um regime político de ocupação. Por um lado, há uma sincronia entre os textos sobre a criação do “jornal” *Maquis* ter sido motivada pela luta pela liberdade de imprensa. Por outro, há uma diacronia acerca do momento em que essa ideia teria surgido. Pela data da primeira edição, se percebe que o “jornal” só veio a existir depois da colocação de censores nas redações dos periódicos. Pela narrativa de Amaral Netto, a ideia de criar o “jornal” teria surgido antes disso, em função do contragolpe.

Amaral Netto afirmou que outros dirigentes do Clube contribuíram na criação do “jornal” *Maquis*. O seu relato se assemelha a um romance que mesclou mistério, comédia, revelação e luta. O enigma coube ao processo de produção. A datilografia seria feita em “locais diversos”; os mimeógrafos usados seriam os de sindicatos patronais, o de um clube, o de uma empresa e o de um Ministério; e pessoas auxiliaram tanto na compra de papel quanto na distribuição de *Maquis*. Há a possibilidade de que um desses sindicatos fosse o SIFT. O humor residiria no contraste entre o cenário de censura e a forma “descarada” como *Maquis* circularia. A descoberta significaria a sua admissão de que ele foi o idealizador de *Maquis*. Por fim, há a exaltação da coragem daqueles que ajudaram:

Por ocasião do casamento da filha do coronel Mamede foi um Deus-nos-acuda. Organizei um grupo de vinte decididos companheiros e, em meio à centena de policiais e oficiais à paisana que fiscalizavam a Rua Primeiro de Março e a igreja, efetuamos a distribuição de mais de 500 exemplares.
Só naquele dia foram presas cerca de dez pessoas que portavam o boletim clandestino...²⁰³

Em 16 de janeiro de 1956, o “jornal” foi mencionado em um debate, na Câmara dos Deputados, sobre a prorrogação do Estado de Sítio. O *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* noticiaram esse episódio. Segundo o primeiro, o deputado Ernani Sátiro (UDN) afirmou que o

²⁰² AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A história do Maquis clandestino. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 21, 20 de junho de 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4628> Acesso em: 21/01/2022.

²⁰³ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A história do Maquis clandestino. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 21, 20 de junho de 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4628> Acesso em: 21/01/2022.

governo não havia citado “fatos objetivos” que justificassem a prorrogação. Sátiro foi aparteado por Luís Medeiros Neto (PSD).²⁰⁴ O aparte foi transcrito pelo *JB*:

O sr. Medeiros Neto – o meu aparte, nobre deputado, tem apenas a finalidade de prestar um depoimento que V. Exa. poderá julgar valioso na condução e orientação do discurso que está pronunciando. Eu, tranquilamente em minha casa, como talvez todos os deputados, estou recebendo um jornaleco intitulado “Maquis”. quase todas as casas de responsabilidade do Rio de Janeiro, onde existe um homem que milita na vida pública, estão recebendo convocação e concitação para o movimento geral de sublevação no dia 31 deste mês. Sei disto, sr. deputado, porque tenho muitos parentes militares.²⁰⁵

O Estado de Sítio foi mantido até a posse de JK. Não foi possível obter informações sobre o que foi publicado nas outras edições do “jornal” *Maquis*, o que torna impossível afirmar se, de fato, houve a dita tentativa de provocar uma “sublevação”. Contudo, à luz do que foi debatido no capítulo anterior, isso seria uma hipótese plausível. Assim, nos relatos de produtores da revista, a explicação para a criação do “jornal” foi a de que se objetivaria lutar pela liberdade de imprensa, algo que sugere um passado heroico para *Maquis*. Por outro lado, o debate parlamentar sugere a hipótese de que a finalidade de *Maquis* seria a de continuar com a pregação do Clube da Lanterna – tentar, de algum modo, fomentar um impasse que inviabilizasse a posse do governo eleito. Existem, ainda, outras duas explicações críveis. Junto das anteriores, elas conformam um panorama de razões que podem ter concorrido (ou não) para a criação de *Maquis*.

A primeira delas se pauta na legislação brasileira da época. Desde a abertura do inquérito, havia a possibilidade de que o Clube se visse em uma situação de acefalia – Lacerda no exterior e os outros dirigentes sob investigação. Na conclusão do inquérito se pontuou que seria impossível classificar o crime do Clube na Lei de Imprensa (2.803/53) porque o seu manifesto “foi largamente difundido por meio de boletins” e que, sua “simultânea divulgação pela imprensa foi outro crime, isto é, delito progressivo”.²⁰⁶ Logo, os periódicos que o publicaram poderiam ser enquadrados no caso, mas em outra legislação que, conseqüentemente, possuía as suas punições previstas. Assim, é possível que os diretores do Clube tenham avaliado que a melhor maneira de continuar na luta política seria fundar um

²⁰⁴ A prorrogação do Estado de Sítio na Câmara. In: *Correio da Manhã*, p. 16, 17 jan. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/57494 Acesso em: 21/01/2022.

²⁰⁵ Discussão da prorrogação do Estado de Sítio. In: *Jornal do Brasil*, p. 9, 17 jan. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/58515 Acesso em: 21/01/2022.

²⁰⁶ Carlos Lacerda denunciado no processo do Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 30 jan. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26017 Acesso em: 02/08/2023.

periódico. Essa reflexão se embasa no que previa a Lei de Imprensa para casos de propagação de materiais entendidos como subversivos:

Art. 9º: Constituem abusos no exercício de liberdade de imprensa, sujeitos às penas que vão ser indicadas, os seguintes fatos:

a) fazer propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou propaganda que se proponha a alimentar preconceitos de raça e de classe: pena de um a três meses de detenção, quando se tratar de autor do escrito ou multa de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) quando se tratar de outros responsáveis subsidiários.²⁰⁷

A pena máxima, três meses de detenção, significaria um quarto da pena mínima prevista na Lei em que os diretores do Clube foram enquadrados. Essas especificidades da legislação permitiam margens de ação distintas para um periódico e para uma associação civil. Se o Clube passasse a atuar politicamente por meio de um periódico, parece que os riscos legais seriam muito menores. Além disso, havia a possibilidade de evocar a ideia de que a liberdade de imprensa estaria sendo cerceada e, assim, tentar despertar comoção. Em suma, as armas simbólicas de luta se modificam dependendo do tipo de perfil institucional assumido.

A segunda delas se pauta na situação financeira de Amaral Netto no pós-contragolpe. Em uma assembleia de acionistas de *Maquis* (1957), foi aprovada uma participação nos lucros da empresa (25%) e a contratação de um seguro de vida para Amaral Netto. O acionista que propôs essas medidas fez a seguinte argumentação:

Justificando a primeira sugestão, desejo esclarecer para aqueles que porventura não saibam ter sido o Senhor Amaral Netto, dentre todos os políticos brasileiros de nossa linha, o único profundamente atingido pelos nefastos golpes de novembro, de triste memória. Despedido de seus empregos, à exceção da Tribuna da Imprensa, ficou absolutamente incapacitado de sustentar sua família e só sua fibra de excepcional lutador permitiu que continuasse a luta e prosseguisse no combate, a fim de que pudéssemos ainda ganhar a última batalha.²⁰⁸

Pela leitura da transcrição, não houve contestação por parte dos presentes. Essa coesão (ou omissão) sugere algum grau de veracidade para o que foi alegado em prol de Amaral Netto. Diferentemente das explicações apresentadas acima, o desemprego seria uma razão material para a criação de *Maquis*. Amaral Netto vivenciaria um cenário de queda nas suas rendas, algo

²⁰⁷ BRASIL. Lei nº 2.803 de 12 de novembro de 1953. Regula a liberdade de imprensa. Rio de Janeiro, DF: Câmara dos Deputados, 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/12083.htm Acesso em: 02/08/2023.

²⁰⁸ Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 41, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1675> Acesso em: 28 mar. 2022.

que dificultaria a subsistência de sua família. Assim, *Maquis* pode ter sido um meio de ele tentar se reinventar profissionalmente.

2.2. A Revista

Em 03 de maio de 1962, o *Tribuna da Imprensa* noticiou que a deficiência financeira tirou *Maquis* de circulação. No dia seguinte, *Maquis* publicaria a sua última edição (nº 244) com uma tiragem de 20 mil cópias. Entre 1956-62, a sua tiragem teria oscilado entre 120 mil e 10 mil exemplares. A notícia ainda listou “oito fases” de *Maquis*, da ascensão a queda – o nascimento, a criação da editora Reforma, a impressão em “uniforme de campanha”, o uso de papel nacional como insumo, a alteração em sua periodicidade (de quinzenal para semanal), a crise econômica e, por fim, o uso de papel tipo couchê.²⁰⁹

A notícia caracterizou as fases de *Maquis* por perspectivas materiais (meios de produção e situação econômica). Na *Hemeroteca Digital*, a última edição de *Maquis* é a nº 243. O seu expediente registrou a primeira quinzena de abril de 1962 como a sua data de publicação.²¹⁰ Por isso, essa suposta última edição ou pode não ter sido publicada ou ter desaparecido.

Os próximos subcapítulos buscam explicar o que foi *Maquis* – o processo de constituição da Editora Reforma; os seus aspectos financeiros e de produção; a sua hierarquia interna de trabalho; e o perfil dos seus produtores. No fim, esta tese defende (a) que *Maquis* teve duas fases que se contrastam nos critérios econômico e humano; (b) que a análise permitiu situar *Maquis* no campo da imprensa e ilustrar a sua dinâmica interna.

2.2.1. A sociedade anônima

Amaral Netto iniciou uma campanha de subscrição de ações em abril de 1956. Ele copiou a fórmula usada por Lacerda para criar o *Tribuna da Imprensa*. O manifesto de incorporação da Editora Reforma S.A. foi publicado no *Diário de Notícias*. A subscrição perduraria por 45 dias. O objetivo da Editora foi idêntico ao discurso reformista do Clube da Lanterna: “amigos e companheiros insistiram para que editássemos uma revista política, que abrisse uma nova frente na luta pela reforma do país”. Cada ação custaria Cr\$ 1.000,00 e seria possível parcelar o pagamento. A expectativa era a de captar Cr\$ 2.000.000,00. Isso seria usado

²⁰⁹ Deficiência financeira tira *Maquis* das bancas. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, p. 3, 03 maio 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/9436 Acesso em: 08/09/2023.

²¹⁰ A revista em Revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, abr. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/10201> Acesso em: 08/09/2023.

para arcar com os honorários advocatícios, as despesas com selos, o aluguel, a compra de materiais de escritório, a propaganda e os serviços profissionais.²¹¹

Por seu turno, o *Tribuna da Imprensa* publicou um material publicitário que continha uma lista de acionistas proeminentes da Editora Reforma. Eles provinham dos campos da política, do militarismo e da imprensa. A lista os separou em 3 grupos. O primeiro, sem título, registrou os nomes de Café Filho (PSP), Carlos Luz (PSD), Bento Munhoz da Rocha Neto (UDN), Etelvino Lins (PSD), João Duarte Filho e dos oficiais militares Edmundo Jordão Amorim, Carlos Penna Botto e Antônio Guedes Muniz. O segundo, dos senadores, elencou Reginaldo Fernandes de Oliveira e Napoleão Alencastro Guimarães. O terceiro grupo era o dos deputados. A maioria deles pertencia a UDN (10). Os outros se dividiam entre as legendas do PL (3) e do PSD (2).²¹²

Uma pesquisa realizada nas atas de assembleias de acionistas e nas edições de *Maquis* permite demonstrar o grau de afinidade entre o Clube da Lanterna e a revista. Armando Monnerat foi apontado como o subscritor nº 1 da Editora Reforma (02 ações).²¹³ Na ata do dia 11 de abril de 1957, há o registro dos nomes de Dídimo Brandão, Eurico Amado, Hélio Magalhães, Jorge Lefebvre e Jorge Brandão.²¹⁴ Na ata do dia 11 de novembro de 1957, constam os nomes de Joaquim Pinto Júnior e Milton Silva.²¹⁵ Junto de Amaral Netto, 9 dos 16 dirigentes do Clube se tornaram acionistas de *Maquis* (56%).

Ainda de acordo com tais atas, se nota que Pedro Theberge também foi um dos acionistas. Além dele, outras pessoas da rede de sociabilidade de Amaral Netto também investiram em *Maquis* (o seu avô, o seu pai, a sua mãe, o seu irmão René Amaral, o seu ex-colega Hans Lothar de La Rue e alguns dos seus companheiros no *Tribuna da Imprensa*).

A subscrição teria gerado um capital social de Cr\$ 2.100.000,00, ou 2.100 ações da Editora Reforma. Segundo *Maquis*, essas ações estariam distribuídas entre 916 acionistas. Inicialmente, Amaral Netto teria 50 ações, algo que o alocaria na posição de 2º maior acionista.

²¹¹ Você sabe o que é Maquis? In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 5, 15 abr. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/49452 Acesso em: 23/07/2021.

²¹² São eles: da UDN: Aliomar Baleeiro, Alberto Torres, João Agripino, Rafael Correia de Oliveira, Anésio Frota Aguiar, Raimundo Padilha, Herbert Levy, Benedito Calazans, João Seixas Dória e Marcos Santos Parente; do PL: Raul Pilla, Coelho de Souza e Otávio Mangabeira; do PSD: Lopo de Carvalho Coelho e Carlos de Faria Albuquerque. Entre os 502 acionistas da Editora Reforma S.A., em organização, figuram. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 2 de maio de 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/27661 Acesso em: 28 mar. 2022.

²¹³ Como se fez o capital inicial de Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 54, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1146> Acesso em: 28 mar. 2022.

²¹⁴ Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1673> Acesso em: 28 mar. 2022.

²¹⁵ Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 41, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1675> Acesso em: 28 mar. 2022.

A revista publicou que o 1º colocado teria 56 ações. Porém, ela não revelou o seu nome. Na reportagem sobre o assunto há o seguinte mapeamento:

Gente de todas as classes e de 87 profissões diferentes, num total de 916 pessoas, subscreveu o capital inicial.

Dentre as profissões se destacaram os advogados, agricultores, aeroviários, bancários, comerciários (120, em 1º lugar), as donas-de-casa, estudantes, engenheiros, funcionários públicos (100), jornalistas, médicos, militares, professores e outras classes com totais de acionistas abaixo de 20 cada uma.

Nenhum banqueiro. Nenhum capitalista. Raríssimos industriais e alguns comerciantes, todos pertencentes ao pequeno comércio. Por isto, esta revista nasceu pertencendo ao povo.²¹⁶

O texto tentou demonstrar que *Maquis* seria um periódico popular, composto por pessoas que estariam distantes financeiramente das elites econômicas do país. O capital social foi usado para algumas finalidades. A Editora Reforma se instalou em salas alugadas em um prédio da Rua México (Centro do Rio). Como era o padrão da época, a Editora dependia da importação de papel para produzir *Maquis*. Ela usava papel rotogravura com linha d'água. A sua compra se dava através da Cia. T. Janer Comércio e Indústria.²¹⁷ Para imprimir a revista, se estabeleceu um contrato com a gráfica *O Mundo*. A Editora não adquiriu maquinários. *Maquis* começou a circular em 05 de agosto de 1956, data do aniversário do atentado sofrido por Lacerda. Ela oferecia aos leitores 48 páginas, algumas editadas em cores, e teria as suas edições publicadas quinzenalmente. A primeira edição modificou o subtítulo de *Maquis*. Ao invés de “diário de notícias, jornal de homens”, ela passou a usar a frase “tão caro quanto a verdade”.²¹⁸

Ao longo dos anos, notamos permanências e mudanças na composição material da revista. Alguns exemplos ilustram isso. A “foto da quinzena” foi publicada na página 2 das primeiras edições. Depois, a fotografia deu lugar ou aos anúncios ou aos artigos. Geralmente, a página 3 possuía o expediente da revista, ladeado ou por um texto da direção ou por uma apresentação dos conteúdos da edição. As reportagens e os artigos se intercalavam a partir da página 4. Em agosto de 1958, *Maquis* criou a seção “Parlamento & Política” (páginas 4 e 5). Tal seção ficou a cargo de Murilo Melo Filho.²¹⁹ Adiante, nos primeiros anos de circulação, não havia uma página padrão para o editorial de Amaral Netto. Isso mudou em 1959, quando o

²¹⁶ Como se fez o capital inicial de *Maquis*. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 54, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1146> Acesso em: 28/03/2022.

²¹⁷ Covardia e traição na investida do sindicato de ladrões contra *Maquis*. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 6, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1048> Acesso em: 28/03/2022.

²¹⁸ Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1> Acesso em: 12/05/2021. P. 01.

²¹⁹ A revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 23 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/116521/2693> Acesso em: 12/05/2021.

editorial passou a figurar nas páginas centrais (nº 20-21 ou nº 21-22). Havia uma seção de leitores, chamada de “Vocês dizem o que querem”, que foi publicada em páginas diferentes no decorrer das edições. A página 13 costumemente trazia um artigo. João Duarte Filho e Aliomar Baleeiro são dois exemplos de autores que assumiram a página 13. Por fim, em abril de 1958, *Maquis* anunciou a criação de seções no contexto da mudança no seu ritmo de circulação para semanal. Regina Brandão, apresentada como uma “dona-de-casa” e mãe, escreveria textos para esse tipo de público leitor. Outras seções anunciadas foram as de cinema (Ely Azeredo), xadrez (Jorge Brandão, marido de Regina Brandão) e política internacional (Stefan Baciú).²²⁰ Isso sugere como *Maquis* diversificou o seu conteúdo, mas não significa que o seu foco na política brasileira perdeu força de 1958 em diante.

Por não possuir uma oficina de impressão, *Maquis* quase paralisou a sua circulação em 1957. O seu contrato com a gráfica foi cancelado em março daquele ano. Amaral Netto e Geraldo Rocha (então proprietário da gráfica) se desentenderam por causa da linguagem de *Maquis*.²²¹ A solução encontrada foi a de imprimir *Maquis* na rotativa do *Tribuna da Imprensa*. Entretanto, tal maquinário não era apropriado para isso. Lacerda afirmou em suas memórias que a sua rotativa era uma “máquina de moer cana”.²²² Entre abril e novembro de 1957, *Maquis* foi impressa nessa rotativa, em formato tabloide.²²³ Esse foi o seu “uniforme de campanha”.

Nesse ínterim, a Editora Reforma aprovou o lançamento de uma nova campanha de subscrição de ações. O aumento do capital social serviria para comprar maquinários. Previa-se a venda de 5 mil ações. Logo, projetava-se triplicar o capital antes mesmo da Editora completar um ano de existência.²²⁴ Amaral Netto teria se tornado o principal acionista nesse momento (300 ações).²²⁵ Segundo *Maquis*, foram vendidas 5.062 ações. Elas estariam distribuídas entre 2.510 acionistas. A divisão delas por estados ou (então) territórios brasileiros seria a seguinte,

²²⁰ O que vai ser o MAQUIS semanal. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4-6, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/116521/1926> Acesso em: 12/05/2021.

²²¹ A revista *Maquis* publicou uma carta, que seria de Rocha, em que este informou o cancelamento do contrato: “Considerando desprimorosos para o Brasil os insultos editados no último número da revista “Maquis”, impressa em nossas oficinas, pedimos ao nosso auxiliar, sr. Braga, superintendente da nossa gráfica, que se dirigisse ao dr. Amaral Netto, diretor da referida revista, solicitando um pouco de moderação. Repelidos nos nossos propósitos, fizemos saber àquele cavalheiro que não poderia de hoje em diante continuar com a nossa colaboração imprimindo a sua revista. Além destas razões precisamos das nossas instalações de rotogravura que em breve passarão a fazer circular nossas próprias publicações”. “O caso do Maquis”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/720> Acesso em: 12/05/2021.

²²² LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. Cit. 1987, p. 85.

²²³ Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1673> Acesso em: 12/05/2021.

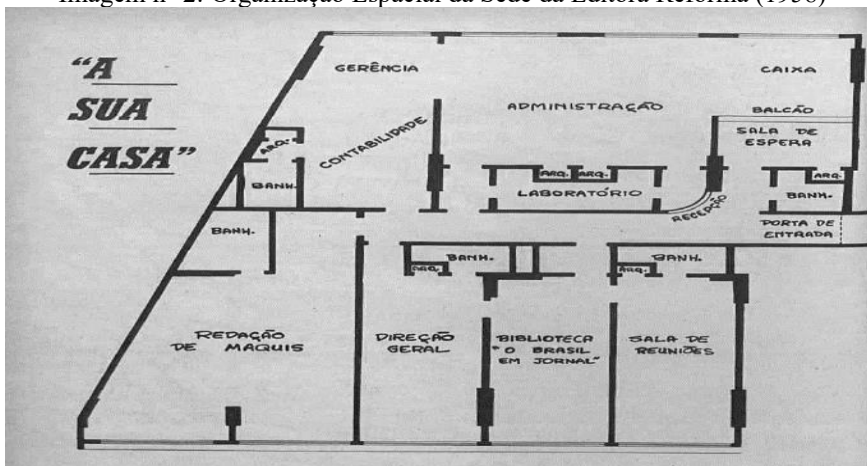
²²⁴ Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1674> Acesso em: 12/05/2021.

²²⁵ Como se fez o capital inicial de Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 54, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1146> Acesso em: 28/03/2022.

em ordem decrescente: São Paulo (2.230), Distrito Federal (968), Paraná (488), Minas Gerais (316), Bahia (245), Espírito Santo (184), Rio Grande do Sul (112), Estado do Rio (107), Mato Grosso (97), Rio Branco (55), Piauí (44), Alagoas (42), Goiás (31), Paraíba (30), Santa Catarina (27), Rio Grande do Norte (22), Pernambuco (22), Ceará (15), Rondônia (9), Acre (6), Sergipe (5), Maranhão (4), Pará (2) e Amazonas (1).²²⁶

O aumento de capital teria terminado com a subscrição de 5.200 ações. Porém, o valor obtido não foi usado na aquisição de maquinários. Em 1958, *Maquis* publicou que o capital foi usado na compra de uma sede. Esta seria composta de 11 salas no 12º andar do edifício Nogales (também situado na Rua México). Ao todo, a sede teria 300 m² e a Editora gastaria mais de Cr\$ 6 milhões no negócio. Essa mudança teria sido aprovada pelos seus acionistas. Um novo contrato de imprensa foi formalizado, desta vez com o jornal *Diário de Notícias*.²²⁷ A reportagem também estampou uma imagem de como seria organizada a nova sede:

Imagem nº 2: Organização Espacial da Sede da Editora Reforma (1958)



Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 6, fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1688> Acesso em: 02/08/2023.

Nas edições publicadas nesse momento, se nota um certo nível de euforia em *Maquis* com o resultado do seu aumento de capital. A sua periodicidade foi alterada e ela passou a ser publicada semanalmente.²²⁸ Ela anunciou a abertura de uma sucursal em São Paulo para atender acionistas, leitores, anunciantes e assinantes.²²⁹ A opção por São Paulo parece ter sido motivada

²²⁶ 5.062 ações subscritas! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 45, nov. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1441> Acesso em: 02/08/2023.

²²⁷ Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4-5, fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1686> Acesso em: 02/08/2023.

²²⁸ A revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1925> Acesso em: 02/08/2023.

²²⁹ A revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1637> Acesso em: 02/08/2023.

pelo protagonismo da cidade na aquisição de ações. Ao se somar as ações originais e as novas (7.300), se verifica que quase um terço delas eram de propriedade de paulistas.

Portanto, *Maquis* foi o produto de uma editora de capital aberto, uma S.A. A sua fundação contou com o auxílio financeiro de parte dos antigos dirigentes do Clube da Lanterna e de parentes e amigos de Amaral Netto. Além disso, ela conseguiu algum êxito em atrair políticos e militares ou que eram opositores de JK ou que foram atingidos pelo contragolpe de 1955. São Paulo foi uma cidade importante em sua composição acionária. Essas ações poderiam estar concentradas entre poucos acionistas ou espalhadas. Seja como for, isso surpreende quando se recorda que o Distrito Federal foi o principal centro de atuação política de Amaral Netto e do Clube da Lanterna entre 1953-56.

2.2.2. Preço, tiragem e distribuição

A frase “tão caro quanto a verdade” supostamente expressaria duas características de *Maquis*. Às vésperas do seu lançamento, o *Tribuna da Imprensa* publicou uma entrevista com Amaral Netto. O preço (Cr\$ 15) seria um modo de fazer com que ela dependesse apenas da venda de suas edições para sobreviver. Desse modo, *Maquis* seria um periódico independente de compromissos externos. Amaral Netto também afirmou que a primeira edição publicaria dez reportagens que trariam assuntos que “nunca foram trazidos ao conhecimento do público, por diversos motivos”. A revista exporia a “verdade” com base em “fatos”. Como os “fatos” seriam centrais nas reportagens, ele defendeu que a linguagem da revista seria de um “tom sereno”.²³⁰

No contexto carioca dos anos 1950, diversos periódicos concorriam entre si na faixa de mercado das revistas ilustradas. Talvez os maiores exemplos disso sejam *O Cruzeiro* e *Manchete*. Ambas eram revistas semanais. A primeira delas foi fundada em 1928 e fez parte dos *Diários Associados* (Chateaubriand). Já *Manchete* foi criada por Adolpho Bloch em 1952. Bloch foi um gráfico que imigrou para o país nos anos 1920.

Tendo essas duas revistas como referências, convém tentar situar *Maquis* naquele mercado a partir de um quadro comparativo entre os preços dessas três revistas entre 1952-62. Isso não significa afirmar que *Maquis* foi uma revista estruturalmente similar às outras. A ideia é a de entender a sua proposta dentro daquele cenário. A opção feita foi a de comparar o preço praticado por essas revistas, em cada ano, nas suas últimas edições. No caso do ano de 1962,

²³⁰ A verdade não é bonita mas útil. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 7, 02 ago. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/29606 Acesso em: 02/08/2023.

como *Maquis* paralisou a sua circulação em março, a comparação foi feita por meio dos preços vigentes nesse mês:

Quadro nº 4: Preço Comparado entre as revistas *Maquis*, *O Cruzeiro* e *Manchete* (1956-62)

Revista/Ano	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
<i>Maquis</i>	Cr\$ 15	Cr\$ 15	Cr\$ 15	Cr\$ 15	Cr\$ 20	Cr\$ 20	Cr\$ 30
<i>O Cruzeiro</i>	Cr\$ 7	Cr\$ 10	Cr\$ 15	Cr\$ 15	Cr\$ 30	Cr\$ 40	Cr\$ 50
<i>Manchete</i>	Cr\$ 7	Cr\$ 10	Cr\$ 15	Cr\$ 20	Cr\$ 30	Cr\$ 40	Cr\$ 50

Fonte: *Hemeroteca Digital*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 09/12/2023.

Inicialmente, o preço de *Maquis* era mais que o dobro do praticado pelas outras. O leitor que adquiria *Maquis* poderia, em seu lugar, comprar duas revistas e ainda receber um troco. A diferença ainda foi relevante em 1957, apesar de ela ter diminuído. A discrepância de preço se refletia, em sentido inverso, na quantidade de páginas. Enquanto *Maquis* editava 48 por edição, as outras oscilavam entre 80 e 100 páginas. Ou seja, o comprador de *Maquis*, entre 1956-57, era aquele disposto (ou capacitado financeiramente) a pagar mais por um produto menor. Essa constatação aponta para o tipo de comprador que ela ambicionava atrair, a saber, aqueles que detinham um certo grau de poder aquisitivo. Não raro, quando *Maquis* tentou fazer da publicidade outra fonte de receita, ela expôs que esse seria o padrão do seu público leitor.²³¹ O seu argumento era o de que ela seria um canal de divulgação atrativo para os anunciantes em função desse padrão. Dito de outro modo, ela seria lida por quem tinha dinheiro para consumir outros produtos. Se, por um lado, ela tentou se autoafirmar como um periódico popular em seu discurso, por outro, ela operou um recorte de classe por meio do seu preço em 1956-57.

Há uma curva ascendente nos preços das outras revistas. Em cerca de dois anos, ambas custavam o mesmo que *Maquis*. Esta permaneceu com seu preço estante até 1959. Depois disso, e apesar dos reajustes feitos entre 1960-62, *Maquis* se tornou um periódico consideravelmente mais barato do que as outras. O critério de preço, de 1958 em diante, não mais funcionava como um recorte sobre o público leitor. Qualquer pessoa que tivesse Cr\$ 15 para gastar com uma revista poderia fazer a sua opção entre as três. Aquilo que ditaria a sua escolha provavelmente seria o seu gosto de leitura. Na lógica do mercado jornalístico, se suporia que isso foi um esforço para ampliar o público. Todavia, é impossível dizer que essa equiparação de preço teve como efeito alguma modificação no padrão do público leitor de *Maquis*.

²³¹ A revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1093> Acesso em: 09/12/2023.

A manutenção do preço gerou mudanças qualitativas e quantitativas em *Maquis*. Em 1958, ela mudou o seu formato de impressão:

Imagem nº 3: Capas das Edições nº 61 e nº 62 de *Maquis* (1958)



Fonte: Hemeroteca Digital

Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 09/12/2023

Ela foi produzida nesse segundo formato até 1961. Amaral Netto justificou a mudança pelo aumento nos custos de produção, especialmente do papel. Ele tentou comover os leitores ao reafirmar a idoneidade e a independência de *Maquis*²³², uma narrativa que já tinha sido usada quando do aumento de capital da Editora Reforma.²³³ Diante do resultado obtido em 1957, a repetição se torna compreensível. Cerca de seis meses depois do editorial de 1958, *Maquis* reduziu o seu número de páginas para 40.²³⁴

No que tange à tiragem e à vendagem, a maioria das informações localizadas são referentes ao biênio 1956-57. Ele foi avaliado pela revista como um sucesso comercial. Por isso, *Maquis* tinha o costume de publicar índices detalhados de tiragem e de vendagem. Não por acaso, esse alegado sucesso se limitou ao período em que o seu preço esteve muito acima

²³² “O custo de impressão, apesar de toda a boa-vontade e de todo o sacrifício do nosso amigo João Dantas, sofreu, em relação ao primeiro número da revista, um aumento de 70%. [...]. O papel, durante todo este ano [1958], vai atingir níveis praticamente 100% maiores que os de janeiro. Os serviços de administração, a expedição, os fretes, os selos de correio, a redação, os impostos, tudo, em média, está custando a MAQUIS o dobro do que custava no seu primeiro mês de existência. Dessa situação resulta uma premente necessidade: a do equilíbrio de receita e despesa dentro dos recursos normais, uma vez que não contamos com nenhuma ajuda de qualquer espécie, além da venda avulsa, do restrito volume de publicidade e das assinaturas. Seria fácil para MAQUIS, neste momento, graças a dois ou três pequenos “contratos”, resolver em grande parte os seus problemas financeiros. Mas também essa solução fácil e a solução impossível, porque esses contratos importariam na quebra de uma parcela da nossa independência”. AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. 2º aniversário de *Maquis*. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 26, 9 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2620> Acesso em: 09/12/2023.

²³³ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Só você pode salvar esta revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/721> Acesso em: 09/12/2023.

²³⁴ Tire a máscara doutor! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, 14 fev. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3891> Acesso em: 09/12/2023

do de outras revistas. Na medida em que ocorreu a equiparação, *Maquis* deixou de expor essas informações.

Em abril de 1957, ela afirmou que, em 1956, a sua margem de lucro por exemplar seria de Cr\$ 10. A diferença de Cr\$ 5 do preço final seria consumida nas despesas de distribuição (como o pagamento de comissões para os seus vendedores autorizados). A sua distribuição atingiria aproximadamente mil cidades do país. Em média, as vendas atingiriam cerca de 52 mil exemplares por edição (1956). Ao todo, ela publicou 9 edições naquele ano. Dentro dessa quantidade, 50 mil seriam provenientes da venda avulsa e o restante de assinantes. Com base nisso, *Maquis* projetou quantas pessoas a leram. Segundo seu cálculo, cada exemplar vendido representaria 8 leitores, sobretudo no “interior do país”, o que resultaria em mais de 400 mil brasileiros que teriam lido *Maquis*.²³⁵

Ela não explicou qual foi o seu critério para basear o cálculo em uma média de 8 leitores, o que torna inviável analisar a validade desse alegado alcance. Fato ou mito, o seu registro é importante, pois a revista o usou como uma prova do alcance atingido a partir de sua vendagem.

No primeiro trimestre de 1957, a média de vendas teria arrefecido para 43 mil. Nesse período, as suas vendas foram discriminadas entre o Distrito Federal (13 mil), São Paulo (5 mil) e “interior” (25 mil). O cancelamento do contrato com a gráfica *O Mundo* (março/abril de 1957) parece ter gerado um efeito positivo. A revista praticamente dobrou a sua vendagem (82 mil). São Paulo e o “interior” do país teriam sido vitais para isso: 9 mil e 57 mil, respectivamente. No Distrito Federal, o aumento seria limitado (16 mil). Em termos proporcionais, esse dito crescimento seria de 56% no “interior”, 44% em São Paulo e 19% no DF.²³⁶ A distribuição era feita através do transporte rodoviário. No caso de São Paulo, é seguro afirmar que *Maquis*, ao menos, tinha acesso a um caminhão para abastecer a cidade.²³⁷ Esse caminhão foi pauta de uma notícia sobre a apreensão, pela polícia, de uma das edições de *Maquis*.²³⁸

Possivelmente, o transporte rodoviário era usado para distribuir *Maquis* também em outros estados do Sudeste. O preço de Cr\$ 15 era praticado apenas no Distrito Federal, no Estado do Rio, em São Paulo, em Minas Gerais e no Espírito Santo. Para outras cidades,

²³⁵ Primeiro relatório das atividades da Editora Reforma S.A. – 1956. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40-41, mar. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/662> Acesso em: 09/12/2023.

²³⁶ O “segredo” de Maquis: esta é a explicação. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 51, ago. 57. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1143> Acesso em: 09/12/2023.

²³⁷ Um velho “Studbaker”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, set. 56. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/144> Acesso em: 09/12/2023.

²³⁸ De acordo com Dulles, a revista foi apreendida por reproduzir o “Manifesto ao Povo Brasileiro” de Carlos Lacerda, publicado originariamente no *Tribuna da Imprensa* (que também teve a sua edição apreendida). No texto, Lacerda teria adjetivado JK de “exibicionista delirante” e Goulart de “traidor”. DULLES, John. Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960). Op. Cit. 1992, p. 249.

cobrava-se Cr\$ 20.²³⁹ Nesse sentido, esse sobrepreço poderia derivar do custo com o transporte aéreo. Em uma das assembleias de acionistas, Amaral Netto se queixou que *Maquis* seria discriminada pelas empresas aéreas. Segundo ele, a prática de permuta seria comum entre a imprensa e tais empresas. Ela funcionaria da seguinte maneira – enquanto os periódicos fariam publicidade gratuita das empresas, estas não cobrariam taxas de fretes para transportarem os exemplares dos periódicos. Porém, Amaral Netto afirmou que *Maquis* não teria conseguido isso. Na sua opinião, a “penetração” de *Maquis* – i.e., a sua tiragem de 100 mil cópias – deveria ser levada em consideração:

Não, nós somos uma revista quinzenal, saímos duas (2) vezes por mês, e o nosso campo de penetração dentro de uma tiragem atingida de cem mil (100.000) exemplares distribuídos em oitocentas (800) cidades do Brasil. Assim, não nos poderiam negar essa permuta sob a alegação de que não temos campo de penetração para a sua propaganda, quando elas próprias conhecem as quantidades de exemplares e as cidades onde penetramos. Já entramos em contato com todas elas, e ainda há pouco mandamos a cada uma delas uma carta solicitando a abertura de um crédito, sem nenhum pedido de favor e, sim, a exemplo das demais empresas jornalísticas. Até aqui, no entanto, nenhuma resposta obtivemos. Não sabendo, portanto, qual o tipo de prioridade uma vez que essas empresas são subvencionadas pelo governo, o mesmo governo que recebe os nossos impostos. No entanto, encontramos sempre suas portas fechadas para um assunto que consideramos justo, e que nos é negado. Entretanto, Senhores Acionistas, algumas dessas empresas gastam rios de dinheiro em Rádios e Televisões, patrocinando concursos de alto custo. Mas, para nós, não há verbas. Dizem isso como se fôssemos cegos e surdos, como se não víssemos nem ouvísssemos a publicidade que cada uma delas faz em quase todos os órgãos da imprensa escrita e falada do País. Portanto, Senhor Presidente, pediria a todos os Acionistas eleitores do País, que se utilizam dos transportes dessas Companhias, que nos ajudassem a desvendar esse mistério que prejudica a nossa empresa, de caráter estritamente comercial. Aplaudido o Senhor Amaral Netto por todos os Acionistas presentes, foi passada a palavra ao Presidente da Mesa [...].²⁴⁰

A tiragem deveria garantir uma espécie de direito a *Maquis* (não um privilégio). Assim, o número de tiragem deveria representar a força simbólica de sua revista. Como isso não aconteceria, Amaral Netto pareceu sugerir aos acionistas que eles pressionassem as empresas no sentido de que elas respondessem ao seu pedido de permuta.

A revista que se definiu pela frase “tão caro quanto a verdade” tinha como meta ser consumida pelas classes média e alta. Seria para esses públicos que ela priorizaria difundir o seu jornalismo, sobretudo entre 1956-57. Na sua dimensão jornalística, *Maquis* recorrentemente tentou demonstrar que a sua existência dependia apenas de seus leitores, algo que a tornaria um

²³⁹ Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, set. 56. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/145> Acesso em: 09/12/2023.

²⁴⁰ Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 41, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1675> Acesso em: 09/12/2023.

periódico independente. Na sua dimensão empresarial, se notam diversos esforços para fazer da publicidade uma fonte de receita ou um meio para dirimir seus custos.

2.2.3. Os balanços patrimoniais e a publicidade

À época, o funcionamento legal das sociedades anônimas (S.A.) era regulado pelo Decreto-Lei nº 2.627/40. O seu artigo nº 98 determinava que, anualmente, elas deveriam convocar uma assembleia de acionistas para que eles pudessem examinar o seu balanço patrimonial (referente ao exercício anterior). O Decreto-Lei também estipulava que a assembleia teria que ser realizada no decorrer do primeiro quadrimestre do ano.²⁴¹ A revista *Maquis* seguiu essa norma. Havia um padrão de divulgação do balanço patrimonial. O relatório da diretoria era redigido na parte superior. Ele trazia uma análise e uma conclusão sobre a situação econômica da empresa. Abaixo dele, eram descritos os tipos e os valores dos ativos e dos passivos. Os lucros e as perdas vinham a seguir. O último item era o parecer do conselho fiscal que recomendava aos acionistas aprovarem ou não as contas apresentadas. A Editora Reforma publicou em *Maquis* cinco de seus balanços, de 1956 a 1960. Como *Maquis* encerrou as suas atividades em março de 1962, não há nela o balanço de 1961. É possível tecer algumas considerações à luz de suas finanças. Para tanto, a opção foi a de restringir o foco aos dados apresentados como lucros ou como perdas. As despesas e as receitas eram detalhadas sob essa rubrica.

O primeiro balanço abrangeu o período de cinco meses de circulação em 1956. Nele, a Editora Reforma listou seis categorias de despesas – administração geral (Cr\$ 311.026,00), departamento de impressão (Cr\$ 1.648.680,30), departamento de circulação (Cr\$ 898.461,50), departamento de publicidade (Cr\$ 25.900,00), redação (Cr\$ 874.415,10) e geral/rateio (Cr\$ 906.945,40). Nessa última, ao que parece, era registrado tudo o que não se enquadraria nas categorias anteriores. Somadas, essas despesas totalizariam Cr\$ 4.665.428,30.²⁴²

As despesas aumentaram significativamente em 1957. Isso era previsível diante do fato de que nesse balanço foi contabilizado todo o ano em tela. Juntos, os departamentos de impressão e de circulação custaram mais de Cr\$ 10 milhões. Cerca de 63% do total de custos do ano foi oriundo desses dois departamentos. Talvez por isso Amaral Netto tenha se queixado das empresas aéreas. O balanço de 1957 também indica que um novo departamento foi criado,

²⁴¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.802, de 26 de setembro de 1940. Dispõe sobre as sociedades por ações. Rio de Janeiro, DF: Câmara dos Deputados, 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2627-26-setembro-1940-412760-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08/12/2023.

²⁴² Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 42-43, mar. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/664> Acesso em: 08/12/2023.

o de “promoção”. As outras despesas foram com administração, publicidade, redação e geral/rateio.²⁴³

Em alguma medida, parte dessas despesas eram provenientes da expansão dos negócios da Editora Reforma. Além de *Maquis*, ela passou a editar outro periódico, *O Brasil em Jornal*. Diferentemente da revista, *O Brasil em Jornal* foi apresentado como um tipo de material didático para os estudantes que desejavam aprender sobre a história do Brasil. Para tanto, a editora montou uma equipe de redatores coordenada por um professor. Eles editariam, no formato de notícias, os acontecimentos históricos.²⁴⁴ A pretensão da editora era a de produzir 24 edições de *O Brasil em Jornal* por ano. Ou seja, tal qual *Maquis*, *O Brasil em Jornal* teria uma periodicidade quinzenal. Cada edição custaria Cr\$ 10 (nas cidades em que a entrega não fosse feita pelo modal aéreo).²⁴⁵ Para poder divulgar o periódico no campo escolar, a editora concedeu uma assinatura trimestral gratuita para professores de História.²⁴⁶ É possível supor que a despesa com o “promoção”, incluída no balanço de 1957, se referia a esse investimento.

O custo de se produzir dois periódicos simultaneamente pode ser uma explicação para o dinheiro gasto com impressão em 1958 (Cr\$ 7.907.777,70). Comparativamente, a Editora Reforma teria desembolsado muito mais do que foi observado no ano anterior. Sob a mesma ótica comparativa, quase todas as outras categorias de despesas sofreram majorações significativas. Em termos percentuais, os aumentos foram de 34% com administração, 91%

²⁴³ Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1914> Acesso em: 08/12/2023.

²⁴⁴ “A “EDITORIA REFORMA S/A”, tendo em vista a fabulosa aceitação das publicações francesa, americana e alemã, que alcançaram tiragens enormes, resolveu estudar um plano e um esquema para, com grandes modificações, editar no Brasil um trabalho do mesmo tipo. Para isso, desde julho de 1957, que a direção da Editora entrou em contato com historiadores, pesquisadores, museus, bibliotecas, oficinas, corpo redatorial especializado etc., para poder chegar ao máximo de perfeição no lançamento que vai fazer dentro de poucos dias. O nome escolhido, como já adiantamos, foi O BRASIL EM JORNAL. Os assessores de história pátria e internacional são os professores Gustavo Barroso, também diretor do Museu Histórico, e Jayme Coelho. Para a chefia de redação foi convidado o jornalista Cláudio Soares, licenciado em História pela Faculdade de Filosofia. O secretário de O BRASIL EM JORNAL é aquele mesmo jovem que no programa “O Céu é o Limite”, da televisão e do rádio, conseguiu ganhar com os profundos conhecimentos que possui de História do Brasil e de Portugal, um dos maiores prêmios já pagos em programas radiofônicos na América do Sul. Seu nome é Rubem de Azevedo Lima [...]. Notícia de 400 anos atrás como se fossem de ontem! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24, out. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1324> Acesso em: 08/12/2023.

²⁴⁵ O Brasil em Jornal estará nas bancas dentro de alguns dias. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 34-35, out. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1383> Acesso em: 08/12/2023.

²⁴⁶ Gustavo Barroso (1888-1959), um dos “assessores” de *O Brasil em Jornal*, ingressou na AIB em 1933. Barroso foi nomeado comandante-geral das milícias (1934) e secretário nacional de educação moral e educação física (1935) da AIB. Segundo Amélia Coutinho, Barroso se retirou da política após o fracasso da conspiração integralista contra o Estado Novo (1938). COUTINHO, Amélia. Gustavo Barroso. In: ABREU, Alzira Alves de (et al). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-dodt-barroso> Acesso em: 05/12/2023.

com publicidade, 27% com “promoção”, 37% com redação e 23% com geral/rateio. Por outro lado, isso não se verifica em relação ao departamento de circulação que se manteve estável.²⁴⁷

Duas hipóteses podem explicar essa discrepância. A primeira delas seria a de que a editora tenha conseguido, de algum modo, estabelecer uma permuta com as empresas aéreas. Nas edições de *Maquis* de 1958, nota-se que a Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul foi uma anunciante na revista.²⁴⁸ A segunda delas seria a de que a editora diminuiu o leque da distribuição, pelo território nacional, dos seus dois periódicos.

Até 1958, houve um aumento generalizado nas despesas. É preciso observar isso tendo em perspectiva o aumento da inflação no Brasil. Como visto anteriormente, de 1958 em diante, a inflação cresceu no país. Ou seja, é possível que uma das causas para os aumentos tenha sido a elevação de preços.

Esse quadro de aumentos se modificou em 1959. Três tipos de despesas continuaram em uma curva ascendente (administração, publicidade e geral/rateio). As outras tiveram os seus gastos reduzidos, especialmente em impressão, em circulação e em “promoção” – 42%, 65% e 3%, respectivamente, do que foi dispendido nesses três tipos de despesas no ano anterior.²⁴⁹ A retração observada com impressão sugere que a editora estaria produzindo tiragens menores ou de *Maquis*, ou de *O Brasil em Jornal* ou de ambos.

O balanço de 1960 pode ser considerado como distinto do anterior. Em primeiro lugar, ocorreram retrações nas despesas com a administração (Cr\$ 2.566.373,10), a circulação (Cr\$ 3.272.036,70), a publicidade (Cr\$ 749.225,00), a redação (Cr\$ 2.958.239,60) e geral/rateio (R\$ 3.079.440,20). Em segundo lugar, houve um ligeiro acréscimo na despesa de impressão (Cr\$ 3.545.148,20) e um aumento significativo na de promoção (Cr\$ 103.162,00). Em terceiro lugar, o balanço incluiu duas novas categorias de despesas: almoxarifado (Cr\$ 1.348,577,90) e bens imóveis (Cr\$ 185.966,50). Por fim, em quarto lugar, há o “saldo dos exercícios anteriores”, que foi calculado em Cr\$ 3.026.943,40. Ao que parece, a editora tinha acumulado pouco mais de Cr\$ 3 milhões em dívidas.²⁵⁰

Em 1960, Amaral Netto foi entrevistado por Arnaldo Nogueira no programa *Ideias e Imagens (TV Tupi)*. Convém recordar que, naquele momento, ele era candidato a deputado

²⁴⁷ Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20, 21 mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4110> Acesso em: 08/12/2023.

²⁴⁸ Diariamente para Buenos Aires os novos Convair da Cruzeiro do Sul. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, 31 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2161> Acesso em: 08/12/2023.

²⁴⁹ Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 34, 30 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6400> Acesso em: 08/12/2023.

²⁵⁰ Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32, 29 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8442> Acesso em: 08/12/2023.

constituente da Guanabara. Em uma das perguntas, Nogueira questionou se *Maquis* recebia “anúncios ou dinheiro de grupos estrangeiros”. Em sua réplica, Amaral Netto alegou o endividamento da Editora Reforma:

A minha revista, infelizmente com poucos anúncios ou quase nenhum, nem mesmo de grupos nacionais, tem sobrevivido à custa de empréstimos, pois a Editora Reforma, que edita MAQUIS e que eu dirijo, deve 3 milhões de cruzeiros ao Banco Nacional de Minas Gerais, ao Banco da América, ao Banco Andrade Arnaud e outros. Empréstimos atendidos religiosamente, pelo menos seus juros e prorrogações de títulos.²⁵¹

Por um lado, a afirmação de Amaral Netto sobre o endividamento indica que a editora manteve a sua dívida na casa dos Cr\$ 3 milhões. Afinal, a sua entrevista para Nogueira ocorreu cerca de sete meses antes da divulgação do balanço de 1960. Por outro lado, no caso da publicidade, percebe-se uma distinção entre o que ele disse e o que se observa nas edições de *Maquis* publicadas no biênio 1958-59. A revista passou a publicar diversos anúncios em suas páginas, tanto de profissionais liberais como de empresas.²⁵² Isso também pode ser demonstrado por meio das fontes de receitas. Nessa dimensão dos balanços constam apenas quatro categorias de recursos financeiros (venda avulsa, assinaturas, publicidade e receitas extraordinárias):

Quadro nº 5: Balanços Patrimoniais da Editora Reforma S.A.
Conta Lucros e Perdas (Receitas Operativas – 1956-60 – em Cr\$)

Tipo/Ano	1956	1957	1958	1959	1960
Venda Avulsa	4.511.706,60	15.759.738,90	18.024.059,70	11.454.413,20	6.384.046,00
Assinaturas	133.275,00	623.215,00	1.052.940,50	694.453,60	362.545,00
Publicidade	37.500,00	190.000,00	2.562.598,40	3.987.186,00	8.358.494,00
Receita Extraordinária	3.739,00	146.657,30	72.225,40	77.762,20	204.709,40

Fonte: Balanços Patrimoniais da Editora Reforma S.A. (1956-1960)

Como a Reforma S.A. passou a editar dois periódicos a partir dos meses finais de 1957, torna-se impossível saber quais eram os pesos respectivos de *Maquis* e de *O Brasil em Jornal* nos valores de vendagem e de assinaturas. De todo modo, os balanços patrimoniais indicaram que essas categorias, notadamente a primeira, eram as principais fontes de receita entre 1956-

²⁵¹ Perguntas indiscretas receberam respostas prontas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 27, 17 set 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7197> Acesso em: 08/12/2023.

²⁵² Em anexo a esta tese consta uma lista dos anunciantes de *Maquis* no decorrer de sua existência.

59. Por outra perspectiva, pode-se relativizar o aparente crescimento na venda avulsa e nas assinaturas (1958), à luz da criação de *O Brasil em Jornal* e do aumento na periodicidade de *Maquis*. Por outras palavras, a Editora Reforma estaria produzindo muito mais do que anteriormente. No caso de *Maquis*, a manutenção do seu preço (Cr\$ 15) e o mencionado aumento na sua periodicidade acabaram sendo prejudiciais. Pouco mais de três meses após o início da circulação semanal, *Maquis* anunciou que voltaria a ser impressa como tabloide:

MAQUIS entra em seu terceiro ano de publicação impressa em uniforme de campanha, já muito conhecido dos nossos leitores. Desta vez, o uniforme usado é menos “jegue”, aparecendo um tanto recortado. Assim é que o formato não será alterado, visando à comodidade dos leitores. Está grampeado e aparado a guilhotina, ao contrário do primeiro uniforme de campanha que, não dispondo de tais luxos, se apresentava mais feio e menos prático para o manuseio.

Na página 7, no seu artigo semanal, Amaral Netto dá as razões dessa medida que tivemos que adotar. Leiam o artigo e fiquem sabendo por que voltamos ao uniforme de campanha.

Está claro que esperamos contar, não com o mesmo apoio que nos vem sendo dado, mas um apoio maior, desde que possível. Pois MAQUIS ao voltar a sua fase de uniforme de campanha precisa mais do que nunca da compreensão e da colaboração de todos vocês, caros leitores.²⁵³

Paulatinamente, a Reforma parece ter se tornado dependente da publicidade para sobreviver. À época, o ramo da publicidade estava em crescimento no Brasil.²⁵⁴ Em dezembro de 1957, *Maquis* iniciou a campanha do “pequeno anúncio”. Ela se consubstanciaria em uma política de preços acessíveis (Cr\$ 1.000,00 por dois anúncios) para profissionais liberais, comerciantes e industriais que quisessem divulgar as suas atividades (ou produtos).²⁵⁵ O projeto do “pequeno anúncio” entrou em execução no decorrer de 1958 – além dos tipos de anunciantes

²⁵³ A Revista em Revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 16 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2645> Acesso em: 12/05/2021.

²⁵⁴ “Ao longo da década de 1950, houve um incrível aumento no orçamento publicitário. O crescimento em valor correspondeu a um aumento físico, isto é, a um aumento de centimetragem de anúncios nos jornais, principalmente naqueles localizados em grandes cidades, como o Rio e São Paulo. Apesar de muitas organizações industriais e comerciais possuírem departamentos de publicidade próprios, houve um aumento grande no número de agências no país. As principais delas vinham crescendo em importância, apresentando, a cada ano, um maior volume de negócios. [...]. A agência de publicidade se definia como uma organização autônoma, com personalidade jurídica própria, que prestava serviços a um grupo de anunciantes, distribuindo sua propaganda em troca de uma taxa (que, no início dos anos 1950, era de 17,65% sobre o volume líquido total das verbas). Era mais do que um intermediário entre os anunciantes e os veículos de comunicação, como o antigo corretor. Era um organismo técnico, especializado, cujas atividades incluíam: 1) planejamento das campanhas, sua redação, desenho, ilustração; 2) estudos de mercado, levantamento de circulação dos veículos; 3) preparação do material para veiculação (clichês, estêreos, discos, etc.) e seu envio para os veículos; e 4) pagamento, por sua conta e responsabilidade, da publicidade feita em nome de seus anunciantes. Em 1950, metade do volume total de publicidade despendido no Brasil foi distribuído através das agências. Essa porcentagem foi ainda maior nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro”. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Clientelismo, corrupção e publicidade. Como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950?* Op. Cit. 1999, p. 09-10.

²⁵⁵ Agora você pode anunciar em MAQUIS. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 19, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1559> Acesso em: 12/05/2021.

listados acima, *Maquis* passou a estampar materiais de propaganda de candidatos às eleições daquele ano, como os dos udenistas Aliomar Baleeiro e Adauto Lúcio Cardoso.

Em janeiro de 1959, *Maquis* publicou uma reportagem “a pedido”. Isso sugere que se tratava de uma matéria paga. A reportagem versou sobre o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as atividades das petroleiras transnacionais Shell e Esso no Brasil, notadamente na distribuição de publicidade para o campo da imprensa. Essa reportagem foi transcrita do jornal *Correio da Manhã*.²⁵⁶ A partir de então, *Maquis* publicou algumas reportagens sob a rubrica de “a pedido” até o seu fechamento.

Dois anos depois, a revista majorou os seus preços para publicar anúncios. Em nota, ela justificou a medida como a única alternativa que lhe restaria:

O recente e por todos conhecido aumento relativo do dólar no câmbio de custo, alterando seu valor de Cr\$ 100,00 para Cr\$ 200,00 – medida sempre preconizada por MAQUIS que, inclusive, não via motivos para que o papel de imprensa tivesse tratamento privilegiado e mais de uma vez se bateu contra esse benefício que vinha de encontro ao interesse do povo – afetou de maneira acentuada a aquisição de papel para a impressão desta revista, como de resto de toda a imprensa. Seu preço foi duplicado, quando não quase triplicado.

Além disso, e pelo mesmo motivo, sofreram alta diversos materiais empregados nas oficinas de impressão, que consomem em parte matéria-prima estrangeira – também com preço aumentado pelo ajuste do dólar de câmbio de custo a seu valor verdadeiro. Não havendo possibilidade de controlar tais ocorrências, e não desejando, pelo menos por hora, aumentar o preço do exemplar de MAQUIS ou mesmo reduzir o número de suas páginas – medida já tomada por diversos jornais e que será generalizada dentro em breve – a Editora Reforma se vê forçada a procurar cobertura financeira para enfrentar tal situação no aumento de preço de seu espaço destinado à publicidade.²⁵⁷

A assimetria entre as receitas de vendagem e de publicidade parece ter causado questionamentos à época. A Editora Reforma teria reduzido as suas tiragens no decorrer dos anos, mas captaria uma quantidade maior de publicidade. Em meio a isso, a editora fez dois aprimoramentos editoriais em *Maquis* – ela aumentou o número de páginas da revista (de 40 para 44) e passou a imprimir a capa e a contracapa dessa última em papel couchê. Quando a revista comemorou o seu aniversário de 5 anos (agosto de 1961), ela divulgou o que seria uma carta de Amaral Netto para as agências de publicidade. Nela, ele pedia que as agências anunciassem em *Maquis* por causa de seu aniversário. A publicação desse texto visaria a “evitar dúvidas e míseras explorações” acerca da receita obtida por meio da publicidade.²⁵⁸ Ou seja, a

²⁵⁶ A pedido. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 jan. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3748> Acesso em: 12/05/2021.

²⁵⁷ A Revista em Revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 22 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8373> Acesso em: 12/05/2021.

²⁵⁸ Para evitar explorações. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 27, 31 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9173> Acesso em: 12/05/2021.

revista buscou comprovar que isso seria apenas o resultado de uma relação comercial entre a sua editora e as agências.

Outra explicação possível se depreende da venda das salas que a editora tinha adquirido no Edifício Nogales. Em junho de 1960, Amaral Netto afirmou que essa negociação o permitiu saldar as dívidas da editora e comprar outra sede para ela (“bem menor, bem mais modesta, de quase um terço do preço”). Na sua interpretação, essa venda teria sido essencial para “não termos de nos curvar ante as tentações e as propostas que, uma vez aceitas, poderiam salvar a sede. Foram-se os anéis mas ficaram os dedos”.²⁵⁹

A editora teria permanecido localizada no Centro do Rio. Porém, de acordo com um editorial de Amaral Netto, ela estaria em um ponto aparentemente menos valorizado pela ótica imobiliária. A partir disso, a editora passou a ocupar o terceiro andar de um prédio da Rua Sete de Setembro. Em agosto, *Maquis* publicou que “uma sede modesta é o nosso bolo de 4º aniversário”.²⁶⁰

No fim das contas, o desaparecimento da Editora Reforma S.A. (e de *Maquis* a reboque) parece ter sido tão somente um dos diversos casos do gênero ocorridos no campo da imprensa carioca. Entre o fim da década de 1950 e os anos 1970, diversos periódicos deixaram de circular na cidade, como a *Revista da Semana*, o *Diário de Notícias*, a *Luta Democrática* e o *Última Hora*. Pela ótica econômica, Ribeiro elencou ao menos três fatores que explicariam esse processo – a diminuição no volume da publicidade para os periódicos, a concorrência da televisão e a ascensão do preço do papel importado.²⁶¹ De certo modo, o impacto desse último fator em *Maquis* pode ser apreendido na menção ao reajuste no preço do dólar (de Cr\$ 100 para Cr\$ 200) para a aquisição de papel.

A frase “tão caro quanto a verdade” serviu a *Maquis* como um símbolo da sua suposta independência em relação aos anunciantes e outras fontes de receita. Além desse simbolismo, o preço elevado parece ter sido um modo de viabilizar a subsistência da revista enquanto seus produtores tentariam estabelecer uma relação mais ou menos estável com a publicidade.

Algumas decisões parecem ter gerado efeitos econômicos adversos. O resultado do aumento de capital (1957) foi acompanhado por uma expansão nos negócios da editora: o aumento da periodicidade de *Maquis* e a criação de outro periódico. Como ambos dependiam

²⁵⁹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. MAQUIS precisa da sua ajuda. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 9, 4 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6579> Acesso em: 12/05/2021.

²⁶⁰ A Revista em Revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 13 ago. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6973> Acesso em: 08/12/2023.

²⁶¹ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia. MOREL, Marco. FERREIRA, Tânia (org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 431.

invariavelmente de papel importado, a curva ascendente no preço desse insumo parece ter sido um elemento central para o ocaso da Editora Reforma (1962). Ainda havia a questão do potencial encalhe de cada edição, ou seja, a diferença entre tiragem impressa e o número de exemplares vendidos nos postos de comercialização. Os periódicos são produtos perecíveis, que se tornam obsoletos a partir do dia subsequente à sua publicação (sobretudo os jornais diários). *Maquis* não foi um jornal diário mas, ainda assim, consideramos válido sinalizar o encalhe como um risco possível ao qual a revista estava exposta.

Em terceiro lugar, de 1958 em diante, percebe-se em *Maquis* uma procura contínua por anunciantes para evitar a falência da sua editora. Em alguma medida, aqueles que tinham essa incumbência conseguiram algum êxito nisso. Contudo, é praticamente impossível saber como isso foi feito, afinal, as receitas operativas da editora – venda avulsa e assinaturas – indicavam um gradual processo de retração nas tiragens de *Maquis* e/ou de *O Brasil em Jornal*. Ao se atribuir essa confluência de anunciantes ao tipo de público leitor padrão da revista, salta aos olhos o problema de isso não se ter verificado no contexto em que *Maquis* teve as suas maiores tiragens (1956-57). Apesar de parecer, *a priori*, uma relação puramente comercial, esse contato entre as agências de propaganda e o campo da imprensa escrita poderia ser atravessado por tensões – interesses comerciais materiais *versus* o simbolismo da ideia de liberdade de imprensa.

2.3. A Hierarquia: O Conselho Fiscal e a Diretoria

Segundo o Decreto-Lei 2.627/40, o conselho fiscal e a diretoria de uma sociedade anônima (S.A). estavam hierarquicamente abaixo da assembleia de acionistas. O decreto contém as regras de como se constituiriam esses dois polos e quais eram as suas respectivas competências. Os diretores poderiam ser acionistas ou não. O estatuto da sociedade definiria quais eram as suas competências, o prazo de gestão, a remuneração e o modo como eles seriam escolhidos. Os diretores também eram obrigados a realizarem uma caução antes de assumirem os seus cargos. Essa caução poderia ser feita por meio de ações da sociedade. Um diretor poderia permanecer no seu cargo por até 6 anos. Por seu turno, os conselheiros fiscais deveriam ser eleitos anualmente pelos acionistas. O conselho fiscal tinha que ter, no mínimo, três membros efetivos (e o mesmo número de suplentes). Os empregados da empresa não podiam atuar nesse cargo, nem os parentes dos diretores. Na questão das competências, o Decreto-Lei 2.627/40 estabeleceu que:

Art. 127. Aos membros do conselho fiscal incumbe:

- I – Examinar, em qualquer tempo, pelo menos de três em três meses, os livros e papeis da sociedade, o estado da caixa e da carteira, devendo os diretores ou liquidantes fornecer-lhes as informações solicitadas.
- II – Lavrar no livro de “Atas e Pareceres do Conselho Fiscal” o resultado do exame realizado na forma da alínea I deste artigo.
- III – Apresentar à assembleia geral ordinária parecer sobre os negócios e as operações sociais do exercício em que servirem, tomando por base o inventário, o balanço e as contas dos diretores.
- IV – Denunciar os erros as fraudes ou crimes que descobrirem, sugerindo as medidas que reputarem úteis à sociedade.
- V – Convocar a assembleia geral ordinária, se a diretoria retardar por mais de um mês a sua convocação, e a extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes.
- VI – Praticar, durante o período de liquidação da sociedade, os atos a que se referem as alíneas anteriores, tendo em mira as disposições especiais que regulam a liquidação.²⁶²

Como é possível notar, o conselho fiscal fazia basicamente a verificação das contas que a diretoria nos seus livros contábeis. No desenho hierárquico, esse conselho se situava em uma posição superior à da diretoria. Em regra, ele deveria instruir os acionistas sobre como eles deveriam apreciar os balanços patrimoniais e preservar a lisura da sociedade anônima. Convém iniciar a análise por essa esfera.

2.3.1. Os conselheiros fiscais

Os nomes dos conselheiros da Reforma S.A. constam nos balanços publicados por ela. A editora sempre teve três conselheiros, o mínimo exigido por lei. Todos os pareceres emitidos pelo seu conselho fiscal aconselharam os acionistas a aprovarem as contas da diretoria. Eles não redigiram sequer um parecer adverso, independentemente de a editora ter tido um ano economicamente positivo ou negativo.²⁶³

Somente quatro pessoas obtiveram o cargo de conselheiro entre 1956-60. Entre elas, constam Pedro Theberge e Hélio Pires Magalhães. Como foi dito anteriormente, ambos ocuparam posições de destaque no Clube da Lanterna – tesoureiro e dirigente. Todavia, como Theberge não foi considerado como indiciado, pela polícia, em 1955, a reflexão sobre ele se limitou a sua relação com Amaral Netto por meio do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem. Theberge nasceu em Sete Lagoas, Minas Gerais. Entre os anos 1940-50, ele investiu capital ou trabalhou – como conselheiro ou dirigente – em algumas empresas, sobretudo as do ramo de seguridade. Por exemplo, Theberge foi diretor-presidente da Cia. Interestadual de

²⁶² BRASIL. *Decreto-Lei n° 1.802, de 26 de setembro de 1940. Dispõe sobre as sociedades por ações*. Rio de Janeiro, DF: Câmara dos Deputados, 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2627-26-setembro-1940-412760-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08/12/2023.

²⁶³ Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20, 21 mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4110> Acesso em: 08/12/2023.

Seguros (1950)²⁶⁴ e diretor-tesoureiro da Cia. Fidelidade de Seguros Gerais (1953).²⁶⁵ Logo, ele dirigiu duas empresas enquanto foi gerente do sindicato patronal.

Os outros dois conselheiros da Reforma S.A. foram Octacílio de Almeida Paiva e José Maria Gomes de Mattos. Este substituiu Magalhães no conselho a partir de 1959.²⁶⁶ Paiva faleceu em 1962. A sua certidão de óbito registrou que ele nasceu em 1911, no Rio de Janeiro. O declarante do óbito informou que Paiva exercia a profissão de contador.²⁶⁷ É seguro afirmar que a sua formação educacional ocorreu muito antes de ele ter sido conselheiro da Editora Reforma. Paiva trabalhou com contabilidade desde, ao menos, os anos 1940. Em 1942, ele foi conselheiro da empresa Ar-Condicionado Airco Moreira S.A.²⁶⁸ Alguns anos depois disso, ele atuou como contador da Cia. de Seguros La Foncière Incendie S.A. O balanço patrimonial dessa empresa de 1948 contém o registro da carteira profissional de Paiva.²⁶⁹ Por fim, Paiva foi uma das pessoas que subscreveu o manifesto de fundação do Clube da Lanterna.²⁷⁰

Em sua certidão de casamento (1940), registrada no Rio, José Maria Gomes de Mattos declarou que nasceu no Espírito Santo (1915) e que trabalhava como bancário.²⁷¹ Assim, ele imigrou para o Rio em algum momento entre 1915 e 1940. O seu nome figurou em uma lista de acionistas do Arcozelo Palace Hotel S.A. de 1949. O material publicitário definiu o hotel como frequentado “pela melhor sociedade da Capital da República e do Estado do Rio”.²⁷² Em 1954, o laboratório Frederick Stearns S.A. convocou os seus acionistas para uma assembleia. Nessa notificação, Mattos foi apontado como diretor-secretário da empresa.²⁷³ Mattos cursou o

²⁶⁴ Companhia Interestadual de Seguros. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 16, 05 mar. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_14/882 Acesso em: 24/07/2023.

²⁶⁵ Companhia Fidelidade de Seguros Gerais. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 16, 02-03 mar. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_14/18437 Acesso em: 27/07/2023.

²⁶⁶ Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 35, 30 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6401> Acesso em: 08/12/2023.

²⁶⁷ BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 4º Circunscrição. Entrada: 36210. 24 abr. 1962. P. 167. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6Q8S-LLN?i=169&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A79KS-6MT2> Acesso em: 24/07/2023.

²⁶⁸ Ar-Condicionado Airco Moreira. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 11, 02 jul. 1942. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/10148 Acesso em: 27/07/2023.

²⁶⁹ Companhia de Seguros "La Foncière Incendie". In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 5, 25 fev. 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_04/47816 Acesso em: 27/07/2023.

²⁷⁰ Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 29-30 ago. de 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/12691 02/08/2023. Acesso em: 02/08/2023.

²⁷¹ BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 10º Circunscrição. Entrada: 3413. 12 set. 1940. S/P. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-DCJ8-1M?i=260&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGJB-WR79> Acesso em: 24/07/2023.

²⁷² O Arcozelo Palace Hotel S.A. Centro de Convergência de Turismo. In: *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 jun. 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/112518_01/33489 Acesso em: 27/07/2023.

²⁷³ Laboratórios Frederick Stearns S.A. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 15, 18 dez. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_14/29055 Acesso em: 27/07/2023.

ensino superior. Em 1949, *O Jornal* noticiou que o Departamento Nacional de Educação autorizou diversos registros de diplomas. Mattos figurou na listagem do jornal acerca dos “bacharéis”.²⁷⁴

Por um lado, o nome de Mattos não foi localizado nas fontes consultadas sobre o Clube da Lanterna. Por outro, em 1951, o *Tribuna da Imprensa* comentou uma carta que o jornal teria recebido de Mattos:

Do sr. José Maria Gomes de Matos, recebemos uma carta que ele nos dá notícia da recente vitória obtida pelo candidato udenista sr. João Rios, nas eleições suplementares realizadas em Iuna, no Espírito Santo.

Diz ele que a UDN, no pleito de 3 de outubro, conseguiu vencer naquele município, elegendo o prefeito e um deputado estadual. O PSD, entretanto, não se conformou com a derrota e lançou mão de todos os meios ao seu alcance para impedir o reconhecimento da vitória do sr. Rios. Assim foi anulada uma seção do distrito de Irupi, [...].

O T.R.E. ordenou finalmente eleições suplementares em Iuna. E enquanto elas não se realizavam, os políticos pessedistas do município procuravam intimidar o eleitorado da UDN. Entretanto, os eleitores de Irupi, no mês passado, reafirmaram os seus propósitos de derrubar uma das maiores oligarquias do Estado capixaba.

O “leitor assíduo”, que reside nesta capital, à rua Sílvia Romero, 23, apto. 101, termina sua missiva dizendo que o “humilde povo lavrador e comerciante de Irupi, pela sua demonstração de independência, soube opor-se às investidas dos corruptores e coagentes”.²⁷⁵

A reprodução do nome completo e a indicação da origem do missivista permitem descartar a possibilidade de se tratar de um homônimo. Dito isso, as aspas atribuídas a Mattos sugerem que ele expressou algumas ideias que, posteriormente, também foram evocadas pelo Clube em seu manifesto de fundação (1953). Nesse sentido, em 1951, Mattos sinalizou que simpatizava com a UDN. Evidentemente, o intervalo entre a data da carta e a posse de Mattos no cargo de conselheiro fiscal da Reforma S.A. (cerca de 8 anos) torna arriscado sustentar que ele ainda expressaria o mesmo posicionamento político nesse segundo momento. Afinal, por motivos diversos, uma pessoa pode mudar de opinião política. Além disso, a sua escolha para o cargo de conselheiro pode ter sido feita com base no seu histórico profissional. À luz dessas considerações, se deve entender a reflexão sobre a carta de Mattos como uma hipótese. Ou seja, a de que ele, em maior ou menor grau, ainda reproduziria esse posicionamento político em 1959, algo que o aproximaria ideologicamente dos outros conselheiros que a Editora Reforma teve.

²⁷⁴ Atividades Escolares. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 9, 29 jul. 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_04/22694 Acesso em: 27/07/2023.

²⁷⁵ Venceu em Iuna candidato da oposição. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 11 jun. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/5133 Acesso em: 27/07/2023.

Todos os conselheiros fiscais da Reforma trabalharam como diretores de empresas anteriormente. Eles tinham experiências profissionais em ramos de negócios diferentes e possuíam históricos na gestão e/ou no controle orçamentário empresarial. Outra convergência foi a da participação deles na organização ou na direção do Clube da Lanterna, entre 1953-55. Essa avaliação apenas deve ser relativizada para o caso de Mattos. Mesmo que se desconsidere o seu caso, o panorama geral se mantém. Logo, o conselho fiscal da Editora Reforma foi uma dimensão que conformou em si a afinidade política e o profissionalismo compartilhados por seus membros à época.

2.3.2. Os diretores

Em 21 de dezembro de 1959, a Reforma S.A. publicou uma ata de sua assembleia extraordinária no *Diário Oficial da União*. Tal evento ocorreu cerca de dois meses antes dessa publicação. O objetivo da assembleia era o de deliberar sobre a criação do cargo de diretor-superintendente. Essa proposta foi feita por Amaral Netto. Ele argumentou que a criação do cargo proporcionaria um “melhor desenvolvimento comercial da empresa, tais como: promoção de venda, publicidade etc.”. A medida foi aprovada e, assim, o estatuto da Editora Reforma foi modificado:

Art. 8º. A administração da sociedade será exercida por uma Diretoria composta de quatro (4) membros, todos brasileiros natos, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor-Tesoureiro, um Diretor-Secretário e um Diretor-Superintendente; ficando, entretanto, inalterados os seus parágrafos. Consequentemente, continuou o Presidente da Mesa, o parágrafo 1º do art. 9º passará a ter nova redação, em consequência das novas atribuições de cada membro da Diretoria, ficando inalterado o art. 9º e os demais parágrafos: Art. 9º - § 1º - Compete ao Diretor-Presidente representar a Sociedade ativa e passivamente, convocar as reuniões da Diretoria e presidir a estas e as assembleias gerais; abrir, encerrar e rubricar os livros da sociedade; ao Diretor-Tesoureiro, compete a direção patrimonial e industrial da Sociedade e fiscalização dos livros de escrita comercial e industrial; ao Diretor-Secretário, compete a fiscalização dos livros sociais, a exceção dos comerciais e industriais, além da fiel observância da legislação sobre o funcionamento da sociedade; ao Diretor-Superintendente, compete a supervisão geral da parte comercial, assim como, o serviço de relações públicas, publicidade, promoção de vendas.²⁷⁶

A seguir, a supracitada ata registrou que Amaral Netto indicou Luiz Pietsch Júnior para o novo cargo. Ele ponderou que o diretor-superintendente deveria ser alguém “que conhecesse profundamente as atribuições que o cargo confere”. Pietsch foi eleito pela assembleia. Ele

²⁷⁶ BRASIL. *Diário Oficial da União*. Seção: 1. 21 dez. 1959. P. 26625-26626. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3123973/pg-82-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-12-1959> Acesso em: 28/07/2023.

caucionou 10 ações da Editora Reforma como “garantia de sua gestão”. O seu salário era o de Cr\$ 5 mil mensais, remuneração idêntica à que era recebida pelos outros três tipos de diretores – presidente, tesoureiro e secretário.

Essa ata contém dois pontos relevantes. O primeiro deles é o de que ela fornece um mapeamento dos tipos de atribuições estatutárias dos diretores. Cada um deles tinha uma esfera de trabalho definida: administração (presidente), finanças (tesoureiro), legal (secretário) e comercial (superintendente). O segundo deles é o de que ela indica que a diretoria teve dois formatos distintos e consecutivos. Eles se distinguiram entre si pela (in)existência do cargo de diretor-superintendente enquanto gestor eleito pelos acionistas.

Ao que parece, Amaral Netto também atuava na parte jornalística. O seu nome figurou em editoriais e reportagens. O cargo de diretor-secretário era distinto do de secretário de *Maquis*. Esse último parecia ser, à época, o equivalente ao de editor. Essa observação foi feita pelo jornalista Carlos Lemos em uma reportagem memorialística sobre a sua experiência no *Tribuna da Imprensa*, nos anos 1950. Nesse tempo, paralelamente, Lemos também trabalhou como redator para *Maquis*:

[...] o velho Hilcar Leite, todo-poderoso chefe da Reportagem que mandava em tudo e distribuía os repórteres para cobrir os mais diferentes assuntos, nos mais diferentes lugares da cidade (naquele tempo não existia a fragmentação que existe hoje com diversas editoriais; havia, no máximo, uma internacional e uma de esportes). O Hilcar era uma grande figura. [...].

São seis horas da manhã, pois a Tribuna era um vespertino (é, havia matutinos e vespertinos). Tudo tinha que ser apurado até às 10 horas da manhã, hora do fechamento, pois o jornal rodava às 11, na velha rotativa [...].

Junto do Hilcar, no bar, estão Nilson Viana, o secretário, ou seja, o que se chama hoje editor.²⁷⁷

A afirmação de Lemos pode ser comparada com o que *Maquis* publicou em 1958. Segundo a revista, o secretário tinha a atribuição de dirigir o trabalho dos redatores e dos repórteres.²⁷⁸ Pelo relato de Lemos e pela reportagem de *Maquis* se entende que o cargo de chefe de reportagem estaria abaixo do de secretário.

A análise dos expedientes de *Maquis* permite afirmar que ela criou cargos não estatutários no decorrer de sua existência. Alguns deles indicam que a preocupação com a captação de publicidade antecedeu a criação do cargo de diretor-superintendente (1959). Assim,

²⁷⁷ LEMOS, Carlos. A Tribuna de Lacerda, escola de jornalismo e alegria. In: *Jornal da Associação Brasileira de Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 68, abr. 2008. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/517275/1650> Acesso em: 21/01/2022.

²⁷⁸ O que vai ser o *Maquis* semanal. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 6, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1928> Acesso em: 28/03/2022.

se pode pensar nesses cargos como um patamar intermediário entre a direção estatutária e a equipe de redação. Além do de secretário, os cargos que constam nos expedientes são os de chefe de reportagem, superintendente, chefe de publicidade, gerente e de assistente da diretoria. O quadro abaixo aponta quais foram as pessoas que trabalharam nos postos de comando da editora e da revista, sejam eles estatutários ou não:

Quadro nº 6: Dirigentes, Estatutários ou Não, da Editora Reforma e de *Maquis* (1956-62)

Cargo	Estatutário	Nome
Diretor-Presidente	Sim	Fidélis dos Santos Amaral Netto
Diretor-Tesoureiro	Sim	Milton Torres Barcelos e Silva
		Iacy Fernando Rodrigues
Diretor-Superintendente	Sim	Luís Pietsch Júnior
Diretor-Secretário	Sim	Lincoln de Souza Machado
Superintendente	Não	José Milton Brito
Secretário	Não	Waldir Ângelo de Figueiredo
		Gabriel Chaves de Melo
Chefe de Reportagem	Não	Francisco Pedro Araújo Netto
		Carlos Alberto Teixeira da Silva
Chefe de Publicidade	Não	Lincoln de Souza Machado
		Jorge Moura
Gerente	Não	Lincoln de Souza Machado
Assistente da Diretoria	Não	Luiz Pietsch Júnior

Fonte: Expedientes da Revista *Maquis*

Ao todo, 11 pessoas. Não obstante, geralmente a equipe em atividade era formada por 5 pessoas, distribuídas pelos cargos específicos. Como era de se esperar, a direção – da Editora Reforma e de *Maquis* – sempre esteve nas mãos de uma equipe restrita. Essa constatação sobre *Maquis* em nada a difere de outros periódicos de jornalismo daquele contexto histórico, seja ele comparativamente maior ou menor do que ela. Dentro da lógica empresarial, o número de funcionários na base da pirâmide tende a ser superior ao do que conforma o topo da hierarquia.

Pelo quadro, também se percebe que houve uma espécie de movimento de cargos intermitente, sobretudo em *Maquis*. Alguns casos parecem ser de ascensão profissional. Gabriel Chaves de Melo começou na revisão (copidesque) e terminou como diretor-secretário. Luiz Pietsch foi assistente e, depois, diretor-superintendente. Carlos Alberto Teixeira da Silva foi redator antes de se tornar chefe de reportagem. Amaral Netto parece se distinguir dos anteriores. Em 1958, ele acumulou os cargos de presidente e de chefe de reportagem devido à saída de Francisco Pedro de Araújo Netto:

ARAÚJO NETTO é um jornalista profissional. Quer dizer: um jornalista que vive única e exclusivamente da sua profissão.

Desde o início da revista MAQUIS, Araújo Netto apareceu em nosso expediente como Chefe de Redação. No próximo número de MAQUIS, seu nome já não constará mais do nosso expediente. Atendendo a uma proposta de uma grande empresa jornalística, Araújo não poderá mais ajudar-nos, prestando os seus serviços profissionais à Editora Reforma. A proposta feita foi dessas irrecusáveis para um jornalista que vive tão somente da sua profissão.

Nada mais podemos fazer do que deixar consignado aqui o nosso agradecimento pelo muito de esforço, de boa vontade e de idealismo que ele nos deu desde o primeiro número.

A chefia de redação passa às mãos do diretor da revista a partir do próximo Maquis.²⁷⁹

É interessante notar a definição oferecida de um “jornalista profissional”, a saber, como alguém que se sustentaria apenas com o seu trabalho no campo da imprensa. Além dessa exclusividade, o texto parece sugerir a honestidade de Araújo Netto. Essa caracterização condiz com o que Barbosa pontuou acerca do processo de profissionalização da imprensa nos anos 1950. A autora elencou diversos simbolismos que conformariam esse processo (legitimidade social do jornalismo, vocação, ética, compromisso com a verdade e intelectualidade – saber decifrar o mundo para o leitor).²⁸⁰

Amazonense, Araújo Netto trabalhou na imprensa escrita carioca desde a década de 1940.²⁸¹ Ele foi colega de Amaral Netto no *Tribuna da Imprensa*.²⁸² Em 1954, ele foi apontado como o “chefe do departamento esportivo” do mesmo jornal.²⁸³ Ao que parece, a oferta de emprego que o tirou de *Maquis* foi feita pelo *Jornal do Brasil*.²⁸⁴

O outro chefe de reportagem de *Maquis* foi o piauiense Carlos Alberto Teixeira da Silva. Ele fez parte de uma outra geração de jornalistas do *Tribuna da Imprensa*. Em 1957, Silva se inscreveu no Curso de Jornalismo ofertado pelo jornal de Lacerda.²⁸⁵ Antes disso, ele já fazia parte da sua equipe de redação.²⁸⁶ Em *Maquis*, Silva assinou reportagens antes de assumir a

²⁷⁹ A Revista em Revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1877> Acesso em: 12/12/2023.

²⁸⁰ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Op. Cit. 2007, p. 163.

²⁸¹ SCASSA, José Maria. Sua Excia., o esporte. In: *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, p. 6, 22 abr. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/112518_02/12961 Acesso em: 25/07/2023.

²⁸² ARAÚJO NETTO, Francisco Pedro. Assunto do dia. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 09 jun. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/1484 Acesso em: 25/07/2023.

²⁸³ Sem título. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 16, 17 nov. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/18401 Acesso em: 25/07/2023.

²⁸⁴ Jornalista Araújo Neto morre na Itália. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, s/p, 5 jun. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0506200319.htm> Acesso em: 27/07/2023. Em uma entrevista concedida para Carla Siqueira e Caio Briso, Carlos Lemos afirmou ter pedido para trabalhar no *Jornal do Brasil* em 1957 após um desentendimento com o editor do *Tribuna* (Nertan Macedo). LEMOS, Carlos. Carlos Lemos (entrevista). Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, 2008, p. 3.

²⁸⁵ Curso da TRIBUNA bate recorde de inscrições. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 11-12 maio 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/34914 Acesso em: 25/07/2023.

²⁸⁶ Paraquedismo, fábrica de heróis. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 16-17 mar. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/33916 Acesso em: 25/07/2023.

chefia de reportagem. Ele assinou principalmente reportagens de supostas denúncias contra o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB).²⁸⁷ O grau do seu protagonismo em *Maquis* se deve a assinatura dessas reportagens. Poucos redatores assinavam reportagens, a maioria delas foi publicada anonimamente.

Ambos os chefes de reportagem de *Maquis* foram egressos do *Tribuna da Imprensa*. Araújo Netto tinha uma carreira longa no jornalismo escrito. O seu nome figura em periódicos da época, como *O Cruzeiro*, *Manchete* e *O Jornal*. Teixeira da Silva parecia ter uma experiência menor do que a do seu antecessor. Mas, aparentemente, ele frequentou um curso de jornalismo ofertado pelo *Tribuna da Imprensa*.

Lincoln de Souza Machado teve, ao menos, três cargos em *Maquis*. Dois deles foram coerentes com a sua trajetória na imprensa (gerente e chefe de publicidade). Na sua certidão de casamento, Machado afirmou ter nascido no Rio e que trabalhava como corretor.²⁸⁸ Essa última informação também foi encontrada no *Diário de Notícias*. Em 1949, Lacerda publicou uma propaganda do *Tribuna da Imprensa* naquele jornal. Machado foi apontado como corretor de “pequenos anúncios” do *Tribuna*.²⁸⁹ Em livro, o ex-jornalista romeno Stefan Baciú afirmou que Machado foi gerente da *Revista da Semana*. Baciú morou no Brasil entre 1949-62. Nesse sentido, Machado ou foi gerente de tal revista antes de o ser em *Maquis* ou ele ocupou tal cargo em ambas concomitantemente. Baciú fez a seguinte reflexão sobre Machado:

É inútil procurar seu nome em qualquer reportagem, artigo ou informação. Lincoln não era redator, repórter, noticiário, gráfico, revisor nem empregado da gerência. Mas nada disso impedia que ele fosse considerado por todos como “alguém da casa”. Chegava diariamente por volta das onze da manhã, tomava um cafezinho no Darcy, dava uma voltinha pela redação, batia papo e finalmente entrava no escritório da gerência, onde costumava conversar com Odilon Lacerda Paiva, Elpidio Reis e Maurício Lacerda.

Profissionalmente falando, não seria errado dizer que Lincoln de Souza Machado era corretor de anúncios. Mas dizer só isso seria ser injusto e faltar com a verdade. Lincoln era um lacerdistas doente e já o era muito tempo antes da fundação da *Tribuna*. [...] Portanto, não é difícil perceber que ele se tornou uma figura obrigatória, participando da vida do jornal, contribuindo não só com os anúncios que arranjava, como com notícias, fatos e rumores que trazia para a redação.

Leitor atento e metódico, não deixava de comentar e sugerir assuntos que lhe pareciam interessantes, trazendo muitas vezes ideias para reportagens e entrevistas. Era também dos primeiros a aparecer nas crises, nas ameaças de agressão a Lacerda ou de empastelamento do jornal. [...].

²⁸⁷ A Revista em Revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 24 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2069> Acesso em: 12/12/2023.

²⁸⁸ BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 6º Circunscrição. Entrada: 21156. 27 set. 1950. P. 142. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3S3HT-6QBZ-J4?i=143&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGJB-M2RW> Acesso em: 24/07/2023.

²⁸⁹ Vai sair a *Tribuna da Imprensa*. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 5, 10 nov. 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/48765 Acesso em: 22/07/2023.

Sempre elegante. Terno de casimira inglesa, feito sob medida por alfaiate, lenço dobrado no bolso, sapato branco e preto, chapéu panamá, Lincoln era um exemplo típico do que se costumava chamar de “boa praça”.²⁹⁰

Pela definição de Baciú, Machado teria uma posição política similar àquela que foi indicada por Carlos Lemos acerca de Amaral Netto. Se, de fato, Machado foi um “lacerdista doente” do *Tribuna da Imprensa*, não seria ele então um dos membros da “tropa pesada” do jornal, que Lemos mencionou *a posteriori*?²⁹¹

Ainda na dimensão comercial, constam Jorge Moura (chefe de publicidade) e José Milton Brito (superintendente). Infelizmente, não foi possível localizar fontes sobre Moura. De todo modo, ele permaneceu no expediente de *Maquis* apenas entre os meses de junho e de julho de 1958. Segundo a revista, Brito era alagoano e foi seu assistente de contabilidade antes de se tornar seu superintendente.²⁹² Em 1951, o *Tribuna da Imprensa* noticiou que Brito trabalhava na sua seção de contabilidade e que ele iria se casar com outra funcionária do jornal.²⁹³ Brito tinha uma carteira profissional de técnico de contabilidade.²⁹⁴ Ele deve ter obtido essa instrução educacional ou antes de 1951 (ano em que ele já trabalhava para o *Tribuna da Imprensa* nessa área) ou no decorrer da década de 1950.

Adiante, Luiz Pietsch foi aluno do curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.²⁹⁵ Não se sabe se ele concluiu esse curso. Cerca de três anos depois disso, o colunista Sérgio Porto apontou Pietsch como repórter do *Tribuna da Imprensa*.²⁹⁶ Provavelmente, a afirmação de Amaral Netto de que ele conhecia a função do cargo de diretor-superintendente se devia ao fato de que Pietsch trabalhou como corretor de anúncios para o *Tribuna da Imprensa* (1957).²⁹⁷

²⁹⁰ BACIU, Stefan. Lavradio 98. Op. Cit. 1982, p. 174.

²⁹¹ LEMOS, Carlos. A Tribuna de Lacerda, escola de jornalismo e alegria. In: *Jornal da Associação Brasileira de Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 68, abr. 2008. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/517275/1650> Acesso em: 21/01/2022.

²⁹² Quem faz Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 37, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1127> Acesso em: 25/07/2023.

²⁹³ Dirce e Milton. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 6, 13 dez. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/7069 Acesso em: 25/07/2023.

²⁹⁴ Companhia Jornalística Castelar. In: *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 8, 13 out. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_06/6964 Acesso em: 25/07/2023.

²⁹⁵ Pelas escolas. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 7, 05 jul. 1941. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_13/7565 Acesso em: 25/07/2023.

²⁹⁶ PORTO, Sérgio. Desfile. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 set. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/17255 Acesso em: 25/07/2023.

²⁹⁷ Oportunidade para elementos ativos. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 17 jan. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/32858 Acesso em: 25/07/2023.

Assim como Amaral Netto e Barcelos e Silva, o carioca Waldir Ângelo de Figueiredo foi membro do Clube da Lanterna.²⁹⁸ Em 1951, o *Tribuna da Imprensa* publicou que ele era um de seus redatores esportivos.²⁹⁹ Segundo o jornalista José Martins de Araújo Júnior – Don Rossé Cavaca –, Figueiredo foi locutor da rádio *Mayrink Veiga* (1955).³⁰⁰ O expediente de *Maquis* registrou Figueiredo como um de seus paginadores entre 1956-59.

Por fim, Iacy Fernando Rodrigues e Gabriel Chaves de Melo. Eles podem ser considerados como os personagens mais interessantes pela perspectiva da hierarquia de *Maquis*. Ambos foram os principais responsáveis pela sua produção a partir de 1960, depois da candidatura de Amaral Netto para deputado. Essa alteração significativa não consta nos expedientes dela ou nas atas de assembleias da editora que foram localizadas. Devido a relevância dessa mudança, convém contextualizar como isso ocorreu.

Em 1959, Amaral Netto adaptou *O Brasil em Jornal* para *O Repórter na História*, uma versão em disco das “notícias” históricas nacionais e internacionais. Isso foi uma tentativa de estimular as vendas desse produto em um ano de crise financeira na sua editora. *Maquis* anunciou que as gravações seriam feitas pelo apresentador Flávio Cavalcanti e pelos radialistas Heron Domingues e Oduvaldo Cozzi. O parceiro de Amaral Netto nisso foi o empresário Abraham Medina, proprietário de uma rede de lojas de eletrodomésticos chamadas Rei da Voz. Nestes locais seriam realizadas as vendas dos discos.³⁰¹ O Rei da Voz também se tornou um anunciante nas páginas de *Maquis*.

Medina patrocinava o programa televisivo *Noite de Gala* que era apresentado por Cavalcanti. Esse espaço midiático foi um instrumento que Amaral Netto usou para fazer a sua propaganda política em 1960. A revista *Maquis* agradeceu a Medina e a Cavalcanti quando ocorreu a primeira entrevista de Amaral Netto no programa:

Um agradecimento cabe aqui aos senhores Abraham Medina e Flávio Cavalcanti. Esses dois homens souberam, como ninguém, dar uma demonstração pública de que ainda existe neste país isenção, coragem e lealdade no trato de coisas públicas. O sr. Medina, mantendo no ar o seu programa que é o maior da televisão brasileira, Noite de Gala, não voltou atrás um só momento no compromisso que assumira com o sr. Flávio Cavalcanti, repórter do programa, de garantir a realização, mais cedo ou mais tarde, de uma entrevista com o jornalista Amaral Netto.

²⁹⁸ Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 29-30 ago. de 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/12691 02/08/2023. Acesso em: 02/08/2023.

²⁹⁹ Sem título. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 12, 02 jan. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/3534 Acesso em: 25/07/2023.

³⁰⁰ CAVACA, Rossé. Bate-bola. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 16, 16 ago. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/23201 Acesso em: 27/07/2023.

³⁰¹ Vem aí “O Repórter na História”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 15 ago. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4948> Acesso em: 12/05/2021.

Tentada até o último minuto da última Noite de Gala na TV-Rio, em princípios de maio de 1959, só agora, no retorno do programa para aquela estação, foi possível realizar a proeza de abrir, pela primeira vez, as portas de um estúdio de televisão para o diretor de MAQUIS. [...].

A Flávio Cavalcanti, a Abraham Medina e também aos diretores de Noite de Gala, Armando Couto e Geraldo Casé, assim como à direção da TV-Rio, os parabéns e os agradecimentos de MAQUIS pelo muito que fizeram em favor da prática da verdadeira liberdade de imprensa.³⁰²

Três meses depois, Amaral Netto lançou sua candidatura no *Noite de Gala*. Por seu turno, *Maquis* transcreveu um trecho da introdução de Cavalcanti nesse programa. O apresentador afirmou que Amaral Netto seria o primeiro candidato entrevistado e que a intenção do *Noite de Gala* era a de que o público avaliasse se candidatos como Amaral Netto mereciam (ou não) serem eleitos.³⁰³ A partir disso, Amaral Netto se empenhou na sua campanha. Os ex-membros do Clube da Lanterna Hélio Magalhães e Jorge Brandão recepcionaram comícios de Amaral Netto em suas casas.³⁰⁴ Outras pessoas envolvidas com *Maquis* fizeram o mesmo. Às vésperas da eleição, a revista contabilizou 164 comícios realizados por Amaral Netto entre abril e outubro de 1960. Ela também publicou uma lista de tipos de imprensa em que ele compareceu na campanha. Entre eles, o *Noite de Gala* e a rádio *El Dorado* foram os mais recorrentes – 4 vezes cada um.³⁰⁵

Somente depois de eleito, Amaral Netto admitiu que estava em uma condição de “afastamento praticamente total” de *Maquis*. Ele afirmou que o seu substituto era Gabriel Chaves de Melo.³⁰⁶ Contudo, à luz do seu engajamento na campanha eleitoral, parece lógico que Amaral Netto não mais comandava a revista desde meados de 1960. Seis meses depois de

³⁰² “Quando vos tiram o pão estão tirando a vossa liberdade”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14-17 e 24, 23 jan. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5864> Acesso em: 10/03/2023.

³⁰³ “Não vamos pedir votos para ninguém. Simplesmente, repito, vamos trazer aqui aqueles que nos parecem dignos de serem estudados como possíveis merecedores do nosso voto. Só faremos desfilar aqui os candidatos que nos parecerem dignos pelo seu passado, pelo seu trabalho já realizado, comprovado, e vocês vão sentir a honestidade da reportagem da Noite de Gala quando aqui vierem homens excelentes de todos os partidos, homens a merecerem um honroso lugar na Constituinte guanabarina. E já hoje, agora, lhes apresentamos o primeiro candidato oficial, candidato à Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara, para as eleições de 3 de outubro. Vamos ouvir o homem. Vamos estudá-lo, para finalmente consagra-lo ou não com o nosso voto. Não estou pedindo voto a ninguém, sempre é bom repetir. Aí está o homem para ser estudado. Chama-se ele Fidélis dos Santos Amaral Netto, jornalista profissional, que forma pela UDN”. Lançada na TV-Rio (Noite de Gala) candidatura de Amaral Netto para constituinte da Guanabara. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 23, 06 maio 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6431> Acesso em: 10/03/2023.

³⁰⁴ Amaral Netto em plena campanha eleitoral. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 12, 21 maio 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6502> Acesso em: 10/03/2023.

³⁰⁵ Campanha acabou: a hora é de votar. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30-32, 08 out. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7320> Acesso em: 10/03/2023.

³⁰⁶ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Por que um José Bonifácio? In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 03 dez. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7613> Acesso em: 10/03/2023.

ter apontado Melo como o seu substituto, Amaral Netto comunicou que o diretor-tesoureiro Fernando Rodrigues tinha assumido a direção da Editora Reforma:

No dia 3 de dezembro de 1960 [...] três dias antes da instalação da Assembleia Constituinte da Guanabara, escrevendo meu artigo nesta mesma página “Revista em Revista”, disse o seguinte:

“A liderança obrigou-me a um afastamento praticamente total da direção de MAQUIS. Graças a Deus tenho a substituir-me um homem como esse companheiro que é Gabriel Chaves de Melo. Ele e seus auxiliares de redação. [...].

Hoje, quase nada tenho a acrescentar a essas palavras. E se digo quase, é porque caberia retirar do acima transcrito a palavra praticamente, pois o meu afastamento da direção nos dias de hoje é total. Inclusive da direção da Editora Reforma, entregue a Fernando Rodrigues, Diretor.³⁰⁷

Em um intervalo de pouco mais de um ano ocorreu o processo que teve como efeito o fim do comando de Amaral Netto em *Maquis* e na Editora Reforma. Por um lado, Melo parece ter assumido a direção da parte jornalística. Por outro, Rodrigues teria feito o mesmo na parte administrativa. Tendo em vista que o último expediente de *Maquis* tem os seus nomes, eles provavelmente trabalharam nela até o seu fechamento.

De acordo com a certidão de óbito de Rodrigues (1999), ele nasceu no Rio de Janeiro e trabalhou como publicitário.³⁰⁸ Ele foi um dos acionistas da Reforma e o seu diretor-tesoureiro. Em uma ata da editora, ele foi classificado como um comerciário e chefe de escritório da Editora Reforma.³⁰⁹ Ele também foi um dos três coordenadores da campanha de Amaral Netto.³¹⁰ Assim, a sua escolha pode ser compreendida tanto pelo seu histórico profissional quanto pela sua relação com Amaral Netto.

Em 1962, o jornal *A Noite* (RJ) foi arrendado pelo empresário Ivan Hasslocher durante os cerca de três meses que antecederam à eleição. Em 1959, Hasslocher foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).³¹¹ Tal qual ocorreu com Amaral Netto em 1962, *A Noite* publicou uma reportagem biográfica sobre Chaves de Melo. Ele foi candidato a

³⁰⁷ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 03 jun. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8613> Acesso em: 10/03/2023.

³⁰⁸ BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 2º Circunscrição. Entrada: 11369. 03 dez. 1999. P. 269. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-69B9-YGL?i=279&cc=1582573> Acesso em: 24/07/2023.

³⁰⁹ Editora Reforma. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30, 15 ago. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4958> Acesso em: 10/03/2023.

³¹⁰ Amaral Netto em plena campanha eleitoral. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 12, 21 maio 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6502> Acesso em: 10/03/2023.

³¹¹ Sobre o IBAD, ver: SILVA, Vicente Gil. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): contexto histórico de surgimento e trajetória de Ivan Hasslocher. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 31, 2021, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Veiga de Almeida, 2021; MENDES, Ricardo Antônio de Souza. *Visões das direitas no Brasil (1961-1965)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2020; e DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

deputado estadual da Guanabara (PDC), mas não foi eleito. Na reportagem, Melo foi adjetivado como o “pracinha da liberdade” devido ao seu serviço militar como soldado da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Isso o teria impedido de ingressar na graduação em Economia, para a qual ele teria sido aprovado em vestibular. Melo teria participado do teatro de operações na Itália entre 1944-45. A sua função no esforço de guerra seria a de realizar transmissões do I Regimento de Obuses Auto Rebocados (artilharia). A reportagem buscou difundir representações (humana, profissional e ideológica) sobre Melo. Ele teria sido um jovem “namorador” que jogaria futebol e que teria tido diversos empregos para sobreviver, não raro experienciando dificuldades nesse último intento. O seu histórico laboral incluiria atividades como comerciário, professor, arquivista e revisor em redações de periódicos. A sua candidatura teria sido motivada pelo vácuo deixado por seu irmão – Gladstone Chaves de Melo – que teria decidido não concorrer. Complementando o quadro, a reportagem estampou uma fotografia dele com a sua esposa e os seus filhos.³¹²

Essa reportagem foi uma das poucas fontes minimamente detalhadas sobre quem foi Gabriel Melo. Até então, o seu nome era pouco mencionado na imprensa escrita dos anos 1950. Isso desperta a atenção quando se tem em mente alguns fatores. O seu irmão era publicamente conhecido, seja por causa de sua atuação política, seja em função do seu trabalho como professor universitário. E, nos anos 1940, Gabriel Chaves de Melo trabalhou em periódicos cariocas. Assim, parece que ele era um personagem praticamente anônimo, ao menos até o fim dos anos 1950. Apesar da reportagem ter explorado as ideias de humildade e de pobreza na sua representação, será demonstrado em outro capítulo que ele vinha de uma família estruturada educacional e economicamente.

A revista Ação Democrática (IBAD) foi outro meio de divulgação da campanha de Melo. A sua edição mensal de setembro de 1962 foi distribuída com um panfleto dele. Essa propaganda, assim como a anterior, instrumentalizou o histórico dele na FEB para o caracterizar como uma espécie de vanguarda da luta anticomunista.³¹³

Melo retornou da Europa com a patente de cabo.³¹⁴ Em 1949, ele foi contratado para ser revisor do *Tribuna da Imprensa*. Ou seja, ele foi colega de Amaral Netto e funcionário de Lacerda. O seu cargo o incumbia de fiscalizar os textos produzidos pelos repórteres. Erros

³¹² Gabriel Chaves de Melo, o “pracinha da liberdade”. In: *A Noite*. Rio de Janeiro, p. 3, 17 set. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_06/6685 Acesso em: 28/10/2023.

³¹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. 368 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 2000, p. 309-310.

³¹⁴ Os expedicionários que desfilarão hoje na cidade. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 6, 18 ago. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/24097 Acesso em: 28 maio 2023.

gramaticais e palavras “condenadas” pela direção eram os seus alvos.³¹⁵ Stefan Baciú mencionou Melo em um subcapítulo do seu livro:

Gabriel Chaves de Melo, irmão mais moço do professor e político Gladstone, parecia ser sempre dono de um importante segredo, pois falava baixo, pausadamente e sempre ao pé do ouvido do interlocutor. Era um tipo discreto, cordial, caladão, mas o que se pode chamar de “um grande sujeito”. Não sei se por causa de sua voz baixa ou do seu fervoroso catolicismo, sempre que Gabriel falava, eu esperava que ele fosse rezar uma missa ou recitar a “Ísmália” do “pobre Alphonsus”.³¹⁶

Em algum momento entre 1949-56, Melo ocupou o posto de chefe de revisão do *Tribuna*.³¹⁷ De início, ele não constou no expediente de *Maquis*, mas uma reportagem comemorativa dela afirmou que ele era um de seus funcionários desde a sua criação. A edição que contém a reportagem foi a primeira em que Melo figurou no expediente. Ele seria o chefe de revisão, mesmo cargo que tinha no *Tribuna da Imprensa*. Essa transição do anonimato para a personificação sugere que ele havia ascendido na hierarquia de *Maquis*.³¹⁸

Em 1958, Melo acumulou a chefia de revisão com o cargo de secretário. Ou seja, ele se tornou secretário no ano em que a revista passou a ser publicada semanalmente. Por outras palavras, o seu ritmo de produção foi dobrado e Melo passou a ter um papel ainda mais importante nele. Além do trabalho de adequação textual às normas da revista, a definição do cargo de secretário sugere que ele intervinha na seleção de pautas, na delegação de tarefas e no controle do trabalho jornalístico da equipe de redação. Nesse ínterim, o seu irmão Gladstone Chaves de Melo se tornou um dos colunistas de *Maquis*. A ascensão de Gabriel Melo não significou uma modificação notável na linha editorial. Mas, sim, que, a partir de então, ele provavelmente era alguém que tinha gerência sobre o trabalho na revista.

Em algum momento, entre 1959 e 1962, Melo se tornou chefe de redação de *Ação Democrática*. Há a possibilidade de que isso tenha acontecido após o mês de maio de 1961. Nesse momento, o seu mencionado irmão foi eleito diretor-tesoureiro do IBAD.³¹⁹ Cumpre

³¹⁵ Prezado leitor. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 17 abr. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/961 Acesso em: 28 maio 2023.

³¹⁶ BACIU, Stefan. Lavradio 98. Op. Cit. 1982, p. 179-180.

³¹⁷ MACEDO, José Luís. Desfile. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 6, 28 fev. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/26488 Acesso em: 28 maio 2023.

³¹⁸ Quem faz Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 35, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1125> Acesso em: 28 mar. 2022.

³¹⁹ BRASIL, Congresso Nacional. *Câmara dos Deputados*. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a origem dos haveres e a atuação política do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). V. 2. 1963, p. 296. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> Acesso em: 18 jul. 2023.

ressaltar que, tendo em mente o problema desta tese, não foi feita uma comparação sistemática entre as edições de *Maquis* e de *Ação Democrática* durante essa fase. De todo modo, é possível adiantar três semelhanças entre elas, o que indica um caminho a ser trilhado futuramente. Em primeiro lugar, *Maquis* repercutiu a realização de um simpósio sobre o tema da reforma agrária que foi promovido pelo IBAD. A reportagem foi estampada na parte central da edição e ocupou 5 páginas.³²⁰ Em segundo lugar, ela veiculou uma reportagem sobre o livro anticomunista *Assalto ao Parlamento*. O livro tinha sido traduzido por Vicente Barreto e foi editado pelo IBAD.³²¹ Em terceiro lugar, uma denúncia anticomunista foi publicada, em ambas as revistas, em novembro de 1961. *Ação Democrática* apontou Raul Ryff, um assessor do Presidente Goulart à época, como membro do PCB.³²² Além de repetir essa pauta, *Maquis* pediu a deflagração de uma investigação policial sobre Ryff.³²³

Em setembro de 1962, o *Última Hora* repercutiu as denúncias de Sérgio Magalhães (PTB) e do jornalista Plínio de Abreu Ramos. Magalhães afirmou que “poderosos grupos econômicos internos e externos” impediam a instauração da Lei de Remessas de Lucros.³²⁴ Por seu turno, Ramos sustentou que o IBAD financiaria uma organização chamada Movimento Sindical Democrático. Ele teria um recibo de pagamento de aquisição de matéria-paga. Gabriel Chaves de Melo teria assinado o recibo. A matéria-paga teria sido veiculada com a orientação de que ela “não deveria ser caracterizada como publicidade”. Melo seria o “chefe de media [sic]” da Incrementadora de Vendas Promotion, a agência de propaganda de Hasslocher.³²⁵

A eleição de 1962 foi objeto de uma CPI. O nome de Melo foi mencionado por alguns dos depoentes. Frederico Cavalcanti de Melo, acionista do jornal *A Noite*, afirmou que Melo

³²⁰ Legislativo estuda e Jânio exige ação imediata e humana. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 22-26, 31 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9168> Acesso em: 28/03/2022.

³²¹ BARRETO, Vicente. Kozak revela o “new-look”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28, 07 out. 1961. p. 28-30. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9346> Acesso em: 06 jul. 2023.

³²² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Op. Cit. 2000, p. 309-310.

³²³ Secretário de Jango responde a processo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14-16, 11 nov. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9552> Acesso em: 13 out. 2023.

³²⁴ Em fins de novembro de 1961, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de remessas de lucros ao exterior do deputado Celso Teixeira Brandt (PR), membro da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). De acordo com a tramitação legislativa, o projeto seguiria então para apreciação do Senado. Em linhas gerais, o projeto fixava em 10% do capital social das empresas estrangeiras o montante permitido a ser remetido ao exterior. Nesse ínterim, ele vedava a estas que incluíssem no cálculo os reinvestimentos realizados. Caso infringissem essa norma, tais empresas estariam sujeitas a serem proibidas – por tempo indeterminado – de participarem do comércio exterior do Brasil. Sobre o tema, ver: LOUREIRO, Felipe Pereira. A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964). *Revista Brasileira de História*, vol. 36, n° 71, p. 155-177, 2016.

³²⁵ Sérgio denuncia a pressão externa para engavetar a lei de remessa de lucros. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 4, 24 set. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/79166> Acesso em: 06 jul. 2023.

foi um dos dois intermediários da negociação de arrendamento de tal periódico para o IBAD.³²⁶ Frutuoso Osório Filho, um dos dirigentes do IBAD, disse que Melo era o “encarregado” pela revista *Ação Democrática*.³²⁷ Hasslocher pontuou que Melo era um “funcionário” de sua agência de publicidade.³²⁸ De acordo com Motta, a CPI enfrentou oposição de parlamentares e seus resultados foram inconclusivos. Apesar disso, o IBAD acabou fechado por decreto presidencial.³²⁹

Enquanto conselho fiscal foi controlado por empresários, dirigentes de empresas e ex-membros do Clube da Lanterna, o mesmo não se verificou na diretoria de *Maquis*. A pesquisa pelos nomes que constaram nos seus expedientes não indicou que eles foram acionistas de outras empresas. Apenas três deles foram do Clube (27%). Nesse subgrupo, todos deixaram a revista entre 1956-60. A maioria dessa diretoria foi composta por pessoas que trabalharam no *Tribuna da Imprensa*, ou em outros periódicos, anteriormente (73%). Assim, diferentemente do conselho fiscal, não se nota uma correlação entre a política e o histórico profissional na diretoria. Ao que parece, nenhum dos diretores foi graduado em Jornalismo. Apenas um chefe de reportagem aparentemente estudou em um curso particular voltado para o ofício de jornalista. Por outro lado, a maioria da diretoria teve empregos similares ou idênticos aos que eles obtiveram em *Maquis* posteriormente (64%). Em suma, a sociabilidade no *Tribuna da Imprensa* e a experiência pregressa de trabalho, em maior ou menor grau, foram critérios importantes na composição da diretoria.

2.4. Síntese

A análise empreendida demonstrou o que foi *Maquis* enquanto uma *empresa de jornalismo* ao se lançar luz sobre a sua composição humana, a sua dinâmica laboral e a sua

³²⁶ BRASIL, Congresso Nacional. *Câmara dos Deputados*. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a origem dos haveres e a atuação política do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). V. 2. 1963, p. 233. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> Acesso em: 18 jul. 2023.

³²⁷ BRASIL, Congresso Nacional. *Câmara dos Deputados*. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a origem dos haveres e a atuação política do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). V. 5. 1963, p. 925. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> Acesso em: 18 jul. 2023.

³²⁸ BRASIL, Congresso Nacional. *Câmara dos Deputados*. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a origem dos haveres e a atuação política do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). Vol. 11. 1963, p. 2145. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> Acesso em: 18 jul. 2023.

³²⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Op. Cit. 2000, p. 300.

estrutura econômica. Em primeiro lugar, *Maquis* evocou a ideia de liberdade de imprensa para *poder existir* e para *poder sobreviver*. Dito de outro modo, o cerceamento (real ou suposto) da liberdade de imprensa foi instrumentalizado por seus produtores para a sua criação (1956) e no seu aumento de capital social (1957). Se, de fato, os dados sobre vendas de ações publicados por *Maquis* forem confiáveis, eles indicam como o uso da ideia de liberdade de imprensa gerou um *efeito material* – a formação de um capital que possibilitou fazer da revista *Maquis* uma realidade.

As análises sobre o preço da revista e os cargos de funções publicitárias convergem no sentido de que *Maquis* foi (também) um empreendimento comercial. A frase “tão caro quanto a verdade”, para além do simbolismo moral, foi um meio de tentar garantir a sobrevivência de *Maquis* enquanto se tentava construir uma relação mais ou menos estável com a publicidade enquanto fonte de receita. Nesse sentido, criou-se um cargo estatutário (diretor-superintendente) para tentar atrair anunciantes quando a editora de *Maquis* estava em crise financeira. A posição de *Maquis* no campo da imprensa parece ter seguido um caminho decadente sob a ótica do aspecto financeiro.

Por fim, foi demonstrado quais foram os seus produtores, as suas trajetórias pregressas (na imprensa ou não) e o nível de envolvimento de ex-membros do Clube da Lanterna na produção de *Maquis*. Esta tese mapeou o seu ordenamento hierárquico – acionistas, conselheiros fiscais, diretores estatutários, diretores e funcionários intermediários. Personagens que, em maior ou menor grau, tinham *níveis de gerência* ou sobre a parte administrativa ou sobre a parte jornalística que compunham *Maquis*. O conselho fiscal, majoritariamente, foi uma dimensão profissionalizada e politicamente identificada com o Clube. Dois deles foram indiciados em 1955 no inquérito policial; um deles foi o seu tesoureiro entre 1953-55. E, talvez mais importante, foi caracterizado como *Maquis* teve *duas fases de comando*, a de Amaral Netto (1956-60) e a da dupla Melo-Rodrigues (1960-62). Ainda que essa segunda fase tenha sido de curta duração, essa mudança consiste em um avanço na compreensão acerca dos últimos anos de existência de *Maquis*. Afinal, ao menos na parte jornalística, a revista passou a ter em seu comando um ex-militar, católico que era próximo ao PDC – seja por seu irmão ter pertencido ao partido, seja por ele próprio ter concorrido pelo PDC como um representante do anticomunismo, depois do ocaso de *Maquis*, em 1962.

CAPÍTULO III

AMARAL NETTO: LUTAS POR RECONHECIMENTO

Geralmente, *Maquis* veiculava um editorial por edição. No decorrer de 1959, a revista parece ter estabelecido um padrão de montagem para as suas edições. O editorial passou a ser publicado em suas duas páginas centrais. Dito isso, fez-se uma pesquisa acerca da quantidade de editoriais assinados por Amaral Netto anualmente. A seguir, calculou-se a proporção de editoriais à luz do total de edições veiculadas. A expectativa era a de que isso possibilitaria obter uma noção sobre frequência de editoriais assinados:

Quadro nº 6: Totais de Editoriais Assinados por Amaral Netto e de Edições de *Maquis* (1956-1962)

Ano	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Total de Editoriais Assinados	7	22	32	25	31	14	1
Total de Edições	9	24	42	52	52	50	8
Proporção: Editoriais/Edições	78%	92%	76%	48%	60%	28%	13%

Fonte: revista *Maquis* (1956-62)

Pode-se dividir o conjunto. Amaral Netto assinou editoriais costumeiramente por cerca de três anos e meio – 1956-8 e 1960. Isso não se verifica em 1959 e no biênio 1961-62. Na realidade, a tendência de queda na sua frequência só não foi constante por causa do ano da sua mencionada campanha (1960).

A revista *Maquis* tinha o hábito de transformar o editorial em conteúdo da sua primeira página. O padrão da revista era o de estampar apenas uma ou duas manchetes nela. A primeira página é um espaço simbolicamente valorizado pelo campo da imprensa como uma “vitrine” da edição.³³⁰ Dentro de uma perspectiva de mercado, ela cumpriria a função de estimular a venda do periódico.

Um estilo de escrita maniqueísta atravessou os editoriais, especialmente entre 1956-60. Aqueles que foram atribuídos a Amaral Netto se caracterizam pelo sentido de enfrentamento a certos antagonistas selecionados (JK, Lott, entre outros). Em meio a isso, Amaral Netto buscou construir uma imagem fundada no alegado contraste entre ele e esses antagonistas. Era comum que, nesse processo, ele se confundisse com *Maquis* e vice-versa. Assim, esse estilo de escrita

³³⁰ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 31, p. 147-160, 2003, p. 151.

em muito se assemelhou com o *modus operandi* de Carlos Lacerda no campo político.³³¹ Tendo em perspectiva a proximidade entre os dois à época, essa simetria era algo previsível.

Amaral Netto sempre atribuiu a si um tipo de conduta que o dotaria de respaldo para criticar os seus aliados e os seus adversários. Essa conduta conformava os sentidos de coerência, de honestidade, de lealdade e de idealismo. O último quesito significaria o engajamento em uma luta política em prol de um país melhor. Não raro, isso o fez se mostrar como um personagem intransigente. Porém, em determinados momentos, Amaral Netto relegou essa alegada conduta a um segundo plano, tendo sido sobreposta pelo pragmatismo, notadamente quando essa conduta poderia arriscar a concretização de mudanças no campo político que ele apregoava.

Em 30 de maio de 1959, *Maquis* noticiou a não realização de uma entrevista de Amaral Netto para o programa *Noite de Gala (TV-Rio)*. Inicialmente, a entrevista seria transmitida no dia 11 daquele mês, mas uma interferência no sinal da *TV-Rio* teria inviabilizado a sua realização. A entrevista teria sido remarcada para o programa do dia 18. Contudo, *Maquis* afirmou que a *TV-Rio* decidiu vetar a entrevista. Segundo ela, a interferência foi causada por um transmissor do Exército e o veto foi o resultado “da pressão exercida por forças superiores sobre a direção da *TV-Rio*”. Em suma, a revista sugeriu que Lott tinha sabotado a entrevista.³³² Na edição seguinte, *Maquis* reproduziu artigos do *Diário de Notícias* e d’*O Estado de São Paulo* sobre o episódio. Ambos criticaram a “censura” supostamente sofrida por Amaral Netto.³³³

A entrevista foi transmitida apenas no mês de janeiro de 1960, poucos meses antes de Amaral Netto divulgar a sua campanha. Diante das câmeras e da plateia do auditório da *TV-Rio*, ele emitiu as suas opiniões sobre a imprensa brasileira. O jornalismo, para ele, teria três objetivos, a saber, informar, criticar e orientar. Ele incluiu um quarto objetivo que embasaria o seu trabalho como jornalista – o de exteriorizar as “angústias e emoções” de uma parcela da sociedade. Amaral Netto se apresentou como um profissional honesto, diferentemente dos que escreviam para periódicos como as revistas *Confidencial* e *Escândalo*.³³⁴ Naquele contexto,

³³¹ “A fama, os votos, e o prestígio de Lacerda decorrem dos famosos confrontos nos quais teve parte, marcas de uma ação política que tem no dissenso combustível fundamental. Os oponentes escolhidos são indissociáveis dos caminhos que percorreu, já que a própria substância do seu pensamento político parece depender da eleição de um adversário privilegiado. O fim maior da política passa, através dos seus olhos, pela oposição a um mal maior contra o qual todos os esforços se justificam”. CHALOUN, Jorge. O liberalismo de Carlos Lacerda. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 61, n°4, p. 385-428, p. 386.

³³² Forte de Copacabana “cegou” as câmeras. Amaral Netto não pode ser visto. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14-20, 30 maio 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4502> Acesso em: 10/03/2023.

³³³ Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2 e 7, 06 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4529> Acesso em: 10/03/2023.

³³⁴ “Quando vos tiram o pão estão tirando a vossa liberdade”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14-17 e 24, 23 jan. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5864> Acesso em: 10/03/2023.

essas revistas tinham sido alvos de uma investigação policial por crime de chantagem.³³⁵ De acordo com Amaral Netto, as dificuldades financeiras de *Maquis* provariam a sua lisura e, ao mesmo tempo, alocariam a sua revista entre os periódicos de imprensa que não se valiam de processos escusos.³³⁶

O quarto objetivo de Amaral Netto – o de ser uma espécie de espelho de sentimentos coletivos – foi algo central nos seus editoriais. Isso, em alguma medida, pode ser compreendido como uma tentativa de se mostrar publicamente como um personagem relevante nos embates políticos da época. Ele exteriorizaria os anseios compartilhados por uma parcela da sociedade. Amaral Netto escreveu muito mais como um expoente de uma indignação social do que como um proponente (ou defensor) de projetos ou de ideias políticas. Em função desses apontamentos, este capítulo pretende discutir como Amaral Netto elaborou e difundiu a sua imagem. Para tanto, abarca-se três temas que dominaram os editoriais assinados por ele.

O primeiro deles foi o da sua denúncia contra Lott, que ele chamava de “caso Murray”. Amaral Netto tentou tanto se estabelecer como o principal adversário de Lott quanto colocar em dúvida a idoneidade do militar. O segundo deles foi a sua participação no debate acerca da liberdade de imprensa. Esse debate se correlacionava diretamente com o seu esforço contra Lott. O terceiro deles reúne os episódios em que Amaral Netto expôs as suas críticas às propostas e aos acordos políticos, notadamente da UDN, que iam na contramão do que ele dizia defender.

Cumpra justificar esse encaminhamento. Em primeiro lugar, a análise dos editoriais é indispensável para uma compreensão sobre a revista *Maquis*. Em segundo lugar, a revista priorizou destacar em manchete de capa esses editoriais. Assim, parece razoável afirmar que eles serviram como a principal arma de propaganda da revista (ou de Amaral Netto). E, em meio a isso, *Maquis* publicou inúmeros conteúdos – artigos e reportagens – sobre a política e a economia nacional. Por outras palavras, a manutenção dos antagonismos se atrelava a difusão de ideias, de representações e de posicionamentos. Em terceiro lugar, os assuntos selecionados oferecem um panorama sobre a linha editorial de *Maquis* sob a gestão de Amaral Netto – como se construiu a sua oposição ao governo JK e como a revista se posicionou perante os que eram considerados os seus aliados nessa trincheira política. A expectativa é a de que isso permita entrever as suas aproximações e os seus distanciamentos em relação ao campo político (os seus

³³⁵ Foi a juízo armado de dois revólveres. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 11, 29 jul. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_05/77546 Acesso em: 10/03/2023.

³³⁶ “Quando vos tiram o pão estão tirando a vossa liberdade”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14-17 e 24, 23 jan. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5864> Acesso em: 10/03/2023.

atores individuais e coletivos). Em síntese, almeja-se mapear o que Amaral Netto preconizou – para si, para revista ou para o país – por meio do seu estilo de escrita calcado nos antagonismos.

3.1. Lott e o “Caso Murray”

De acordo com Amaral Netto, o “caso Murray” consistiria em uma fraude de importação de materiais de escritório para o Exército. A licitação para a compra dataria de 1953 e foi concluída em fins de 1955. A sua longevidade seria explicada pelo debate entre órgãos administrativos do Exército sobre a concessão (ou não) de dólar subsidiado para a empresa ganhadora da licitação, a saber, a S.A. Técnica Murray. Ainda segundo o jornalista, a empresa não apresentou essa condicionante – a de receber dólares subsidiados – em sua proposta. Isso teria motivado técnicos militares a emitirem pareceres contrários a essa concessão. Independentemente disso, o Exército (já sob o comando de Lott e após o contragolpe de 1955) solicitou que a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) liberasse o preço subsidiado do dólar para a Murray. Isso foi a primeira denúncia de Amaral Netto. A outra era a de que a Murray teria se aproveitado da licitação para importar outros maquinários não solicitados pelo Exército em seu pedido.³³⁷ Em linhas gerais, esse foi o âmago do “caso Murray”, exaustivamente explorado por Amaral Netto em *Maquis* entre 1956-60. Como é possível perceber, ele sugeria que Lott tinha praticado algo ilegal ao supostamente ter atendido ao pedido da empresa de concessão de dólar subsidiado.

Em 1956, o “caso Murray” foi a pauta de outra reportagem. Desta vez, ela não foi assinada por Amaral Netto, apesar de parecer lógico supor que foi ele quem a redigiu por causa da sua reportagem anterior. A reportagem replicou uma nota oficial do Ministério da Guerra que contestou a sua denúncia. Essa nota foi reproduzida no final da reportagem. Segundo ela, bastaria examinar como os militares conduziram a licitação de importação para “concluir pela constante vigilância que mantiveram, resguardando com essa atuação os interesses do Exército, conduzindo com probidade e cautela a realização da compra”. A nota também afirmou que o Ministério tinha obrigado a Murray a arcar com os custos da exportação das máquinas que divergiam do pedido do Exército. Por sua vez, a reportagem de *Maquis* avaliou a nota ministerial como uma “confirmação” da denúncia de Amaral Netto.³³⁸

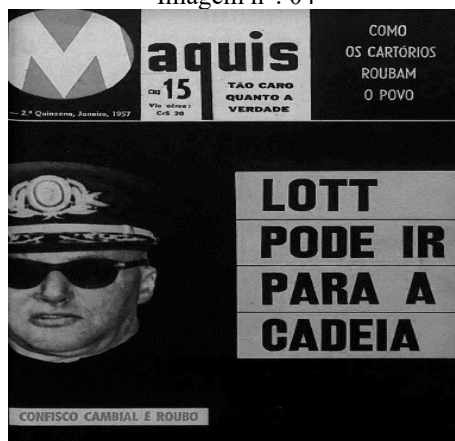
³³⁷ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Escândalo no Exército. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38-43, out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/228> Acesso em: 18/01/2023.

³³⁸ Lott confirma a denúncia de Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 26-28, nov. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/264> Acesso em: 25/03/2022.

Na última edição de 1956 da revista, Amaral Netto ironizou e criticou Lott. Ele adjetivou Lott como um “verdadeiro Papai Noel de processos contra jornalistas”, ou seja, como alguém que recorrentemente acionava o Poder Judiciário ao ser criticado pela imprensa. Na sequência, Amaral Netto questionou a razão de não ter sido indiciado por Lott pela denúncia do “caso Murray”. A sua opinião era a de que Lott tinha sido “conivente” na “concessão de câmbio ilegal”, na “fraude de importação” e no “contrabando” – esse último ponto foi destacado, no texto, em caixa alta. Desse modo, Amaral Netto sugeriu que Lott estaria ignorando a alegada seriedade de sua denúncia.³³⁹

Aparentemente, diante da falta de algum desenvolvimento em torno disso, Amaral Netto tentou impulsionar o “caso Murray” ao pressionar o campo político. Em janeiro de 1957, a primeira página de *Maquis* anunciou que Amaral Netto tinha a pretensão de solicitar que a Câmara dos Deputados instaurasse uma investigação contra Lott.³⁴⁰ Isso foi noticiado da seguinte maneira na manchete de capa:

Imagem nº: 04



Lott pode ir para a cadeia. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, jan. 1957.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/479> Acesso em: 13/01/2023.

A frase da manchete sugestionou, apesar de sua condicionante (“pode ir”), um certo sentido de imediatismo. Porém, não existia um processo em curso. Havia, apenas, a conjectura de que o Ministro poderia enfrentar um determinado destino *se* o “caso Murray” transpusesse o seu limite (de denúncia de *Maquis*), *se* alcançasse a esfera da Justiça.

Na edição seguinte, *Maquis* publicou uma reportagem sobre o encontro de Amaral Netto com Ulisses Guimarães (PSD), então presidente da Câmara. Ela estampou uma fotografia do

³³⁹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. JK e Lott brincam de processar. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14-15. dez. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/396> Acesso em: 25/03/2022.

³⁴⁰ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Maquis vai processar o general Lott. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, jan. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/482> Acesso em: 13/01/2023.

jornalista e do político se cumprimentando durante a entrega de uma espécie de dossiê sobre o “caso Murray”.³⁴¹ No entanto, a sua solicitação foi negada pelo Legislativo. Na mesma edição, há uma reportagem sobre o parecer negativo da Câmara ao pedido, algo que indica momentos de produção distintos do editorial e da reportagem.³⁴² Diante disso, Amaral Netto escreveu que:

Se a Câmara quisesse iria muito longe nessa história toda. Iria saber quem é protegido de Lott, quem é John Murray, financiador das campanhas de Juscelino. Iria saber qual foi o deputado que levou dinheiro para apadrinhar Murray junto a Lott. Iria saber uma porção de coisas.

Mas, não quis. A Câmara não aceitando, vamos ao Supremo [Tribunal Federal]. Se o Supremo não quiser... Bem, se o Supremo não quiser, se todo mundo se acovardar diante da espada de ouro do curtinho...

Medo nós temos e muito. Medo a maioria deve ter. Porque é de dar medo dizer a verdade sobre um ladrão como Mendes e um prevaricador como Lott. Eles podem prender; podem fechar jornais e revistas e até a Câmara; podem dar pancada, podem mandar matar.

Mas entre o medo e a vergonha de mostrar que se tem medo, calando, é preferível, embora tremendo, fingir que se tem coragem e tirar a máscara desse ministro da Guerra cujo cinismo está espelhado no processo que contra nós moveu por meia dúzia de palavras sem maior valor, enquanto finge que não lê o que de grave provamos contra a sua honra.³⁴³

Alguns elementos do editorial merecem ser destacados. Primeiro, a tentativa de demonstrar que *Maquis* trilhava os caminhos institucionais legais para sustentar a sua denúncia. Essa narrativa tinha um duplo efeito – atribuir a si uma imagem de democrata e sugerir que, caso não fosse acolhida a sua denúncia, o Poder Judiciário estaria corrompido. Segundo, a apresentação de uma imagem contrastante entre as figuras de Lott e de Amaral Netto, caracterizada pelos sentidos de poder (Lott) e de fraqueza (Amaral Netto). Enquanto o Ministro teria os meios para silenciar a revista, o jornalista teria apenas o seu idealismo. Este se sobreporia ao medo de retaliações físicas e/ou pecuniárias. Ou seja, sugeriu-se a percepção de que havia um receio generalizado de enfrentar Lott, mas Amaral Netto avocaria para si essa missão. Em maio de 1957, *Maquis* noticiou que Lott tinha solicitado a abertura de processo contra o seu diretor, por crime de injúria, em função do “caso Murray”. Segundo ela, o deputado Adauto Lúcio Cardoso (UDN) assumiu a defesa de Amaral Netto.³⁴⁴

³⁴¹ Entregue à Câmara dos Deputados a denúncia de *Maquis* contra Lott. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28-30, fev. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/554> Acesso em: 13/01/2023.

³⁴² E Lott continua processando, mas não tem coragem de defender-se. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 41, fev. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/615> Acesso em: 13/01/2023.

³⁴³ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Vamos com medo, mas vamos. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, fev. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/621> Acesso em: 13/01/2023.

³⁴⁴ Como vão os processos de *Maquis*. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 45, maio 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/861> Acesso em: 13/01/2023.

Meses depois disso, o jornalista tentou novamente estimular a contenda com Lott. A capa da edição nº 30 posicionou lado a lado uma fotografia do Ministro e um fac-símile de um papel timbrado da Editora Reforma, reconhecido em cartório. Nele, Amaral Netto afirmou que entregaria a propriedade do título de *Maquis* para Lott e fecharia a revista se qualquer uma das denúncias estampadas na edição fosse desmentida em juízo:

Imagem nº: 05



Desafio definitivo registrado em cartório: Lott será o dono desta revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1091> Acesso em: 13/01/2023.

Amaral Netto classificou o documento como um “repto”, um tipo legítimo de meio de seus detratores conseguirem fechar *Maquis*. Ele afirmou que seu “repto” era algo inédito no jornalismo. Ele representaria uma forma de luta leal, honesta e corajosa que confrontaria os que criticavam *Maquis* por difundir injúrias e calúnias.³⁴⁵ Assim, estava em jogo o valor da moral que, através do documento, Amaral Netto tentou atrair simbolicamente para si.

A revista comemorou a decisão do juiz Nei Cidade Palmério de remeter o processo do “caso Murray” ao STF.³⁴⁶ Entretanto, no campo político, parece que Amaral Netto não conseguiu atrair parlamentares para a sua causa até o fim de 1957. Em agosto daquele ano, o jornalista criticou a oposição política por não demonstrar interesse em usar as “armas” que *Maquis* lhe oferecia.³⁴⁷

Entre março e abril de 1958, Amaral Netto afirmou que Lott tentaria fazer prescrever o processo. Inicialmente, ele ironizou o Ministro ao asseverar que, se isso ocorresse, também

³⁴⁵ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Lott será dono desta revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4-6, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1094> Acesso em: 13/01/2023.

³⁴⁶ Corte Suprema vai julgar o Escândalo do Exército. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 5, set. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1209> Acesso em: 13/01/2023.

³⁴⁷ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A nossa linha em poucas palavras. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1203> Acesso em: 13/01/2023.

findaria a sua “fama de administrador honrado”. Amaral Netto escreveu que tinha feito de “tudo” para se tornar réu, mas Lott temeria o resultado do tribunal.³⁴⁸ Em outro editorial, ele acusou Lott de tentar desmoralizar a imprensa:

Só não vê quem não quer. O general Lott está manobrando fria e taticamente para desmoralizar o Poder Judiciário.

A manobra, como se diz na gíria, está na cara. Cerca de 30 processos já foram instaurados contra jornalistas, processos fúteis, idiotas e absolutamente cretinos. [...]. As “vítimas” sabem disso. Sabem que estão sendo arrastadas a uma grossa pandega judiciária, ridícula e sem qualquer consequência. [...]

O ilustre geral processante irá acumulando “derrotas” sobre “derrotas”, com as absolvições de todos os “réus” em todos os processos. Ele não ganhou nem ganhará sequer um, para amostra.

Pouco importa: ele está única e exclusivamente continuando a farsa iniciada no 11 de novembro. Quando as coisas se tornarem muito feias para ele, virá a público e dirá: - “Todos podem ver que a Justiça não funciona para punir os caluniadores. [...]. Ninguém é condenado. Estamos entregues à sanha de jornalistas que procuram desmoralizar e desunir as Forças Armadas (Forças Armadas é ele) para lançar a desordem no país. Só há um jeito. Um outro retorno”.

É isto que ele quer. É por isto que ele coleciona processos.

Este caso das máquinas de Murray é o único que preocupa o general. Aqui não se vai julgar se o general é golpista ou não. Este não é um feito subjetivo. Um problema de interpretação. Este é um caso que envolve direta e insofismavelmente a honra, a dignidade e o caráter do Ministro da Guerra.³⁴⁹

Nota-se um certo tipo de alarmismo diante de uma hipotética ameaça à liberdade de imprensa. Outro ponto relevante é o que se poderia caracterizar como o de valorização de sua imagem – enquanto os outros processos dependeriam de interpretações, o seu requeria um julgamento *objetivo*. Antes, Amaral Netto se posicionou ao lado de outros jornalistas processados por Lott. Agora, ele se diferenciou dos demais ao sugerir ser o portador da *bala de prata* que poderia ferir Lott. Em suma, ao se distinguir, ele tanto se valorizou quanto relegou outros jornalistas a um segundo plano. Os processos contra eles seriam tão somente instrumentos desse suposto “plano” de desmoralização da imprensa.

A manchete de capa da edição nº 47 buscou potencializar essa percepção:

³⁴⁸ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Honra também prescreve. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1839> Acesso em: 25/03/2022.

³⁴⁹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. O jogo de Lott. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 26, abr. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1900> Acesso em: 25/03/2022.

Imagem nº: 06



“É preciso empastelar esta revista” In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1923> Acesso em: 25/03/2022.

Essa foi a terceira capa de *Maquis* naquele ano sobre Lott e o “caso Murray”. Ou seja, em um total de oito edições publicadas entre janeiro e abril, 3 delas tiveram capas sobre tal assunto. Na anterior, *Maquis* publicou na capa uma fotografia de Lott enxugando o suor do rosto legendada pela frase “suando general? Vai suar muito mais ainda!”.³⁵⁰ Por seu turno, o editorial da edição nº 47 usou as mesmas simbologias de opulência de Lott versus a simplicidade de Amaral Netto. A única novidade seria a notícia, se é que se pode chamar assim, de que um coronel teria dito “é preciso empastelar essa revista” – frase da capa – durante uma reunião entre oficiais do Exército no gabinete de Lott. Fato ou ficção, o que vale é o uso disso para se assinalar como uma possível vítima.³⁵¹

Nesse ínterim, *Maquis* continuou publicando reportagens sobre o “caso Murray”. A de título “Lott protege contrabandistas” lhe rendeu mais um processo judicial.³⁵² Em meio a isso, os deputados Herbert Levy, Afonso Arinos, Otávio Mangabeira, Raul Pilla, Newton Carneiro e Mário Guimarães assinaram, no dia 27 de março de 1958, um requerimento de informações da Câmara para Lott. Conforme dito em capítulo anterior desta tese, Levy, Mangabeira e Pilla foram apontados como acionistas de *Maquis*. No requerimento, os deputados solicitaram que Lott encaminhasse ao Legislativo as suas explicações sobre o “caso Murray”.³⁵³ Portanto, cerca de dois anos depois da divulgação do “caso” em *Maquis*, Amaral Netto viu um grupo de

³⁵⁰ “É preciso empastelar esta revista” In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1923> Acesso em: 25/03/2022.

³⁵¹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. “É preciso empastelar esta revista”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 7, abr. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1929> Acesso em: 25/03/2022.

³⁵² Lott processa novamente a revista Maquis. In: *O Estado do Mato Grosso*, Mato Grosso, p. 1, 28 mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/098086/13312> Acesso em: 18/01/2023.

³⁵³ Oposição exige esclarecimento de Lott. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 29, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1903> Acesso em: 18/01/2023.

deputados encampar a sua principal denúncia. É sugestivo que isso tenha acontecido justamente em um ano eleitoral. Lott não era candidato, mas era um dos baluartes do governo JK.³⁵⁴

Diante da aproximação das eleições, Amaral Netto dividiu os seus editoriais entre outros assuntos, a maioria deles relacionados ao campo político e ao pleito de outubro de 1958. Isso não significa dizer que Lott foi esquecido. Muito pelo contrário. Só que, naquele momento, Amaral Netto optou por tecer as suas críticas ao Ministro por meio de outros acontecimentos, mais recentes. Não raro, o “caso Murray” figurou como uma espécie de apêndice nesses editoriais.³⁵⁵ O mesmo se verifica no ano seguinte, quando o STF decidiu reclassificar o seu processo de injúria para calúnia. Isso permitiria que ele tentasse provar a sua denúncia. Posteriormente, ele atribuiu esse resultado a “energia”, a “persistência” e aos “conhecimentos jurídicos” de Cardoso, seu advogado.³⁵⁶

O “caso Murray” ganhou novo fôlego em 1960. Após escolhidos os candidatos presidenciais, Amaral Netto se lançou na oposição a candidatura de Lott. O uso do “caso Murray” nesse momento, em parte, se justificou pela tramitação do processo judicial.³⁵⁷ Nas 39 edições publicadas entre janeiro e a eleição de outubro, 17 delas estamparam Lott como manchete de capa (43%). Destas, 10 foram sobre o “caso Murray” (59%).

Essa escolha editorial é facilmente compreensível quando se recorda que, além da crítica a Lott, esse assunto possibilitava propagandear a figura de Amaral Netto no ano do seu debutar como candidato a deputado. É certo que a maioria dessas capas do “caso Murray” foram publicadas entre os meses de janeiro e fevereiro de 1960. Portanto, antes do lançamento da candidatura. Porém, sabendo que ele a iniciou em abril, parece razoável supor que Amaral Netto já vinha se preparando para isso nos meses anteriores. Por exemplo, durante a sua participação no *Noite de Gala* (janeiro de 1960), ele reafirmou o seu repto a Lott para que o Ministro provasse a falsidade de sua acusação.³⁵⁸

Além do *Noite de Gala*, Amaral Netto levou o “caso Murray” para uma reunião do diretório nacional da UDN e para o jornal *Diário de Notícias*. Enquanto o partido se

³⁵⁴ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *Governo Kubistchek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976, p. 47.

³⁵⁵ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Defenderemos Juscelino até o fim! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24-25, 29 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3387> Acesso em: 18/01/2023.

³⁵⁶ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Podemos provar o escândalo no Exército. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40-41, 31 de janeiro de 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3834> Acesso em: 24/01/2023.

³⁵⁷ Marechal Leônidas Amaro, testemunha de Lott, afirma a culpa de Lott. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-29, 06 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/5950> Acesso em: 03/03/2023.

³⁵⁸ “Quando vos tiram o pão estão tirando a vossa liberdade”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14-17 e 24, 23 jan. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5864> Acesso em: 10/03/2023.

comprometeu a tentar viabilizar uma CPI³⁵⁹, o jornal repercutiu a denúncia em entrevista com Amaral Netto.³⁶⁰ Assim como em 1958, Herbert Levy parece ter sido importante nisso. Em fins de fevereiro, o deputado fez um discurso sobre o “caso Murray” na Câmara e revelou ter visitado a alfândega, a convite de Amaral Netto, para verificar os documentos que comprovariam a fraude de importação.³⁶¹

Nesse contexto, Amaral Netto refutou a ideia de que o recrudescimento de sua campanha tivesse motivações políticas:

De uma coisa podem todos estar certos: não desejamos contribuir de modo algum para afastar o sr. Henrique Lott do páreo presidencial.
Dentre as manobras que estão sendo articuladas pelo governo, de parceria com o chapa-branquismo [sic] de todos os matizes, uma se destaca: a de que o caso Murray pode inutilizar o marechal para a campanha.
Protestamos energicamente contra isto [...].
Não são as máquinas de Murray que estão esvaziando o marechal. Ele já é vazio por si e, se já era vazio quando o levaram à campanha, não pode agora ser mais vazio do que era. E se vazio serviu, vazio deve servir. [...]
Portanto, não me venham com a história de que estamos ajudando a liquidar a candidatura Lott. Estamos apenas continuando normalmente uma campanha iniciada há três anos e que agora prossegue na Justiça e no Parlamento.³⁶²

Sugestivamente, o “caso Murray” perdeu espaço nos editoriais e nas manchetes de capa após *Maquis* noticiar discussões de Amaral Netto com acionistas da revista. Na edição posterior ao editorial supracitado, ela publicou uma reportagem, um artigo e um editorial sobre esses embates envolvendo Amaral Netto, Erimá Carneiro e Celso Sales Barbieri. O artigo foi assinado por Luís Pietsch Júnior; o editorial e a reportagem não foram assinados. A reportagem abordou a ida de Amaral Netto a sede do PL para falar do “caso Murray”. Entre os presentes estariam Carneiro e Barbieri. Não se sabe se eles eram filiados ao partido, mas a reportagem indicou que ambos eram membros do conselho fiscal da Murray. Barbieri teria acusado Amaral Netto de usar o “caso” para “liquidar” Lott e ter “proveitos”.³⁶³ O artigo e o editorial desqualificaram outras atitudes atribuídas a Barbieri e a Carneiro. Pietsch classificou como um “descaramento” a ida de Barbieri até a sede de *Maquis* após a reunião do PL. Ele afirmou que Barbieri solicitou

³⁵⁹ Comissão Parlamentar para apurar Lott-Murray. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 23-25, 19 mar. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6193> Acesso em: 10/03/2023.

³⁶⁰ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Carta de Lott sobre a negociata. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32-38, 26 mar. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6242> Acesso em: 03/03/2023.

³⁶¹ Ao marechal Lott faltou honestidade profissional. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 22-25, 27 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6072> Acesso em: 10/03/2023.

³⁶² AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Despir um “santo” para vestir “outro”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 26 mar. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6230> Acesso em: 03/03/2023.

³⁶³ Caso Murray no Partido Libertador. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 22-25, 02 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6272> Acesso em: 03/03/2023.

os livros de contabilidade de *Maquis*.³⁶⁴ Já o editorial acusou Carneiro de usar a tribuna da ACRJ – da qual ele era associado – para atacar Amaral Netto:

O sr. Erimá Carneiro, que é advogado brilhante e um dos maiores peritos em contabilidade no Brasil, é funcionário, é acionista, é chefe de contabilidade e pertence ao Conselho Fiscal (como pode ser tudo isso a um só tempo vigorando a atual Lei de Sociedade Anônima?) da S.A. Técnica Murray. Mas acontece que o sr. Erimá Carneiro também é sócio, é vice-presidente, é grande benemérito e pertence ao Conselho Superior da Associação Comercial. Então o que resolveu fazer o sr. Erimá Carneiro? Usou da tribuna da Associação Comercial e tentou (inutilmente) a defesa dos interesses de sua firma (Murray), jogando sobre o jornalista Amaral Netto um balde de lama na enxurrada de mentiras e sofismas de falsa defesa.³⁶⁵

Esse episódio fez com que Amaral Netto se tornasse notícia. O *Diário de Notícias* publicou que ele tinha se associado a ACRJ, no dia 14 de março, para poder contestar o discurso de Carneiro. Ele pretendia usar a mesma tribuna usada por seu opositor. Segundo o jornal, Amaral Netto foi “apresentado” na ACRJ pelos sócios Alberto de Paiva Garcia e Carlos Brandão de Oliveira, ambos vice-presidentes da ACRJ. Além disso, eles teriam defendido o direito de Amaral Netto de discursar na ACRJ.³⁶⁶

O jornalista só voltou a escrever um editorial sobre o “caso Murray” em setembro. Por outro lado, ele recorrentemente comentava o assunto em suas participações em programas de TV ou em seus comícios. O seu último editorial sobre o “caso Murray” foi uma réplica a uma carta enviada por Lott para a *TV-Rio*. Primeiro, ele acusou Lott de ter distorcido um discurso proferido por Otacílio Negrão de Lima (PSD) em 1958:

Em sua carta-defesa, o marechal Lott cometeu o mais feio crime que alguém possa cometer: deturpou e modificou, para atender a interesses dele, Lott, as palavras de um morto. [...].

Os leitores encontrarão ao lado a reprodução desses trechos tal como os escreveu em sua carta o marechal Lott, em comparação com a transcrição oficial do “Diário do Congresso”, inclusive com os apartes que não podem ser omitidos numa peça de oratória. Vejam os leitores a que ponto chegou este pobre homem que pretende os votos dos brasileiros para se eleger presidente da República e que não se envergonha de ser um protetor de contrabandistas e, o que é pior, um falsificador de palavras de um morto. [...].³⁶⁷

³⁶⁴ PIETSCH JÚNIOR, Luís. Cata-vento. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 11, 02 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6261> Acesso em: 03/03/2023.

³⁶⁵ Crise na Associação Comercial. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 02 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6253> Acesso em: 03/03/2023.

³⁶⁶ Crise na A. Comercial devido ao Caso Murray. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1-2, 19 mar. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_04/1987 Acesso em: 03/03/2023.

³⁶⁷ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. “O que lhe interessa é eleger-se e eleger também o sr. Jânio Quadros”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 03 set. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7110> Acesso em: 03/03/2023.

Toda essa simbologia de imoralidade se justificou no argumento de que Lott tinha suprimido os apartes de Mário Martins (UDN). Enquanto Lima repudiou o uso do “caso Murray” para desrespeitar o Exército, Martins redarguiu que a oposição apenas repreendia os militares que tinham apoiado a concessão de dólar subsidiado. Adiante, Amaral Netto fez outra acusação:

Leiam e destaquem este trecho da carta do marechal-candidato: - “... elementos ligados à firma derrotada... se julgavam insatisfeitos com a solução dada pelo titular da pasta, principalmente por deixar de julgar inidônea a S.A. Técnica Murray. Compreende-se por que esta solução era a que mais interessava a tais elementos. É que voltaria aquela firma (Keller Webber) a apresentar-se nas futuras concorrências praticamente sozinha, com o que poderia impor ao Exército os preços que bem lhe aprouvesse fixar”.

Leram? Pois bem. Essa gravíssima acusação de conivência criminosa e inconfessável se dirige a quem? A mim que noticiei, critiquei e insisti na apuração dos fatos, nada tendo com a decretação ou não da inidoneidade da Murray – ou aqueles que, dentro do Exército, concluíram pela necessidade de ser decretada a inidoneidade dos ladrões da Murray? [...].

“Os elementos ligados à firma derrotada”; “os insatisfeitos com a solução dada pelo titular, principalmente por não deixar de julgar a firma Murray inidônea” são um grupo de mais de trinta oficiais do Exército, muito mais dignos do que o marechal Lott e que tinham à frente aquele que exigiu do marechal, sem conseguir, a decretação da inidoneidade.

Esse homem, então diretor do D.G.A. [Departamento Geral de Administração] do Exército, chama-se Zenóbio da Costa, hoje marechal e embaixador do Brasil em Assunção.³⁶⁸

Nota-se como Amaral Netto tentou inverter a lógica do debate entre Lima e Martins a partir de sua interpretação da carta. Ou seja, não era ele, naquele presente (ou a oposição no passado), que proferiu uma acusação contra o Exército mas, sim, Lott. Além disso, ao que parece, Amaral Netto tentou desassociar as imagens do Ministro e da instituição (Exército).

A análise empreendida ilustrou alguns pontos sobre a linha editorial de *Maquis*. A manutenção do conflito político era algo essencial para a revista e isso se manifestava na recorrência do recurso ao polemismo – especialmente os títulos sensacionais que, não raro, se baseavam em conjecturas. A leitura de *Maquis* suscita uma percepção de alerta constante, *sempre há um infortúnio* a ser conhecido. Por outro lado, houve um esforço em se tentar evitar que esses aspectos fomentassem uma imagem social negativa sobre *Maquis*. Nesse sentido, a sua linha editorial seria *determinada* pelo que seria a *realidade* na política. As suas “provas” demonstrariam esse cenário, validariam o seu estilo polêmico e deveriam gerar consequências. Não seria possível recuar e, muito menos, desistir.

³⁶⁸ Idem.

3.2. A Ideia de Liberdade de Imprensa

A liberdade de imprensa foi um ideal usado para criticar JK e Lott, essencialmente no recorte circunscrito entre o contragolpe de 1955 e as eleições de 1958. Ao que parece, quatro acontecimentos contribuíram para isso. Durante a vigência do Estado de Sítio, posterior ao contragolpe, houve a censura. Após a posse de JK ocorreram os episódios policiais de apreensão do *Tribuna da Imprensa* e de *Maquis* por causa da publicação de um manifesto golpista de Lacerda.³⁶⁹ Foi em meio a isso que o governo JK anunciou a sua pretensão de apresentar um projeto de reforma da Lei de Imprensa (1953).³⁷⁰ Pouco tempo depois, houve a instauração da Portaria nº 899. Entre outras limitações, ela proibiu que as estações de rádio transmitissem manifestações políticas que instigassem a subversão da ordem.³⁷¹ A Portaria nº 899 foi constantemente criticada pelos opositores de JK como um silenciamento.³⁷² Eles comemoraram quando, em 1958, Adauto Cardoso conseguiu que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revogasse a Portaria nº 899.³⁷³

Amaral Netto se envolveu nessas questões através dos editoriais. Ele se apresentou como uma vítima de repressão à liberdade de imprensa. A ideia de reformar a Lei de Imprensa foi ironizada por ele.³⁷⁴ De modo geral, a revista se posicionou contra essa proposta de revisão e contra a Portaria nº 899. Um exemplo disso é a capa da edição nº 13. Ela estampou a frase “é proibido ler esta revista” em letras garrafais amarelas sob um fundo preto. A capa remetia a uma reportagem sobre a censura no Estado Novo.³⁷⁵ Amaral Netto tomou parte nessas discussões através de temas que possibilitassem a ele se apresentar como um personagem relevante, tal como no caso da apreensão de *Maquis*.

Ele só modificou – relativamente – essa posição em 1957, quando já enfrentava alguns processos por causa da revista. Além disso, *Maquis* se tornou um alvo da imprensa escrita do Rio de Janeiro. Isso ocorreu a partir da publicação da edição nº 21. A sua manchete de capa adjetivou o governo JK de “sindicato de ladrões” e as suas reportagens apresentaram diversas

³⁶⁹ DULLES, John. Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960). Op. Cit. 1992, p. 249-250.

³⁷⁰ BIROLI, Flávia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). *Revista Brasileira de História*. Op. Cit. 2004, p. 221.

³⁷¹ Idem, p. 225-226.

³⁷² Povo entra na luta pela liberdade para o rádio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro. p. 8-9, jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1642> Acesso em: 10/03/2023.

³⁷³ MELO FILHO, Murilo. Rádio aberto à oposição In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 set. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2838> Acesso em: 10/03/2023. P. 4.

³⁷⁴ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Porque me ufano do meu país. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 46, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/140> Acesso em: 13/01/2023.

³⁷⁵ É proibido ler esta revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1 e 3-4, nov. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/287> Acesso em: 13/01/2023.

denúncias contra membros do governo, inclusive o presidente.³⁷⁶ Ato contínuo, alguns jornais publicaram críticas à revista por sua linguagem.

Parece que a mencionada edição de *Maquis* foi motivada por um debate travado no campo político. O senador Juraci Magalhães (UDN) declarou que “[...] os ladrões de dinheiros públicos não vão para a cadeia no governo do sr. Juscelino Kubitschek”. A contradita da base parlamentar de JK foi capitaneada pelo senador Filinto Muller (PSD). Este exercia a função de líder do governo no Senado. Muller desafiou “[...] qualquer cidadão brasileiro” a apontar um caso de corrupção que não tivesse sido devidamente investigado e punido. Segundo ele, o governo estaria “[...] no firme propósito de se exercer dentro da mais alta lisura, da mais absoluta correção e do respeito mais rigoroso aos bens da Fazenda Nacional”.³⁷⁷

Não obstante, pode-se sugerir outra motivação para a atitude de *Maquis* de classificar o governo como um “sindicato de ladrões”. Meses depois do episódio entre Magalhães e Muller, ela publicou a sua edição de aniversário. Em uma reportagem sobre as suas finanças, ela veiculou uma explicação detalhada das suas oscilações de caixa desde a sua fundação. O recorte compreendido entre outubro de 1956 e fevereiro de 1957 foi classificado como o “período amargo” da revista. A Editora Reforma estaria em uma situação financeira de “um nível perigosamente baixo”.³⁷⁸ Assim, talvez a necessidade de receitas possa ter contribuído, o que não exclui o fator político, para a decisão de publicar, em março de 1957, uma edição que acusou gravemente o governo JK.

Após a circulação de tal edição, jornais da cidade publicaram artigos e editoriais contra a linguagem empregada em *Maquis*. Os artigos foram do *Correio da Manhã*³⁷⁹ e do *Jornal do Comércio*.³⁸⁰ Os editoriais foram do *Diário Carioca*³⁸¹ e d’*O Globo*.³⁸² As réplicas de Amaral Netto e os textos desses jornais formam um debate em que foram expressas perspectivas sobre a liberdade de imprensa e a responsabilidade do jornalista.

³⁷⁶ Governo JK: Sindicato de Ladrões. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, mar. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/671> Acesso em: 25/03/2022.

³⁷⁷ Deve provar que há ladrões. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 4, 12 mar. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/36109 Acesso em: 28/03/2022.

³⁷⁸ Como se comprova o progresso de *Maquis*. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 52, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1145> Acesso em: 17/01/2023.

³⁷⁹ Respeito à sociedade. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 06, 12 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/75021 Acesso em: 28/03/2022.

³⁸⁰ Várias Notícias. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_14/43035 Acesso em: 28/03/2022.

³⁸¹ Jornal e Pasquim. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/36486 Acesso em: 28/03/2022.

³⁸² Sementeira de Ódios. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 12 abr. 1957.

Em linhas gerais, os críticos de *Maquis* trilharam um eixo argumentativo calcado nas origens da liberdade de imprensa e nas consequências que ela pressupunha para os produtores de notícias. Isso indica a percepção de um código de ética que deveria ser compartilhado e praticado, ou seja, o *ethos* que comporia *habitus* do jornalista. Eles conclamaram os seus leitores a não legitimarem o que foi publicado em *Maquis*. Esta não representaria o campo da imprensa – ela desvirtuaria os seus valores. *Maquis* seria um pasquim.³⁸³ O jornal *O Globo* foi além e endereçou um apelo aos “[...] homens de bom-senso” da “[...] mesma corrente política dos dirigentes de *Maquis*” que os advertissem “[...] do mal que estão provocando”.³⁸⁴

Amaral Netto pontuou que a linguagem de *Maquis* era justa porque ela derivava de “provas”. Ele também apresentou outro argumento em seu favor. A linguagem seria uma arma para se fazer notar pela sociedade, pois *Maquis* teria sido relegada ao ostracismo. Amaral Netto sugeriu que os textos do *Correio* e d’*O Globo* foram os que mais o impactaram. Alguns trechos do seu editorial fizeram referências as histórias, consideradas gloriosas, de ambos os jornais. Ao mesmo tempo, se nota um certo simbolismo que indicaria a luta de um pequeno periódico (*Maquis*) contra aqueles que já estariam consolidados. Mais uma vez, Amaral Netto recorreu ao maniqueísmo. Ele expressou o seu descontentamento diante do que seria uma proibição do uso de um *tipo de linguagem* que, na sua visão, tanto o *Correio* quanto *O Globo* usariam.³⁸⁵

Amaral Netto qualificou o artigo do *Correio* como de linguagem “igual ou pior” a de *Maquis*. Isso seria um traço histórico nas lutas do *Correio*. Indo além, ele chamou o jornal de “[...] o porta-voz mais autorizado dos mais autorizados grupos do poder econômico”. Um deles seria a Standard Oil.³⁸⁶ Algo que, em certo sentido, visava sinalizar que o *Correio* não era um jornal independente. *O Globo* mereceu o título de “[...] o mais bem relacionado com todas as forças e de todos os tipos”. A seguir, Amaral Netto adentrou na questão da linguagem e explorou a ideia de uma latente hipocrisia na crítica do jornal. Para tal, ele fez alusões a um episódio policial, noticiado por *O Globo*, que seria um exemplo do “tipo de jornalismo” que não se deveria perpetuar:

O que o grande jornal, que se transformou em nosso censor, fez com a pobre moça; com uma família desesperada; com a própria sociedade que o lê [sic], isto sim, se me

³⁸³ Jornal e Pasquim. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/36486 Acesso em: 28/03/2022.

³⁸⁴ Sementeira de Ódios. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 12 abr. 1957.

³⁸⁵ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Querem fechar *Maquis*. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 7, abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/774> Acesso em: 25/03/2022.

³⁸⁶ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Querem fechar *Maquis*. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 7, abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/774> Acesso em: 25/03/2022.

permite o sr. Roberto Marinho, é “descambar para um tipo de imprensa que não podemos tolerar”.

Maquis, jamais, de forma alguma, sequer com uma palavra, invadiu lares alheios, fossem esses lares dos seus piores inimigos, dos mais comprometidos administradores que houvésemos acusado.

Esse tipo de jornalismo que explora o sexo; os escândalos familiares, a vida particular, enfim, nos repugna, nos revolta e, até mesmo, nos envergonha, mas nem por isso, temos a coragem de dizer que “o Brasil não comporta mais esse tipo de jornalismo”.³⁸⁷

Pelo fragmento acima é possível perceber que as aspas usadas subvertem o que foi dito sobre *Maquis* em *O Globo*.³⁸⁸ Amaral Netto recorreu a uma noção de moralidade, desta vez transgredida pelo jornal na forma como construiu um noticiário policial. O lar e a família foram idealizados como fronteiras que não devem ser transpostas pela imprensa. O mais interessante de todo esse debate é a percepção de que eles arrogavam para si próprios o papel de reguladores do bom jornalismo. A única exceção foi o *Jornal do Comércio* que sugeriu a abertura de processo judicial contra *Maquis*.³⁸⁹

O editorial da edição nº 33 permite afirmar que Amaral Netto aglutinou a crítica que ele fazia ao uso da Lei de Imprensa contra jornalistas e a sua réplica aos jornais. O seu texto usou como referência o caso do mr. Orville Hodge (EUA). Hodge seria um “respeitado” e “simpático” político. Porém, ele foi denunciado pelo jornalista George Thiem em uma série de reportagens do *Chicago Daily News*. Ainda de acordo com Amaral Netto, Thiem conseguiu provar as suas acusações. Hodge foi condenado a prisão e a ter seus bens confiscados. A moral da história era a constatação de que, diferentemente do Brasil, nos EUA existiriam consequências judiciais não só para a imprensa, como também para os que ela acusa. Dito de outro modo, a sua interpretação era a de que a Lei de Imprensa seria parcialmente falha, pois ela só funcionaria para enquadrar jornalistas. O mérito de suas denúncias não seria suficiente diante da alegada impunidade usufruída pelos detentores do poder.³⁹⁰

Essa crítica introduziu em seus editoriais a posição – mesmo que limitada e abstrata – de que tal Lei deveria ser reformada. O seu pensamento se moveu pela lógica dos pesos e

³⁸⁷ Idem.

³⁸⁸ “O direito de criticar não pode ser confundido com o de insultar, nem o combate político deve autorizar excessos de linguagem incompatíveis com o respeito recíproco entre os cidadãos. O semanário [sic] ‘Maquis’ vem descambando, de forma acelerada nos seus recentes números, para um tipo de imprensa que não mais podemos aceitar. Generalizando acusações mais fortes, insistindo na repetição de casos devidamente esclarecidos, usando e abusando dos apodos mais infamantes, o semanário [sic] tenta instituir um sistema de ataques terroristas que não atinge apenas os visados, mas também os leitores, cujas paixões trata de exaltar, e a própria opinião pública, chocada com esse gênero de verrinas”. Sementeira de Ódios. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 12 abr. 1957.

³⁸⁹ Várias Notícias. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_14/43035 Acesso em: 28/03/2022.

³⁹⁰ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Ladrões de lá e ladrões de cá. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20, set. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1274> Acesso em: 13/01/2023.

contrapesos. A sua opinião, repetida constantemente no decorrer dos anos, era simples e de fácil assimilação. Ele seria a favor de uma revisão da Lei que agravasse as penas para jornalista *desde que* estes tivessem o direito de provar em juízo o que denunciaram. Ele estava criticando a tipificação do crime de injúria, algo utilizado por seu advogado em sua defesa. Essa alegação tinha uma função evidente de alimentar positivamente a sua imagem como um homem honesto e probo que, nesse sentido, cumpria um dever ao denunciar. Também sugere, para quem o lê, que ele não temia o endurecimento da lei porque sabia de antemão que poderia provar o que dizia:

O senhor publicou que o Presidente da República é um desonesto, peculatório, negociista, subornado, subornado e chantagista?

Publiquei, sim.

O senhor confirma e mantém o que escreveu?

Plena e totalmente, com novos detalhes até. [...].

Muito bem! Estamos diante de um jornalista que aqui comparece para confirmar o que publicou contra as autoridades da República. Se o jornalista não provar nem testemunhar suas acusações, irá para a cadeia. Se for feita a prova, estará imediatamente instaurado processo público contra os governantes acusados para que, diante deste tribunal, se defendam das acusações. [...].

E se eles destruírem as suas denúncias e as suas acusações?

Se isso acontecer, que me condenem a penas dobradas, triplicadas ou quadruplicadas. O caluniador consciente, o insultador gratuito merece isso. Sou favorável a que a Lei de Imprensa fixe penas muito mais pesadas sem “sursis” para os que caluniam e insultam.

Se o senhor estiver mentindo, não acha pouco uma simples prisão para o grau de falsidade das suas acusações?

Acho. Para mim, se mentisse, reivindicaria a cassação dos meus direitos de cidadão, o fechamento da minha Editora e a proibição definitiva de continuar a exercer a profissão de jornalista.

... e nesse ponto, exatamente, acordei. Era um sonho.³⁹¹

O exagero – cassação dos “direitos de cidadão” – cumpre justamente a função enunciativa de incutir a ideia de que ele agia escudado em “provas” e, assim, não havia motivo para temer ser preso. Elas formariam o seu salvo-conduto para usar a linguagem que ele usava em *Maquis* (e que lhe rendia efeitos adversos).

A revista *Maquis* foi criada na esteira de uma conjuntura histórica em que a questão da liberdade de imprensa estava em evidência. Em um primeiro momento, se nota o uso do seu estilo polêmico para confrontar a *possibilidade* de uma reformulação da Lei de Imprensa capitaneada pelo governo JK. Assim, houve um posicionamento no sentido da preservação das regras que já estavam postas. Em um segundo momento, a discussão sobre a liberdade de imprensa se modificou pela dinâmica do enfrentamento contra Lott e contra os periódicos que

³⁹¹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. *Maquis* no Supremo Tribunal Federal. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 5, 24 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2071> Acesso em: 13/01/2023.

criticaram a linguagem de *Maquis*. A liberdade de imprensa foi caracterizada como a liberdade de usar essa linguagem no limite da vida pública de quem ela combatia. Definiu-se, então, uma espécie de princípio. Em meio a isso, a proposição da hipótese de reformulação da Lei foi subordinada a aquilo que Amaral Netto dizia querer – a chance de provar no tribunal as denúncias de *Maquis*.

3.3. Aproximações e Distanciamentos

A conduta e a moral evocadas por Amaral Netto, caracterizadas pelos seus antagonismos, gerou choques entre ele e seus aliados. A sua autorrepresentação como um jornalista probo, construída em torno do embate que ele tentou manter com Lott ou com outros periódicos, foi utilizada como o seu escudo quando ele discordou de ações ou de comportamentos daqueles que ele entendia como os seus próximos. Amaral Netto escreveu desse modo em meio a dois tipos de cenários. O primeiro deles se caracteriza pelos momentos em que ele se mostrou contrariado por uma alegada falta de apoio a *Maquis* por parte do campo político. O segundo deles abrange todos os episódios em que ele evidenciou o seu inconformismo diante de algumas decisões ou de alguns comportamentos dos partidos políticos, notadamente os da UDN. Apesar de só ter se filiado à UDN em 1960, de certo modo, Amaral Netto quis participar das lutas internas do partido por meio dos seus editoriais. Tal postura o fez divergir de alguns próceres udenistas, inclusive Lacerda, o seu ex-chefe e, talvez, o seu principal aliado político.

3.3.1. A política do realismo

Em janeiro de 1957, Amaral Netto investiu contra a ideia de pacificação do campo político. Segundo ele, tal ideia seria um tema de debate entre os três principais partidos do momento (PSD, PTB e UDN). Ele argumentou que a pacificação seria impossível porque JK teria enriquecido ilicitamente; Lott seria um “general traidor” que teria impedido o Poder Judiciário de impugnar a eleição de 1955; e Goulart seria “o homem que se vendeu a Perón para financiar Vargas”. Assim, para ele, a pacificação significaria “suborno”, “corrupção” ou “acomodação” e “os que a aceitam é porque têm culpa no cartório. Têm algo a esconder ou a defender; algo que não pode ser realizado na tomada clara e enérgica de posição”.³⁹²

³⁹² AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A paz de charco. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4, jan. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/434> Acesso em: 24/11/2023.

Amaral Netto também provocou Carlos Penna Botto, um acionista e ex-colaborador de *Maquis*. Ao comentar a passagem do primeiro aniversário do governo JK, Amaral Netto afirmou que “é verdade que o almirante Penna Botto havia declarado que ‘esses canalhas não tomarão posse’. Os ‘canalhas’ eram JK e Jango. [...]. Eles tomaram posse mesmo e o almirante Penna Botto até que já acha muito natural considerar os dois como presidente e vice-presidente da República, respectivamente”.³⁹³

Logo após isso, teve início a contenda entre Amaral Netto e outros periódicos por causa da linguagem de *Maquis*. Nesse ínterim, ele participou de uma reunião com Lacerda. O *Diário de Pernambuco* publicou uma notícia da *Agência Meridional* datada do dia 11 de abril de 1957. A notícia afirmou que udenistas “pressionavam” Lacerda para publicar uma nota que desassociasse o seu nome ao de *Maquis* e, além disso, que ele proibisse a impressão da revista na oficina do *Tribuna da Imprensa*.³⁹⁴

Ao que parece, Lacerda cumpriu, em parte, o que lhe foi solicitado. No mesmo dia da publicação de tal notícia, o *Tribuna da Imprensa* estampou a seguinte nota editorial:

A edição de “Maquis”, que hoje está circulando, foi impressa nas oficinas desta Editora.

No momento em que aquela revista teve o seu contrato de impressão cancelado pela oficina gráfica em que se vinha imprimindo, não poderíamos contribuir, pela omissão, para que a coação político-econômica privasse os leitores de “Maquis” de sua leitura. Tal atitude teríamos com qualquer publicação, em circunstâncias idênticas, e com muito mais razão com “Maquis”, que vem sustentando brava luta contra a corrupção político-administrativa no país, luta que tem o estímulo da nossa solidariedade.

Esta posição, entretanto, não nos vincula a qualquer responsabilidade pelo que se publica em “Maquis”, nem mesmo à concordância com todos os conceitos e julgamentos emitidos pela referida revista que, em próximos dias, voltará a se imprimir na sua apresentação costumeira, em outras oficinas.³⁹⁵

A nota evocou veladamente a liberdade de imprensa como razão para o jornal continuar imprimindo *Maquis*, afinal, ela ponderou que faria o mesmo por “qualquer publicação”. Apesar de afirmar a sua solidariedade, a nota sinalizou o caráter temporário de seu auxílio e pontuou a sua divergência em relação a *Maquis*.

No dia 24 de abril, o jornalista Hélio Fernandes escreveu na *Revista da Semana* que Amaral Netto e Lacerda tiveram uma reunião no dia 13 daquele mês. Fernandes conhecia

³⁹³ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A inauguração da vergonha. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, fev. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/565> Acesso em: 24/11/2023.

³⁹⁴ Oficiais procuram a Câmara para apoiar o processo contra Lacerda. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 1 e 12, 12 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/39708 Acesso em: 18/01/2023.

³⁹⁵ S.A. Editora Tribuna da Imprensa. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 11 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/34393 Acesso em: 18/01/2023.

ambos, pois ele também foi da equipe do *Tribuna da Imprensa*.³⁹⁶ Segundo ele: “o encontro se deu na casa de Carlos Lacerda e sabe-se que o líder udenista, pelo menos no momento acha que o “*Maquis*” deve moderar sua linguagem, mesmo que não mude de rumo. A propósito: o sr. Amaral Netto disputa uma vaga na chapa de deputado da UDN”.³⁹⁷ Portanto, poucos dias depois do *Tribuna da Imprensa* publicar a nota supracitada, teria ocorrido o encontro entre os dois. Na edição de *Maquis* posterior a esses eventos, Amaral Netto não comentou a nota nem contestou as notícias sobre a reunião.

Assim, o cenário experimentado por Amaral Netto no primeiro semestre de 1957 parece ter sido consideravelmente desfavorável para ele. Em primeiro lugar, pelo seu inconformismo perante uma alegada ausência de consequências para as suas denúncias. A parcela do campo político, da qual ele esperaria apoio, se furtou de disparar a “arma” que ele lhe entregara. Em segundo lugar, a sua editora enfrentou a queda na circulação de *Maquis* entre o fim de 1956 e os primeiros meses de 1957. Em terceiro lugar, parece razoável supor que existiu um dissenso entre ele e Lacerda. As críticas dos periódicos a sua revista e as notícias sobre a reunião com Lacerda reforçam essa percepção.

Apesar disso, Amaral Netto e *Maquis* se engajaram na defesa do mandato de deputado de Lacerda. Este, naquele período, conviveu com a ameaça de ter o seu mandato cassado e, conseqüentemente, de ser processado pela Justiça Militar por violação da Lei de Segurança Nacional (LSN). O motivo disso foi o de que Lacerda tinha divulgado um telegrama secreto do Ministério das Relações Exteriores e, assim, ele teria possibilitado a decifração de um código.³⁹⁸

A manchete de capa da edição nº 24 reproduziu uma fotografia de Lacerda ladeada pela frase, em caixa alta, de que “este homem precisa ir para cadeia”. Tratava-se de uma ironia que dependia da leitura do editorial para ser percebida. Amaral Netto tentou demonstrar como pensariam os adversários de Lacerda, ou seja, aqueles que seriam favoráveis à cassação do seu mandato e do seu subsequente enquadramento como réu:

Por isto, este homem precisa ir para cadeia. E já.

Do contrário, o povo acabará acreditando e, de qualquer maneira, aceitando as provas que apresenta; ouvindo a sua voz e se reunindo em torno dele para, como um só homem, esmagar o governo e, num equívoco terrível e fatal, num equívoco pior que os de 29 de outubro e 24 de agosto, colocar na cadeia o governo e seus amigos.

Não. Isto não pode acontecer. Seria o fim. O fim do que ele, o agitador, chama de bandalheira; o fim do que todos, equivocados, apelidam de contrabando, suborno, corrupção, demagogia e exploração dos fracos pelos fortes.

³⁹⁶ FILHO, Murilo Melo. *Testemunho Político*. Op. Cit. 1999, p. 119.

³⁹⁷ FERNANDES, Hélio. Fatos e Rumores. In: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, p. 55, 24 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/025909_05/22722 Acesso em: 12/01/2023.

³⁹⁸ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992, p. 265.

Seria o fim, o ponto final desses homens que não se acanham; que não roubam; que não se corrompem; que não exploram; que não se deixam subornar; que não contrabandeiam; que não traem; que não fazem nada de menos honesto.

Este homem precisa ir para a cadeia. [...].

O povo que se dane! E já se dana tarde, esse povo que tem a mania de apoiar agitador dessa espécie; esse povo que calunia o governo; explora os tubarões pagando barato as mercadorias que compra; vive à custa dos grandes capitalistas e dos donos de trustes, ganhando elevados salários, com direito a férias, indenização e quase levando à falência comerciantes, industriais e banqueiros honestos como Galdeano, Matarazzo, Jafet e tantos outros.

Que se dane o povo! Esse povo que não compreende que é preciso entregar o petróleo aos trustes internacionais; que não concorda em entregar aos trustes para que os nossos honestos governantes possam resolver seus pequenos problemas.³⁹⁹

Lacerda seria o defensor do povo subjugado por uma suposta aliança entre o poder político (governo) e o poder econômico (a elite capitalista, nacional ou estrangeira). Essa narrativa sugeriu uma confluência entre tais forças contra Lacerda para o silenciar. Amaral Netto também participou de eventos públicos nos quais Lacerda buscou angariar apoio social para a sua causa, i.e., a preservação do seu mandato.⁴⁰⁰

As edições de *Maquis* de abril exploraram a ideia de que ela e Lacerda eram vítimas de um mesmo processo de silenciamento que viabilizaria “um terceiro retorno do general Lott” – algum tipo de intervenção militar. Segundo uma nota editorial não assinada, o governo JK “prenhe de escândalos e vulnerável de impunidades, não resistirá à ofensiva da liderança de Lacerda na Câmara e à campanha de provas que o *Maquis* vem fazendo sobre os roubos do sindicato”.⁴⁰¹

Logo, a revista sustentou um cenário de consenso, na contramão das notícias que sinalizaram o dissenso entre eles. Lacerda na política e *Maquis* no jornalismo batalhariam contra o governo. Não existiria uma ruptura mas, sim, uma união. Convém não esquecer que, nesse contexto, *Maquis* dependia do *Tribuna da Imprensa* para imprimir suas edições. É possível supor que a perda desse meio de produção poderia significar um hiato (ou o fim) da circulação de *Maquis*. Quando esta foi fundada, ela evocou a memória de luta de Lacerda contra Vargas e contra a eleição de JK. Admitir publicamente uma fratura na relação com Lacerda significaria arriscar perder uma identidade construída sobre essa memória.⁴⁰²

³⁹⁹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Este homem precisa ir para a cadeia. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4-5, maio 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/820> Acesso em: 18/01/2023.

⁴⁰⁰ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992. P. 269.

⁴⁰¹ Advertência. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 5, abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/723> Acesso em: 18/01/2023.

⁴⁰² “Toda organização política, por exemplo – sindicato, partido etc. – veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo

A Câmara negou o pedido para processar Lacerda. Após esse desfecho, Lacerda discursou na Câmara no dia 16 de maio. O deputado afirmou que o seu partido estaria aberto ao “diálogo democrático construtivo” com o governo.⁴⁰³ Por seu turno, Amaral Netto escreveu que a luta deveria prosseguir. Na sua opinião, “o 16 de maio” não poderia se tornar “um novo 24 de agosto”:

Para pacificar é preciso primeiro limpar. [...].

Pois é lógico que, se pela perseguição, pelas ameaças, pelo suborno, até mesmo pela tocha, não se conseguiu fazer calar a maior voz da Oposição, é lógico que se lance mão agora – agora que foram derrotados os fariseus – de uma falsa pacificação, uma pacificação que, no charco, reunindo o lírio e o lodo, venha a estreitar cordiais relações entre a Verdade e a mentira; entre os bandidos e os austeros; entre os ladrões e os honestos.

Reconhecemos o fato consumado. Não podemos voltar-nos contra ele, sem sermos batizados de loucos. O governo que aí está, de qualquer forma, é o governo. Por isso, para minorar os sofrimentos do povo; para impedir que o crime vá mais longe ainda; para defender as nossas riquezas, achamos que a Oposição deve aprovar todas as medidas verdadeiramente boas que até mesmo essa gente é obrigada a pleitear, vez por outra. [...].

Mas nunca, em hipótese alguma, podemos deixar de exigir a punição dos criminosos, criminosos que foram e continuam sendo. Não é preciso ter ódio para isso. O que é preciso é ter vergonha.

A vitória de Carlos Lacerda foi uma vitória dos homens de bem. Foi uma vitória da dignidade e da liberdade. Foi uma vitória que redimiu o Parlamento de muitas das suas capitulações. Foi a vitória da própria democracia.

Não vamos, no entanto, transforma-la em um novo 24 de Agosto. Pelo amor de Deus, não permitamos que, mais uma vez, se consinta, de boa-fé, por omissão ou por falta de espírito de luta, que uma vitória tão grande, tão magnífica, tão reconfortante, se transforme numa derrota abúlica, rasteira e que, sem dúvida, poderá liquidar de uma vez por todas as últimas esperanças de redenção do povo brasileiro.⁴⁰⁴

A ambiguidade de Amaral Netto torna incerto afirmar se ele estava contestando ou não o discurso de Lacerda. Por um lado, ele aquiesceu perante a conjectura de que o governo e a oposição pudessem interagir em prol de uma abstração, a saber, a de instituir o que fosse benéfico para a sociedade. Por outro, ao indicar o seu temor de que isso pudesse significar uma espécie de derrota da oposição, ele refirmou o seu pensamento de que a pacificação seria inviável enquanto “criminosos” estivessem no poder. Em meio a isso, ao menos existia um espaço para a sua ideia de persecução do conflito político, a razão de ser do polemismo e do denunciamento de *Maquis*.

na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, p. 03-15, 1989, p. 8.

⁴⁰³ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992, p. 284.

⁴⁰⁴ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Pacificação com o sindicato, não! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4, maio 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/868> Acesso em: 18/01/2023.

Ainda em 1957, Juraci Magalhães foi eleito presidente da UDN. Magalhães defendeu que era preciso uma política “menos intransigente” e, ao mesmo tempo, de “maior alcance popular”, conhecida como realismo. Na prática, isso se configurou na realização das “Caravanas da Liberdade” – comícios da UDN, especialmente nas regiões interioranas – e nos acordos interpartidários firmados para a eleição de 1958. O objetivo do realismo era o de estimular o crescimento da UDN. Porém, isso não significa dizer que a UDN abandonou a sua característica de oposição política ao governo JK.⁴⁰⁵

Em agosto, *Maquis* transcreveu um artigo de Gustavo Corção, originalmente publicado no *Diário de Notícias*. Corção avaliou que o realismo da oposição seria uma explicação para a sua “indiferença” em relação às denúncias de *Maquis*.⁴⁰⁶ Nessa edição, Amaral Netto lamentou que “nem uma palavra os homens que combatem o governo disseram para forçar os reptados a se defenderem das graves acusações registradas”. Ele advogou que elas conformariam uma “arma excelente” para a oposição “cobrar a este governo as explicações que ele precisa dar ao povo”. No fim, ele afirmou ser a favor da manutenção da democracia e que isso o levaria a lutar contra os que a “desmoralizam”.⁴⁰⁷

Amaral Netto participou ativamente das Caravanas da Liberdade. Ele dividiu palanques com Lacerda, Magalhães, Baleeiro e outros udenistas. Era comum ele ser um dos oradores. As Caravanas possibilitaram a ele ter um novo espaço de propaganda, tanto para difundir as suas críticas como para divulgar *Maquis*. Esta enviou algum dos seus redatores para cobrir tais eventos. Em um desses casos, no Paraná, *Maquis* estampou uma fotografia de uma faixa com a frase “o povo de Astorga saúda a revista MAQUIS na pessoa do destemido Amaral Netto”.⁴⁰⁸ Isso indica como a relação dele com a UDN foi cambiante nesse contexto. Ela parece ter conformatado em si a acomodação, o dissenso, a sintonia, a expectativa e a decepção.

Em fins de 1957, segundo uma reportagem de *Maquis*, a ideia de pacificação política ressurgira. Ela afirmou que José Magalhães Pinto, o então presidente do diretório da UDN de Minas Gerais, foi o responsável por isso. Contudo, a ideia teria sido refutada por Juraci

⁴⁰⁵ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Op. Cit. 1981, p. 105.

⁴⁰⁶ CORÇÃO, Gustavo. Antíteses. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 9, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1165> Acesso em: 24/11/2023.

⁴⁰⁷ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A nossa linha em poucas palavras. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1203> Acesso em: 18/01/2023.

⁴⁰⁸ LEMOS, Carlos. Caravana da Liberdade visitou a “cova da onça”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 34-42, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1028> Acesso em: 18/01/2023.

Magalhães e Lacerda.⁴⁰⁹ Na mesma edição, há um editorial não assinado que reafirmou a posição que Amaral Netto já tinha estabelecido:

MAQUIS já deixou bem claro que é uma revista absolutamente apartidária. Temos repetido, nestas colunas e em comícios da Caravana da Liberdade, através do nosso diretor, que a cobertura dada à UDN se deve, única e exclusivamente, a ser esse partido, entre os maiores, o que congrega a maior percentagem dos homens de bem e de patriotismo.

A UDN tem merecido o apoio de MAQUIS, apoio que estendemos, sempre que há ocasião, ao Partido Democrata Cristão, ao Partido Libertador e, até mesmo, ao Partido Socialista [Brasileiro].

No entanto, e por isso mesmo, temos, em várias ocasiões, externado o nosso ponto de vista sobre alguns homens tidos como líderes da União Democrática Nacional e que, em absoluto, não merecem nem o nosso apoio nem a nossa confiança.

Sem confundir ou misturar esses homens no mesmo cadinho da crítica de MAQUIS, separamo-los em duas categorias: uma a dos José Cândido Ferraz, outra a dos Magalhães Pinto.

Quer dizer: nada temos a censurar na vida pública do sr. Magalhães Pinto no que diz respeito à conduta pessoal em matéria de bens coletivos. Mas, o mesmo não sucede com o sr. José Cândido Ferraz, que consideramos, simplesmente, um negociista.⁴¹⁰

Maquis se autoafirmou como independente da UDN de dois modos. O primeiro deles condicionou o apoio ao partido aos atributos apontados nos udenistas. O segundo deles englobou outros partidos como merecedores do seu apoio, mas sem se deter acerca de quais eram as suas razões para isso.

Ainda em dezembro, Amaral Netto sugeriu que um empréstimo concedido pelo Congresso ao governo JK seria utilizado para viabilizar as eleições de aliados do governo, algo que faria o pleito de 1958 ser “talvez ainda mais” corrompido do que o anterior. Segundo ele, nas Caravanas da Liberdade, era comum ele ouvir a pergunta “mas o que eles vão fazer com tanto dinheiro?”.⁴¹¹ Nesse sentido, ele pareceu duvidar de que, de fato, o realismo traria resultados. Seja como for, Amaral Netto desempenhou o papel de cabo eleitoral da UDN. *Maquis* publicou algumas reportagens sobre candidatos, como no caso de Adauto Cardoso (UDN). Essas reportagens representaram tais candidatos como homens probos e trabalhadores que não se valeriam da máquina estatal.⁴¹²

Assim, por um lado, o período de campanha foi aquele do discurso do voto “consciente”, ou seja, em determinados candidatos, como meio para o aprimoramento do país. Por outro lado,

⁴⁰⁹ Clandestinidade para melhor negociar o Brasil. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 8-9, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1548> Acesso em: 24/11/2023.

⁴¹⁰ Os udenistas da “pacificação”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 10, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1551> Acesso em: 24/11/2023.

⁴¹¹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Mais Cr\$ 30 bilhões para a quadrilha do Catete. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 11, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1503> Acesso em: 18/01/2023.

⁴¹² Adauto Cardoso explica a Maquis porque é candidato à reeleição. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 6-7, 27 set. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2936> Acesso em: 18/01/2023.

para Amaral Netto, as coligações partidárias da UDN representaram um temor. Ainda em fevereiro de 1958, ele pediu que Magalhães não celebrasse um acordo nacional com o PSP. Amaral Netto definiu o seu texto como uma carta aberta ao presidente da UDN. Nesse texto, ele se mostrou muito menos belicoso e se apresentou como um amigo de Magalhães. A sua preocupação seria a de que a imagem moralista da UDN fosse destruída pela estratégia de aliança com o PSP:

Meu caro Senador Juracy Magalhães.

Respeito e admiro a sua capacidade de luta. As restrições que faço à sua conduta política são restrições de ordem pessoal. Restrições que, talvez, só existam porque sou, de fato, um apaixonado, embora humilde, lutador na trincheira comum.

Pode até parecer uma impertinência, um homem tão pequeno como eu se atrever a dirigir esta carta aberta a quem, como o senhor, atingiu ponto tão elevado da carreira política. No entanto, minha modesta missão de diretor de um órgão de oposição me obriga a lhe falar assim como estou falando, de público, porque público é o assunto de que vou tratar, como públicos devem ser os assuntos de interesse do povo. [...].

Com que palavras poderá o senhor convencer os bem intencionados das vantagens que trarão à União Democrática Nacional acordos dessa ordem? Adhemar de Barros é um peculatório que nem sequer possui a classe de um Juscelino. É um peculatório cafajeste, o homem do “rouba mas faz”. É verdade que ele tem votos. E muitos. Justamente por isso. Porque roubou tanto que pode, com o produto do roubo, apesar do seu primarismo e da sua completa falta de compostura, comprar uma vasta máquina eleitoral que se estende por todo o país.

Tenho viajado com o senhor, senador Juracy. [...]. Sei que seu maior objetivo é colocar a União Democrática Nacional no Poder. E o caro amigo estaria errado se não pensasse assim.

O Poder para um Juracy Magalhães não é um fim – não pode ser um fim. O Poder para o senhor é um meio pelo qual deseja dar a este povo uma vida melhor num ambiente moralizado em que – é o senhor que não se cansa de afirmar – os ladrões não andem pelas ruas ombro a ombro com os homens de bem, mas, finalmente, cheguem à cadeia que é o seu lugar.⁴¹³

Na sequência, Amaral Netto definiu uma fronteira, ou um limite, do que seria aceitável na questão da aliança. Ele afirmou não se opor aos acordos em níveis municipal e estadual, tendo em vista que as forças partidárias variavam em cada caso. Em âmbito nacional, porém, não deveria existir a aliança UDN-PSP.⁴¹⁴

É justo pensar que Amaral Netto compreendeu que essa possibilidade poderia reverberar nele e em *Maquis*. Afinal, ele foi um dos que se engajou nas Caravanas da Liberdade e que usou *Maquis* para difundir algumas candidaturas de udenistas e de seus aliados. Todavia, o seu protesto não encontrou eco. Em março, *Maquis* publicou uma reportagem crítica à postura da UDN em seus acordos. Por seu turno, Amaral Netto conclamou a oposição a “externar” no

⁴¹³ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Com ladrão, não! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 7-8, fev. 1958. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1735> Acesso em: 18/01/2023.

⁴¹⁴ Idem.

parlamento a sua “revolta” diante da aproximação da prescrição do processo que Lott moveu contra ele (“caso Muray”).⁴¹⁵

A referida reportagem sobre o realismo afirmou que os “realistas” pretendiam levar a UDN até “às últimas consequências” – ou um acordo com Goulart ou um com o PSP – para alcançar o poder em 1960. Para tanto, os “realistas” teriam promovido a “neutralização” de bacheleiros udenistas como Adauto Cardoso e Herbert Levy.⁴¹⁶ Ao lado dessa reportagem, *Maquis* publicou um editorial sob a assinatura de sua “direção”:

Não somos partido político e, muito menos, órgão de organização partidária. Nossa posição, nesse caso, obedece à própria orientação da revista. Uma orientação nascida no dia em que ela apareceu e que não se modificou um milímetro até hoje. [...].

Maquis nada pode fazer além do que fez. Tornar público o que consideramos erro da direção udenista, era uma obrigação. Insistir, numa campanha que poderia ser interpretada como de “destruição da UDN”, é impossível e até mesmo criminoso de nossa parte.

São tão poucas as esperanças que restam ao Brasil – e a UDN é uma delas – que, mesmo com todos os seus erros e seus pecados, não é lícito a ninguém, de boa-fé, fazer campanha sistemática para destruir o maior partido de oposição, ou mesmo levar a descrença total e definitiva a uma grande parcela do seu eleitorado.

Nossa posição está definida. Fixada. Somos absoluta e totalmente contrários à posição assumida pela direção udenista. Mas não podemos, nesta fase da vida brasileira, deixar de apoiar – como sempre apoiamos – os homens de bem da UDN que, nela, a começar pelo seu próprio presidente, apesar de dele discordarmos, constituem maioria.

O tempo dirá quem tem razão. Mas, muito mais que o tempo, o povo dirá quem tem razão nesse lamentável episódio da luta pela moralidade pública do Brasil.⁴¹⁷

Pode-se vislumbrar, em alguma medida, o ressentimento e o constrangimento de *Maquis* e de Amaral Netto. Ao tratar como finalizada a sua campanha contra o realismo, a revista deu a ver até onde iria a sua própria conduta. Afinal, se o PSP fosse o que ela afirmou ser, como ela poderia se furtar de combater a aproximação da UDN com tal partido? Ao abandonar a luta, *Maquis* evidenciou o seu pragmatismo político, baseado na percepção de que a UDN seria prejudicada caso *Maquis* continuasse atacando o realismo.

A posição contrária ao acordo UDN-PSP era a mesma do PL e a dos udenistas Adauto Cardoso e Hamilton Nogueira. Mas destoava da de Lacerda que, inicialmente, tinha apoiado o acordo. Lacerda abandonou essa posição quando o PSP se aliou ao PTB na disputa pelo governo

⁴¹⁵ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. As máquinas de Murray desabam sobre a cabeça de Lott. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38-45, mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1816> Acesso em: 24/11/2023.

⁴¹⁶ Ademar + UDN = Catete em 1960. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4-6, mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1782> Acesso em: 19/01/2023.

⁴¹⁷ *Maquis* e a “operação”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 7, mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1785> Acesso em: 19/01/2023.

de São Paulo.⁴¹⁸ De todo modo, no período de campanha, a direção nacional da UDN aprovou todos os acordos interpartidários propostos pelos seus diretórios locais.⁴¹⁹

Amaral Netto também se referiu ao Estado do Rio na carta para Magalhães. Lá, a UDN se uniu ao PTB em torno de Roberto da Silveira (PTB) para tentar derrotar Ernâni do Amaral Peixoto (PSD). Para Amaral Netto, tanto um quanto o outro não valeriam “nada”. A “conveniência política” e a “situação local” decidiriam qual deles seria o “menos pior”.⁴²⁰ Contudo, o caso do Estado do Rio provocou uma crise interna na UDN, notadamente pela oposição de Lacerda ao acordo. Por isso, Amaral Netto conclamou o brigadeiro Eduardo Gomes a assumir o comando da UDN. Após se apresentar como alguém que não era “brigadeirista”, ele pediu que o militar fizesse mais um “sacrifício de lutar” e evitasse o “esfacelamento” da UDN.⁴²¹ Esse editorial foi a manchete da edição:

Imagem nº 7



Brigadeiro, assumo o comando! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2307> Acesso em: 24/11/2023.

A situação no Estado do Rio trouxe perdas e ganhos para as redes de sociabilidade de Amaral Netto. A sua manifestação o colocou na mesma posição de Lacerda, de Herbert Levy e de José Eduardo do Prado Kelly.⁴²² Por outro lado, ela o tornou um alvo de críticas oriundas de Mário Guimarães (UDN) e de Raimundo Bandeira Vaughan (PDC). Ambos foram próximos

⁴¹⁸ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992, p. 292-294.

⁴¹⁹ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Op. Cit. 1981, p. 105-106.

⁴²⁰ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Com ladrão, não! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 7-8, fev. 1958. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1735> Acesso em: 18/01/2023.

⁴²¹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Brigadeiro, assumo o comando! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 15, 28 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2321> Acesso em: 19/01/2023.

⁴²² DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992, p. 293-294.

de Amaral Netto. Porém, eles enviaram cartas para Amaral Netto nas quais discordaram do posicionamento do diretor de *Maquis*.

Guimarães apoiou a revista *Maquis* em, ao menos, três momentos. Quando do episódio da sua apreensão, ele auxiliou Amaral Netto a recuperar a tiragem retida pelo DFSP.⁴²³ No ano seguinte, por meio de uma coluna publicada no jornal *Luta Democrática*, Guimarães avaliou que o governo JK tinha alguma responsabilidade no caso do cancelamento do contrato de impressão de *Maquis* com a gráfica *O Mundo*. Indo além, ele classificou tal episódio como um “atentado à democracia”.⁴²⁴ E, como dito anteriormente neste capítulo, Guimarães foi um dos parlamentares que endossou o requerimento de informações, endereçado ao general Lott, sobre o “caso Murray”. A carta de Guimarães foi a seguinte:

Acabo de ler a reportagem de Maquis sobre a sucessão fluminense.
Agradeço a V. haver se lembrado que fui “um bravo, um grande lutador”, que “Maquis contou com o apoio de Mário Guimarães em várias ocasiões” e, finalmente, que sou “um homem que não naufragou no oceano do uísque a meio dólar”.
Mas, lamento que todo esse passado de luta não o tivesse levado a ouvir-me antes de me agredir, como o fez na aludida reportagem.
Sei que a necessidade de ampliar a venda avulsa da sua revista é fundamental para V. Nunca pensei, entretanto, que esse aspecto material do problema, superasse o dever moral de não julgar mal um homem digno, sem assegurar, primeiro, o direito de defesa.
Estou suportando, com paciência, todas essas injustiças, atendendo a apelos e porque não quero ser responsabilizado pela desmoralização de certos ídolos de barro desta democracia de fachada.
Oportunamente, porém, V. e a nação inteira conhecerão a verdade, toda a verdade, sobre os fatos tão deturpados, que cercam a deliberação dos udenistas fluminenses.
Creia-me, apesar de tudo, admirador de sua bravura cívica.⁴²⁵

Ao lado da reprodução da carta (datilografada em papel timbrado da Câmara), a revista publicou um comentário de sua direção (em formato de legenda). Inicialmente, *Maquis* refutou a alegação de Guimarães de que a sua campanha contra o diretório da UDN fluminense fosse motivada pela necessidade de aumentar a sua vendagem. Depois, ela instigou Guimarães a revelar imediatamente a “verdade”, sobre a qual a revista se reservaria o direito de “constatação e contestação”.⁴²⁶

⁴²³ A batalha na justiça terminou com o general caindo ao amanhecer. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 37, set 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/179> Acesso em: 01/02/2023.

⁴²⁴ GUIMARÃES, Mário. O poder econômico. In: *Luta Democrática*, Estado do Rio, p. 3, 08 abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030678/8133> Acesso em: 01/02/2023.

⁴²⁵ Uma carta do deputado Mário Guimarães. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 28 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2309> Acesso em: 01/02/2023.

⁴²⁶ Uma carta do deputado Mário Guimarães. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 28 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2309> Acesso em: 01/02/2023.

Na edição seguinte foi a vez de Vaughan. Como foi demonstrado, Vaughan foi um dos membros da Comissão Diretora do Clube da Lanterna, junto de Amaral Netto e outros personagens. A sua carta foi estampada na reportagem intitulada “Continua a corrupção no Estado do Rio” e mereceu o epíteto de “sem comentários”:

Amaral Netto,

Com a honra da reprodução de notícia de jornal no *Maquis*, e meu nome, presidente do PDC, no jantar do Ingá, ao lado de Jango, Miguel Roberto, Brígido, do PSB, cumpre-me apenas dizer que Paulo Araújo não estava.

Se isso foi novidade para você, adianto ainda mais: a 1º de maio último, ACONTECEU de ter sido eu, como presidente regional do PDC, um dos oradores no grande comício de Volta Redonda, ao lado de João Goulart e Roberto da Silveira. Após, também tive a oportunidade e prazer de jantar com o vice-presidente e o candidato Roberto Silveira, cuja FALHA única até aqui apontada é ser tão moço como o bravo diretor de *Maquis*.

O PDC fluminense há mais de um ano apoia a candidatura Roberto Silveira, consagrado por unanimidade em nossa Convenção pelo voto de seus convencionais fluminenses. Esta, a nossa conduta firme e coerente.

Estranho somente a miopia de uma campanha... pró amaralismo no Estado do Rio, quase sob inspiração de nosso embaixador em Washington.⁴²⁷

Mais uma vez, a estratégia de *Maquis* foi a de replicar o seu antagonista através de uma nota da direção. A revista optou por republicar alguns trechos do manifesto do Clube da Lanterna que gerou a investigação policial de 1955. No primeiro parágrafo, *Maquis* destacou que Vaughan foi um dos que assinou tal documento.⁴²⁸

Obviamente, a revista tentou desqualificar Vaughan ao sinalizar o que seria a sua contradição política. O que chama a atenção, em ambos os casos, é a decisão de replicar tais cartas por meio de comentários anônimos. Por outras palavras, esse estilo parece sugerir a discordância não só de Amaral Netto, como de toda a equipe de *Maquis*; seria o ator institucional que se insurgia contra o acordo UDN-PTB no Estado do Rio.

Em agosto, sem citar a UDN, Amaral Netto apontou o seu pessimismo acerca do que ele disse estar acontecendo no campo político:

As acomodações, os acordos, o excesso de realismo em alguns casos, a incapacidade, também em certos momentos, de fazer oposição, fizeram murchar o entusiasmo do povo em torno de uma revolução que, iniciada a 24 de agosto, praticamente se apagou, morreu, restando dela apenas cinzas e algumas brasas teimosas que ainda poderão reacender o fogo.

⁴²⁷ Continua a corrupção no Estado do Rio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28, 05 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2382> Acesso em: 01/02/2023.

⁴²⁸ Idem.

Maquis foi tido como violento. E continua a ser assim. No entanto, dentro deste marasmo de hoje, algumas vozes se elevam com mais violência mesmo que a nossa, dizendo o que sentem até mesmo com palavras mais duras e fortes que as nossas.⁴²⁹

Amaral Netto ainda se esforçava para demonstrar que a linguagem de *Maquis* não era algo anormal. Nesse caso, ele a comparou com os conteúdos das missivas dos generais Ivano Gomes e Hugo Silva para Lott (o que teria causado a prisão de ambos).⁴³⁰

Apesar do seu aparente desânimo, no despoitar de outubro de 1958, Amaral Netto escreveu sobre a importância de não se “votar mal” para que fosse possível evitar um futuro de “panorama imprevisível”. Para ele, as eleições para senador (Distrito Federal) e para dois governos estaduais (São Paulo e Rio Grande do Sul) seriam as “partidas decisivas”. Nesse escopo, Amaral Netto indicou voto nos seguintes candidatos: Afonso Arinos (UDN), Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (PTN-PSB) e Walter Perachi Barcelos (PSD-UDN-PL). Eles, se eleitos, significariam “o início do desbravamento do caminho que permitirá aos brasileiros antepor ao comunismo e ao negociismo [sic] uma barreira intransponível”.⁴³¹

À revelia dessa e das outras escaramuças com o realismo, o jornalista pediu uma “votação consagrada” para Juraci Magalhães, na Bahia. Ele indicou o seu apoio para outros diversos udenistas, como Aliomar Baleeiro, Adauto Cardoso, Lacerda, Herbert Levy e Raimundo Padilha. Entretanto, Amaral Netto ressaltou que circularia uma espécie de boato de que diretórios da UDN tinham alianças com comunistas. Em função disso, ele advogou que os leitores não deveriam votar na UDN caso “isto” fosse “verdade” – “seja qual for o partido que esteja funcionando em comum acordo com os bolchevistas, sua obrigação, nossa obrigação, a obrigação de todos é votar contra esse partido”.⁴³²

Transcorrido o período da campanha eleitoral, que foi atravessado pelo dissenso entre Amaral Netto e a UDN, o jornalista analisou positivamente o resultado da eleição. Entre os nomes listados acima, apenas fracassaram Barcelos e Moura, ambos preteridos pelos candidatos do PTB. Ainda em outubro de 1958, ele fez um tipo de autocrítica sobre a sua percepção do que seria o caminho para reformar o país:

⁴²⁹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Por enquanto. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 11, 02 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2557> Acesso em: 19/01/2023.

⁴³⁰ Perfil do Ministro da Guerra feito por dois generais. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 22-23 e 47, 19 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2472> Acesso em: 19/01/2023.

⁴³¹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Você tem um encontro com o Brasil a 3 de outubro. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 03, 04 out. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2981> Acesso em: 19/01/2023.

⁴³² Idem.

[...] mas, hoje, compreendemos que a reforma não pode ser repentina. Tem que ser lenta, num movimento de depuração que se estende por várias eleições como em todos os processos de purificação.

Só o que aconteceu nas eleições paulistas, mineiras, baianas e cariocas seria suficiente para devolver a fé aos mais descrentes e pessimistas. A estrondosa vitória de Carvalho Pinto e do padre Calazans, assim como os progressos sensíveis da UDN e principalmente do Partido Democrata Cristão em São Paulo; a derrota fragorosa do petebismo no Rio com a consagração de Arinos e de Lacerda e a quadruplicação dos votos desse bravo Adauto Cardoso [...].

Nós, que tão pouco acreditávamos nestas eleições de 3 de outubro, somos forçados a dar a mão à palmatória e afirmar que valeu a pena fazer o pouco que fizemos ao mesmo tempo em que nos penitenciamos de não ter feito mais, muito mais para ajudar o povo na sua caminhada em direção a um destino melhor.⁴³³

No fim desse editorial, Amaral Netto apregoou que, para a eleição de 1960, a escolha do candidato deveria ocorrer “acima dos interesses e das vaidades pessoais” para que fosse possível eleger um “governo honesto”. A partir dessa autocrítica, parece lógico que Amaral Netto tinha atribuído uma força eleitoral considerável ao realismo da UDN. Nesse sentido, ele traçou um horizonte próximo em que o partido finalmente seria capaz de alcançar o poder. Talvez em um paradoxo apenas aparente, essa expectativa o fez defender uma espécie de diálogo cordial intrapartidário visando a campanha de 1960. Percebe-se como isso se distingue das posições intransigentes que ele publicou até então.

3.3.2. A eleição de 1960 e o governo Quadros: a esperança de revanche

Não tardou, porém, para essa sua calma ceder espaço para a sua rotina impetuosidade. Em março de 1959, depois de um hiato de cerca de um mês e meio, Amaral Netto assinou um editorial enigmático:

Imagem nº: 8



Jânio, tu é o maior! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, 14 mar. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4051> Acesso em: 24/01/2023.

⁴³³ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A esplêndida vitória de 3 de outubro. In: *Maquis*, Rio de Janeiro., p. 25, 18 de outubro de 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3095> Acesso em: 19/01/2023.

No editorial, ele comentou que Quadros fazia aquilo que nenhum político poderia fazer – intercambiava encontros com políticos ou jornalistas da situação ou da oposição. Quadros teria visitado, no mesmo dia, o *Tribuna da Imprensa* (Lacerda) e o *Última Hora* (Wainer); ele manteria conversações com Juraci Magalhães e com Lott; e, ao seu redor, teria se constituído um “estado-maior” de personalidades que “ainda há três meses se olhavam uns aos outros com maus olhos”. Amaral Netto ironizou tanto a ausência de crítica quanto o comportamento de Quadros. Ele pontuou que Quadros teria atingido uma posição, no campo da política, que nem mesmo Vargas teria alcançado e que ninguém a contestaria. Nesse sentido, ele zombou que Quadros, “o farsante de ontem”, tinha sido “transformado em deus onipotente da política nacional” como que em um truque de mágica. Em meio a isso, Amaral Netto afirmou que não fugiria “à regra” e conclamou que Quadros era “o maior”.⁴³⁴ A sua ironia se sobrepôs aos sentimentos de admiração e de medo diante das possíveis consequências desse dito nível de liberdade (ou capital político) atribuídos a Quadros.

Os contextos anterior e posterior à publicação do editorial são relevantes. Em fevereiro, portanto cerca de um mês antes, Lacerda havia se posicionado publicamente a favor de que a UDN apoiasse Quadros na campanha presidencial de 1960. Nesse mesmo mês, alguns próceres udenistas (Lacerda, Baleeiro, Cardoso, Juraci Magalhães e Antônio Carlos Magalhães) participaram de uma reunião para discutir esse assunto.⁴³⁵ Em 20 de março de 1959 teve início a Convenção Nacional da UDN. Nela, Lacerda novamente defendeu o nome de Quadros, mas foi contestado por Baleeiro (que era a favor de lançar Magalhães à presidência).⁴³⁶

Cerca de três meses depois, ainda sob o impasse, Amaral Netto publicou um editorial reflexivo. Nele, o jornalista se prestou a responder a duas perguntas que o apresentador Flávio Cavalcanti pretendia fazer a ele na sua projetada entrevista para o *Noite de Gala*. A primeira delas questionou se ele faria *Maquis* novamente, se pudesse voltar no tempo. A outra interrogou se era “verdade que você [Amaral Netto] e Carlos Lacerda não andam lá muito bem um com o outro”.⁴³⁷ Na resposta a segunda pergunta, Amaral Netto mobilizou argumentos similares usados no editorial sobre Quadros:

⁴³⁴ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. “Jânio tu é o maior!”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro., p. 16-17, 14 mar. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4066> Acesso em: 19/01/2023.

⁴³⁵ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992, p. 315-316.

⁴³⁶ “Aliomar Baleeiro (que, embora da ‘Banda da Música’, tornara-se um virtual adversário de Lacerda) lidera a campanha pró-Juraci, com apoio do grupo nordestino, para quem Jânio Quadros, por não pertencer a nenhum partido, ‘não passava de uma bailarina política, à qual não deveria ser entregue a cabeça de João Batista’”. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Op. Cit. 1981, p. 108.

⁴³⁷ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A história do Maquis Clandestino. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20, 20 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4628> Acesso em: 24/01/2023.

Divergências existem. Sempre existiram. E não poderia ser de outra maneira quando se trata de duas pessoas que pensam por suas próprias cabeças e têm seus pontos de vista e sua orientação para este ou aquele problema, para esta ou aquela situação. Tenho tomado posições que são contrárias às de Carlos Lacerda em vários momentos. Só estão eternamente de acordo, só não divergem, os autômatos, os bajuladores, os despersonalizados, os que transformam os homens em divindades infalíveis. [...]. Daí a minha resposta a Flávio Cavalcanti ser em parte positiva. Em verdade nem sempre e muitas vezes não estou de acordo com Carlos Lacerda. Justamente porque lutamos há dez anos contra o caudilhismo; contra o messianismo e contra a infalibilidade dos homens. E quando se luta contra tudo isso não é para acabar com isso em relação aos outros, mas, em primeiro lugar, em relação a nós mesmos. Liderança é uma coisa; fanatismo e “chefes” são coisas outras, muito diferentes. Mesmo quando o objetivo é único e indivisível. Mesmo quando a meta que se procura atingir é uma só, não é possível evitar que os caminhos para atingi-la sejam, muitas vezes, diferentes. E como existem caminhos diferentes, existem, com muito maior razão, atalhos diversos. E estes se tomam a cada dia podendo mesmo parecer que cada um está para um lado quando na verdade, mesmo em desacordo total, do que se discorda não é o fim e sim os meios para atingi-lo.⁴³⁸

Amaral Netto sugeriu um agastamento com a ideia de ser visto socialmente apenas como uma espécie de seguidor de Lacerda, alguém que cumpre o que lhe é ordenado pelo líder. Apesar de ter reafirmado que ambos dividiam o mesmo objetivo, ele sinalizou que cada um o perseguia de um modo distinto. Nota-se o intuito de se autoafirmar como um personagem que participa de um campo de forma crítica, como um ator e não como um instrumento. De fato, Quadros não foi citado por ele. Mas, tendo em mente o seu editorial sobre Quadros, é possível entrever como ele mobilizou termos análogos (“deus onipotente” e “messianismo”, por exemplo) para minorar – ou para explicar – a razão de suas divergências com Lacerda. Se, em 1957, o dissenso foi em alguma medida mascarado ou relativizado, em 1959, Amaral Netto o admitiu. Antes era preciso ir além das páginas de *Maquis* para demonstrar como essa relação foi permeada por aproximações e distanciamentos, notadamente em torno do realismo udenista. A partir de 1959, percebem-se tais oscilações por meio da leitura de *Maquis*.

Parece significativo que isso tenha acontecido em 1959. Por um lado, a Editora Reforma já tinha se tornado uma empresa deficitária há algum tempo. Ao refletir sobre a sua trajetória como diretor dela, instigado pela outra pergunta de Cavalcanti, Amaral Netto comentou que “é natural que às vezes – algumas vezes pelo menos – quando me perguntam, ‘valeu a pena? Você faria outra vez?’, eu responda efetivamente angustiado: não sei”.⁴³⁹ Por outro lado, ao que parece, o jornalista tinha ampliado o seu leque de relações com personalidades dos campos da política e da imprensa. Além da dupla Medina-Cavalcanti do *Noite de Gala*, ele aparentemente

⁴³⁸ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Valeu a Pena? Não sei. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 18 jul. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4788> Acesso em: 24/01/2023.

⁴³⁹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Valeu a Pena? Não sei. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 18 jul. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4788> Acesso em: 24/01/2023.

se acercou de Magalhães Pinto, o sucessor de Juraci Magalhães na presidência da UDN. Em junho de 1959, pouco mais de um mês antes do editorial supracitado ser publicado, *Maquis* publicou uma reportagem em que ela afirmou que o seu diretor estabelecera uma espécie de acordo com Magalhães Pinto. Segundo ela, o jornalista tinha se comprometido a apoiar a candidatura do político para o governo de Minas; em contrapartida, ele lutaria para que Amaral Netto pudesse falar na televisão depois da sua frustrada tentativa de ser entrevistado no *Noite de Gala*.⁴⁴⁰

Nos jogos de forças internas da UDN, Magalhães Pinto foi, inicialmente, favorável ao lançamento da candidatura de Juraci Magalhães pelo partido. Segundo Dulles, o então presidente da UDN “irritou” Lacerda pela forma como conduziu as conversações do partido com Quadros.⁴⁴¹ Contudo, Benevides pontuou que Magalhães Pinto se “desvinculou” de Juraci Magalhães perante a “preferência crescente” do partido por Quadros.⁴⁴² Diante desse quebra-cabeças da e na UDN, Amaral Netto adotou uma posição conciliadora nos seus editoriais. Ele afirmou preferir Quadros como candidato udenista, porém ponderou que Juraci Magalhães tinha o “direito” de sugerir o seu nome ao partido. A capa da edição nº 121 foi taxativa:

Imagem nº 9



Jânio chegou. Mas Juraci tem razão. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, 03 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5209> Acesso em: 24/11/2023.

É interessante notar o estilo da capa. Ela contrastou as duas frases da manchete pelo uso, na que remeteu a Juraci Magalhães, da caixa alta. No editorial, Amaral Netto advogou que o

⁴⁴⁰ “Amaral Netto, só haverá Código de Ética se até você tiver liberdade de falar no rádio e na televisão”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-25, 13 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4588> Acesso em: 01/02/2023.

⁴⁴¹ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992, p. 326.

⁴⁴² BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Op. Cit. 1981, p. 109.

caminho ideal seria o da resolução pelo voto convencional. Desta vez, o jornalista abandonou os seus costumeiros subterfúgios ao escrever sobre Lacerda:

Nem tanto à terra, nem tanto ao mar. No caso Juraci x Lacerda, que até há bem pouco tempo não era um caso nem tinha um xis no meio mas sim um traço de união, está havendo exagero e – por que não dizer? – alguma injustiça.

Na nossa opinião, o deputado Carlos Lacerda foi com muita sede ao pote no que se refere à posição do governador da Bahia.

Achamos mesmo que o ex-líder da Oposição foi violento demais com Juraci. Que diabo, ainda ontem, na Caravana da Liberdade, um carregava o outro no colo [...].

Da mesma forma, não faz muito tempo que Carlos Lacerda afirmava cobras e lagartos de Jânio. Não em críticas a atos praticados ou à orientação do governo do dito Jânio (orientação pode-se mudar) mas, primordialmente, em feição ao próprio caráter do candidato que agora é o seu candidato. E caráter é caráter...

Nós, que sempre caracterizamos a ação de Maquis pela maior energia e pelo mais ferrenho espírito de combate – ação e espírito muitas vezes considerados exagerados pelo próprio deputado Carlos Lacerda – somos dos mais autorizados para julgar um tanto quanto violenta, um pouco injusta e mesmo contraproducente a atitude assumida pelo diretor da Tribuna em relação a Juraci Magalhães. [...].

Para nós a atitude de Juraci, pleiteando o direito de ser candidato da UDN e de outros grupos à presidência da República, é uma atitude lógica, coerente, normal, que nada tem de surpreendente [...].

Uma certa coerência de atitudes e de posições tem de ser exigida daqueles que lideram com intransigência. Porque intransigência é coisa muito séria que exige a recíproca. A não ser quando se trata de liderados que não raciocinam nem nada fazem porque acham que líder foi feito para tudo raciocinar e tudo fazer por eles. [...].

Ora, o deputado Carlos Lacerda com a sua genial inteligência, com a sua excepcional certeza de que sempre está certo – e com que boa-fé –, com a sua muita lógica confiança no seu prestígio que é inabalável, obriga a gente a descrever círculos e semicírculos que acabam se transformando em verdadeiros labirintos.

Por mal? Por interesse? Com segundas intenções? Não.⁴⁴³

A “violência” de *Maquis*, que no passado Amaral Netto justificou ou como algo comum na imprensa ou como o único meio de luta possível, foi evocada por ele como um elemento que o legitimaria a classificar como “injusta” e “violenta” a atitude de Lacerda em relação a Juraci Magalhães. Paradoxalmente, para validar a sua crítica, Amaral Netto acabou por se mostrar como a principal referência desse tipo *modus operandi* conflitivo.

Em novembro, Amaral Netto escreveu sobre Lacerda e Magalhães em dois editoriais. No dia 14 daquele mês, ele investiu contra as “almas cândidas” que lhe negariam o “direito” de divergir de Lacerda ou que lhe acusariam de ser um opositor de Quadros. Amaral Netto e *Maquis* teriam “autoridade moral para assumir as posições que bem entendermos, lastreadas com o nosso passado e com o que temos sofrido para sobreviver” e que “nós nunca mudamos

⁴⁴³ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Lacerda versus Juraci. In: MAQUIS, Rio de Janeiro. Ano: V. Edição: 0121. 03 de outubro de 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5216> Acesso em: 24/01/2023. P. 08-09.

sequer um milímetro a nossa posição”.⁴⁴⁴ Nesse sentido, Amaral Netto defendeu que ele tinha uma trajetória marcada pela sua independência e pela sua coerência. No dia 21, após ter acontecido o conclave da UDN que resultou na escolha de Quadros, Amaral Netto elogiou o “processo democrático” do partido por causa da proposição e da votação das duas candidaturas.⁴⁴⁵

Dois dias depois, Quadros renunciou a sua candidatura, atitude que ele comunicou a Magalhães Pinto. A razão disso é deveras conhecida. Algumas lideranças da UDN estavam insatisfeitas por ele ter ignorado o acordo com o partido de que o vice de sua chapa seria o udenista Leandro Maciel. Quadros estaria promovendo a candidatura de Fernando Ferrari ao dividir com este os seus comícios eleitorais.

Diante disso, Amaral Netto afirmou que previu que Quadros iria descumprir o seu acordo com a UDN. Ele citou o jornalista Francisco Araújo Netto e o deputado José Sarney (UDN) como os seus interlocutores em uma conversa em que ele expressou essa opinião. Ao analisar o episódio da renúncia, ele asseverou que o “endeusamento da personalidade” de Quadros, que estaria em curso, seria um “crime”. Indo além, ele lamentou que “tudo que se condenou em Hitler, em Mussolini, em Plínio Salgado, em Stalin e em Getúlio Vargas” estivesse recrudescendo no Brasil. O seu pensamento era o de que houve um inchaço no prestígio atribuído à Quadros, às custas da democracia (i.e., do poder dos partidos). Ele também opinou que seria preciso limitar o “crédito exagerado” dado a Quadros para evitar que ele se autoconsumisse, em um tipo de autofagia política.⁴⁴⁶

Adiante, no decorrer de 1960, Amaral Netto dividiu o seu tempo entre *Maquis* e a sua campanha para deputado. Ele publicou alguns editoriais sobre as eleições daquele ano. O conjunto desses textos pode ser dividido em duas partes temáticas. A primeira delas contém os editoriais sobre a sua candidatura. Neles, Amaral Netto também pediu a ajuda dos leitores para conseguir manter *Maquis* em circulação. Em fins de junho, a revista comunicou que o comitê de campanha de Amaral Netto tinha organizado uma arrecadação para ajudar *Maquis*.⁴⁴⁷ A segunda delas reúne os seus editoriais acerca da disputa para o Poder Executivo. No que tange à eleição presidencial, Amaral Netto alternou as suas críticas entre Lott e Ferrari.

⁴⁴⁴ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Posição de Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 14 nov. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/5453> Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁴⁵ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Bombas contra Jânio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 21 nov. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5510> Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁴⁶ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Porque Jânio renunciou. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 05 dez. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5590> Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁴⁷ Maquis precisa de você. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6693> Acesso em: 26/11/2023.

No plano estadual, Amaral Netto tentou justificar o seu ingresso na UDN pelo argumento de que seria preciso realizar uma arregimentação partidária. Na sua lógica, a democracia seria “desmoralizada” porque ela não se calcaria em “bases populares” – “de que adianta cada um poder votar em quem quiser se aqueles que são apresentados ao povo não são produto da indicação da base partidária?”.⁴⁴⁸ Pouco mais de um mês antes da veiculação desse editorial, *O Jornal* publicou a notícia de que a candidatura de Amaral Netto foi proposta para o diretório da UDN-DF “por um representante do grupo liderado pelo sr. Adauto Cardoso”. Contudo, tal proposição teria suscitado uma “reação contrária” no diretório.⁴⁴⁹ Se isso de fato ocorreu, torna-se possível entrever uma razão para a seu questionamento acerca de como os partidos escolhiam os seus candidatos.

Os editoriais de Amaral Netto indicam que a sua relação com o partido foi, no decorrer da campanha, no mínimo, tumultuada. Cerca de duas semanas depois da sua filiação à UDN, Amaral Netto afirmou que estaria “farto de ter de cobrar aos representantes da UDN aquilo que o povo exige deles”, a saber, a defesa da extinção da Câmara dos Vereadores (tal medida era a sua principal proposta).⁴⁵⁰ Em setembro, o jornalista-candidato condenou o que seria a “campanha sórdida” de tentar redirecionar parte dos seus eleitores para outros candidatos. Segundo ele: “alguns desses elementos chegam a usar o artifício mentiroso de que Carlos Lacerda pede para que não votem em mim, que já tenho votos demais, e quer que sufraguem outros nomes”.⁴⁵¹ Aparentemente, ele estava se referindo ao jornal *Diário Carioca*. Este noticiou, em meados de agosto, que Amaral Netto teria enviado uma carta para Lacerda protestando contra o *slogan* “mais votação para [Raul] Brunini” publicado pelo *Tribuna da Imprensa*.⁴⁵² Ao voltar a comentar tal assunto, Amaral Netto afirmou que a “intriga” também teria envolvido o nome de Adauto Cardoso, um dos seus “melhores amigos”:

Chega. Já fui sabotado e relegado ao ostracismo durante quase quatro anos em que tive a coragem – digamos a verdade – de fazer MAQUIS como MAQUIS foi feito. Nunca escrevi um artigo como este. Mas sou obrigado a escrever o que escrevi e estou escrevendo. Tenho direito a isto. Tenho até mesmo a obrigação de fazer isto. Para que os meus filhos, a minha mulher, os meus pais, os meus irmãos, os meus

⁴⁴⁸ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Porque entrei para a UDN. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 11 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6623> Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁴⁹ Amaral virá pelo PDC, pois UDN não o quer. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 6, 05 maio 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_06/2968 Acesso em: 26/11/2023.

⁴⁵⁰ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. CNSDQ: olho da rua mesmo! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-22, 25 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6710> Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁵¹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Governo de “gangsters” protetor de abrutes. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 10 set. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7150> Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁵² Amaral quer também luz da lanterna. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 11, 16 ago. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093092_05/2867 Acesso em: 24/11/2023.

amigos fiéis, não continuem a me perguntar se foi para suportar isto que eles tanto têm se sacrificado para sustentar-me na luta de tantos anos. Não quero sequer um voto de quem pensa em votar em outros candidatos da oposição. Mas não admito, sob pena de repulsa enérgica, a atitude dos que pretendem tomar-me votos, seja a que pretexto for. Principalmente quando se usa da intriga e da mentira para tomar esses votos. Chega. Basta. Nunca disse isto. Quem luta como tenho eu lutado precisa, necessita, absolutamente ser eleito com uma votação a mais expressiva e a mais alta possível. E eu quero ser eleito assim, se acharem que mereço e que é justo dar-me essa votação.⁴⁵³

No supracitado texto, Amaral Netto também defendeu que a “posição eleitoral” que ele teria atingido era o fruto do seu próprio esforço em comícios, pois ele não contaria com a imprensa (televisiva e escrita) e nem teria propaganda ou financiadores. Contudo, no *Diário Carioca*, Nestor de Holanda ironizou que no programa *Noite de Gala* “já não há mais publicidade das geladeiras e dos televisores de Seu Medina; o patrocínio, agora é dos candidatos da oposição”.⁴⁵⁴

Após o editorial supracitado, o jornalista-candidato publicou um *post-scriptum* sobre um artigo de Gustavo Corção no *Diário de Notícias*. Amaral Netto classificou o intelectual católico como seu “caro amigo”, mas pediu “licença para discordar dos seus termos” por considerar que Corção foi “injusto” com ele.⁴⁵⁵ Em tal artigo, Corção ponderou que a campanha de Amaral Netto contra a Câmara dos Vereadores tinha como os seus artífices os pedecistas Dulce Magalhães e Gladstone Chaves de Melo. Eles teriam “preparado grande parte do material utilizado por Amaral Netto”. Com base nisso, Corção conjecturou que Amaral Netto ficaria “encabulado” se tal dupla não se elegesse e, nesse sentido, ele pediu votos para ambos.⁴⁵⁶

É incerto afirmar que houve, de fato, uma “campanha” assim. Afinal, tal como sugere o artigo de Corção, talvez o que ocorresse fosse tão somente uma disputa por votos. Em meio a difusão da ideia de que estaria em curso uma “campanha” prejudicial a sua, Amaral Netto expôs três argumentos, de certo modo, correlacionados, para se defender. Em primeiro lugar, ele buscou associar o seu nome ao de Lacerda e ao de Adauto Cardoso para demonstrar que eles apoiariam (ou, ao menos, não se oporiam) a sua candidatura. Em segundo lugar, ao se colocar como uma vítima, ele evidentemente tentou suscitar um sentimento de empatia. Esse discurso não era uma novidade, vide a sua luta contra Lott. Contudo, mudou-se a condição do “perseguido” – de jornalista para a de candidato. Em terceiro lugar, nota-se como ele

⁴⁵³ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Chega, basta, estou farto! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 01 out. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7270> Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁵⁵ HOLANDA, Nestor de. Rádio e TV. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 7, 31 ago. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093092_05/3043 Acesso em: 26/11/2023.

⁴⁵⁶ CORÇÃO, Gustavo. Aviso aos leitores. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 21 set 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/7274 Acesso em: 24/01/2023.

caracterizou o seu período como diretor de *Maquis* como um recorte de “ostracismo”, do qual ele estaria emergindo gradativamente naquele contexto de 1960. Parece justo supor, à luz do que foi demonstrado até aqui, que esse “ostracismo” remetia aos seus intermitentes brados contra a UDN.

No plano federal, em editorial do mês de junho, Amaral Netto adjetivou Ferrari de “o farsante das mãos limpas”. Essa pecha subverteu o símbolo da campanha de Ferrari à vice-presidência do país. Ferrari tinha o apoio do PDC e de parte do eleitorado de Quadros.⁴⁵⁷ Em meio a isso, o jornalista afirmou que Ferrari “é Lott ou Jânio conforme as tendências do eleitorado diante do qual se encontra”. Ele contestou a divergência entre Ferrari e Goulart⁴⁵⁸ ao argumentar que ambos eram idênticos “doutrinariamente”.⁴⁵⁹

Por um lado, no plano federal, Goulart superou tanto Campos quanto Ferrari na disputa para a vice-presidência. Por outro lado, no plano estadual, Amaral Netto conseguiu o êxito de se consagrar como o candidato mais votado para deputado constituinte da Guanabara (35.203 votos). Tal montante representou mais que o dobro do obtido pelo segundo colocado.⁴⁶⁰

3.3.3. O colaborador eventual

Sob o governo Quadros, a maioria dos textos de Amaral Netto foi publicada entre fevereiro e junho de 1961. Por um lado, essas participações ocasionais em *Maquis* são relevantes pelo apoio que ele manifestou as políticas externa e econômica do governo. Por outro lado, elas também ilustram como Amaral Netto enquadrou as Comissões de Sindicância federais de modo a legitimar todo o histórico de polemismo de *Maquis*. É possível dividir os seus textos tematicamente. Vale ressaltar que, não raro, Amaral Netto abordou mais de um assunto em um único texto. Em ordem crescente, a distribuição é a seguinte: um artigo, tanto para a política externa independente quanto para a econômica do governo Quadros; quatro dedicados a questões legislativas estaduais; e, por fim, quatro artigos acerca das Comissões de Sindicâncias deflagradas pelo presidente em instituições federais. Os casos das políticas

⁴⁵⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65*. Op. Cit. 1996, p. 129 e 136.

⁴⁵⁸ “Finda Convenção de maio [1959], o partido conseguiu acentuar a sua posição ideológica, mas Fernando Ferrari, o mais importante rival de Jango, fracassou em sua investida para barrar o personalismo janguista. A rigor, começava aqui seu afastamento do partido, que se consumaria com sua expulsão em 1961, junto com outros petebistas que não apoiaram Goulart. Acuado no PTB, Ferrari articulou seu Movimento Trabalhista Renovador, o MTR, a única nova organização partidária criada no Brasil desde os anos de transição. Enquanto os outros partidos conseguiram domesticar ou conviver com tendências internas rebeldes – a Bossa Nova na UDN e a Ala Moça no PSD – o PTB não foi capaz de absorver essa dissidência”. D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65*. Op. Cit. 1996, p. 128.

⁴⁵⁹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. O farsante das mãos limpas In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 18 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6670> Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁶⁰ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Op. Cit. 1992, p. 387.

econômica e externa possuem algumas especificidades. A primeira foi inserida em um artigo que defendia a sua correção por intermédio do argumento de que ela se entrelaçava com as referidas sindicâncias. Sobre a segunda, Amaral Netto apenas expressou sua opinião no auge da crise do governo Quadros.

Durante a sua posse, Quadros proferiu um discurso contundente contra o governo JK. Ele enfocou o déficit orçamentário do Estado e citou cifras de dívidas. Quadros também criticou o “favoritismo e o nepotismo” que teriam acontecido durante 1956-61.⁴⁶¹ Esse discurso foi a pauta central da edição n° 191. *Maquis* estampou duas reportagens – uma delas de sete páginas – e alguns artigos sobre ele. Na capa, ela reeditou a manchete de 1957 que causara celeuma na imprensa. Dois adendos foram feitos na composição da manchete. Acima dela, *Maquis* inseriu a frase “Jânio confirma” próxima do seu logotipo. Abaixo, a capa direcionou o leitor para o artigo de Amaral Netto:

Imagem n° 9:



Jânio confirma: governo JK: sindicato de ladrões. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, 11 fev. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8011> Acesso em: 26/11/2023.

Amaral Netto abordou o discurso de Quadros e os desdobramentos de sua campanha contra a Câmara dos Vereadores. Acerca do primeiro assunto, no geral, o texto pouco acrescentou ao que *Maquis* taxativamente afirmou em sua manchete de capa. Ou seja, a ideia central era a de que Quadros teria validado, com o seu discurso, tudo o que a revista – e seu ex-diretor – pregavam desde a sua fundação. No seu entender, Quadros utilizou “palavras claras” que comprovariam a assertiva de que o Brasil vinha sendo um “reino de ladrões” até então.⁴⁶²

⁴⁶¹ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Op. Cit. 1969, p. 240.

⁴⁶² AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Jânio confirma *Maquis*: governo JK foi mesmo sindicato de ladrões. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 11 fev. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8030> Acesso em: 24/01/2023.

Isso foi transformado em pedra angular dos textos posteriores. Ele também investiu contra os campos da política e da imprensa que discordariam das sindicâncias:

Se o presidente Jânio Quadros e seus ministros quiserem saber, desde já, os resultados e conclusões dos inquéritos mandados abrir é só consultar a coleção de MAQUIS. [...].

Os ladrões podem ser apontados desde já, um por um e todos em conjunto, porque as provas que publicamos são líquidas, certas e insofismáveis.

Aqueles que julgavam que exagerávamos, que infamávamos e que agíamos de má-fé, poderão verificar que não chegamos a dizer sequer uma parte de toda a verdade. [...].

Vou encaminhar ao presidente Jânio, a seus ministros e às comissões de inquérito as reportagens em que provamos tudo que eles precisam agora documentar. Vou fornecer o que necessário for para que se leve por diante uma vassourada em regra.

Uma coisa é preciso dizer ao presidente e aos seus ministros. O povo está cansado dos inquéritos de encenação que até agora só têm servido para dar cartaz às pretensas vítimas e passar-lhes atestado de bom comportamento. O povo não poderá ser mais uma vez iludido em sua boa-fé. Ele está acreditando nos inquéritos e não deve de forma alguma passar a desacreditar neles. [...].

Do contrário, tudo estará perdido, definitivamente perdido.⁴⁶³

Esse texto contém algumas ideias e representações que se entrecruzam. Há o estímulo a percepção de que Amaral Netto e a revista desempenhariam papéis importantes na alegada moralização do Estado que estaria em curso no campo político. Amaral Netto e *Maquis* foram representados como os portadores da “verdade”. Esta possibilitaria que eles contribuíssem com o aceleração da judicialização das sindicâncias. Se parte do pressuposto de que, no passado recente, somente aconteciam investigações *pro forma*. Esse revanchismo abrangia a imprensa. À luz do histórico de *Maquis* no jornalismo, se torna perceptível a intenção de contestar os membros do seu campo – instituições e agentes – que tinham condenado a sua linguagem.

Não à toa, Amaral Netto finalizou o artigo propondo uma condicionante – ou uma métrica – para a avaliação futura do governo Quadros. O sucesso ou o fracasso seriam mensuráveis através da observação de como o presidente se comportaria diante do encerramento das sindicâncias. Os resultados dos inquéritos seriam previsíveis e, assim, a questão relevante era a aplicação da consequência. Em meio a isso, Amaral Netto avocou para si a figura de “porta-voz” do povo – existiria uma expectativa social que, se não fosse atendida, geraria um sentimento de desconfiança para com o governo. Logicamente, esse encadeamento argumentativo e o recurso a alegoria do “porta-voz” apontam para um interesse não só de Amaral Netto, como também da direção da revista.

⁴⁶³ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Maquis vai ajudar Jânio a varrer. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 fev. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8053> Acesso em: 24/01/2023.

Por seu turno, Amaral Netto contribuiu com esse esforço ao desqualificar e ironizar a oposição ao governo Quadros. Em março, ele sugeriu que as investigações vinham causando polêmica nos campos político e jornalístico. Para ele, essas reações eram somente amostras do descontentamento daqueles que eram contrários a “moralização” estatal.⁴⁶⁴

Em abril, ao escrever sobre a política econômica do governo, Amaral Netto defendeu o aumento no preço do dólar para as importações:

[...] houve tanta gente que se irritou, que protestou, que condenou, que se suscetibilizou quando MAQUIS, em abril de 1957 – exatamente há QUATRO ANOS – afirmava na capa e no conteúdo: “Governo JK – Sindicato de Ladrões”. [...]. Não somos nem fomos profetas. Apenas dissemos o que muitos sabiam e o que poucos, sabendo, diziam. [...]. Jânio começou a dizer a verdade. E nós que sofremos na carne os efeitos do princípio da verdade, com o triplicamento [sic] das despesas de feitura desta pobre revista, temos autoridade moral para, sofrendo esses efeitos, aplaudir incondicionalmente o homem que não pede sacrifícios ao povo para encher os próprios bolsos com esse sacrifício. Se Jânio errou, errou por não ter dito toda a verdade. A verdade que precisa ser dita. [...]. Quem sofreu o que sofremos neste país para encher os bolsos de um canalha que se apossara do governo, só por inconsciência, por hipocrisia ou por velhacaria poderia negar apoio a esse homem que tudo enfrenta e nada teme, nem mesmo a impopularidade, para devolver à nação a decência que dela desaparecera há tanto tempo, roubada pelos mesmos ladrões.⁴⁶⁵

A “verdade” de Amaral Netto, que tinha como estofa a suposta legitimação do seu denunciamento, passou a abarcar em si a política econômica do governo. Ou seja, entre hipérboles e bravatas contra críticos anônimos, ele indicou qual era o seu pensamento sobre o funcionamento da economia na questão do câmbio subsidiado pelo Estado.

Nos meses seguintes, Amaral Netto começou a demonstrar frustração para com o governo no que tange as sindicâncias. Por um lado, houve a divulgação de um relatório em que se apontava o envolvimento do vice-presidente João Goulart em irregularidades no Serviço de Assistência da Previdência Social (SAPS).⁴⁶⁶ Por outro, algumas declarações de Quadros para a imprensa indicariam uma espécie de recuo. Ao ser questionado se acreditava que JK tinha alguma responsabilidade sobre o que teria ocorrido nas instituições federais, Quadros foi evasivo. Segundo editorial não assinado de *Maquis*, Quadros afirmou que “em nenhum momento, até este instante” tinha acusado JK, direta ou indiretamente. Indo além, ele sugeriu

⁴⁶⁴ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Em pânico os defensores do Congresso. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 18 mar. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8190> Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁶⁵ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. JK, não volte! A cadeia te espera. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 15 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8350> Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁶⁶ HIPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Op. Cit. 2012, p. 126-127.

que também não o faria futuramente pois saberia que “nem sempre e, no mais das vezes é o que acontece, as irregularidades não são da responsabilidade do supremo mandatário”.⁴⁶⁷

Diante de um cenário aparentemente ambíguo, Amaral Netto opinou que:

Se há erro em tudo isso e se Jânio não acertou tanto quanto deveria acertar, é porque a coisa está indo devagar, arrastando-se em demasia. Era preciso andar mais depressa com os inquéritos para que a opinião pública não comesse a murmurar na desconfiança de que a apuração não será completa e integral.

E outro erro seria o de ter o presidente dado ao parisiense Juscelino Kubitschek um bill [sic] de indenidade quando sabe perfeitamente que o homem foi quem mais roubou e quem mais comandou de fato o roubo generalizado.

Que Belchior [Goulart] estile. Que outros estilem também. É um direito que ninguém lhes nega. Mas o que todo mundo estranha é que tanto ele quanto todos os outros vinham sendo acusados sistemática e comprovadamente de tudo isso e mais alguma coisa há cinco, seis anos e mais. E nunca estilaram, nem tiveram seus brios ofendidos, simplesmente porque tinham as costas quentes e a proteção magna de quem, tendo o poder nas mãos, roubava tanto ou mais que todos eles reunidos.

Vamos chegar ao fim de tudo isto, provando e comprovando que s. Exa., o ex-presidente, presidiu um governo onde todos ou quase todos roubavam e ele não sabia de nada, não participava de nada...

Aí sim – aí então quem vai estilar e protestar contra Jânio somos nós os que fomos roubados. E o povo não é trouxa nem idiota e que sabe que a quadrilha não poderia ter funcionado sem chefe, sem protetor, sem o que ficou com a parte do leão do roubo geral.⁴⁶⁸

Amaral Netto aplicou a JK o mesmo argumento que ele tinha utilizado contra Ferrari, ou seja, o de que seria impossível ocupar um determinado cargo e não ter ciência da suposta corrupção que ocorreria ao seu redor. Na sua lógica, Quadros teria apenas duas opções. O seu apoio ao presidente dependeria da escolha desse último por uma delas.

Por conseguinte, em agosto, pela primeira vez em *Maquis*, Amaral Netto afirmou ser favorável a política externa independente. De acordo com o *Jornal do Brasil*, em maio, ele havia manifestado essa posição (em um aparte a um discurso do deputado udenista Afonso Arinos Filho) e reafirmado a sua “inteira lealdade” a Lacerda.⁴⁶⁹ Arinos Filho e Amaral Netto tentaram relativizar a contradição entre apoiar tanto o governador da Guanabara quanto a política externa independente. Desde abril de 1961, Lacerda criticava publicamente as ideias e atitudes de Quadros acerca da política externa.⁴⁷⁰

⁴⁶⁷ Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 29 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8413> Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁶⁸ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Pela boca de Jango a quadrilha estila. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 03 jun. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8630> Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁶⁹ Arinos Filho, citando o JB, diz que não há contradição ao apoiar o pai e Lacerda. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 23 maio 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/18431 Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁷⁰ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1960-1977)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 52.

Nesse ínterim, Amaral Netto pontuou os “excessos” de Quadros e de Lacerda e conclamou a UDN a agir:

A verdade é que tanto o povo da Guanabara como o povo do Brasil inteiro não elegeram esses dois homens para em pouco mais de seis meses assistir ao atordoante e crítico espetáculo que está assistindo.

Apoiando a política externa de Jânio Quadros, nem por isso podemos deixar de fazer sérias restrições a alguns excessos e algumas posições do presidente em relação ao rumo dessa política. [...].

Não sendo daqueles que sofrem do que podemos chamar de histeria anticomunista que as vezes chega ao ridículo, temos autoridade suficiente para chamar a atenção do presidente no sentido de que ele se pronuncie, energicamente também, sobre a posição do seu governo em relação ao comunismo dentro das nossas fronteiras [...].

Ao mesmo tempo em que consideramos que a crise se reflete com graves parcelas de responsabilidade sobre os ombros do presidente, consideramos também que o governador Carlos Lacerda se excede quando leva a sua discordância a pontos extremos [...].

É hora de fazer compreender a Jânio e a Lacerda que ambos como quaisquer outros líderes não são infalíveis e muito menos super-homens. [...].

A UDN nacional e guanabarina compete agora uma posição de acordo com as suas responsabilidades. Uma posição de firmeza e de isenção relativamente aos dois homens que se desentendem, desentendendo o Brasil.

A União Democrática Nacional deve estar unida em torno dos seus princípios e dos seus ideais. Acima das divergências e das discordâncias [...]

Tem razão o deputado Adauto Lúcio Cardoso, quando em posição que é a nossa relativamente à política internacional, nem por isto deixa de pregar a união dos udenistas para dizer a Jânio que ele não deve e não pode levar suas atitudes ao ponto de comprometer a segurança da democracia no Brasil.⁴⁷¹

Amaral Netto buscou um certo equilíbrio na dosagem das suas críticas aos dois principais personagens da seara da política externa. A questão é a de que, ao assumir como sua a posição de Adauto Cardoso, ele contraditou Lacerda frontalmente. Cardoso tinha proferido recentemente um discurso na Câmara dos Deputados condenando o “extremismo” da oposição desenvolvida por Lacerda.⁴⁷² Por seu turno, o próprio Amaral Netto teria declarado ao *Jornal do Brasil* a sua “independência em relação à política do governo do Estado e que sua luta deverá ser marcada por uma extremada defesa do Poder Legislativo”.⁴⁷³

Tal qual em 1959, Amaral Netto enfatizou a urgência de uma conciliação. Mas, ao invés de indicar alguma liderança que poderia viabilizar isso (vide o seu pedido para que Eduardo Gomes assumisse o “comando” da UDN), ele recomendou que esse papel seria da UDN. Essa mudança era coerente com a sua pregação pelo fortalecimento dos partidos, discurso que ele

⁴⁷¹ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Lacerda x Jânio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 04-05, 31 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9150> Acesso em: 24/01/2023.

⁴⁷² DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1960-1977)*. Op. Cit. 2000, p. 52.

⁴⁷³ Amaral Netto declara sua independência à política do governo Carlos Lacerda. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 ago. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/21126 Acesso em: 24/11/2023.

assumiu em sua campanha de 1960. Nesse sentido, as ideias e os valores do partido teriam de ter força simbólica suficiente para permitir que a UDN se sobrepusesse a um de seus próceres (Lacerda) e ao presidente que ela apoiava (Quadros). Afinal, no contexto da crise da política internacional, os que se digladiavam eram personagens que orbitavam na ou em torno da UDN.

A renúncia do presidente e a subsequente crise institucional brasileira demarcaram o término desse fluxo de artigos que apontaram para as expectativas e para as decepções de Amaral Netto. Tais sentimentos são indissociáveis da ideia que ele buscou propagar em *Maquis*. Ou seja, de que o governo Quadros seria caracterizado pela moralização estatal. Isso significaria uma espécie de revanche contra os seus detratores. Assim, percebe-se o seu incômodo latente com uma possível imagem negativa que ele e a revista teriam no imaginário da sociedade. Na medida que o Estado se “moralizaria”, Amaral Netto e *Maquis* poderiam tentar validar a sua própria moral publicamente.

3.4. Síntese

Tendo em mente o problema desta tese e o que foi demonstrado neste capítulo, se pode afirmar que a linha editorial de *Maquis* se pautou em lutas por reconhecimento em que o indivíduo (Amaral Netto) e a instituição (*Maquis*) se mesclavam. Isso era o que mais interessava em meio à variedade de assuntos abordados nos editoriais. Amaral Netto tentou intervir na política através de *Maquis*. Portanto, o jogo em curso tinha como prêmio projetado certos aspectos que podem ser remetidos ao capital simbólico.

No “caso Muray”, há a tentativa de obter um reconhecimento enquanto antagonista de um dos principais personagens nacionais da época (Lott). Isso sugeria a percepção de valores distintos que comporiam respectivamente as condutas da revista (e de Amaral Netto) e a de Lott. No debate acerca da liberdade de imprensa, nota-se o esforço em apresentar argumentos que justifiquem a linguagem polêmica utilizada. Nesse sentido, a definição de um princípio – o de não abordar a vida privada – foi um modo de *Maquis* se defender da acusação de ser uma revista de escândalos. Assim, o objetivo era o de ser reconhecida como parte do campo da imprensa que seria “legítimo”, ou seja, o que *informa* e *opina* de acordo com os “fatos”. Por fim, nas relações com a UDN, essas lutas se bifurcaram – ou se quis que o partido mantivesse o combate ao governo reconhecendo *Maquis* como uma “arma” para isso; ou se evocou a dita conduta de *Maquis* para respaldar a sua participação nas questões partidárias que agitaram a UDN entre 1956-61.

CAPÍTULO IV

OS COLUNISTAS DE *MAQUIS*

No seu primeiro aniversário, *Maquis* publicou duas reportagens sobre a sua equipe. A primeira destacou, em quatro páginas, alguns dos seus diretores, dos seus repórteres e dos seus funcionários administrativos. Ela estampou as suas fotografias com perfis de apresentação individuais.⁴⁷⁴ A segunda foi uma homenagem aos seus colunistas. A redação dela foi diferente da anterior. Ao invés dos perfis, a revista veiculou um texto sobre o que se poderia chamar de sua política em relação aos colunistas. Segundo ela, *Maquis* se pautaria pela concessão de liberdade de opinião para eles. Tal política garantiria que eles pudessem divergir de sua linha editorial:

Os colaboradores de *MAQUIS* são donos do espaço que ocupam nesta revista. Contratamos sua pena para que escrevessem o que bem quisessem.

Jamais a direção de *MAQUIS* fez qualquer restrição ao que quer que fosse saído da pena de seus colaboradores. Nunca fizemos – nem faremos – restrições ao que eles querem dizer.

Se os contratamos foi porque achamos que eles têm autoridade moral e credenciais suficientes até mesmo para criticar *MAQUIS* e seu diretor. E têm mesmo. Se não sabiam, sabem agora. [...].

Não chegamos a repetir aquele cediço velhaco e ultrapassado “a direção não se responsabiliza pelos artigos assinados”.

Assim como, muitas vezes, muitos dos nossos colaboradores discordam da direção – e tem acontecido em algumas ocasiões – também outras vezes a direção discorda dos colaboradores. Mas eles aí estão e foram contratados porque confiamos neles.⁴⁷⁵

Esse texto pode ser entendido como uma tentativa de fomentar uma imagem democrática sobre as relações entre a direção e os colunistas. A palavra democracia, apesar de não constar nele, parece ser a chave da argumentação. A ideia era a de que *Maquis* seria um ambiente de pluralidade, aberto ao debate e avesso a qualquer tipo de atitude de cerceamento da liberdade de opinião. Assim, o texto apresentou uma política editorial que indicaria a possibilidade de se notar a polifonia em *Maquis*.⁴⁷⁶

Portanto, este capítulo enfoca as ideias, as representações e os posicionamentos políticos manifestados por produtores de opinião de *Maquis*. Se atenta, principalmente, para as possíveis convergências ou divergências entre eles ou destes em relação à linha editorial.

⁴⁷⁴ Quem faz *Maquis*. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 35, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1125> Acesso em: 28/03/2022.

⁴⁷⁵ Eles também “dizem o que querem”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1128> Acesso em: 28/03/2022.

⁴⁷⁶ Cf. Introdução.

4.1. Primeira incursão

A revista *Maquis* tinha o costume de publicar o seu expediente a cada edição. Por meio do seu acompanhamento, foi possível contabilizar que ela teve 16 pessoas registradas sob a rubrica “artigos e crônicas” entre 1956-62. Em média, ela contou com 5 colunistas por ano, mas não era comum todos escreverem em uma edição. Por um lado, o expediente permitiu a compilação de uma lista dos colunistas. Por outro, a partir de uma busca na revista pelos seus nomes, percebeu-se que dois deles não chegaram a publicar sequer um texto assinado nela – Henrique Pongetti e Rafael Correia de Oliveira. Em seu lançamento, *Maquis* noticiou que ambos não colaboraram com aquela edição por estarem enfermos. A sua previsão era a de que Oliveira e Pongetti iriam começar como colunistas entre agosto e setembro de 1956, respectivamente.⁴⁷⁷

Entretanto, os seus nomes desapareceram dos expedientes entre o fim de 1956 e o início de 1957. Oliveira faleceu em 1958. Em função disso, Amaral Netto publicou um necrológico a seu respeito. Ele alegou que nunca tinha encontrado Oliveira pessoalmente, mas que eles se comunicavam via telefonemas. Amaral Netto sustentou que Oliveira, “desde a primeira hora”, tinha hipotecado “sua solidariedade ao nosso movimento”. Ou seja, ele seria uma espécie de apoiador de *Maquis*.⁴⁷⁸

Diante disso, a lista de colunistas pode ser restringida aos 14 restantes que publicaram textos assinados na revista. Fez-se uma quantificação nos moldes da que foi feita para os editoriais de Amaral Netto:

Quadro nº 7: Quantidade de Textos Assinados por Colunistas Anualmente

Nome/Ano	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	Total
Prudente de Moraes Neto	9	17	24	47	34	1	0	132
Aliomar Baleeiro	9	24	33	10	9	3	1	89
Gladstone Chaves de Melo	0	0	5	48	22	20	0	73
Saldanha Marinho	0	0	0	0	6	46	8	60
Adão Lisboa Cayrú	0	13	15	0	0	0	0	28
Alberto Deodato	6	18	4	0	0	0	0	28
Joaquim Pinto Júnior	0	0	0	0	0	15	3	18
Hermínio Macedo	0	0	0	0	15	1	0	16
Lorde Keines da Silva	0	0	0	12	2	0	0	14
Luiz Pietsch Júnior	0	0	0	0	13	0	0	13
Paulo Duarte	6	7	0	0	0	0	0	13
João Duarte Filho	9	2	0	0	0	0	0	11
João Agripino	3	0	0	0	0	0	0	3

⁴⁷⁷ Os artigos de Rafael e Henrique Pongetti. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 46, ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/46> Acesso em: 27/11/2023.

⁴⁷⁸ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Adeus, Rafael. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 43, 14 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2253> Acesso em: 20/11/2023.

Mário Pedrosa	2	0	0	0	0	0	0	2
---------------	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: revista *Maquis*

Pela tabela, quatro deles se destacaram entre os demais pelo número de textos publicados. Moraes Neto, Baleeiro, Melo e Marinho. Proporcionalmente, o primeiro assinou 26% das colunas de opinião de *Maquis*; o segundo 18%; o terceiro 15%; e o quarto 12%. Marinho parece destoar dos outros desse subgrupo. Primeiro, por ter colaborado com a revista por um período menor – três anos – em comparação com os outros – Moraes Neto (1956-61), Baleeiro (1956-62) e Melo (1958-61). Estes foram os colunistas que começaram na revista ainda nos anos 1950 e continuaram nela até o início da década seguinte. Segundo, aparentemente, Marinho não era filiado a um partido político à época. Moraes Neto, Baleeiro e Melo eram filiados, respectivamente, aos seguintes partidos: PR, UDN e PDC. No caso de Melo, a sua participação em *Maquis* se iniciou no ano em que ele deixou a UDN e ingressou no PDC. Inicialmente, isso sugere uma percepção de pluralidade (limitada) em *Maquis*, afinal, os seus três principais colunistas foram membros de partidos diferentes.

Ainda de acordo com a tabela, pode-se considerar o biênio de 1958-59 como marcante. Gradativamente, *Maquis* deixou de publicar textos de outros colunistas que também tinham as suas ligações com o campo político. Entre 1956-58, saíram de cena João Duarte Filho⁴⁷⁹, João Agripino (UDN), Paulo Duarte e Mário Pedrosa. Os casos destes dois últimos serão analisados na parte subsequente deste capítulo. Dito isso, o biênio 1958-59 foi o pior em número de colunistas ativos em comparação com o anterior e o posterior. Ainda sob esse parâmetro, percebe-se que foi entre 1958-59 que houve uma maior produtividade – i.e., quantidade de textos assinados veiculados – por parte de Moraes Neto, Baleeiro e Melo.

Parece razoável sugerir que a assiduidade desse trio foi um modo de compensar a diminuição do número de colunistas. Nesse sentido, *Maquis* teve três grandes colaboradores no decorrer de sua existência. Esse tipo de protagonismo se aplica a Moraes Neto e Baleeiro em 1958. No ano seguinte, enquanto Baleeiro diminuiu notadamente a sua colaboração, Melo como que assumiu esse lugar – simbólico – que era ocupado por Baleeiro. Portanto, considera-se necessário apresentar um panorama sobre esses três.

Prudente de Moraes Neto (1904-1977) nasceu em uma família ativa na política brasileira da Primeira República. Seu avô paterno foi constituinte, Senador e Presidente do Brasil. Seu pai foi deputado federal por São Paulo por pouco mais de uma década. Aos 18 anos, Moraes

⁴⁷⁹ Cf. capítulo II.

Neto ingressou no jornalismo através da revista *Estética*. Nessa fase, ele trabalhou para outros periódicos enquanto estudava Direito. Foi no jornal *A Província de Recife* que ele adotou o pseudônimo de Pedro Dantas na assinatura de suas colunas. Durante o Estado Novo, ele teve outros empregos até ser contratado pelo *Folha Carioca* (1943). Neste, Moraes Neto escreveu crônicas, colunas e editoriais e chegou ao cargo de chefe de redação. Em 1946, ele começou no *Diário Carioca* e cobriu as atividades da Assembleia Nacional Constituinte. Moraes Neto participou da campanha contra a posse de Vargas em 1951. Cerca de quatro anos depois, ele deixou o *Diário Carioca* para assumir a direção da SUMOC por convite de Café Filho, mas permaneceu pouco tempo no cargo. A seguir, ele foi contratado como redator-chefe do *Diário de Notícias*.⁴⁸⁰

Aliomar de Andrade Baleeiro (1905-1978) veio de uma família conectada com a política regional da Bahia. Seu pai, o despachante aduaneiro Arnaldo Baleeiro, foi um aliado de Severino Vieira, político que governou o estado entre 1900-04. Ainda jovem, Baleeiro ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e, ao mesmo tempo, trabalhou como repórter. Após a Revolução de 1930, Baleeiro construiu gradativamente uma relação de amizade com Juraci Magalhães, então interventor federal da Bahia. Baleeiro se elegeu deputado constituinte estadual em 1934. Tal qual Magalhães, ele se opôs ao golpe do Estado Novo e chegou a ser momentaneamente preso. Nesse período, Baleeiro se dedicou à advocacia e ao jornalismo até se tornar professor catedrático de Ciências das Finanças (1942). Durante a redemocratização, ele foi um dos fundadores do diretório regional da UDN e foi eleito para a Assembleia Constituinte. Baleeiro foi o proponente da tese da maioria absoluta que a UDN usou para tentar evitar a posse de Vargas (1951). Durante o governo deste, ele se destacou como participante da oposição legislativa, ao lado de Lacerda. Junto de outros deputados, Baleeiro tentou processar judicialmente Lott e Denis pelo contragolpe de 1955.⁴⁸¹

Gladstone Chaves de Melo (1917-2001) nasceu em Campanha, Minas Gerais. Seu pai, Joaquim Gabriel Chaves de Melo, foi um bacharel em Direito, provavelmente graduado entre 1900-10. Na década seguinte, ele atuou como promotor de Campanha.⁴⁸² Gladstone Chaves de Melo se graduou em Direito pela Universidade do Brasil (1938). Nela, ele trabalhou como docente da Faculdade de Filosofia a partir de 1940. Nesse tempo, ele foi um dos responsáveis pela produção da revista *A Ordem* e militou na Resistência Democrática (RD). Ambas eram

⁴⁸⁰ Verbete Prudente de Moraes Neto. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁴⁸¹ BRANDI, Paulo. Aliomar Baleeiro. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁴⁸² Atos Officiaes. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 7, 07 nov. 1917.

instituições católicas que tinham em seus quadros personalidades como Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção.⁴⁸³

Entre 1940-50, Melo publicou artigos na imprensa, como no caso do *Correio da Manhã*.⁴⁸⁴ Ele se elegeu vereador pelo Distrito Federal em 1950 e em 1954, pela UDN. Em uma entrevista para *Maquis*, ele apontou três razões para deixar a UDN (1958). A primeira delas foi a de “coerência ideológica” – ele seria um democrata cristão, mas optou pela UDN porque, no passado, o PDC seria “apenas um rótulo”. A segunda delas foi a não expulsão de Wilson Leite Passos da UDN “por se ter composto com a maioria” da Câmara dos Vereadores. A terceira delas foi o realismo da UDN, que ele classificou como uma “tática política”. Apesar disso, Melo afirmou continuar “a admirar sinceramente os grandes homens do partido, valorosos companheiros de luta pelo bem-comum”.⁴⁸⁵

Morais Neto, Baleeiro e Melo possuíam algumas características e alguns atributos em comum, para além do pertencimento ao campo político partidário. Todos eles eram bacharéis em Direito. O exercício de cargo público, eletivo ou não, e o envolvimento com a imprensa (em maior ou menor grau) são outros pontos compartilhados. Convém destacar também que ao menos dois deles foram professores universitários. Isso permite sugerir que eles faziam parte do campo intelectual à época. No sentido de Bourdieu, como sujeitos inseridos em um campo que contém posições para aqueles que detêm certas propriedades, as suas manifestações ideológicas devem ser consideradas à luz dessas posições.⁴⁸⁶

Tanto os pontos listados acima quanto o levantamento quantitativo apresentado justificariam a circunscrição da análise deste capítulo ao trio Moraes Neto, Baleeiro e Melo. Eles conformam dois critérios distintivos em relação ao conjunto – a maior duração da colaboração em *Maquis* e a assiduidade anual nela. Contudo, considera-se indispensável incluir na análise os casos de Paulo Duarte e Mário Pedrosa. Ambos eram socialistas à época e escreviam em uma revista de linha editorial favorável à UDN.

4.2. Um corpo estranho?

⁴⁸³ Tais informações foram localizadas em uma entrevista de Melo para o *Diário de Pernambuco*. A “Resistência Democrática é um oásis, no pensamento político brasileiro, temida e respeitada pelos maiores da política e do governo”. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 3, 19 nov. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_12/31939 Acesso em: 28/05/2023.

⁴⁸⁴ MELO, Gladstone Chaves de. Vicioso o nosso ensino gramatical. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 23 nov. 1947. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_05/39029 Acesso em: 28/07/2023.

⁴⁸⁵ Gladstone (candidato a vereador pelo PDC) explica as razões de sua candidatura. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 34-35, 27 set. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2965> Acesso em: 28/05/2023.

⁴⁸⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 190.

Cumpra tentar explicar os casos de Paulo Duarte e Pedrosa. Duarte nasceu em São Paulo (1899). Durante a Primeira República, ele cursou Direito e trabalhou no jornal *O Estado de São Paulo*. Duarte participou da Aliança Liberal e apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à época. Entretanto, depois da Revolução de 1930, Duarte se engajou na oposição ao governo Vargas por causa de divergências com o interventor de São Paulo (João Alberto de Lins de Barros). Nos anos 1930, Duarte foi preso algumas vezes por causa disso. Durante o Estado Novo, Duarte viveu no exílio e só retornou ao Brasil depois da queda de Vargas (1945).⁴⁸⁷ Duarte foi filiado à UDN até 1953.⁴⁸⁸ Mas, em 1956, ele se definiu como um socialista, apesar de não ser membro do PSB e criticar o partido.⁴⁸⁹ Por seu turno, Pedrosa nasceu em Pernambuco (1900). Assim como Duarte, Pedrosa cursou Direito e trabalhou na imprensa escrita. Entre os anos 1920-40, Pedrosa foi um destacado militante comunista.⁴⁹⁰ Além disso, ele foi filiado ao PSB entre 1948-1956.⁴⁹¹ Nesse sentido, ambos possuíam trajetórias que se contrastavam com a origem de *Maquis*, a sua linha editorial e os seus três principais colunistas.

Duarte se opôs tanto ao socialismo soviético quanto a Vargas e seus “discípulos”. Para ele, o socialismo da URSS era “totalitário”, ou seja, teria eliminado as liberdades individuais e sacrificado a “dignidade humana”. No caso brasileiro:

O Brasil precisa vacinar-se contra a peste populista representada por Getúlio, cujo socialismo gerador de anos de burla trabalhista, legou ao Brasil não aquela carta falsa de Alzirinha, mas o mar de lama em que este apodrece; representado por Jango, pequeno rufião do socialismo que, em público, negocia com a justiça social e, às escondidas, trafica com Gregório Fortunato, com o Banco do Brasil e com Perón [...]. Tal vigarismo político precisa de ser liquidado de qualquer forma. Contra eles justifica-se qualquer espécie de violência. A eles se deve a intoxicação em que se encontra grande parte das massas trabalhadoras, da indústria e dos campos, e toda a imensa massa de vadios das cidades, dos mocambos, dos cortiços, das favelas. Porque, já o disse alguém, e eu repito, as massas não estão corrompidas, estão obscurecidas. Corrompidas, no Brasil, de uma maneira geral, estão as elites, às quais pertenciam ou pertencem os demagogos citados.⁴⁹²

⁴⁸⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. Paulo Duarte. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁴⁸⁸ Paulo Duarte sai da UDN. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 27 jul. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/12329 Acesso em: 31/07/2023.

⁴⁸⁹ DUARTE, Paulo. Paulo Duarte entrevista Paulo Duarte. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 30-31, out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/268> Acesso em: 31/07/2023.

⁴⁹⁰ Verbete Mário Pedrosa. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁴⁹¹ BOSCO, Thiago Martins de Moura. *Um estudo sobre a trajetória teórico-política de Mário Pedrosa (1927-1966): o intelectual e as opções da revolução brasileira*. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2021, p. 75-85.

⁴⁹² DUARTE, Paulo. Paulo Duarte entrevista Paulo Duarte. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 30-31, out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/268> Acesso em: 31/07/2023.

Pode-se compreender que, na opinião de Duarte, a URSS e o Brasil teriam vivido experiências com socialismos *negativos*, em que governos explorariam o povo por meios distintos. Ainda no artigo, Duarte defendeu o “socialismo democrático” – justiça social, respeito à dignidade humana, valorização do trabalho sobre o capital, socialização dos meios de produção e do governo. Duarte afirmou que a luta do momento não era entre capitalismo e socialismo mas, sim, entre o “socialismo democrático” e o “socialismo totalitário”. O colunista disse concordar com o conceito de luta de classes de Karl Marx⁴⁹³, mas ponderou que “se marxismo é isso que aí está e a gente vê tão bem no Brasil, isto é – com as exceções de estilo – um bando de recalcados que se alistam no Partido Comunista para vingar-se de suas frustrações, então estou muito longe disso”. Por fim, Duarte cogitou a possibilidade de uma “reação” que derrubaria o governo JK. Se essa “reação” se mostrasse politicamente como conservadora, ela estaria fadada a ser uma etapa de “transição” e seria substituída pela etapa da justiça social.⁴⁹⁴

Pedrosa foi filiado ao PCB na década de 1920 e militou contra o integralismo, o fascismo e o nazismo. A decretação do Estado Novo o fez partir para o exílio. Entre 1938-39, Pedrosa atuou no exterior como um dos organizadores da IV Internacional. Porém, ele foi expulso da IV Internacional por criticar a ideia de defesa incondicional da URSS.⁴⁹⁵ Isso ocorreu na esteira da assinatura do “pacto de não-agressão” entre a URSS e a Alemanha Nazista.⁴⁹⁶

Em sua dissertação acerca da trajetória teórico-política de Pedrosa, Thiago Bosco pontuou que ele “buscou um diálogo com os setores a direita” entre 1945-58. Além de apoiar a candidatura de Eduardo Gomes (UDN) e divergir da posição do PCB em 1945, Pedrosa expôs uma visão crítica sobre a URSS por meio do periódico *A Vanguarda Socialista* (1945-48). Um de seus argumentos seria o de que a burocratização do Estado soviético teria causado a restauração das relações capitalistas na remuneração pelo trabalho. Segundo o autor, Pedrosa foi expulso do PSB em 1956 por ter participado da criação do grupo Ação Democrática (AD).

⁴⁹³ Para uma introdução ao pensamento de Marx, ver: SINGER, Peter. *Marx: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

⁴⁹⁴ DUARTE, Paulo. Paulo Duarte entrevista Paulo Duarte. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 30-31, out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/268> Acesso em: 31/07/2023.

⁴⁹⁵ Verbete Mário Pedrosa. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁴⁹⁶ “Todavia, do ponto de vista político, o pacto gerou grandes problemas. Afinal, o acordo desorientou completamente o movimento comunista internacional. Desde que, na década de 1920, a revolução na Europa industrializada se frustrara, a Internacional Comunista (Komintern), criada em 1919 para dar suporte aos movimentos revolucionários, tornara-se um braço da diplomacia de Moscou. E, a partir de 1935, ocasião em que realizou o seu VII Congresso, o órgão central dos Partidos Comunistas decidira lutar pela formação de Frentes Populares para resistir ao poder dos fascistas. Assim, ao pactuar com a Alemanha nazista a partilha da Polônia, Stalin deixou os comunistas de todo o mundo atônitos e desmoralizados”. GONÇALVES, Williams. A Segunda Guerra Mundial. In: FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão. ZENHA, Celeste (org.). *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 172.

Este visaria a “remodelação” da democracia brasileira e, para tanto, procuraria reunir “correntes e forças” políticas diversas. Pedrosa teria se desligado da AD em 1958 após publicar um artigo em prol da reforma agrária.⁴⁹⁷

Antes da criação de *Maquis* e através da AD, parece que Pedrosa esteve em contato com Baleeiro e Prudente de Moraes Neto. O *Diário de Notícias* publicou que eles eram membros da diretoria provisória da AD (1956).⁴⁹⁸ No mês seguinte, o mesmo jornal repercutiu a primeira reunião da AD na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Moraes Neto presidiu o evento e Pedrosa proferiu um discurso nele. Na audiência estariam a viúva do major Vaz e as esposas de militares que participaram da Revolta de Jacareacanga.⁴⁹⁹

No fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponibilizado pelo Arquivo Nacional, há uma espécie de histórico de atividades políticas de Pedrosa. Nele, fez-se o seguinte registro sobre Pedrosa e a AD, datado de 29 de agosto de 1956:

Nos últimos dias ele tem desenvolvido um grande trabalho de arregimentação de elementos para organizarem a AÇÃO DEMOCRÁTICA em outros Estados. De certo modo, tem havido alguns aborrecimentos com os elementos da direção do CLUBE DA LANTERNA. [...]. Estes julgam que o objetivo da AÇÃO DEMOCRÁTICA atingisse [sic] mais de perto o CLUBE DA LANTERNA de que ao Governo. Procurando reunir os líderes oposicionistas, a AÇÃO DEMOCRÁTICA colide diretamente com as intenções do CLUBE DA LANTERNA. Nosso informante alega que MÁRIO PEDROSA procurou se ligar com elementos de MINAS e SÃO PAULO, já integrantes do CLUBE DA LANTERNA. Entretanto, estes consultaram à direção do CLUBE aqui no RIO e foi respondido que não assumissem qualquer cargo de direção na AÇÃO DEMOCRÁTICA. (REF.: Transcrição de ficha, sem confirmação – Vide AÇÃO SUBVERSIVA 013-1-1).⁵⁰⁰

O fato de se tratar de um documento da época da ditadura civil-militar, baseado no relato de um “informante”, deve ser considerado. Ou seja, esse registro apenas *sugere a possibilidade* de que Pedrosa tenha tido alguma interação com membros do Clube da Lanterna – nos meses anteriores ao seu fechamento – para ampliar os quadros da AD.

A colaboração de Pedrosa em *Maquis* foi efêmera. No primeiro artigo assinado, ele apresentou uma interpretação sobre o que seria a percepção do proletariado acerca do campo

⁴⁹⁷ BOSCO, Thiago Martins de Moura. *Um estudo sobre a trajetória teórico-política de Mário Pedrosa (1927-1966): o intelectual e as opções da revolução brasileira*. Op. Cit. 2021, p. 75-85.

⁴⁹⁸ Notas Políticas. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 26 abr. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/50404 Acesso em: 13/03/2024.

⁴⁹⁹ Foi lançado em ato público o movimento de ação democrática. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 maio 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/50404 Acesso em: 13/03/2024.

⁵⁰⁰ ARQUIVO NACIONAL. Fundo: BRDFANBSBV8. Seção: V8.MIC. Série: GNCAAA. Dossiê: GNC.AAA.73078172. 1973. P. 101. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/73078172/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aa_73078172_d0002de0002.pdf Acesso em: 03/08/2023.

político brasileiro. O proletariado teria como prioridade a sua sobrevivência e, idealmente, aspiraria a melhoria de sua condição de vida. Contudo, o campo político seria atravessado pela corrupção. Isso teria dois efeitos entre os proletários. Por um lado, a impassibilidade diante das divulgações de denúncias de corrupção. Por outro, o apoio prestado aos políticos que já teriam feito algo pelo proletariado. Essa indiferença e esse reconhecimento conformariam o seu pragmatismo moral. Isso não se verificaria nas classes médias. Estas acreditariam na moral das “classes dirigentes e abastadas”, nos seus princípios e na sua austeridade. No fim, Pedrosa apontou qual era o objetivo da AD:

A iniciativa popular é a mola vital da democracia. A Ação Democrática quer instilar no povo o dom da iniciativa. Nada de passividade nem de resignação diante dos plutocratas empedernidos e corruptos que puxam os cordões da marionete que está no Catete. De iniciativa em iniciativa, o povo, unido em torno de seus melhores elementos, chegará, a partir de modestas lutas como a dos preços nas feiras e padarias aos grandes problemas da nacionalidade, como a reforma agrária, a emancipação social do proletariado, a independência econômica do país na luta contra os tubarões nacionais e estrangeiros, a regeneração dos costumes políticos, a moralização dos negócios públicos, a renovação democrática do Brasil.⁵⁰¹

No segundo e último artigo assinado, Pedrosa criticou o Ministro Parsifal Barroso e sopesou o risco de um golpe de Estado no Brasil. Segundo ele, Barroso teria sustentado que os empregadores e os empregados brasileiros se solidarizavam com a ideia de pacificação nacional. Para Pedrosa, isso seria uma “manobra de despistamento” que objetivaria “desarmar” os democratas. A ameaça de golpe seria representada pela Frente de Novembro.⁵⁰² Em paralelo ao ideal de pacificação, a Frente estaria cumprindo o seu programa, consubstanciado na frase “todo o poder ao Movimento de Novembro”. Ou seja, Lott e a Frente representariam um risco para a democracia.⁵⁰³

⁵⁰¹ PEDROSA, Mário. A Luta pelo povo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 33, ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/77> Acesso em: 13/03/2024.

⁵⁰² “O 11 de novembro serviu como oportunidade para grupos militares saírem dos quartéis e atuarem junto aos grupos civis no cenário político nacional, como demonstraria a formação, no ano de 1956, da Frente de Novembro. Uma organização que, em aliança com partidos políticos, principalmente o PCB e o PTB, uniria homens das armas e homens do povo que compartilhavam uma identidade comum, a defesa da cultura política nacionalista”. CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. Op. Cit. 2010, p. 129.

⁵⁰³ “A tal ‘Frente’, organização paramilitar, de caráter subversivo, conspiratório e facistóide, se fez precisamente para preparar uma nova ‘macha para a frente’ do ‘movimento de novembro’. Com que fito? Com o fito de impedir o avanço das forças democráticas recuperadas, graças sobretudo à crescente desmoralização do governo de JK e de seus corruptos defensores. E por isso chamava, no dito manifesto, ‘trabalhadores e militares’, ‘à união, à arregimentação e à atividade cívica, em torno do Chefe do Movimento de Novembro, por um programa de emancipação social do povo e emancipação econômica da nação’. [...]. Esse programa vem sendo cumprido à risca. O poder vem sendo conferido progressivamente ao ‘Chefe do Movimento de Novembro’, isto é, o generalíssimo Lott”. PEDROSA, Mário. Farsa despistatória. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 41, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/183> Acesso em: 13/03/2024.

Assim, tanto Pedrosa quanto Duarte expuseram opiniões que se assemelhavam com a linha editorial de *Maquis*: a desilusão com a democracia, sobretudo manifestada por meio do argumento de que a imoralidade (corrupção) era espalhada na política. Isso tornaria urgente a construção de uma mudança profunda no país.

Por outro lado, a questão acerca *do que seria essa mudança* parece demarcar alguns contrastes entre a linha editorial e esses colunistas. Recorrentemente, Amaral Netto – e as notas editoriais não assinadas da revista – indicaram a esperança de que a UDN funcionasse como uma espécie de motor da mudança, à revelia das manifestadas divergências com o partido. Isso não se apreende nos colunistas – para Duarte, a mudança viria do atingimento do “socialismo democrático”, o que seria o *destino* do Brasil; para Pedrosa, o trabalho de conscientização do “povo” *tornaria possível* uma “renovação” da democracia brasileira. Pedrosa não pontuou se essa “renovação” seria o socialismo, mas pode-se sugerir que sim, tendo em mente o seu argumento em prol da “emancipação social do proletariado”.

4.3. A “tese republicana” de Prudente de Moraes Neto

Em 1961, Moraes Neto publicou um artigo de celebração pelo aniversário de *Maquis*. Trata-se do seu último texto assinado na revista, que interrompeu um hiato de quase um ano em sua colaboração – o anterior data de setembro de 1960. No de 1961, ele classificou *Maquis* como um “combatente desassombrado” e Amaral Netto como um “mestre de guerrilha”. Para ele, a revista tinha tido alguma participação na “revolução vitoriosa” brasileira, a saber, a eleição de Jânio Quadros (1960). Há, então, um sentido de missão cumprida. Moraes Neto também afirmou ter sido um “colaborador da primeira hora” do *Maquis* clandestino (1955). Assim, ao atribuir um papel para *Maquis* na dita “revolução”, Moraes Neto também sugeriu que ele mesmo teve participação nisso por ter colaborado com *Maquis* desde a sua criação.⁵⁰⁴

Apesar de ele ter indicado a sua empolgação com o governo, os seus artigos sobre Quadros, anteriores ao pleito de 1960, foram pontilhados por comentários pragmáticos. Em março de 1959, ele avaliou que a candidatura de Quadros seria o resultado de um “autêntico e inequívoco movimento popular de opinião” que teria alcance nacional e aglutinaria os operários e a classe média. Ele afirmou ser impossível identificar o “movimento” com algum partido ou alguma liderança política, bem como o enquadrar em um “esquema partidário”. O colunista recomendou aos partidos compreenderem e acatarem esse “movimento”. A atitude correta dos

⁵⁰⁴ MORAIS NETO, Prudente. O guerrilheiro audaz. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 18 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9071> Acesso em: 07/03/2023.

partidos seria a de “entrar” para esse “movimento”, “nele identificando o que, legitimamente, lhes possa aproveitar, pela coincidência de propósitos”.⁵⁰⁵

Quando o PR encampou a candidatura Quadros como sua, na Convenção de 1960, Moraes Neto comentou esse acontecimento de modo similar. Os republicanos teriam se colocado em “uníssono com a vibração da alma popular”, algo que seria um dever do PR perante a sua dita tradição no campo político. Moraes Neto definiu a disputa de 1960 entre Quadros e Lott. Enquanto a primeira seria “substancialmente democrática”, a segunda representaria “os esquemas artificiais do oficialismo”.⁵⁰⁶ A sua oposição a Lott, lastreada no contragolpe de 1955, também pode ser entendida pelo fato de que Moraes Neto foi um dos jornalistas processados judicialmente por Lott.⁵⁰⁷

Moraes Neto sugeriu que entendia faltar um programa de governo na campanha de Quadros, mas ele relativizou essa ausência. Na sua opinião, a “vassourada”, o símbolo propagandístico de Quadros, seria algo urgente e, assim, ela funcionaria como uma explicação válida para essa lacuna:

Nada seria, por certo, mais agradável ao sr. Jânio Quadros do que não ter a necessidade de pensar nisso, podendo simplesmente prosseguir numa tarefa de governo já encetada e em plena execução e cogitando apenas de dar-lhe continuidade, amplitude, profundidade, extensão. A vassourada, porém, condiciona qualquer iniciativa. É o pressuposto de qualquer atividade governamental eficaz. Ela se impõe, de si mesma, ao sr. Jânio Quadros, cujo merecimento, nesse particular, está em reconhece-lo e proclamá-lo, com firmeza e insistência. E assim como se impõe à lúcida visão do estadista experimentado que é o candidato do povo, impõe-se igualmente à consciência cívica da imensa maioria da Nação brasileira. [...]. Contudo, a vassourada, repita-se, não é um programa de governo, é o requisito que condiciona a execução de qualquer programa digno. Por isso mesmo, impõe-se ao povo, como se impôs ao candidato. E é porque o candidato e povo se entendem e solidarizam nessa aspiração comum, que a candidatura Jânio Quadros tomou o sentido histórico de uma reivindicação nacional. Nem candidato nem povo têm liberdade de escolha do seu programa. A um e a outro a vassourada é imposta, necessariamente, como condição até de sobrevivência do país, antes que acabem de devora-lo.⁵⁰⁸

A sua retórica representou Quadros como uma espécie de sujeito passivo. Quadros seria subordinado a essa ideia-força da “vassourada”, que emanaria do povo. Ele apontou uma hierarquia de poder – a ideia que se impõe ao candidato; este que a simboliza na campanha e

⁵⁰⁵ MORAIS NETO, Prudente. Um papel a viver. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 21 mar. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4093> Acesso em: 07/03/2023.

⁵⁰⁶ MORAIS NETO, Prudente. Voto secreto. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 28 maio 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6543> Acesso em: 07/03/2023.

⁵⁰⁷ Vitória do “Diário de Notícias”. Vitória da Imprensa Brasileira. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 34-35, 06 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5964> Acesso em: 22/11/2023.

⁵⁰⁸ MORAIS NETO, Prudente. Programa não se inventa. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 30 de jul. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6903> Acesso em: 07/03/2023.

promete a sua materialização no governo; e, por fim, os partidos, aos quais restaria a única opção de tomar parte nisso como fosse conveniente (i.e., ao identificarem pontos em comum com o candidato). A “vassourada” seria, ao mesmo tempo, a origem da força e o elemento limitador de Quadros.

A ideia da imprescindibilidade da “vassourada” dialogou, em alguma medida, com outra ideia amplamente discutida por Moraes Neto entre 1956-60. Nesse recorte, o país teria vivido uma “situação política” nova e negativa. A democracia teria sucumbido como efeito do contragolpe. Essa “situação” perduraria enquanto JK fosse presidente e Lott ocupasse o Ministério da Guerra. Por outras palavras, um ministro (Lott) tinha se insurgido contra o seu superior (Café Filho) para empossar um presidente (JK) que teve a sua eleição questionada. Desde então, Lott seria uma figura no topo do poder, algo que romperia com a lógica hierárquica habitual. Tanto é que, quando Lott deixou o Ministério para concorrer à Presidência, Moraes Neto afirmou que aquele evento seria o fim de uma “anomalia patológica” que supostamente permitiria que a democracia readquirisse o seu “equilíbrio normal”.⁵⁰⁹ O governo JK seria, então, ilegítimo:

O governo Kubitschek – assim chamado o sistema de força, de base militar e mal definida expressão política, que ora domina o país – tem seu calcanhar de Aquiles bem conhecido: sua origem espúria, sua ilegitimidade. Isto é que o põe de orelha em pé, toda vez que pressente a possibilidade de um ataque dirigido contra esse ponto vulnerável e tão sensível, que o menor ferimento ali pode ser mortal. É compreensível, portanto, sua inquietação.

Não há couraça, armadura ou blindagem que o proteja contra a eventualidade de ser atingido pela base, no ponto indefensável. Todo seu empenho, já tantas vezes manifestado, quer nas falas do Catete, quer nas Câmaras, visa a afastar esse tema de qualquer debate. No mais, digam o que quiserem seus adversários. Eles adoram a oposição, desde que esta se comprometa a não discutir o problema da legitimidade, não insista em proclamar que a situação, o governo, não passam de uma situação, um governo, filhos do “putsch” de 11 de novembro.

Ora, o problema da filiação ilegítima não se resolve por modo diverso em se tratando de uma situação política, do que nos casos de direito civil. O meio de resolve-lo é um só: a legitimação, pela qual o que era originariamente ilegítimo, adquire a condição de legitimidade, admitindo-se que esta retroage às origens, passando uma esponja no período anterior. Para todos os efeitos, o legitimado é como se legítimo fosse, desde o começo.⁵¹⁰

Ainda no mencionado texto, ele argumentou que a democracia tinha sido gravemente ferida pelo contragolpe e, assim, ela se encontraria em agonia. Apenas a consumação da sua morte possibilitaria ao governo JK se legitimar (por intermédio da inauguração de um novo

⁵⁰⁹ MORAIS NETO, Prudente. Fim do retorno. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 27 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6063> Acesso em: 07/03/2023.

⁵¹⁰ MORAIS NETO, Prudente de. Calcanhar de Aquiles. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 34, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/980> Acesso em: 07/03/2023.

sistema político). Em outra coluna, Moraes Neto argumentou que todos os atributos de legitimação inexistiriam em tal governo – a sua origem seria espúria, o seu funcionamento seria irregular e a sua finalidade iria na contramão do ideal de servir aos anseios nacionais.⁵¹¹

A hipotética “morte” da democracia brasileira não seria o fruto dos seus “vícios” ou das suas “doenças”. Mas, sim, um resultado de um processo externo de “amputações” causadas por “atentados”, “acidentes” e “desastres”. A origem disso seria o modo pelo qual ocorreu a redemocratização do país. O campo político teria falhado em eliminar os resquícios do Estado Novo – as suas ideias e as suas estruturas – que, naquele presente, minariam a democracia. Mesmo assim, Moraes Neto apontou que acreditava que a democracia era o tipo ideal de sistema para o país:

O instrumento não perdeu sua eficiência e poderia operar por muitos e muitos anos, quase diríamos indefinidamente, mediante pequenos reparos de recuperação. As peças e molas principais não se estragam, pelo contrário: são das que o tempo aperfeiçoa e o uso (o uso bom e honesto) aprimora. [...].

O modelo, na sua essência – e é o que importa – já vem de longe, sempre em ótimo estado. Se alguma coisa nele se mostra suscetível de obsolescência, não estará nas linhas mestras, nem nos princípios fundamentais. São os acessórios que envelhecem e marcam, pelo estilo, a data, como também acontece com os escritores e com os automóveis. Em suma, é a moda, é o atual, que passa – e há sempre disso nas construções humanas. Importante é que não fiquem apenas nisso e, ao lado de inevitáveis modernidades, formulem, postulem e apresentem o permanente, o que resiste ao temporal, como a casa edificada na rocha.

Não falta ao regime de 46 a sólida base rochosa que lhe deveria assegurar a duração e a permanência.⁵¹²

Moraes Neto ignorou detalhar quais eram esses princípios que ele considerou como fundamentais. Parece razoável supor, à luz de sua formação, que se tratou de uma alusão ao Direito. Seja como for, essa espécie de abstração teórica foi eligida por ele como uma barreira intransponível para as críticas à democracia. As falhas existiriam, mas elas poderiam ser corrigidas.

Em meio a isso, Moraes Neto também escreveu sobre a economia nacional. No epílogo de 1957, ele considerou que os “pontos de estrangulamento” da economia se perpetuariam enquanto durasse o governo JK. Ele listou ao menos três desses pontos. O primeiro seria o de aplicar “soluções de emergência” aos “problemas que reclamam outro gênero de tratamento”. O segundo seria a prática, ao que parece, do Estado, de “safar a onça das prementes dificuldades

⁵¹¹ MORAIS NETO, Prudente de. O nome das coisas. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 34, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1196> Acesso em: 07/03/2023. P. 34.

⁵¹² MORAIS NETO, Prudente de. De morte matada. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, out. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3069> Acesso em: 07/03/2023.

financeiras”. Esses dois pontos não foram aprofundados. O terceiro seria a “praga” do “monopólio do câmbio” que, em sua opinião, “a imobilidade da taxa cambial impedia os reajustamentos corretivos do fluxo do comércio exterior”.⁵¹³

Esse assunto foi retomado em outro texto. O colunista afirmou que estaria em voga uma política econômica de “trancamento dos portos”. Ela o faria considerar D. João VI como um “estadista genial” do seu tempo, afinal, o regente tinha implementado a “abertura dos portos” brasileiros. Para Moraes Neto, o Brasil aspiraria por um governo que repetisse esse ato porque, graças ao “trancamento”, o “pauperismo” estaria se acentuando.⁵¹⁴ Portanto, ao invés de desenvolvimento, o que aconteceria no país seria o recrudescimento da pobreza.

Essa interpretação negativa incluiu a eleição de 1958. O cenário seria favorável para os comunistas. JK não agiria contra os comunistas por ter supostamente comprado o apoio deles em 1955. O mesmo valeria para Lott, só que em razão do “apoio” de militares comunistas ao contragolpe. Além disso, os “petebistas do sr. João Goulart” teriam proclamado a “simbiose” entre o PTB e o PCB. Em suma, o Presidente, o Vice-Presidente e o Ministro da Guerra teriam as suas conexões com os comunistas.⁵¹⁵

Esse cenário seria ainda mais desequilibrado pela política do realismo da UDN:

É perfeitamente compreensível que a UDN, como o maior dos nossos partidos de oposição, viva neste momento, o seu drama – o drama da procura de rumos – que chega a constituir-se em crise por efeito da proximidade das eleições, para a renovação da Câmara, do terço do Senado e de onze governos estaduais.

Acontece que essa perspectiva que deveria ser a de um grande momento da vida democrática, entre nós não consegue inspirar confiança, nem muito menos despertar esperanças e entusiasmos.

A razão é simples: é que ainda não conseguimos estruturar a vida política da Nação em bases realmente democráticas. Houve algum progresso, nesse terreno, da República Velha para cá, mas, infelizmente, limitado ao processo de votação que elimina, de fato, as formas grosseiras de coação material e dificulta a compra de votos, pela incerteza em que fica o comprador quanto à execução do “contrato”.

E é só. No mais, continua precaríssima a nossa vida política. Precaríssima e vergonhosa, em todas as suas fases, desde as disputas internas dos partidos, que, em sua quase totalidade, não têm uma linha de conduta, nem se batem por princípios, ideias, métodos e realizações, mas pela distribuição da presa, pela participação no banquete que é a conquista do Poder. [...].

Em tais condições, o pronunciamento das urnas corresponde a tudo, menos à verdadeira opinião nacional. [...].

Não há, pois, saída política para a situação brasileira. Ficaremos eternamente nisso, marcando passo nos mesmos vícios, nas mesmas deformações, na mesma grosseira falsificação da democracia e da República.

⁵¹³ MORAIS NETO, Prudente de. Estranguladores. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 45, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1537> Acesso em: 07/03/2023.

⁵¹⁴ MORAIS NETO, Prudente de. D. João VI. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1601> Acesso em: 07/03/2023.

⁵¹⁵ MORAIS NETO, Prudente de. Traições. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, out. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3021> Acesso em: 07/03/2023.

A UDN tem plena consciência da realidade. Não lhe é lícito ignorar que o seu papel histórico seria denunciar infatigavelmente estes fatos à Nação. Aceitar a farsa, participar da farsa, acomodar-se no papel que, dentro da farsa, lhe pode ser reservado, pleiteando, mesmo, através de entendimentos com aqueles que sempre condenou, com justiça, por incompatíveis com o regime, sua prática, seus princípios, é aceitar a falsificação e o destino que lhe querem impor, e que ela foi feita para combater. Esse partido estará traindo a sua missão enquanto mancomunar-se e amerendar-se [sic] com os infiéis-inimigos, violadores, sabotadores do regime, para acompanhá-los como guarda de honra no cortejo de um triunfo que só pode ser conquistado contra tudo que o partido representa e que lhe justifica a existência.⁵¹⁶

A UDN estaria traindo a sua história. O pensamento de Moraes Neto era o de que o fim (poder) não justificaria o meio (as alianças interpartidárias). A UDN perderia a sua identidade, a razão de ser de sua fundação, se ela compusesse com aqueles que, no decorrer dos anos, o partido combateu frontalmente. O texto de Moraes Neto sugere que somente era possível um caminho, o da continuidade da luta. Entre uma nova “derrota gloriosa” e a conquista do poder por meio do realismo, Moraes Neto optou pela primeira.

O resultado da eleição não despertou entusiasmo no colunista. Ele celebrou as vitórias de Arinos e de Carvalho Pinto, para Senador (RJ) e Governador de São Paulo, respectivamente. Carvalho Pinto foi apontado por ele como a “chave do êxito de toda a administração do sr. Jânio Quadros”. Contudo, Moraes Neto sinalizou o seu pessimismo ao dizer que não acreditava que tais vitórias se deviam a um “amplo movimento nacional de recuperação da consciência democrática”. É possível supor que, na sua interpretação, o resultado eleitoral foi o efeito dos acordos interpartidários que ele repudiou. De todo modo, Moraes Neto indicou que o ponto positivo daquela eleição seria o de que, no Rio, a “tradição de independência e oposicionismo” estaria se restabelecendo. Todavia, mesmo isso seria uma conjectura que dependeria de alguma confirmação futura.⁵¹⁷

A partir de meados de 1959, após assumir a autoria da página nº 13, Moraes Neto começou a publicar a sua “tese” republicana. Pode-se afirmar que tal página foi um espaço valorizado simbolicamente em *Maquis*. Inicialmente, ela foi ocupada por artigos de João Duarte Filho, um dos ex-diretores do Clube da Lanterna. Depois dele, se sucederam nessa página Alberto Deodato (UDN), Aliomar Baleeiro (UDN) e o próprio Moraes Neto (PR).⁵¹⁸ Já a “tese”

⁵¹⁶ MORAIS NETO, Prudente de. A aceitação do inaceitável. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 17, mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1795> Acesso em: 07/03/2023.

⁵¹⁷ MORAIS NETO, Prudente de. Êxitos individuais. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, 01 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3214> Acesso em: 07/03/2023.

⁵¹⁸ Em 1958, *Maquis* comunicou a substituição de Baleeiro por Moraes Neto da seguinte maneira: “Para substituí-lo na nossa página 13 escolhemos um outro grande mestre do jornalismo e da crônica política: o mestre Pedro Dantas, pseudônimo consagrado de um consagrado e ilustre nome na imprensa e na vida intelectual brasileira – Prudente de Moraes Neto”. A Revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1591> Acesso em: 07/03/2023.

desse último conforma mais de vinte artigos. O seu argumento central era o de que seria preciso conservar os valores do liberalismo político que seriam a base da democracia. Isso careceria de um esforço contra a difusão do comunismo, um esforço que consistiria em refutar as ideias de Karl Marx.

O contexto de publicação é importante para o entendimento das razões de Moraes Neto. Em maio de 1959, o PTB aprovou o Plano de Ação Política. Esse documento reuniu algumas recomendações que deveriam ser observadas pelo partido nas suas articulações interpartidárias. Um dos seus pontos era a reforma agrária por meio da “desapropriação por interesse social”. Isso não era uma novidade no PTB; o partido já tinha manifestado essa posição tanto em 1953 quanto em 1955.⁵¹⁹

Parece, então, que essa reafirmação do PTB convergiu com o que Moraes Neto aparentemente percebia ao seu redor. No mesmo mês de maio, *Maquis* acusou Francisco Julião de liderar “uma poderosa organização comunista em Pernambuco”, as Ligas Camponesas. Segundo a revista, Julião instigaria a animosidade entre proprietários de terras e lavradores despossuídos, ação que causaria conflitos entre eles.⁵²⁰

No mês seguinte, Moraes Neto escreveu que a reforma agrária era inevitável – existiria um certo nível de consenso social sobre o assunto. Até mesmo os seus opositores diriam, inicialmente, serem favoráveis. O colunista ponderou que a questão não era se se deveria ou não executar uma reforma agrária. Paradoxalmente, ele conclamou o governo JK a impedir que ela gerasse “dilaceramentos estéreis na ordem social” e destruísse “os valores essenciais da vida e do espírito”.⁵²¹

Ele iniciou a sua “tese” na edição seguinte. A “opinião brasileira” estaria “grávida” da ideia de reforma agrária e, sendo assim, seria preciso “promover o parto sem dor”. Ato contínuo, seria vital tornar o nascido “sadio e robusto”. Essa metáfora denotaria uma política de governo que preconizasse a preservação da democracia, de suas instituições e da propriedade privada. Esta última considerada como condição *sine qua non* de um “regime de liberdade”. Tal política poderia direcionar o Brasil para uma “terceira via”, entre o capitalismo e o socialismo:

Os dois sistemas rivais apresentam fraquezas e defeitos opostos. Os pontos fortes de um são os pontos fracos do outro. E se acontece com frequência, a nós que vogamos

⁵¹⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁵²⁰ Ligas Camponesas, Células Comunistas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 8-9, 30 maio 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4497> Acesso em: 22/11/2023.

⁵²¹ MORAIS NETO, Prudente de. Planta que também se cultiva. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 06 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4541> Acesso em: 07/03/2023.

num deles, ver manifestar-se ao nosso lado o sincero desejo de mudar, é apenas a impressão que causa, tradicionalmente, a galinha do vizinho, aos desavisados. Ilusão, pura ilusão afetiva. [...].

No fundo, o primado da liberdade é indiscutível. Entre outros motivos e razões, por esta, fundamental, que, havendo liberdade, haverá mais pão e também maiores possibilidades, para cada um, de obter algum pão. Ao passo que, onde se suprime a liberdade a pretexto de proporcionar mais pão a todos, acaba-se ficando sem a liberdade e também sem pão, ou com tremendas dificuldades e imposições para obtê-lo. Até porque, efetivamente, o pão rareia. Quando às falaciosas promessas de que dia virá em que o pão, sem liberdade, será distribuído com fartura, pelo visto, e para encurtar razões, seria obra de séculos, ao passo que o pão nosso é o de cada dia, por exigências que não está em nós eliminar ou reduzir.

Pois bem: a supressão da liberdade coincide com a da propriedade. Pode-se dizer que é uma decorrência necessária desta última, já que acaba por ocorrer, ainda que não intencionalmente. Suponhamos que o propósito não seja o de eliminar a liberdade e sim, apenas, o de extinguir a propriedade privada. Então, o domínio das coisas se transfere do cidadão ao Estado, que, por ser um ente de razão, os administra através de uma burocracia. Esta dispõe das coisas e condiciona sua obtenção pelos cidadãos – se é que os indivíduos reduzidos a isso merecem ainda aquele título. Ora, como a obtenção de utilidades é essencial à vida, sucede o inevitável: a sujeição, sem remédio e sem defesa, a opressão organizada e minuciosa, que, como se sabe, não respeita os mais íntimos refolhos da consciência, degenerando rapidamente na mais inumana e absoluta das escravizações.⁵²²

Para ele, liberdade e cidadania eram sinônimos de propriedade privada, uma não podia existir sem a outra. Ainda de acordo com o supracitado artigo, o fim da propriedade privada significaria o fim do cidadão que, assim, se tornaria apenas um dependente do Estado. Por isso, seria essencial evitar o socialismo “a todo custo” e “esclarecer” o povo de que ele estaria sendo ludibriado pelas promessas socialistas.

Morais Neto evocou os ideais da Revolução Francesa (1789) como as bases perenes da democracia. Eles podiam ser atualizados, mas nunca substituídos:

República não é apenas forma: é forma e substância, e essa substância é matéria viva, que lhe determina os contornos formais e, principalmente, pressupõe uma causa final incompatível com a imobilização sobre aquisições definitivas. Não é corpo inanimado, é espírito em constante aperfeiçoamento, é processo, processo histórico em que a fidelidade a postulados e a princípios essenciais, com vistas à causa final, não pode ser estéril, mas fecunda.

A República não “foi” uma revolução: é uma revolução permanente [...].

Para o espírito republicano, ser conservador não será pois, jamais, uma expressão de apego ao que já foi feito nas etapas vencidas. Será, isto sim, a conservação da flama, do ímpeto, do entusiasmo, da fé, que impelem e conduzem a novas realizações e conquistas; a conservação da ideia mesma da “república” em termos revolucionários, únicos em que ela se realiza como ideia viva e não como peça documentária de museu.⁵²³

⁵²² MORAIS NETO, Prudente de. O pão e a liberdade. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 13 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4581> Acesso em: 07/03/2023.

⁵²³ MORAIS NETO, Prudente de. Espírito da República. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 20 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4621> Acesso em: 07/03/2023.

Essa definição se assemelha a que foi proposta por um intelectual conservador inglês à época.⁵²⁴ O conservadorismo não seria imóvel, mas dependeria de algum estímulo para se mover. Assim, a ideia de preservação orientaria o seu *modus operandi* no campo político. A possibilidade de mudança é admitida desde que ela seja processada de modo gradual e limitado. Morais Neto não afirmou no artigo que ele era um conservador. Porém, parece justo afirmar que, ao definir o que seria um, ele demonstrou a sua posição política. A sua descrição do conservador se alinha com o que ele defendeu nos artigos destacados anteriormente. Além disso, a descrição seria fruto do “espírito republicano”, o que se pode pensar como uma alusão ao partido (PR) a que ele era filiado.

Morais Neto pontuou que a desigualdade social era um problema agravado pela disparidade econômica entre as elites e o povo. Ele defendeu uma “construção jurídica” e o fomento à formação educacional igualitária como os instrumentos de combate à desigualdade. Caso ambas falhassem, aí sim se discutiria uma política legislativa de sentido “revolucionário”. Entretanto, ele condicionou essa abstração à preservação dos dois outros ideais republicanos: “o importante é realizar essa política – e essa revolução – em função também dos outros princípios republicanos, a liberdade e a fraternidade – isto é, com a integração e nunca a negação da República”.⁵²⁵

A sua forma de pensar a ideia de igualdade tinha a liberdade como pedra angular. A igualdade se materializaria no respeito as desigualdades *naturais* entre as pessoas. Logo, ela seria um aspecto *positivo* da democracia:

Há desigualdades e desigualdades – eis um truísmo que, apesar de sua condição, vale a pena sublinhar e mesmo discutir um pouco, para dele extrair algumas consequências que o completam. Esta, por exemplo: há desigualdades inócuas, ou até benéficas, e desigualdades nefastas, venenosas, malignas. É preciso distingui-las para determinar as que são admitidas e as que são proscritas pela ordem republicana. [...]. Eis aí algumas indicações bem mais valiosas do que poderiam parecer à primeira vista. Se prosseguirmos na mesma ordem de indagações, passando do capítulo dos gostos ao dos temperamentos, ao das tendências vocacionais, ao das habilidades, ao da capacidade intelectual, ao das crenças e convicções, em suma, ao que compõe uma personalidade humana, com seu modo peculiar e preferencial de viver, tudo isso desdobra-se em uma série de desigualdades que, inócuas ou salutares, se equiparam,

⁵²⁴ “Se o presente for árido, não oferecendo nada a ser aproveitado, então essa inclinação será mais fraca ou ausente; se o presente for notavelmente instável, ela consistirá em uma busca por algo que seja firme e confiável, explorando, pois, o que houver de melhor no passado; no entanto, ela se mostrará com toda a sua força quando o presente for abundante, e será ainda mais forte caso haja uma ameaça a essa condição. Em suma, é uma predisposição típica de quem acredita ter algo a perder, algo que o tempo o ensinou a amar; um homem de certo modo rico em oportunidades de aproveitar a vida, mas nem tão rico assim que se permita dar-se ao luxo de ser indiferente à perda. [...]. Ser conservador é, pois, preferir o familiar ao estranho [...]”. OAKESHOTT, Michael. *Conservadorismo*. Trad. André Bezamat. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2016, p. 70.

⁵²⁵ MORAIS NETO, Prudente de. Espírito da República. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 20 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4621> Acesso em: 07/03/2023.

no conjunto, pela equivalência perante a lei. É, pois, a igualdade que se afirma, através dessas desigualdades.

A igualdade essencial que nivela entre si as pessoas humanas, longe de ser contraditada ou infringida, como princípio, por toda a gama de desigualdades acessórias e atributivas que possam exorná-las [sic], é, pelo contrário, confirmada e evidenciada por elas. E este é o fundamento da democracia.

[...] formule-se, desde logo, a conclusão: as desigualdades materiais e de circunstâncias só afetam e contravêm à igualdade essencial das pessoas entre si, na medida em que possam evoluir (como doenças) para uma situação de desigualdade perante a lei.⁵²⁶

Sendo assim, seriam provenientes dessas desigualdades *naturais* as outras formas de desigualdade, como a econômica e a social. Ou seja, em função dessa *naturalidade*, elas eram permanentes, impossíveis de eliminação. Esse argumento foi utilizado por ele como gancho para conclamar o combate ao comunismo. O jornalista alegou que o país experimentava uma infiltração comunista que instrumentalizava a desigualdade para subverter a sua ordem social. Existiria a necessidade de se desenvolver uma ação de “contraespionagem” que combateria a infiltração “pelos meios e processos psicológicos, um pouco à moda das campanhas publicitárias”. Essa campanha seria caracterizada pela propaganda antimarxista. A teoria de Marx seria superável na medida em que a sociedade fosse levada a perceber o rumo que ela estaria traçando – i.e., o do socialismo – e, assim, se mobilizasse em um sentido contrário.⁵²⁷

Para o colunista, Marx estaria equivocado por ter subordinado o Direito aos interesses dos poderes político e econômico na sua formulação do processo revolucionário de superação do capitalismo. O contra-argumento de Moraes Netto evocou que Marx teria desprezado o intelecto e a moral humana nessa reflexão. Pior ainda seria o seu “crime” de prever a supressão momentânea da liberdade enquanto ocorreria o desenvolvimento – pelo Estado – da igualdade econômica. Os resultados práticos contradiriam a teoria marxista. Os países que a seguiram teriam sociedades inibidas da liberdade e da igualdade. Comparativamente, então, o socialismo seria um sistema pior do que a democracia porque nele faltavam dois dos três ideias republicanos.⁵²⁸

Na sua lógica, a máxima da democracia de que “ninguém é superior nem inferior a ninguém” eliminaria os privilégios individuais (ou coletivos) e asseguraria a possibilidade de mobilidade social. Porém, ele ponderou que apenas uma minoria era dotada de “meios de

⁵²⁶ MORAIS NETO, Prudente. De vários tipos de desigualdades. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 18 jul. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4781> Acesso em: 07/03/2023.

⁵²⁷ MORAIS NETO, Prudente de. Desigualdades objetivas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 25 jul. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4821> Acesso em: 07/03/2023.

⁵²⁸ MORAIS NETO, Prudente de. República ainda é a solução. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 01 ago. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4861> Acesso em: 07/03/2023.

aquisição” – o dinheiro – para poder arcar com uma formação que a habilitaria profissionalmente a desempenhar os “mais elevados postos” do mundo do trabalho. Assim, essa consequência do fator econômico seria uma “brecha” existente na democracia, pela qual a desigualdade se infiltraria na sociedade. Isso seria um fenômeno de “degenerescência” que deveria ser corrigido. Assim, se restringiria a desigualdade ao seu sentido de *naturalidade* – “assim como ninguém deve ser privado da aquisição das habilitações para as quais tenha capacidade e natural pendor, ninguém deve ser forçado a insistir nessa aquisição, contrariando a natureza e sem verdadeiro proveito, individual ou social – por simples vaidade ou capricho”.⁵²⁹

Esse “direito à habilitação” dependeria da concessão de condições materiais aos cidadãos – alimentação, saúde, vestuário, moradia, lazer e trabalho (acompanhadas de uma remuneração condizente a tarefa desempenhada por cada um). Para ele, o Brasil estaria longe de alcançar tais condições devido a execução da política desenvolvimentista pelo governo JK:

O desenvolvimentismo oficial – artificioso, demagógico, estúpido e desonesto, é uma corrente de negócios e negociatas para favorecer favoritos e enriquecer ricos, financiados inescrupulosamente pelos sacrifícios, pela miséria, pela fome do povo. O que a este reverte, em vantagens mínimas, decorrentes da instalação de algumas novas atividades no país, são migalhas insignificantes, que não pagam os juros dos sacrifícios sofridos.

Por semelhante “filosofia” desenvolvimentista (vá lá: o cinismo é uma filosofia), o que se faz é cavar ainda mais e cada vez mais o abismo entre os extremos da escala social. Desenvolve-se, sim, e muito, a opulência de certos grupos privilegiados, fruidores da proteção oficial, nem sempre gratuita (para não dizer que raramente o é). Desenvolve-se muito, por outro lado, o estado de carência, a agrura da vida, a miserabilidade da maioria, cuja paciência e boa-fé ilimitadas se vão embaindo com palavras de repugnante hipocrisia, para melhor explora-las, indignamente.

Isto importa, segundo a terminologia marxista, em acelerar o processo de desenvolvimento do capitalismo – exatamente no que tem de inumano e monstruoso, aspecto que se acentua até a exacerbação, quando abandonado unicamente à sua lógica interna e não retificado, aparado e contido por uma ação social e política. Nisto reside uma das causas do apoio comunista ao “desenvolvimentismo”, indecoroso e espoliativo. Assim se visa ao ponto de ruptura, não ao de equilíbrio.⁵³⁰

A comparação entre os processos de industrialização da URSS e dos países capitalistas foi usada por ele para criticar essa política. Moraes Neto pontuou que seria vedado a URSS reproduzir qualquer tipo de modelo capitalista de industrialização. Desse modo, a URSS teria estimulado a produção industrial e sacrificado o consumo. A partir disso, Moraes Neto ponderou que países capitalistas não poderiam seguir esse modelo de intervenção estatal na economia.

⁵²⁹ MORAIS NETO, Prudente de. Direito à habilitação. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 29 ago. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/5021> Acesso em: 07/03/2023.

⁵³⁰ MORAIS NETO, Prudente de. Pressupostos do direito à habilitação. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 05 set. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/5061> Acesso em: 07/03/2023.

Neles, as “prioridades” e as condições materiais seriam distintas. Para o colonista, havia um paralelo entre o modelo soviético e a política econômica de JK – não existiria um mercado para a produção brasileira.⁵³¹

O liberalismo figurou nos últimos artigos da “tese”, em meio a continuação da crítica a Marx e ao socialismo. Moraes Neto tentou demonstrar que o capitalismo era uma distorção, uma “hipertrofia patológica” corriqueira em um modo de produção que se erigiu sobre as ideias de propriedade privada e de livre iniciativa. Tal qual a sua linha de raciocínio sobre os problemas da democracia, ele ajuizou que isso era um erro passível de correção. E, talvez o mais importante, esse encadeamento o fez apregoar que a verdadeira antítese do socialismo era o liberalismo:

Ao socialismo opõe-se o individualismo, como concepção de filosofia social. O problema é de transferência da ação econômica, do indivíduo para a sociedade ou o Estado, que a personifica, e vice-versa. Entretanto, como sistema econômico propriamente dito, ao socialismo se opõe o liberalismo [...].

Que utilidades deve o país produzir? Em que quantidade? Por que meios e com que métodos? Como serão elas distribuídas, e em que proporção? Com que margem de lucro? Este, em que será aplicado? No socialismo, o Estado o decide soberanamente, [...].

No liberalismo, os indivíduos resolvem, de acordo com suas necessidades, suas possibilidades e suas tendências. Indisciplinadamente? Nem tanto. Por certo, não os constrange uma rígida disciplina, de tipo militarista. Há, porém, uma disciplina que decorre naturalmente e automaticamente dos fatos. Esta, se não é imposta, “manu militari”, à observância geral, impõe-se, entretanto, por si mesma, à vista das consequências inelutáveis e prejudiciais decorrentes dos atos que a infringem.

A lei que dita a conduta individual, nesse terreno, é esta: ninguém gosta de se dar mal com o que faz. Se não é proibido bater com a cabeça na parede, nem por isso costumam registrar-se com frequência acidentes resultantes do uso dessa liberdade, que, em condições psicológicas normais, dificilmente se converterá em costume. Sendo ato lícito, ninguém o faz simplesmente porque dói.⁵³²

No liberalismo, a disciplina individual seria o fruto do raciocínio naturalmente construído – se produziria o que seria necessário e se orientaria o comportamento pelo instinto de autopreservação. Esses elementos, aparentemente, seriam suficientes para garantir um funcionamento adequado ao mercado. Parece lógico afirmar que ele se referiu à teoria de autorregulação, um dos temas centrais de debate entre os pensadores do liberalismo econômico. A conclusão de sua “tese” se iniciou a partir disso:

O capitalismo, desenvolvido em regime econômico liberal, ou de livre empresa, tende à degenerescência, por hipertrofia. A higidez do regime estaria no perfeito equilíbrio,

⁵³¹ MORAIS NETO, Prudente de. Desenvolvimento. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 03 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/5221> Acesso em: 07/03/2023.

⁵³² MORAIS NETO, Prudente de. Paté de foie gras. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 25 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5341> Acesso em: 07/03/2023.

assegurado pelo mecanismo auto-regulador [sic] e seus sistemas de válvulas compensatórias. Esse mecanismo, porém, sofre os retardamentos e desgastes dos atritos e resistências que não há como eliminar. Seu lento acúmulo acaba por forçar o motor, gerando a hipertrofia, com todos os desequilíbrios consequentes.⁵³³

As “válvulas compensatórias” do liberalismo seriam ou o Direito, ou as políticas públicas, ou ambos ou nenhum? O termo torna impossível saber com segurança. Seja como for, no mencionado artigo, Moraes Neto afirmou que a percepção das “hipertrofias” como normais teria possibilitado a Marx propor um novo tipo de ordenamento social. As outras doutrinas “estariam, além do mais, condenadas de antemão, dado o inevitável prevalecimento do comunismo, tal como o antecipam os marxistas”. Para Moraes Neto, essa solução só seria aceitável se fosse “apresentada sob sua verdadeira fisionomia, que é a de uma opção arbitrária e cerebrina”. Nesse longo trajeto por ideias, representações e proposições, a sua conclusão se prendeu ao objetivo de contestar a validade científica e filosófica de Marx, sem se preocupar em discutir como solucionar os alegados “atritos” e “resistências” que obstruiriam as “válvulas compensatórias” do liberalismo. Enfim, a sua “tese” classificou o marxismo como uma “impostura” que procuraria “incutir no espírito insuficientemente esclarecido e preparado das massas que a doutrina que se lhes propõe, além de lhes oferecer o domínio do mundo, tem por si a ciência e a filosofia”.⁵³⁴

Os artigos de Moraes Neto indicam que ele compartilhou da ideia de que as elites deveriam guiar o rumo do campo político tendo em mente a preservação da democracia. Isso permite perceber como o colunista temia a possibilidade de que uma demanda – no caso, a reforma agrária – pudesse ameaçar a estrutura social em que ele, definitivamente, não estava na base. Antes de ele perceber essa “ameaça”, havia espaço para contestar a democracia brasileira de modo a se negar uma legitimidade ao governo JK. Depois, a “tese” fez da conservação da democracia uma urgência. A crítica ao governo JK continuou presente, mas perdeu espaço diante da “tese” antimarxista. Nota-se que, nesse esforço, Moraes Neto pouco enfocou a questão de como deveria ser elaborada a reforma agrária. A sua argumentação se direcionou para a defesa de ideias e de valores tanto do liberalismo político quanto do econômico – autorregulação do mercado, individualismo, liberdade de imprensa, propriedade privada e equilíbrio a produção e o consumo. Em alguns momentos, tais aspectos podem ser apreendidos

⁵³³ MORAIS NETO, Prudente de. Falsa qualidade. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 12 dez. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/5623> Acesso em: 07/03/2023.

⁵³⁴ MORAIS NETO, Prudente de. Falsa qualidade. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 12 dez. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/5623> Acesso em: 07/03/2023.

na suas reflexões sobre a economia brasileira, especialmente nos seus textos sobre o comércio exterior.

O paradoxo entre as suas representações acerca da democracia também alcançou a sua concepção do que seria uma igualdade social positiva, ou seja, um direito à desigualdade. Esta poderia ser nociva se não existisse um esforço para garantir condições mínimas iguais a sociedade. Na medida em que ele abordou a desigualdade como um problema do Brasil, ele também matizou esse problema ao indicar soluções, algumas mais abstratas do que outras. Em suma, Moraes Neto não se negou a reconhecer o problema, mas tentou mostrar que ele seria solucionável por meio dos mecanismos existentes. No fim das contas, essas espécies de concessões podem ser compreendidas como estratégias para atingir o objetivo que mais lhe importava – invalidar a teoria de Marx e, ao mesmo tempo, combater o comunismo *representado* na reforma agrária. Assim, se essa última era algo urgente, como Moraes Neto parecia acreditar ser, o dever que se revelava era o de garantir que ela não alcançasse um estágio alarmante para a propriedade privada (vista como aspecto básico para a existência da democracia). Nesse sentido, a fome, a pobreza e o latifúndio se tornaram questões à luz dos riscos que eles representariam para a ordem.

4.4. Aliomar Baleeiro: cafeicultura, inflação e moeda

Tal qual foi observado em Moraes Neto, a contestação da democracia foi o tema principal da coluna de Aliomar Baleeiro em 1956. Assim como o seu colega em *Maquis*, Baleeiro também questionou a legalidade vigente por causa do contragolpe. Ele tentou respaldar o esforço dos que se opuseram a JK na campanha e no pós-eleição. Ele justificou essa posição ao afirmar que a presidência era exercida por um “grupo” político que usava da força e da corrupção, para permanecer no poder, desde 1930. Inexistiria no Brasil a alternância, elemento que ele considerou como basilar em uma democracia.⁵³⁵ Essa suposta característica da política nacional esclareceria a razão da instabilidade da democracia brasileira. A impunidade ao poder – corrupto e corruptor – seria a causa da revolução, da conspiração ou da subversão. Tanto a democracia estadunidense quanto a inglesa não sofreriam da instabilidade. Em sua opinião, nesses países, a criminalidade não atingiria o governo.⁵³⁶

⁵³⁵ BALEEIRO, Aliomar. A monotonia do espetáculo. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 17, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/111> Acesso em: 14/11/2023.

⁵³⁶ BALEEIRO, Aliomar. O segredo da conspiração. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28, out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/218> Acesso em: 14/11/2023.

Baleeiro ironizou o Código Penal como letra morta – não coibiria a transgressão praticada por autoridade pública. Assim a impunidade reinaria nessa esfera.⁵³⁷ Paradoxalmente, Baleeiro evocou o Direito para defender a justiça de se adjetivar Lott como um “traidor”. O contragolpe validaria o uso desse termo, no sentido de Lott ter agido contra Café Filho, seu superior.⁵³⁸ Ele encampou o argumento de Moraes Neto de que o Brasil experienciaria uma “situação política”, não uma democracia:

Se sustento que em nosso regime, à luz de argumentos já debatidos, sobretudo por mestre Prudente de Moraes Neto, não estão constitucionalmente eleitos presidente e vice-presidente que não obtiveram mais da metade dos votos apurados, tenho o direito de submeter minha tese, na forma das leis, por via de recurso, ao Supremo Tribunal Federal. E enquanto essa Egrégia Corte, em sessão plenária, não proclamar meu erro, a controvérsia subsiste. Como cidadão, sou obrigado a conformar-me com o que o Supremo Tribunal delibera ser o exato sentido e a fiel aplicação da Constituição de 1946.⁵³⁹

Ele sugeriu a sua confiança e o seu respeito pelo que o Poder Judiciário viesse a decidir sobre a tese da maioria absoluta. Enquanto não existisse essa definição jurídica, a contestação à eleição de JK seria legítima. Quase dois anos depois da eleição de 1955, ainda se tentava manter viva a suposta questão da validade do pleito. Isso sugere uma intenção de se apresentar recorrentemente como o lado que teria defendido a democracia pelo caminho legal.

Dito isso, no contexto do realismo da UDN e da eleição de 1958, Baleeiro refutou a possibilidade de uma pacificação política entre o governo e a oposição:

Enquanto fervem as manipulações e murmúrios sobre entendimentos interpartidários para a meia-sola no gasto e cambaio governo do irrequeto sr. JK, avulta a necessidade de submeter-se a exame de laboratório o bom e o mau dessas iniciativas.

Normalmente, qualquer povo amadurecido, ou em processo de amadurecimento gradual, apresenta variedade de interesses, ideais e aspirações, que se expressam através da voz de líderes e de partidos diversificados pelas respectivas regiões e grupos.

Logo, democracia efetiva importa fatalmente na pluralidade de partidos com programas e condutores inconfundíveis. Só em casos extremos se recomenda o silêncio dessas diferenciações, durante algum tempo, para que se ouça apenas a palpitação do esforço de preservação da nacionalidade ameaçada pelo agressor estrangeiro. Não há nada disso no Brasil de hoje. [...].

Destarte, usando da fórmula consagrada pelo dicionário do Catete, “não há clima” para colaboração interpartidária. Para a rotina medíocre da administração, nunca sofreu embaraço das oposição modorrenta o alegre morador daquele palácio. Logo, do ponto-de-vista nacional, nada ganhará o povo se for amortecida ainda mais a fraca

⁵³⁷ BALEEIRO, Aliomar. Guia criminal para turistas. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, mar. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/683> Acesso em: 10/02/2023.

⁵³⁸ BALEEIRO, Aliomar. Espelho para demandistas. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1007> Acesso em: 10/02/2023.

⁵³⁹ BALEEIRO, Aliomar. Legalidade legítima e legitimidade legal. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1055> Acesso em: 10/02/2023.

vigilância dessa oposição desfalcada pela morte, pela fadiga, pela deserção e pelo trancamento das redes de rádio e TV.⁵⁴⁰

Ainda em tal artigo, Baleeiro usou uma metáfora sobre o funcionamento de uma colmeia para explicar o que ocorria no campo político. Os “zangões”, aqueles que estariam dispostos aos “amores com o governo”, se aproveitariam dos trabalhos das “abelhas”. Contudo, ele ponderou que essas “abelhas” continuariam “vivas, ativas e, não raro, agressivas na defesa da geleia real contra os invasores vindos de cortiços diferentes”.⁵⁴¹ Baleeiro não citou Juraci Magalhães ou o realismo. Ao que parece, sua metáfora serviu para negar que a UDN arrefeceria a sua oposição ao governo JK.

Baleeiro também redigiu algumas reflexões sobre a economia nacional (o salário-mínimo, o sistema fiscal, a emissão de moeda e o protecionismo alfandegário). Sobre o primeiro, ele tentou demonstrar que se tratava muito mais de um instrumento político do que algo útil ao trabalhador. Ele afirmou que nos EUA inexistiria uma política pública de salário-mínimo. Convém pontuar que, esse tipo de política existia nos EUA desde 1938, apesar de ela se limitar ao trabalhador urbano⁵⁴² (tal qual no Brasil da época). Dito isso, Baleeiro defendeu que os reajustes salariais aconteciam por meio de negociações diretas entre os empregadores e os empregados nos EUA. Em caso de insucesso, caberia aos últimos deflagrarem uma greve. O colunista pontuou que o operário estadunidense – sem possuir instrução profissional – perceberia uma remuneração salarial quatro vezes maior do que o seu similar brasileiro. Logo, os seus poderes de compra eram assimétricos:

Há mais de 20 anos, estão no poder os partidos que se dizem populistas, isto é, dedicados à defesa dos interesses e direitos das classes mais humildes: - o povo, como impropriamente as chamam. Os líderes desses partidos nada se parecem com as figuras magras, ascéticas ou atléticas dos operários. Pelo ventre avantajado e pelas bochechas pendentes, não há dúvida de que não querem nada com o trabalho. [...]. Ora, nos Estados Unidos, hoje governado pelo Partido Republicano, que é conservador e até reacionário, não há salário-mínimo por ato de autoridade. A “Union”, constituída sem imposto sindical, trata com os patrões em bons termos e, quando a conversa não dá certo, recorre à “última ratio” – a greve. O operário americano mais estúpido e mais destituído de habilitações ganha, pelo menos, 1 dólar por hora. Cr\$ 560,00 por dia. Cr\$ 16.800 por mês. Sem trabalhismo, nem populismo, - sem pelego, nem salário-mínimo, o Joe Smith percebe quatro vezes mais do que o João Ninguém.⁵⁴³

⁵⁴⁰ BALEEIRO, Aliomar. Geleia real para JK. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 19 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2463> Acesso em: 10/02/2023.

⁵⁴¹ Idem.

⁵⁴² KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Contexto, 2007.

⁵⁴³ BALEEIRO, Aliomar. O Smith e o João Ninguém. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 46, nov. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/284> Acesso em: 10/02/2023.

Nota-se, pelo recorte temporal e pela caracterização do político trabalhista, que ele se referia indiretamente a Vargas e a Goulart. Estes usariam o discurso em favor do reajuste do salário-mínimo como forma de autopropaganda. O texto também sugeriu que a suposta inexistência do salário-mínimo nos EUA teria como efeito uma constante interação cordial entre o empregador e o empregado nas negociações.

Ao analisar o sistema fiscal, Baleeiro voltou a recorrer à figura de Vargas. Só que, desta vez, a crítica cedeu o seu lugar para a defesa de uma proposta de estabelecer uma nova tributação sobre o lucro empresarial (1953). O colunista condenou os que instrumentalizariam eleitoralmente a imagem de Vargas e, ao mesmo tempo, se distanciariam da sua proposta tributária. Essa reflexão fez parte de sua oposição ao Congresso por ter aprovado uma majoração no imposto de consumo. Em sua opinião, o proletariado e a classe média seriam os principais lesados por essa medida. Ao invés da majoração, Baleeiro defendeu que deveria existir uma tributação progressiva sobre a renda. No mesmo artigo, o colunista também se manifestou contrariamente à elevação da proteção alfandegária – uma hipótese naquele momento – para proteger o empresariado nacional da concorrência externa. Baleeiro afirmou que essa prática acarretaria na especulação de preço, tendo em vista a impossibilidade de “qualquer concorrência corretiva”. Assim, a lucratividade empresarial estaria em uma curva ascendente e, no sentido inverso, estaria a renda nas classes médias e no proletariado.⁵⁴⁴

O colunista avaliou que o Estado não zelaria pelo cumprimento do direito constitucional ao trabalho. Na sua interpretação, o funcionalismo público estaria na raiz de um desequilíbrio no mercado de trabalho. Apesar de defender o funcionalismo, Baleeiro pontuou que ele, em parte, era composto por meio do apadrinhamento político. Os critérios de mérito e de necessidade não existiriam. Para mudar isso, Baleeiro afirmou que o Estado deveria manter a produção e o consumo em “ponto ótimo”, algo que permitiria à iniciativa privada absorver a mão-de-obra disponível.⁵⁴⁵

A lei da oferta e da procura também foi a base do seu argumento contra a existência da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP). Baleeiro comentou que a produção de carne bovina recrudescera no país e, em função disso, o seu preço diminuiu no campo. Porém, essa retração no valor não atingiria o consumidor varejista por intromissão da COFAP. O colunista procurou suscitar a indignação no leitor. A COFAP, mantida com o dinheiro do

⁵⁴⁴ BALEEIRO, Aliomar. Paguem e aprendam. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 42, dez. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/376> Acesso em: 10/02/2023.

⁵⁴⁵ BALEEIRO, Aliomar. A moral da fábula. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 46, jan. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/476> Acesso em: 10/02/2023.

contribuinte, agiria contra o interesse deste. Assim, o Brasil teria uma “lei econômica” peculiar, pois “quando há excesso de garrotes e tomba o preço deles no sertão, majora-se às barbas do governo a tabela da alcatra e do filé mignon nas cidades”.⁵⁴⁶

Baleeiro condenou o Congresso por ter permitido ao governo JK emitir títulos da dívida pública. Estes serviriam para capitalizar o Estado de modo que ele pudesse saldar o seu déficit. O colunista criticou especialmente as condições de remuneração desses novos títulos – prazo de três anos para o resgate, juros e uma bonificação (de acordo com a desvalorização da moeda). Para ele, isso se configuraria em um contrassenso quando se sabia que, na Bolsa de Valores, os títulos em circulação eram comprados por taxas muito menores. Portanto, essa fórmula acarretaria em uma “inflação de crédito” e em um enriquecimento dos detentores de tais títulos (notadamente os bancos e as empresas de seguros e de capitalização).⁵⁴⁷

Baleeiro emitiu uma opinião que o inseriu na esteira das críticas do colunista de economia de *Maquis* (Adão Lisboa Cayrú) e de Moraes Neto. O primeiro profetizou que o sistema bancário brasileiro iria colapsar por causa dos novos títulos da dívida. Cayrú afirmou que o governo JK estaria estimulando a imobilização de capital. Mas, no futuro, ele supostamente não seria capaz de saldar os títulos. Diante disso, o sistema bancário entraria em crise por ter retraído a sua liquidez e, assim, dependeria do socorro estatal. Não obstante, Cayrú criticou a medida por representar um desestímulo ao financiamento bancário para a iniciativa privada.⁵⁴⁸ O segundo afirmou que o Ministério da Fazenda tinha negado o potencial inflacionário dos títulos ao argumentar que esses últimos funcionariam como uma “antecipação de receita”. Moraes Neto sugeriu que isso era similar ao charlatanismo e previu que, quando a receita fosse de fato obtida pelo Estado, ela não seria utilizada para resgatar tais títulos.⁵⁴⁹

Baleeiro se opôs a política de sustentação de preços do café brasileiro no mercado internacional. Nesse ponto, Baleeiro contestou Eugênio Gudín quando este afirmou que a redução do preço não solucionaria o problema do estoque de café. Gudín, um monetarista

⁵⁴⁶ BALEEIRO, Aliomar. O país adorável. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, fev. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/587> Acesso em: 10/02/2023.

⁵⁴⁷ BALEEIRO, Aliomar. O tonel das Danaides. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1553> Acesso em: 10/02/2023.

⁵⁴⁸ CAYRÚ, Adão Lisboa. Fórum Econômico. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 18, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1558> Acesso em: 04/03/2023.

⁵⁴⁹ MORAIS NETO, Prudente de. Fórmulas encantatórias. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1695> Acesso em: 04/02/2023.

ortodoxo⁵⁵⁰, teria analisado o consumo histórico dos países compradores e, assim, concluído que ele era inelástico. As variações ao longo do tempo no preço não impactariam substancialmente nos volumes das exportações de café:

Inspirado em estudos objetivos a que mandou proceder, o prof. E. Gudin, que também não planta, nem especula em café, opõe à baixa agressiva dos preços – enfim a uma política quase de “dumping”, que talvez nos salvasse no futuro, desencorajando a competição –, o argumento da inelasticidade do consumo, isto é, o de que os bebedores não tomariam mais xícaras que as habituais. Então ganharíamos menos dólares, porque os fregueses se aproveitariam do abatimento sem comprar maior quantidade. [...].

A objeção é realmente séria, no pressuposto de que as curvas de preços foram graficamente construídas com toda isenção e cautela. Mas o problema crucial não reside apenas em alargar o consumo de nossos fregueses, mas, - evidentemente, - no de recuperar aqueles que perdemos, porque se deslocaram para o mercado produtor africano ou alhures.⁵⁵¹

Baleeiro se furtou de questionar a demonstração de Gudin, mas ele redirecionou a questão do café para uma outra abordagem. No seu entendimento, a redução do preço seria essencial para que o Brasil voltasse a ser competitivo internacionalmente. Nesse sentido, ele advogou que o governo deveria rever os seus acordos comerciais para aplacar a crise cafeeira, notadamente diante da concorrência dos países da África.

A saída de José Maria Alkmim do Ministério da Fazenda, substituído por Lucas Lopes, foi comemorada pelo colunista (1958). Antes disso, Baleeiro tinha acusado Alkmim de ser coautor de um crime de responsabilidade supostamente praticado por JK:

Para completar o quadro legal, ou mais exatamente penal, que emoldura a verônica alegre do sr. Juscelino Kubitschek, vejam os leitores a Lei 1079, de 10 de abril de 1950, que regula os crimes de responsabilidade do Presidente da República:

“Art. 11. São crimes de responsabilidade contra a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos:

Ordenar despesas não autorizadas por lei sem observância das prescrições legais relativas às mesmas”.

Muito bem. O Tribunal de Contas, pelo voto do ministro Rubem Rosa, declara ao Congresso o seguinte, a respeito das contas do sr. J. Kubitschek:

“Pela leitura das despesas realizadas *sem crédito e além dos créditos*, no exercício de 1957, o que se verifica é o arbítrio do Poder Executivo, neste particular, autorizando e mandando pagar tais despesas – Cr\$...... 11.791.296.194,30 – *inteiramente à margem das disposições constitucionais e legais que a disciplinam*”. [...].

Não somos democracia, nem fingimos ser. Que ordena a lei diante dos crimes cometidos pelo sr. J. Kubitschek em coautoria com o sr. J. M. Alkmim, aquele tal do

⁵⁵⁰ “Adepto de uma orientação monetarista ortodoxa, Gudin identificara a inflação e a expansão dos meios de pagamento como os principais problemas enfrentados pela economia brasileira e propunha uma política de austeridade, traduzida na redução dos investimentos públicos e na restrição e controle do crédito”. KELLER, Vilma. Eugênio Gudin. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁵⁵¹ BALEEIRO, Aliomar. Meditações sobre a catástrofe à vista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 49, 17 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2031> Acesso em: 10/02/2023.

uísque a meio-dólar e do apartamento do famigerado Galdeano? Destituição do Presidente da República e inabilitação até 5 anos, para o exercício de qualquer função pública (art. 1º da Lei 1079).⁵⁵² [grifos do autor].

A partir da saída de Alkmim, Baleeiro expressou a sua confiança em Lopes. Sobre o café, ele questionou se Lopes iria abandonar a “valorização fictícia”.⁵⁵³ Nesse mesmo mês de outubro de 1958, a SUMOC publicou as Instruções nº 166 e nº 167. No que tange à agricultura, a primeira delas considerou a importação de equipamentos, de peças e de sobressalentes como “essenciais ao processo de desenvolvimento econômico” desde que não houvesse similar nacional. Esses itens acarretariam no pagamento de uma sobretaxa por parte do importador.⁵⁵⁴ A segunda direcionou, para o mercado de câmbio livre, a negociação de moeda obtida pela exportação de produtos enquadrados na 4ª categoria do sistema cambial vigente. A 4ª categoria compreendia todos os outros produtos não inseridos nas categorias anteriores. Nestas, se encontravam o café, o cacau, o algodão, o fumo, a mamona, o rícino, o manganês, o pinho, a erva-mate, o couro e alguns tipos de cera. Porém, a norma contém uma lista de outros produtos agrícolas que não poderiam usufruir desse regramento (como o açúcar e a carne).⁵⁵⁵ Se vedava aos produtores rurais negociar dólares no mercado em que tal moeda tinha um preço mais elevado. Por outro, se tentava estimular a compra de industrializados nacionais. Na opinião de Baleeiro, elas agravariam a situação da lavoura e beneficiariam a indústria. Elas representariam uma transfusão de sangue do doente (agricultura) para o saudável (indústria).⁵⁵⁶ Em suma, não demorou para que Baleeiro contestasse as medidas de Lopes.

O apoio à agricultura nota-se também na sua crítica ao Plano de Estabilização Econômica (PEM).⁵⁵⁷ Para Baleeiro, o PEM representaria a mentalidade de um Ministro que

⁵⁵² BALEEIRO, Aliomar. Teu lugar é na penitenciária, JK! *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 25, 30 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2763> Acesso em: 10/02/2023.

⁵⁵³ BALEEIRO, Aliomar. Elegia de Juscelino. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 11 out. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3035> Acesso em: 10/02/2023.

⁵⁵⁴ BRASIL. *Superintendência da Moeda e do Crédito*. Instrução nº 166. 04 out. 1958. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoessumoc/SUMOCINST166-instrucao166.pdf> Acesso em: 10/02/2023.

⁵⁵⁵ BRASIL. *Superintendência da Moeda e do Crédito*. Instrução nº 167. 04 out. 1958. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoessumoc/SUMOCINST167-instrucao167.pdf> Acesso em: 10/02/2023.

⁵⁵⁶ BALEEIRO, Aliomar. Transfusão de sangue. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13. 25 de out. de 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3131> Acesso em: 10/02/2023.

⁵⁵⁷ De acordo com Benevides: “O PEM envolvia providências nos quatro setores: moeda e crédito, com limitação do crédito e controle operacional sobre bancos particulares; finanças públicas, com equilíbrio orçamentário acarretando aumento nos impostos de renda e de consumo; salários, com revisão do salário-mínimo e restrição aos aumentos; balanço de pagamentos, com controle cambial e monetário para impedir grande ampliação da importação de bens e serviços estrangeiros, desburocratização do setor exportador, eliminação gradual dos subsídios cambiais para evitar estímulo ao consumo de bens importados e investimento de equipamentos importados. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek*. Op. Cit. 1976, p. 221.

pensaria como um banqueiro. Ele enfocou duas propostas sobre o recolhimento do imposto de renda, ambas consideradas como negativas. A primeira seria a de permitir que o empresário – não o latifundiário – pudesse pagar o imposto por meio de ações de empresas. Baleeiro ironizou Lopes quando afirmou “quer o Programa [PEM] que o Tesouro se transforme em acionista de todos os tubarões engordados pelos lucros excessivos”. A segunda seria a de modificar a regra de cálculo do imposto para o campo:

É verdade que vocês não pagam, no Brasil, o imposto cedular de renda cobrado aos fazendeiros em todos os países. Mas não há menos verdade em que, além do imposto territorial e dos direitos de exportação (estes raramente cobrados pelas demais nações), vocês – quase todos – gemem sob o confisco cambial de cerca de 2/3 da receita bruta. [...].

Atualmente, os rendimentos rurais são declarados na cédula G, optando o contribuinte pelo balanço da exportação segundo escrita ou pelo coeficiente de 5% sobre o valor da fazenda, lançado pela coletoria do Estado para imposto territorial.

Agora, isso vai ficar mais fino. Leiam: “se o contribuinte não possuir escrita regular ou livro de registro de receita, terá o rendimento líquido da cédula G arbitrado de 15 a 50% do valor da propriedade agrícola, segundo os elementos de que dispuser a repartição lançadora”.

Quando vocês descobrirem essas fazendas que rendem líquido de 15 a 50% do valor atual delas, avisem-me porque sou candidato à compra e arranjo quem me empreste o dinheiro. Pagamento à vista.⁵⁵⁸

O texto parece demarcar um recuo de Baleeiro. Quando se colocou em pauta uma possibilidade de progressão do imposto de renda rural, ele criticou tal medida. Há uma mistura de paternalismo e alarmismo no texto. Baleeiro não questionou a falta de contabilidade dos agricultores. Ele usou isso para sugerir que, com o PEM, tais agricultores iriam pagar um imposto muito maior por causa dessa ausência.

Para Baleeiro, a ideia de progresso de 50 anos em 5 seria uma ficção. De acordo com o seu pensamento, aquele que aspirasse se projetar para o futuro deveria atuar como um semeador – preparar o caminho a ser trilhado pela próxima geração. O semeador saberia de antemão que não viveria para experienciar tal progresso. Baleeiro avaliou como insuficiente a promessa de um futuro melhor quando, no presente, a fome seria uma realidade no país. Mais uma vez, ele cobrou do governo JK uma atitude proativa na redução do protecionismo – interno e externo – para escoar o café, obter mercadorias estrangeiras e refrear a desvalorização do cruzeiro perante o dólar.⁵⁵⁹

⁵⁵⁸ BALEEIRO, Aliomar. Mais conversa com os fazendeiros. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 15 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3279> Acesso em: 10/02/2023.

⁵⁵⁹ BALEEIRO, Aliomar. As bolotas de JK. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 07 fev. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3855> Acesso em: 10/02/2023.

O colunista defendeu que a emissão de moeda deveria ser condicionada ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – nunca acima deste. Nos EUA, o governo se pautaria por essa premissa e, além disso, ele interviria na economia para conter a inflação (por meio da taxa de juros, por exemplo). Para Baleeiro, os “povos” que tolerassem o emissionismo seriam “duramente punidos” com a inflação.⁵⁶⁰

Diante dessas questões que indicariam um cenário negativo na economia nacional, Baleeiro afirmou que a “política de austeridade” deflagrada por Quadros em São Paulo o habilitaria ao voto das “correntes democráticas” em 1960. Baleeiro evocou a sua insuspeição para fazer tal diagnóstico, afinal, ele tinha sido partidário da escolha de Juraci Magalhães para candidato da UDN. Já Lott representaria o surgimento de “algo incomparavelmente mais caótico e desastroso” do que o governo JK.⁵⁶¹

Baleeiro caracterizou essa imagem sobre Lott no seu próximo artigo. Para ele, Lott seria incapaz de executar a política econômica “indispensável” ao país, a saber, a de contenção da inflação. O colunista citou um artigo de Gudin, publicado por *O Globo*, no qual ele apontou Lott como o único Ministro de Estado que tinha se oposto à sua tentativa de combater a inflação em 1955. Assim, seria de responsabilidade de Lott a “perda da oportunidade rara, quando a Fazenda estava em mãos de um homem probo, competente e capaz de repetir a façanha de Joaquim Murinho, há 60 anos”.⁵⁶²

Portanto, na pauta política, Baleeiro foi mais um presente na trincheira de crítica a democracia brasileira. Como era esperado, ele não foi um entusiasta da candidatura Quadros, mas a encampou publicamente sob a justificativa de que ele iria estipular uma política econômica de austeridade. Tal crença foi validada na sua interpretação do que foi a gestão econômica Quadros-Carvalho Pinto no governo de São Paulo. Obviamente, dentro do panorama da sucessão presidencial de 1960, Quadros pareceria ser o que mais se aproximava das ideias que Baleeiro defendeu em *Maquis*. Nesse sentido, chama a atenção como ele evitou discutir questões políticas internas da UDN.

Na pauta econômica, ele se posicionou contra o salário-mínimo, as emissões de moeda, o endividamento estatal e (parcialmente) o funcionalismo público. Um de seus interesses principais era o de se colocar como um defensor da agricultura. Na área do comércio exterior,

⁵⁶⁰ BALEEIRO, Aliomar. Da inconveniência de muitos médicos. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24, 29 out. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7434> Acesso em: 10/02/2023.

⁵⁶¹ BALEEIRO, Aliomar. Quarta carta aos cariocas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38, 06 ago. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6968> Acesso em: 10/02/2023.

⁵⁶² BALEEIRO, Aliomar. Quinta carta aos cariocas. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38, 13 ago. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7008> Acesso em: 10/02/2023.

Baleeiro transpareceu recorrentemente a sua posição favorável ao incremento da exportação agrícola – seja ao combater a SUMOC, seja ao defender uma nova política de preço para o café. Essa última medida talvez fosse a mais importante para ele, afinal, ela o fez divergir (cordialmente) de Gudin acerca da questão do preço. Na área do comércio de importação, há a sua preocupação com o protecionismo alfandegário, especialmente quando este seria pautado pela política de industrialização do governo JK. Para ele, seria um erro tentar direcionar o consumo para os produtos nacionais através de tarifas que os favorecessem perante à concorrência internacional.

4.5. As “cruzadas” de Gladstone Chaves de Melo

A coluna de Melo pode ser considerada como um caso exemplar da aplicação do pensamento cristão na interpretação do mundo social. Estaria em curso, ao seu redor, uma guerra entre o bem e o mal. Cada batalha deflagrada nessa guerra tinha a sua razão e o seu objetivo. Mas, invariavelmente, a resposta exigida seria singular, a saber, a de organizar e de executar algum tipo de “cruzada” – termo evocado do passado longínquo do cristianismo. A “cruzada” seria um dever do bem contra o mal e conformaria em si atitudes de proatividade e de reação. Essa ideia, que provocaria certas atitudes e comportamentos, foi um elemento central na sua abordagem da educação, da sucessão presidencial (1960) e da necessidade de garantir a sobrevivência da democracia.

Para Melo, a educação brasileira estaria em decadência porque o Estado exerceria, desde o pós-1930, o direito de educar. Essa suposta ascendência estatal sobre a educação teria como efeito a difusão de uma mentalidade “antidemocrática” entre a juventude. Nesse sentido, o articulista afirmou que a “escola oficial” serviria como uma “alavanca”, um instrumento que impulsionaria a ascensão do totalitarismo (comunismo) no Brasil. Segundo ele, a cura para isso se encontraria no substitutivo de Lacerda ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Melo pontuou que tal substitutivo possuía um sentido de restauração da escola “livre”. O direito de educar seria algo de competência da família, da Igreja e de “grupos culturais”. Ao Estado caberia garantir a aplicação desse direito e atuar de maneira suplementar à iniciativa privada. Melo apregoou que o valor do substitutivo para o país recomendaria a formação de uma “cruzada” – composta por democratas, por cristãos e por aqueles que “não tenham alma de escravo” – pela sua aprovação.⁵⁶³

⁵⁶³ MELO, Gladstone Chaves. Uma aragem de esperança. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 23, 20 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3529> Acesso em: 08/11/2023.

O substitutivo foi um dos desdobramentos do debate sobre a educação no Legislativo. O seu início data de 1948, ano em que Clemente Mariani (então Ministro da Educação) apresentou um projeto sobre a matéria.⁵⁶⁴ O substitutivo de Lacerda, de 1958, seguiu a orientação da Igreja em relação à educação, em linha com o que Melo defendeu – o direito de educar seria da família e o Estado teria um papel complementar. Em meio a isso, o substitutivo atendeu aos interesses da iniciativa privada da área educacional. Melo se inseriu em um debate como um defensor da “liberdade” no ensino. Isso o colocou na esteira de um movimento em curso na imprensa desde 1958, capitaneado pela intelectualidade católica (da qual ele era parte) como, por exemplo, Gustavo Corção. Esse movimento propôs uma crítica ao liberalismo político por sua ideia de escola “neutra” – exclusão da religião do processo de formação educacional.⁵⁶⁵

Em janeiro de 1959, Lacerda apresentou ao Congresso uma segunda versão de sua proposta, sem alteração quanto à ideia de “liberdade de ensino”.⁵⁶⁶ Nesse mês, *Maquis* publicou uma reportagem sobre o assunto. Segundo ela, o substitutivo representaria uma “completa revolução no sistema educacional do país”, notadamente por prever a instituição do ensino obrigatório primário e a padronização dos salários dos professores. Ao ser entrevistado pelo redator, Melo afirmou que o substitutivo era “o caminho único de fazer o ensino deixar de ser uma indústria e volte a ser obra de vocação”.⁵⁶⁷

Em alguma medida, o apoio de Melo pode ser explicado pela sua repugnância em relação ao engajamento político estudantil. Em março de 1959, ele comentou uma sequência de greves ocorridas no campo da educação. Segundo ele, inicialmente, os estudantes secundaristas tinham executado uma paralisação por causa de uma majoração nas mensalidades das escolas particulares. Para solucionar o impasse, o governo JK teria se comprometido a subvencionar parte do reajuste. A seguir, os professores entraram em greve. Eles temeriam que isso poderia acarretar em dificuldades para que eles recebessem os seus salários. Por um lado, Melo expressou a sua solidariedade pelos docentes. Por outro, ele ironizou os estudantes:

⁵⁶⁴ DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Op. Cit. 1992, p. 306.

⁵⁶⁵ MONTALVÃO, Sérgio. Liberdade de ensino versus totalitarismo: a semântica política dos substitutivos de Carlos Lacerda durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases (1958-1959). *Revista de História*, São Paulo, n° 169, pp. 293-322, jul./dez. 2013.

⁵⁶⁶ De acordo com Montalvão: “o novo texto revisor da LDB trouxe modificações importantes em seu conteúdo normativo, mas pouco foi alterado quanto à defesa da liberdade de ensino. Essa continuidade demonstra, além da tentativa de assegurar maiores condições de igualdade entre as instituições públicas e privadas, inclusive na captação de recursos financeiros para estas últimas, por meio de fundos e bolsas de estudo, que se tratava de um ponto inegociável da proposta de diretrizes educacionais do deputado Lacerda, marcando uma posição política”. MONTALVÃO, Sérgio. Liberdade de ensino versus totalitarismo. Op. Cit. 2013, p. 318.

⁵⁶⁷ Principal problema do Brasil é a elevação do nível humano. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 8-12, 31 jan. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3802> Acesso em: 08/11/2023.

Os alunos, que se preocupam mais com a política exterior em perspectiva russa do que com estudar, tomaram-se de amor pelo dinheiro dos pais e proclamaram que estes não podiam pagar as novas taxas, o que é muito de crer, porque a desinsofrida inflação jusceliniana [sic] não deixa dinheiro nem para a alimentação. Entraram, pois, em greve os estudantes que, não estudando e fazendo política ao sabor da Rússia, empregam mal o dinheiro suado que os pais gastam na educação deles. [...].

Alegam os professores, e com carradas de razão, que os 25% que o Presidente da República tão alegremente se comprometeu a pagar aos colégios entrarão em insuportável regime de mora e que, portanto, seu justíssimo reajustamento ficará para as calendas. Realmente, o governo atrasa de meses o pagamento de seus próprios professores contratados e tarefeiros, os quais, no entanto, figuram em folhas de pagamento com verbas orçamentárias regulares. O que acontecerá com os professores particulares, que dão aulas diversas, em horários diversos, em colégios diversos, sob salários diversos, e que não figuram em folhas, não têm verbas orçamentárias e não dispõem nem de burocracia emperrada para promover seus pagamentos? [...].

Não cabe aqui, neste pequeno espaço, analisar o caso. Cabe apenas fazer uma observação e tirar uma conclusão. O que está acontecendo é o caminhamento para o clímax da crise do ensino. Daqui para pior, daqui para o caos. E só há uma solução: aprovar-se rapidamente o Projeto Carlos Lacerda, que restitui e consagra a perda e imprescindível liberdade de ensino e assenta legalmente e inconstitucionalmente [sic] o princípio democrático e justíssimo da subvenção do Estado ao ensino particular livre, consequência natural do pagamento de impostos por parte de todos os cidadãos e, portanto, de todos os pais.⁵⁶⁸

É interessante notar como a sua visão sobre a subvenção estatal ao ensino privado assumiu dois formatos no texto. No plano concreto do momento, ela seria uma medida negativa, pois seria previsível o atraso no repasse. Consequentemente, os professores experienciariam dificuldades financeiras. No plano abstrato, idealizado com base no substitutivo Lacerda, a subvenção ao ensino privado seria uma resposta para os ditos problemas da educação. Há um paradoxo aparente no texto. Afinal, Melo sustentou que, no caso dos professores do ensino público, os atrasos salariais eram comuns, apesar de o Estado ter verbas orçamentárias destinadas para tais pagamentos.

Na interpretação de Melo, o principal sinal da alegada decadência da educação era o de uma crise de autoridade. No texto citado acima, ele criticou JK por ter proposto a subvenção por temer o movimento estudantil grevista. Na edição seguinte, Melo avaliou que o governo “desgraçadamente” perdeu a sua “autoridade” por receio de instituições como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Novamente, ele lamentou que, entre os estudantes, existiria um maior interesse pela política internacional do que pelos “problemas da classe e da idade”. Para Melo, os estudantes protestavam contra o “imperialismo”, mas eram “insensíveis” ante o “totalitarismo”. Ele afirmou que a UNE não representaria “o pensamento, o sentimento ou a vontade da grande maioria do estudante brasileiro”. Enquanto professor, Melo afirmou que

⁵⁶⁸ MELO, Gladstone Chaves. A greve no ensino e a sorridente solução. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 28 mar. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4169> Acesso em: 08/11/2023.

conhecia qual era o perfil padrão entre os discentes, aquele que os revestiria de autenticidade – eles se caracterizariam pela aplicação escolar no aprendizado e pela desconsideração pela política estudantil. Para Melo, as eleições para as diretorias de órgãos representativos estudantis eram realizadas de modo a garantir uma suposta perpetuação desse domínio.⁵⁶⁹

Isso foi repetido em outro artigo. Nele, Melo ponderou que a “falta de varonilidade” nas autoridades seria “um dos aspectos mais graves do desgoverno”. Essa ausência contrastaria com a audácia estudantil naquele contexto.⁵⁷⁰ Cerca de um mês depois, ele voltou a escrever sobre o substitutivo Lacerda. Melo criticou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Renovada⁵⁷¹ por defender o “estatismo” e o ensino laico:

No primeiro dia do mês, estamparam alguns jornais um Manifesto dos Pioneiros da Educação Renovada, os quais se apresentam agora como liberais. Tais “pioneiros” são os mesmos que há trinta anos se assenhoraram da Educação no Brasil e iniciaram a marcha vitoriosa para o estatismo educacional [...].

Agora, afinal, depois de trinta anos de pacífico reinado, começou a ser seriamente ameaçada a estabilidade do regime pioneiral [sic]. Entrou no Congresso e está para ser aprovado um projeto democrático que restaura, em termos mas restaura, a liberdade de ensino, devolve à família sua prioridade de direito em matéria de educação, à família e aos grupos culturais, assina ao Estado a função precípua de coordenador das atividades pedagógicas com vistas ao bem-comum, sem absorver nem interferir com os pés, e inaugura o sistema da subvenção institucional às escolas particulares com o dinheiro dos impostos, isto é, o dinheiro de todos os cidadãos. [...]. Sentindo o fim do seu reinado, percebendo que está prestes a acabar o seu domínio total sobre a política e as atividades pedagógicas no país, os “pioneiros” se tomaram de pânico e voltaram à carga com o tal Manifesto, agora de “liberais”, onde se advoga o estatismo e onde aparecem os maiores de ontem de braços dados com comunistas notórios, graciosamente travestidos de “liberais”.⁵⁷²

Apesar do liberalismo político ser um alvo de crítica da intelectualidade católica, Melo o explorou como um argumento de deslegitimação dos que se opuseram ao substitutivo. Ele introduziu a ideia de que havia uma contradição entre apoiar o “estatismo” e o laicismo e, ao mesmo tempo, se afirmar politicamente como um liberal. Porém, na sua lógica, essa contradição seria apenas superficial. Ela se dissolveria na medida em que se percebia que o liberalismo evocado seria uma espécie de disfarce, uma máscara que ocultaria ou o comunismo ou os

⁵⁶⁹ MELO, Gladstone Chaves. Falsificadas organizações estudantis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 04 abr. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4209> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁷⁰ MELO, Gladstone Chaves. Governo de fantoches. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 20 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4647> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁷¹ O documento marcou o início de uma campanha em defesa da escola pública, em oposição ao substitutivo de Lacerda. Entre os seus signatários constavam: Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Anísio Teixeira, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Antônio Cândido de Melo e Sousa, Darci Ribeiro e Cecília Meireles. DULLES, John. Carlos Lacerda: a vida de um lutador. Op. Cit. 1992, p. 312.

⁵⁷² MELO, Gladstone Chaves. Um manifesto de liberais. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14, 18 jul. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4782> Acesso em: 08/11/2023.

interesses dos “pioneiros”. Assim, por meio da negação desse “falso” liberalismo, Melo sugeriu que a posição favorável ao substitutivo seria condizente com o que seria o “verdadeiro” liberalismo”.

Melo apoiou efusivamente a divulgação da “Declaração em Defesa da Educação Democrática”. Por um lado, ele definiu o conteúdo do documento de modo a sinalizar a sua simetria com o substitutivo Lacerda. Mais uma vez, ele voltou a usar aspas ao mencionar os autointitulados liberais que endossaram o “Manifesto dos Pioneiros”. Por outro, Melo se furtou de empregar esse mesmo qualitativo (liberal) na sua análise sobre a “Declaração”. A sua intenção, nesse artigo, foi a de demonstrar a legitimidade e o alcance desse documento. Ele seria nacional (enquanto o outro seria local) e assinado, majoritariamente, por professores e educadores.⁵⁷³

O engajamento de Melo nesse debate, por meio de *Maquis*, foi muito mais qualitativo do que quantitativo. Algo de certo modo compreensível à luz de dois fatores. Em primeiro lugar, o tempo de tramitação que um projeto pode levar para ser votado no Legislativo. Em segundo lugar, há que se colocar o seu empenho em perspectiva, pois o seu foco naquele momento foi direcionado para a eleição presidencial de 1960. Isso não diminui a relevância do seu engajamento no debate educacional, sobretudo por ter se originado de uma proposta real de mudança na educação. Melo propôs uma “cruzada” pela aprovação do substitutivo Lacerda que demonstrou como ele atribuía um papel para a religião na formação educacional dos jovens. Essa “cruzada” seria justificada tanto pela ideia de restauração de uma suposta liberdade perdida quanto pela imagem que ele construiu sobre o campo da educação (movimentos estudantis controlados por comunistas, crise de autoridade ou de hierarquia e uma espécie de usurpação pelo Estado do direito de educar). O comunismo figurou como uma ameaça crescente, algo que de certo modo permite entrever a razão de ele ter se furtado a criticar o liberalismo.

Melo escreveu sobre a sucessão presidencial praticamente em ritmo semanal. Em meio a isso, ele atuou como assessor do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ).⁵⁷⁴ Tanto a ocorrência de algum desenvolvimento nesse processo quanto a pretensão de demonstrar a relevância da eleição vindoura o motivaram a escrever. A sua coluna abrangeu os potenciais candidatos, os comportamentos dos partidos, os debates sobre projetos de lei (que poderiam

⁵⁷³ MELO, Gladstone Chaves. Defendendo a boa causa. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14, 01 ago. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4862> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁷⁴ DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado. Op. Cit. 1989, p. 103.

impactar no pleito) e, talvez o mais importante para ele, a percepção de que aquela eleição conformaria uma oportunidade única de mudança.

Recorrentemente, Melo usou a alegoria do jogo de xadrez para explicar o curso do processo sucessório. Nessa partida simbólica, ele enxergou quatro peças-chaves no tabuleiro: o PSD, a UDN, Juraci Magalhães e Jânio Quadros. Cada qual, ao seu modo, seria capaz de promover ou a continuidade ou a mutação da (e na) política. Havia, portanto, uma configuração perceptível nessa partida. De um lado, aquele que seria o da conservação, se enquadrariam as peças do PSD, de Magalhães e de parte da UDN (aquela que seguiria o seu presidente em exercício, da qual Baleeiro se destaca). De frente para estes, como os adversários inovadores, se encaixariam as peças de Quadros e da outra parte da UDN (aquela que queria Quadros como candidato do partido, capitaneada, em alguma medida, por Lacerda).

Melo caracterizou essas peças ao elencar atributos que as definiriam. Desde o “início” do jogo, ele se posicionou na trincheira dos apoiadores de Quadros e reagiu, simultaneamente, aos movimentos do PSD e de Magalhães. A sua coluna propôs dois tipos de “cruzadas” – a propositiva, em torno de Quadros; e a reativa, em tom de alarme, ao escrever sobre Magalhães ou acerca do PSD.

Segundo Melo, o PSD tinha uma premissa que historicamente explicaria o seu comportamento no campo político. O PSD seguiria, como que à perfeição, o conselho de Maquiavel de que qualquer tipo de meio seria legítimo para a conquista ou para a manutenção do poder. A aplicação disso seria a razão de ser do PSD, sobretudo do seu diretório de Minas. O PSD seria uma força hegemônica por isso. Melo o definiu como a forma institucional pela qual um “grupo” dominaria o campo político:

Afinal, há trinta anos domina o Brasil o mesmo grupo, transformado logo em “gang”. Constituiu-se uma rede, uma máquina tremenda de penetração e envolvimento, que dominou o país. E surgiu o PSD, velho partido que tomou apenas novo nome, partido do poder, partido que tem horror do povo e da verdadeira democracia, partido que só acredita em cambalachos e golpes e que sente invencível alergia a qualquer tomada de posição nítida ou a qualquer atitude de combate frontal à corrupção e à conspiração da coisa pública. O PSD só faz o que o governo quer, porque o governo é governo, tem os cargos, tem as chaves, tem as alavancas, e só ele pode permitir a vida fácil, plana, sem sobressaltos, sem grandeza e sem heroísmo.⁵⁷⁵

Essa caracterização, sobre o PSD e o passado recente do país, homogeneizou os quase trinta anos pregressos pela ótica de um fio condutor estável – o poder. Nesse cenário em que o

⁵⁷⁵ MELO, Gladstone Chaves de. O jogo da sucessão. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, 24 jan. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3793> Acesso em: 08/11/2023.

poder seria uma propriedade inalterada, pouco importaria quem era o governante ou o tipo de sistema vigente. O pós-1930 seria um ponto de inflexão negativo na biografia da política brasileira, afinal, ele demarcaria o surgimento de uma hegemonia. Nesse sentido, Melo mudou de pauta (da educação para a política), mas preservou o seu argumento central. Esse discurso foi o instrumento de Melo no combate ao PSD entre 1959-60. A repetição dele indica o seu empenho em difundir uma imagem negativa sobre o PSD, tendo em mente a eleição. Se o PSD fosse vitorioso, isso significaria a manutenção desse suposto *status quo*.

Isso ocorreria mesmo se o PSD não elegeisse algum pessedista para presidente. Na opinião de Melo, a vitória, para o PSD, seria derrotar Quadros – seja obstruindo a sua candidatura, seja articulando uma disputa em que se inviabilizasse a sua eleição. Nesse sentido, Melo afirmou que caberia ao PSD a “ressureição” da proposta de adoção da maioria absoluta. Ele sustentou a hipocrisia do PSD ao recordar que, em 1955, o partido combateu a sua proposição pela UDN. Melo ponderou que, em “tese”, a adoção desse critério para as eleições seria correta. Entretanto, ele alardeou que os termos de sua proposição revelariam as intenções do PSD. Segundo ele, a proposta estabeleceria a eleição indireta, via Congresso, caso nenhum candidato obtivesse a maioria absoluta. Seria, então, evidente que JK iria usar o poder presidencial para manobrar o Congresso e, assim, direcionar a vitória para o candidato que interessasse ao PSD. Melo pontuou que seria “facílimo tornar dócil uma maioria num Congresso de menos de quinhentas pessoas, próximas do corruptor ou do sedutor, seduzida já tal maioria pelos encantos e pelos fastígios do poder”.⁵⁷⁶

O seu maior temor se configurou na possibilidade de candidatura de Juraci Magalhães. Como já foi dito, essa hipótese fraturou a UDN. Além disso, Magalhães tinha em JK um aliado ao seu nome. Esse último, que pretendia se candidatar novamente à presidência (1965), via a eleição de Magalhães como algo que favoreceria o seu retorno.⁵⁷⁷

Por seu turno, Melo criticou o PSD por usar a candidatura Magalhães como uma estratégia para dividir a UDN e o eleitorado desta, prejudicando, assim, Quadros. Melo incluiu Magalhães na mesma representação feita para o PSD, mas com uma distinção. Ele diferenciou a figura do homem da do político. O primeiro seria passível de admiração, pois reuniria uma série de predicados: coragem, dignidade, educação, eficiência, franqueza, probidade e lealdade. O segundo seria um “getulista” que, justamente por seu perfil como homem, assumia

⁵⁷⁶ MELO, Gladstone Chaves de. Maioria absoluta e eleição indireta. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 28 fev. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4009> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁷⁷ HIPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas*. Op. Cit. 2012, p. 241.

publicamente a sua dita posição política. Magalhães seria, então, um praticante do maquiavelismo, tal qual o PSD.⁵⁷⁸

Convém recordar que, quando Melo deixou a UDN (1958), ele apontou o realismo como um dos seus motivos para isso. Apesar de ele ter destacado diversas qualidades de Magalhães, torna-se evidente como Melo se situou em uma posição diametralmente oposta ao presidente da UDN.

Melo ilustrou que isso não se justificaria apenas pela ótica da eleição de 1960. Ele revelou que, antes de deixar a UDN, ele tinha sido um opositor da escolha de Magalhães para a presidência do partido. Adauto Cardoso, Raimundo Moniz de Aragão e Sandra Cavalcanti o teriam acompanhado nessa dissidência. A partir desse olhar retrospectivo, Melo buscou demonstrar que a política do realismo nada mais era do que uma expressão do maquiavelismo pessedista. Para tanto, ele citou uma entrevista de Magalhães para a *Revista da Semana*. Nela, Magalhães sugeriu que o partido consideraria estabelecer alianças interpartidárias que lhe permitissem o acesso ao poder.⁵⁷⁹ Essa mesma lógica teria motivado Magalhães a promover a Caravana da Liberdade.⁵⁸⁰

Quando houve a definição da UDN por Quadros, Melo avaliou que isso seria como um sinal de um “amanhecer” no país. Ele ironizou que tinha se tornado “juscelinista”, pois teria sido o governo JK quem teria retirado “as escamas dos olhos dos cegos” por meio do seu alegado desserviço ao “povo”. Seria a hora de trabalhar para o “grande arranco final”, ou seja, pela vitória de Quadros.⁵⁸¹ Contudo, a sua divergência para com a presidência da UDN permaneceu, desta vez direcionada para Magalhães Pinto. Em junho de 1960, Melo o classificou como um “homem tipicamente pessedista” que estaria engajado na campanha de Quadros por cálculo eleitoral.⁵⁸²

Essa interpretação acerca de dois próceres udenistas e do realismo sugere a sua visão de que a UDN seguia, à época, uma linha que seria assimétrica com a sua essência. Todos os três destoariam da ideia fundadora do partido, o antivarguismo. A UDN estaria, de certo modo, maculada. A candidatura de Quadros estaria na contramão disso. Quadros representaria a

⁵⁷⁸ MELO, Gladstone Chaves de. Desenha-se o grande perigo. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 37, 11 abr. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4247> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁷⁹ MELO, Gladstone Chaves de. Aclaram-se os caminhos!. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 22 ago. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5007> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁸⁰ MELO, Gladstone Chaves de. Um homem franco e leal. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 16 maio 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4447> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁸¹ MELO, Gladstone Chaves de. Esperança de porto e salvamento. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 26 nov. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5569> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁸² MELO, Gladstone Chaves de. A hora é a da democracia cristã. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 04 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6572> Acesso em: 08/11/2023.

expectativa pela novidade, ou seja, por um governo que viria a ser diferente daquilo que até então se verificaria. Em nome disso seria válido esperar e, concomitantemente, tomar parte no esforço pela sua eleição. Por isso, Melo apontou aos leitores de *Maquis* alguns motivos para votar em Quadros.

O primeiro deles seria o da sua honestidade, valor que o colocaria na medida inversa do PSD. Melo afirmou que a corrupção seria a “atmosfera” do Brasil e, para que o país pudesse se recuperar, o seu fim seria imprescindível. Quadros seria o único dotado a capitanear essa iniciativa purificadora. Essa foi a sua resposta aos que estariam receosos de votar em Quadros por causa do seu personalismo, da sua teatralidade ou do seu destempero. Paradoxalmente, ao apontar algo que seria um traço negativo do candidato, o personalismo, aparentemente em discussão pública, Melo transpareceu a sua própria crença personalista nele. A suposta estrutura nociva, solidificada por meio da corrupção, somente implodiria pela ação de um líder investido de uma força simbólica incomparável. Esse pensamento traduziu a sucessão de JK em termos de luta entre o bem e o mal:

A nossa pátria está ocupada por ferozes inimigos internos. Uma terrível e engrossada camarilha se apossou da coisa pública e há trinta anos vem exercendo o mais ortodoxo maquiavelismo para manter a qualquer preço a gostosa conquista. E a principal arma usada é a corrupção. Eles corromperam tudo. Por dentro, no âmago, na periferia, nos condutos, nos tecidos, no sangue, nos ossos. [...].

Portanto, meus amigos, sem afastar os corruptos [...] “nada se pode fazer”. Não se poderá lançar a primeira estaca. E na conjuntura política e histórica atual do Brasil “só há um homem” capaz de tomar o poder da “gang”. Só um homem, e esse homem chama-se Jânio Quadros. O resto é conversa.⁵⁸³

O segundo era o da autoridade. Este refletia, em alguma medida, a oposição de Melo a episódios em que a ordem social foi ameaçada, tal qual foi visto anteriormente. Ele escreveu de modo a responder a quem criticaria Quadros, desta vez pela pecha de demagogo. Para Melo, existiria um desconhecimento generalizado do significado daquela palavra. No seu entender, a demagogia seria o traço do político que “procura sentir primeiro quais são os sentimentos dominantes do povo” para, a seguir, os encampar e se autopromover. Assim, o demagogo não se pautaria por nenhuma ideologia. Melo apontou como exemplo disso o petebista Roberto da Silveira, então governador do Estado do Rio. A demagogia de Silveira teria se manifestado quando, diante de um protesto de trabalhadores contra o serviço de transporte marítimo, ele não usou a polícia para reestabelecer a ordem. Quadros seria a antítese disso. Em um episódio

⁵⁸³ MELO, Gladstone Chaves de. Justificação do janismo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 24 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5367> Acesso em: 08/11/2023.

similar ocorrido em São Paulo, Quadros “fez saber ao povo, através de irradiações frequentes, que não toleraria qualquer ato de sabotagem ou de destruição”. Assim, “se querem criticar Jânio, busquem outra pauta, porque nesta de demagogia ele não cabe”.⁵⁸⁴

O terceiro era o da plataforma de governo que Quadros usou em campanha – ensino, moeda estável e reforma agrária. Melo não abordou o que cada item traria como proposta, mas avaliou que a estabilização monetária seria o suficiente para ele votar em Quadros. Na sua visão, a inflação brasileira faria desaparecer um estilo de vida austero:

Com efeito, consiste o espírito de pobreza em viver-se despreocupado dos bens materiais, com o espírito desligado deles e, portanto, livre. A pessoa estabelece um padrão simples de vida, enquadra-se nele e não pensa mais em dinheiro. Pois bem: com a inflação isto é impraticável, porque, traçado o esquema, feito o enquadramento e solto o espírito, três meses depois a mulher e os fornecedores vêm explicar que o dinheiro já não dá e que, portanto, é preciso voltar a pensar nele, é preciso por de novo o espírito em sujeição ao dinheiro, desta vez para um descanso de dois meses. E assim por diante.

A admirável República Federal da Alemanha, de Adenauer, venceu a inflação e tomou-lhe um tal horror que seus homens suportam que se fale em tudo, menos em moeda instável. A concepção política dominante e integrada nos padrões da cultura é que a moeda estável faz parte dos “direitos fundamentais do cidadão”, como a inviolabilidade do domicílio, o sigilo de correspondência, o direito de ir e vir, a liberdade de opinião, o direito de constituir família e os demais.

Para mim, Jânio não precisa prometer mais nada. De um lado, ele representa a única possibilidade de nos libertarmos do PSD mineiro, que junte e desgraça o Brasil há trinta anos; por outro lado, ele demonstra uma perfeita compreensão da nossa gravíssima crise econômica, uma vez que se dispõe a enfrentá-la pelas causas e não pelos efeitos, deixando de mão as atitudes demagógicas e estúpidas de atirar o povo contra os açougueiros e os vendeiros.

Com Jânio, pois, meus amigos, pela estabilização da moeda!⁵⁸⁵

Melo valorizou um modo de vida inspirado no cristianismo que alocava o engrandecimento espiritual sobre o enriquecimento material. Há, então, uma crítica pontual ao capitalismo. Mas, o desprendimento pessoal ao dinheiro seria possível na medida em que o Estado se pautasse pela manutenção da “saúde” monetária. Se isso fosse um “direito fundamental”, cumpriria ao Estado zelar por sua realização. Por outras palavras, Melo pareceu indicar um limite para a ação do Estado na economia.

O quarto era o da mudança na concepção de política no país. O ideal do bem-comum viria a destonar o maquiavelismo. Melo explicou a renúncia momentânea de Quadros a sua candidatura por meio desse argumento. O candidato, ao perceber que ao seu redor aconteciam disputas por poder entre os seus aliados, teria concluído que o seu projetado governo iria ser

⁵⁸⁴ MELO, Gladstone Chaves de. Demagogia. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 31 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5409> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁸⁵ MELO, Gladstone Chaves de. Jânio: estabilização da moeda. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 05 set. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5087> Acesso em: 08/11/2023.

idêntico aos anteriores. A renúncia demonstraria, aos aliados e aos inimigos, o seu comprometimento com o fim do *status quo*. Então, a renúncia deveria ser compreendida como um ato arrazoado.⁵⁸⁶

Após isso, Melo pareceu concordar com a decisão da UDN e do PDC de liberar Quadros de compromissos partidários.⁵⁸⁷ No transcurso da campanha, ele voltou a sinalizar que não via problema na sujeição dos partidos a Quadros. Ao contrário, ele avaliou isso como algo positivo. Quadros traria consigo “tudo que de democrata existe na UDN” e “tudo que de autêntico palpita no PTB”. Ele projetou que essa hipotética mescla originaria um partido novo, que tomaria como seu o programa da democracia cristã – justiça social, liberdade cívica, representatividade, combate ao subdesenvolvimento e ao abuso do poder.⁵⁸⁸

Em meio a isso, Melo apregoou a necessidade de uma “cruzada”, no sentido de auxílio a campanha de Quadros:

Todos os brasileiros de boa-fé, todos os patriotas conscientes, que sentem e compreendem que “isso” não pode continuar, todos têm o dever grave de entrar na campanha de Jânio. Sintam ou não sintam entusiasmo pelo candidato. Os frouxos, mornos ou desconfiados têm de fazer das tripas coração e argumentar ao menos pela negativa. Se Jânio os deixa inquietos, porque é duvidoso, devem pensar que os outros são certos. E portanto, ao menos, considerem Jânio como instrumento de alijar a praga. Os coveiros do Brasil. Os campeões da inflação. Os corruptos e corruptores. As sanguessugas da economia nacional. Os desmoralizadores do nosso patriotismo. É agora ou nunca. Ou aproveitamos esta oportunidade de varre-los dos postos de mando e de deliquescência, ou não há mais nada que fazer. A hora é, pois, de somar esforços. Hora da cruzada. Hora de clarinada. Todos têm de entrar na campanha e fazer alguma coisa. Convencer o vizinho ou o colega de trabalho. Alistar eleitores. Alfabetizar um adulto. Pregar selinhos pelos bondes, ônibus, lotações e botequins. É a chamada geral. E quem não for sibarita, bronco ou cúmplice, tem de responder “presente”!⁵⁸⁹

No que tange à sobrevivência da democracia, a “cruzada” de Melo assumiu dois modelos. No primeiro deles, ela se conformaria pelo pensamento de que seria preciso manter ou fortalecer o sistema para que fosse possível atingir o momento da eleição de 1960. Nesse sentido, por um lado, Melo relativizou a crise militar de 1958, iniciada pela reação de oficiais

⁵⁸⁶ MELO, Gladstone Chaves de. A renúncia de Jânio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 15, 12 dez. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5625> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁸⁷ MELO, Gladstone Chaves de. Chamada geral. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 19 dez. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5652> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁸⁸ MELO, Gladstone Chaves de. A hora é a da democracia cristã. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 04 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6572> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁸⁹ MELO, Gladstone Chaves de. Chamada geral. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 19 dez. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5652> Acesso em: 08/11/2023.

da Força Aérea, após Lott assumir interinamente o Ministério da Aeronáutica.⁵⁹⁰ Melo afirmou que a relevância de Lott seria, em alguma medida, um efeito do interesse da imprensa pelo militar como pauta. Assim, caberia a imprensa alterar o seu foco.⁵⁹¹ Por outro lado, Melo considerou que a inflação seria a principal ameaça porque ela poderia convulsionar o país se não aplacada.⁵⁹²

No segundo modelo, a “cruzada” implicaria combater as ideias de uma corrente do nacionalismo que defendia um papel ativo para o Estado, nas dimensões interna e externa.⁵⁹³ Para Melo, existiria uma “coincidência muito curiosa” entre a política externa soviética e o nacionalismo brasileiro da época.⁵⁹⁴ Ele lamentou que, por causa desse nacionalismo, espraia-se uma desconfiança em relação aos EUA entre a juventude. O efeito prático disso seria o de que ela avaliaria os noticiários soviético e estadunidense diferentemente – o primeiro seria crível enquanto o segundo seria propaganda. Os “líderes” brasileiros precisariam iniciar a “cruzada pela fé na democracia”.⁵⁹⁵

No contexto do governo Quadros, Melo pouco escreveu sobre a política econômica nacional. Entre fevereiro e março de 1961, ele tão somente exaltou o discurso de posse de Quadros e a decisão deste de cortar despesas públicas com funcionários radicados no exterior. A sua prioridade, em 1961, foi a de continuar a difusão do discurso de “cruzada” antinacionalista e anticomunista:

Ora, precisamente essa desconfiança da iniciativa privada, ou mais rigorosamente, da ação das forças imanentes da sociedade é que constitui o espírito totalitário. E tal espírito prepara, estimula, condiciona e, finalmente, exige a implantação dos regimes negadores da liberdade e destruidores da democracia.

Em toda a parte precedeu à implantação de regimes de força essa atitude demissionária do povo, que paulatinamente se despoja de suas prerrogativas e vai entregando-as ao Estado, considerado onisciente e perfeito. Em outras palavras, a luta contra o totalitarismo começa muito antes do golpe de Estado, ela se trava no campo das consciências, na vida dos grupos, nos debates das assembleias.

⁵⁹⁰ Benevides descreveu o episódio da seguinte maneira: “grave crise na Aeronáutica quando o gen. Lott é nomeado ministro interino devido à viagem do ministro Correa e Mello (outubro/novembro de 1958). Dezesesseis brigadeiros não compareceram à posse; manifestação de solidariedade e carta aberta de oficiais aos brigadeiros faltosos, levando à prisão de mais 80 oficiais da FAB. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek. Op. Cit. 1976. P. 164.

⁵⁹¹ MELO, Gladstone Chaves. Lott: um erro psicológico. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, 29 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3409> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁹² MELO, Gladstone Chaves. Caminhando entre abismos. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, 13 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3505> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. 368 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 2000, p. 50.

⁵⁹⁴ MELO, Gladstone Chaves. O nacionalismo contra. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 25 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6692> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁹⁵ MELO, Gladstone Chaves. A fé na democracia. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 02 jul. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6732> Acesso em: 08/11/2023.

Pois bem: vivemos no Brasil de hoje essa antecâmara do totalitarismo. Só se fala em desenvolvimento, em nacionalismo, em trustes, em entreguismo, em comércio e relações diplomáticas com todos os povos, em emancipação econômica, em minerais atômicos, em estatização de petróleo, de energia, de mais isso e mais aquilo, e nunca se fala das liberdades públicas, da livre empresa, da responsabilidade dos cidadãos e dos grupos, do funcionamento das comunidades, sejam elas culturais, industriais comerciais ou políticas. [...].

[Abraham] Lincoln disse, e aqui foi repetido em memorável campanha, que “o preço da liberdade é a eterna vigilância”. Cumpre reagir enquanto é tempo, enquanto existe um pouco de luz, e organizar uma patriótica cruzada de reabilitação do espírito democrático e de defesa das ameaçadas liberdades políticas, condição da democracia.⁵⁹⁶

Apesar de sua crítica à UDN, notadamente direcionada à cúpula partidária, Melo evocou a sua frase característica (“o preço da liberdade é a eterna vigilância”). Ela deveria funcionar como um símbolo de arregimentação para o que ele definiu como uma reação “patriótica”, ou uma guerra pela cultura, na qual o adversário era o nacionalismo. Nessa batalha simbólica, aos patriotas cumpriria pregar certos valores (como o de livre empresa), de modo a que se evitasse o fortalecimento de um sentimento de confiança em relação ao Estado.

Melo argumentou que o nacionalismo era uma ideologia ultrapassada e errada. Por um lado, ele pontuou que o nazismo e o fascismo tinham se pautado nessa ideia, do séc. XIX, mas que o ocaso de ambos não fez o nacionalismo desaparecer. Por outro lado, Melo indicou que uma nação significaria tão somente uma “comunidade natural e histórica”.⁵⁹⁷ Apesar de Melo ter datado corretamente a origem do nacionalismo e de ter indicado o seu impacto nos regimes de extrema-direita europeus, ele reproduziu (conscientemente ou não) uma das ideias-chaves da ideologia nacionalista, a saber, a de que a nação era algo perene dentro da história da humanidade, e não uma invenção do séc. XIX. Dito de outra maneira, de que a nação seria uma *entidade natural*, independentemente da existência do nacionalismo *artificial*.⁵⁹⁸

Uma das iniciativas de Melo de combate ao nacionalismo foi a de funcionar como uma espécie de testemunha do que seria o comunismo. Ao viajar para Europa, entre junho e julho de

⁵⁹⁶ MELO, Gladstone Chaves. Urge uma cruzada! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 15 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8332> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁹⁷ MELO, Gladstone Chaves. Radiografia do nacionalismo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 8, 20 maio 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8538> Acesso em: 08/11/2023.

⁵⁹⁸ De acordo com Luís Edmundo de Souza Moraes: “com o princípio nacional, vieram à tona ideias inovadoras e, ao mesmo tempo, corrosivas para toda a tradição dinástica anterior: (1) a nação existe objetivamente como uma coletividade humana que possui atributos e características que lhe são próprios ou exclusivos e que a diferenciam das demais coletividades; (2) o grupo nacional é uma entidade estável ao longo da história, invulnerável às ações do tempo; (3) a forma de garantir que a nação possa existir e desenvolver plenamente aquilo que lhe é peculiar exige algum modo de organização política própria, pressupondo algum nível de exercício de soberania e, portanto, de autonomia; (4) o detentor da soberania política é o grupo nacional, e só alguém que faça parte desse grupo pode exercê-la em seu nome”. MORAES, Luís Edmundo de Souza. *História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2021, p. 106.

1961, ele enviou alguns textos para publicação em *Maquis*. Neles, ele enfocou o que seria o contraste entre a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental:

A outra lição de Berlim é a comparação entre as duas faces da cidade: oeste, leste. Berlim Ocidental é uma joia, esplendente de vida, com um povo exuberante, farto e alegre. Lembra muito, aliás, o povo carioca. Passada, no entanto, a Porta de Brandenburg, a cidade, a mesma cidade, muda como um cenário de teatro. Ruínas sobre ruínas, um povo cabisbaixo, triste, calado, mal vestido, escasso nas ruas quase desertas. Só há lá duas coisas monumentais: o cemitério russo, com soldados russos das três armas, tombados em todos os campos de batalha, e a Avenida de Stalin, imensa, reta, larguíssima, ladeada de belos edifícios, que, no entanto, só tem... fachada principal. É uma espécie de rua de cinema. Deixo para o final o principal. É o campo de refugiados de Marienfeld, onde chegam, por dia, mais de 500 refugiados da Alemanha Oriental, escapados pelo metrô de Berlim, única passagem possível. [...]. O espetáculo é ilustrativo. No momento que chegávamos a Marienfeld, os bondes e os ônibus despejavam gente em penca, como no Tabuleiro da Baiana: eram recém-escapados da zona soviética.⁵⁹⁹

Vida, alegria e satisfação entre os que viviam sob o capitalismo, uma espécie de paraíso; fome, tristeza e precariedade entre os que viviam sob o comunismo, um tipo de inferno, do qual o povo da Alemanha Oriental procuraria fugir insistentemente. Melo retornou dessa viagem em meio ao ápice do governo Quadros. Entrementes, ele só se manifestou sobre a renúncia, em *Maquis*, cerca de um mês depois desse evento. Porém, na condição de entrevistado, e não de colunista da revista.

Desta vez, Melo não avaliou a renúncia como um ato racional. Segundo ele: “o documento da renúncia realmente revela algo de estranho na situação psicológica do sr. Jânio Quadros”. Este termo, demasiadamente vago, responderia ao questionamento do porquê Quadros, sendo um homem acostumado a ocupar cargos eletivos, não conseguiu resistir às “pressões”. Melo afirmou ter acreditado no “espírito público” e na “inteligência política” de Quadros. Isso o capacitaria a conjurar a inflação que, para ele, seria a “segunda pior desgraça que um governo pode fazer a um povo – sendo a primeira a ditadura, o poder pessoal desenfreado”. Contudo, ele alegou se sentir “traído” por Quadros. Em outro ponto da entrevista, Melo considerou a renúncia como uma confirmação da denúncia de Lacerda, a saber, de que existiria “uma conspiração palaciana contra as instituições democráticas”. No fim, Melo voltou a defender a sua ideia de “cruzada” pela sobrevivência da democracia.⁶⁰⁰ Esta teria se

⁵⁹⁹ MELO, Gladstone Chaves. Cartas da Europa – VI. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 7, 18 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9065> Acesso em: 08/11/2023.

⁶⁰⁰ A renúncia e os novos “democratas”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 34-37, 23 set. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9264> Acesso em: 08/11/2023.

configurado em algo ainda mais urgente, afinal, a renúncia de Quadros teria destruído as mudanças que Melo vislumbrou com a sua eleição.

Apreende-se que Melo enquadrou as suas ideias, as suas representações e as suas posições em termos oriundos da religião, algo previsível quando se tem em mente o seu pertencimento a intelectualidade cristã à época. As suas ideias e as suas posições, que mereceriam um engajamento geral, foram representadas como “cruzadas”. Estas, por caminhos distintos, objetivariam alcançar (ou manter) um tipo de democracia. Entre elas, apenas uma se pautou em um projeto legislativo, o substitutivo de Lacerda.

A “cruzada” contra o nacionalismo funcionaria como uma espécie de trabalho diário de catequização da juventude. Para Melo, essa faixa etária teria sido impactada pela ideologia nacionalista que mascararia o comunismo. Nesse sentido, o patriotismo deveria ser o símbolo evocado para substituir o nacionalismo. Atrelado a isso, seria preciso desconstruir a alegada desconfiança social em relação à iniciativa privada, valorizando, assim, a ideia de liberdade – individual e de empreendimento – e de responsabilidade.

Por fim, a “cruzada” pela sobrevivência da democracia ilustra como Melo oscilou na sua leitura sobre o sistema democrático. Por um lado, quando o governo JK era o alvo, a democracia seria uma espécie de farsa por causa da perpetuação de uma suposta hegemonia política. Por outro lado, quando se percebia algo como uma ameaça ao sistema, a democracia seria aquilo que necessitaria de uma defesa proativa. A conservação da ordem e da hierarquia são dois aspectos que se destacaram em Melo, os quais atravessaram os seus textos na análise realizada.

4.6. Síntese

O percurso trilhado foi longo, mas essencial para iluminar as ideias, as representações, os posicionamentos e os interesses que foram manifestados em *Maquis* por produtores de opinião. Podem ser notadas convergências e divergências, seja entre colunistas e a linha editorial, seja entre os próprios colunistas. Geralmente, as convergências foram apreensíveis na identificação de “problemas” do país. As divergências se revelam muito mais na medida em que esses sujeitos propuseram respostas a tais “problemas” ou diante de contextos eleitorais.

A representação da democracia como falha e a ideia do antivarguismo foram compartilhadas. Elas parecem ser essenciais para compreender a razão de dois socialistas – Pedrosa e Duarte – figurarem nas páginas de uma revista que declaradamente concedeu o seu apoio a UDN. Tratava-se de um partido fundado sob o antivarguismo, mas também muito

distante do socialismo. Parece que, dentro das possibilidades do cenário, a luta contra os “herdeiros” de Vargas foi priorizada, ainda mais diante da crítica dos dois à URSS. Infelizmente, o fim da colaboração de ambos entre 1956-57 limita essa reflexão.

Em meio a isso, outras representações foram comuns – a das elites corrompidas e do povo anônimo, supostamente carente de uma conscientização política. Nesse cenário, os produtores de opinião de *Maquis* como que ocupariam uma posição intermediária – não seriam parte nem dessa elite nem desse povo. Essa posição diferenciada pode ser traduzida, nos termos de Bourdieu, como uma “fração dominada da classe dominante”.⁶⁰¹ Eles tinham instrução educacional superior, extensa experiência na política e alguma projeção pública, pelo menos nas páginas da imprensa da época. Porém, eles ou ocupavam posições intermediárias nas estruturas do campo político (cargos eletivos, vereador ou deputado) ou se encontravam fora dessas estruturas.

Como, então, lidar com essa realidade em que a democracia seria uma questão? O engajamento na luta contra o governo, o esforço para demonstrar que a democracia inexistia, a resignação pela promessa de um futuro determinado, a evocação de valores do passado, o trabalho de conscientização do povo ou a aposta na força de um líder político – essas foram as alternativas que eles expressaram, às vezes, de modo combinado, às vezes, não. Eles *participaram do jogo do campo político*, seja por meio de suas regras de funcionamento (por exemplo, as eleições), seja ao se tentar subverter essas regras (contestar a ordem vigente na Justiça ou fomentar um ambiente de descrença na legitimidade do jogo).

Outro “problema” seria o da política econômica do governo JK. Tendo em mente que Pedrosa e Duarte deixaram de escrever na revista, o “problema” econômico foi muito mais focalizado pelos outros três colunistas analisados. Todos, em maior ou menor grau, abordaram o assunto. As emissões de moeda, as normas públicas que favoreceriam a industrialização, o salário-mínimo, o protecionismo alfandegário e o endividamento público confluíam para agravar a inflação. Essa leitura foi praticamente idêntica à da linha editorial de *Maquis*.

Pode-se dizer que Baleeiro e Moraes Neto foram os que mais procuraram oferecer respostas a esses apontamentos. Amaral Netto muito mais se destacou pela sua oposição não propositiva; Melo abominou a inflação por supostamente destruir um *modo de vida cristão*, mas se limitou a crer em uma promessa de um candidato como solução. Baleeiro e Moraes Neto foram além disso. A construção de um mercado “livre” seria essencial e isso necessitaria revisar – ou eliminar – os mecanismos de controle do câmbio e/ou de proteção alfandegária; ou reagir

⁶⁰¹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Op. Cit. 2007, p. 192.

contra medidas que surgiram e que iam no sentido contrário disso (como a emissão de títulos da dívida pública). Ambos também se voltaram para os interesses do setor agrário – seja pela defesa da cafeicultura, seja pelo medo de uma reforma agrária. Em alguma medida, a presença desses aspectos nos seus textos pode ser compreendida por suas experiências em gestão de finanças federal (Moraes Neto) e estadual (Baleeiro).

Quando a pauta era a UDN ou Jânio Quadros, o quebra-cabeças se tornou mais complexo. Baleeiro destoou dos seus colegas, algo que é indissociável de sua histórica ligação com Juraci Magalhães. Todos os outros se mostraram contrariados com os possíveis efeitos do realismo da UDN – acordos interpartidários ou diálogos com o governo JK. Melo, que começou em *Maquis* após esses acontecimentos e depois de sair da UDN, foi o crítico mais recorrente. No geral, para UDN, eles advogavam que não existiria alternativa para além da manutenção da luta política. Em que posição no campo político eles se veriam se a UDN construísse uma relação colaborativa com o governo? Essa questão parece ilustrar o que estaria em jogo.

A disparidade foi maior durante a campanha presidencial. Pragmaticamente, Baleeiro só acenou o seu apoio a Quadros depois de derrotada a tentativa de fazer de Magalhães o candidato da UDN. Melo esteve na perspectiva oposta – Quadros seria a última esperança do país. Um discurso de cabo eleitoral ou uma crença? Talvez uma mistura entre os dois. Por seu turno, é possível aproximar o que foi visto sobre Moraes Neto aos editoriais. Ambos reconheceram o que seria a força política de Quadros e demonstraram acatar isso (ao menos por meio de *Maquis*). Nesses caminhos tortuosos que acabaram por convergir para Quadros, todos sinalizaram aspectos, mais ou menos concretos, para justificar essa posição (ou essa aceitação): a inevitabilidade de se escolher Quadros, o discurso de moralização pública ou a esperança de que Quadros executasse uma política econômica austera, nos moldes do que ele teria feito em São Paulo.

Por fim, talvez o mais interessante seja a apreensão dos contrastes entre as linguagens de *Maquis* e de seus colunistas. Foi demonstrado que capas, manchetes e frases polêmicas eram aspectos notáveis que compuseram a sua linguagem. Não raro, os colunistas também faziam uso disso. Mas, como foi possível perceber no decorrer deste capítulo, a linguagem dos colunistas poderia ser chamada de “intelectualizada”: debates teóricos sobre a política, a economia ou as ideologias que envolviam ideias, representações, posições e interesses. Uma linguagem que pode ser difícil de ser interpretada, que pode requerer certas competências prévias por parte do leitor para ser compreendida. Afinal, o *mundo real* poderia estar muito distante de ser familiarizado com as ideias de Marx ou do liberalismo. É impossível saber que

tipo de leitura os consumidores de *Maquis* faziam. Entretanto, isso não invalida a importância de se perceber que a revista aglutinou esses dois tipos de linguagem em suas páginas.

CAPÍTULO V

MENSAGEIROS DO INFORTÚNIO: AS REPORTAGENS DE *Maquis*

A revista *Maquis* circulou durante todo o período de mandato de JK. Neste recorte, não há dúvida de que ela desenvolveu uma constante oposição política ao governo por meio de suas edições. Este capítulo almeja compreender como *Maquis* manifestou isso através de suas reportagens. Nesse sentido, quais foram as pautas selecionadas pela revista? E, em meio a isso, que tipos de imagens foram produzidas sobre o contexto em que ela estava inserida? Por outras palavras, que tipo de percepção sobre o país *Maquis* tentou difundir para seus leitores, à luz de sua posição política?

No fim, esta tese defende que a demonstração feita permite afirmar que há uma lógica que atravessa as reportagens analisadas. De acordo com essa lógica, no Brasil, vivia-se sob um modo de produção que foi distorcido pela ação – ou pela inação – do campo político brasileiro. Isso não quer dizer que houve uma *intenção de ruptura*, que sugeriria a substituição desse modo de produção por outro diferente. Mas, sim, que houve a intenção de se *deslocar a causa dessa distorção* – do modo de produção para aqueles que exerciam o poder político naquele contexto. Em função disso, se trataria de um Brasil que trilharia um caminho equivocado. Um dos argumentos usados nesse sentido foi o de que ocorreria um recrudescimento do comunismo. Para tanto, este capítulo pretende demonstrar que *Maquis* fez da economia brasileira uma pauta central de suas reportagens nesse período. Na medida em que se perdeu a luta contra a posse de JK, configurou-se uma nova luta, calcada no combate a política econômica do governo. Assim, antes de iniciar, convém apresentar um panorama sobre o que foi essa política e quais foram os seus efeitos.

O desenvolvimento da indústria nacional foi uma questão central para o governo JK, consubstanciada no Plano de Metas. Para executar o Plano de Metas, o governo JK utilizou a política aduaneira protecionista e a política de subsídio cambial para importação de bens de capital. Esse subsídio buscou atrair investimentos estrangeiros para o país.⁶⁰² Tais políticas foram complementadas com as emissões de papel-moeda (cruzeiro). Naquele contexto, o governo JK não pode contar com uma poupança interna capaz de custear o Plano de Metas.⁶⁰³

⁶⁰² FARO, Clóvis de. SILVA, Salomão. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp. 82-85.

⁶⁰³ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Op. Cit. 2003, p. 171.

O Plano de Metas fez com que a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) atingisse pouco mais de 8% no período 1956-61. Esse indicador, comparativamente, foi 2% superior ao que foi auferido entre 1952-56. Ao menos sete das metas tiveram os seus objetivos quantitativos superados, como as de construção e de pavimentação de rodovias. Outras atingiram ou terminaram acima dos 50% deles, como no caso da meta de instalação e de expansão da indústria mecânica. Por último, nas metas restantes, o crescimento percentual foi menos expressivo – construção de ferrovias, transporte aeroviário, armazéns e silos e produção de trigo e de borracha.⁶⁰⁴

Por outro lado, a execução do Plano de Metas e o custo com a construção de Brasília se tornaram alvos de críticas. A questão central era a do processo inflacionário. Em sua pesquisa sobre o governo JK, Benevides apontou que a taxa de inflação foi de 19% em 1956 para 30,9% em 1960.⁶⁰⁵ Há que se observar também que o declínio da cafeicultura contribuiu para esse quadro econômico. O café era o principal produto de exportação brasileiro e, naquele contexto, a cafeicultura foi impactada por alguns fatores conjunturais, como a concorrência internacional, o controle estatal sobre os preços de venda do café e a própria superprodução da cafeicultura.

Em um livro recente, as historiadoras Lilian Schwarcz e Heloísa Starling redigiram o seguinte panorama sobre o governo JK:

O Plano de Metas viabilizou as condições para o ingresso do Brasil num estágio avançado de industrialização, mas sem criar condições reais para isso. Na pressa de mudar o patamar de desenvolvimento do país em apenas cinco anos, Kubitschek improvisou: investiu na aceleração do crescimento sem avaliar o financiamento do processo. E optou pelo atalho, facilitando a entrada de capitais externos no país [...] e aceitando depender de financiamentos internacionais para acelerar o crescimento industrial. Os atalhos acarretaram três tipos de prejuízos. O primeiro foi a relativa facilidade com que empresas estrangeiras assumiram o controle de setores do desenvolvimento econômico brasileiro. O segundo veio com o aumento constante dos déficits da balança de pagamentos, seguido da consequente ampliação da dívida externa. O terceiro resultou da decisão de crescer com a inflação. [...].

A necessidade de adotar um programa de contenção de gastos para combater a inflação significava impor restrições ao Plano de Metas. Entre frear o crescimento e aceitar o financiamento inflacionário, Juscelino não hesitou. Sustentou o argumento de que alguma dose de inflação era inevitável e esperou alcançar a estabilização gradualmente. Adiou, assim, para o governo seguinte a execução de medidas de contenção econômica, e deixou para seu sucessor uma inflação que havia dado um salto e continuava acelerada: em 1957, a taxa de inflação fechou em 7%; em 1958, subiu para 24,4%; em 1959, bateu 39,4%.⁶⁰⁶

⁶⁰⁴ FARO, Clóvis de. SILVA, Salomão. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp. 86-88.

⁶⁰⁵ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Op. Cit. 1976, p. 235.

⁶⁰⁶ SCHWARCZ, Lilian. STARLING, Heloísa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 423.

Os dados da inflação das autoras podem sugerir discrepâncias com os que foram vistos anteriormente. Entretanto, isso não altera o cerne da questão. Tanto Benevides quanto Schwarcz e Starling, assim como outros pesquisadores⁶⁰⁷, refletiram sobre essa conjugação entre industrialização-inflação e seus efeitos durante a presidência de JK.

Diante disso, *Maquis* produziu inúmeras reportagens críticas à economia. Dentre elas, três pautas parecem ser suficientes para ilustrar a perspectiva da revista e demonstrar a sua lógica – a saber, a do salário-mínimo, a das emissões de moeda e a do controle estatal sobre o mercado de câmbio. No fim, se analisa o anticomunismo de *Maquis*, no sentido de estabelecer que a sua crítica ao desenvolvimentismo também envolveu a “denúncia” de que ele provocaria o recrudescimento do comunismo.

5.1. A economia (distorcida) brasileira

O salário-mínimo foi tratado nas reportagens de *Maquis* como um fator inflacionário. Inicialmente, a revista argumentou que o seu reajuste seria uma medida inócua. Paralelamente, ela tentou difundir a ideia de que a sua substituição pela escala-móvel salarial (a adoção do reajuste automático dos salários a partir da taxa de inflação auferida) representaria uma melhoria para os assalariados.

Na medida em que a crise econômica se agravou no Brasil, uma nova abordagem sobre o salário-mínimo figurou em suas reportagens. A proposição de uma alternativa (a escala-móvel) paulatinamente perdeu espaço para a difusão do medo de uma hipotética revolução comunista. Essa percepção, baseada na leitura qualitativa das suas edições, é reforçada pela pesquisa quantitativa pelo termo “escala móvel” em *Maquis*. Entre as 22 ocorrências obtidas, 15 delas se distribuem entre o triênio 1957-59 (68%).

A pauta do salário-mínimo foi iniciada após o seu reajuste para Cr\$ 3.800,00 (1956). Nesse ano, *Maquis* publicou a reportagem intitulada “O drama do xexelento é o retrato do Brasil de JK”. Em um *box* estampado no canto esquerdo da primeira página da reportagem, ela explicou a diferença entre o salário-mínimo nominal (remuneração paga pelo trabalho) e salário-mínimo real (poder de compra). Seria esse último que deveria ser observado pelos assalariados. A seguir, ela introduziu quem seria o “xexelento” – Anísio Gonçalves, “contínuo

⁶⁰⁷ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Op. Cit. 1969, p. 215-221; DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Op. Cit. 1986, p. 147. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Op. Cit. 2003, p. 171; FICO, Carlos. *História Contemporânea do Brasil*. São Paulo, Contexto, 2002, p. 38-39.

de um escritório qualquer do Rio”. Há a possibilidade de que esse personagem fosse, na realidade, um funcionário do *Tribuna da Imprensa*.⁶⁰⁸

O relato dele se desenvolveu sobre as suas dificuldades para sustentar a si e a sua família (esposa e três filhos). Ele afirmou que estendia a sua jornada de trabalho ou no “escritório” ou em outros serviços “extraordinários” para complementar a sua renda. A entrevista foi entrecortada pela introdução de estudos sobre a defasagem do salário-mínimo. Um deles foi o relatório da revista *Conjuntura Econômica* que comparou os crescimentos do custo de vida com o do salário-mínimo entre 1951-56. A conclusão da reportagem foi a de que, mesmo com o reajuste, o assalariado consumia menos do que nos anos anteriores. Outra questão seria a da proletarianização das classes médias. Elas viveriam uma aproximação entre o seu nível de remuneração com o dos que recebiam um salário-mínimo. O país experienciaria, então, um processo de “fechamento do leque salarial” que geraria a deflagração de “lutas de classe”.⁶⁰⁹

O recurso ao estudo da revista *Conjuntura Econômica* deve ser destacado. Ela foi criada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1947, e era produzida por economistas “nacional-desenvolvimentistas” e “liberais”. Cerca de cinco anos depois, Eugênio Gudín e Octávio Gouveia de Bulhões, dois economistas da ala “liberal”, passaram a controlar o conselho editorial da revista daquele momento em diante.⁶¹⁰ Em função disso, fez-se um levantamento por “*Conjuntura Econômica*” nas edições de *Maquis* de 1956-60. Ao todo, obteve-se 38 ocorrências, das quais 21 figuraram em reportagens que citaram a revista da FGV (55%). Ou seja, *Conjuntura* foi uma fonte utilizada com frequência por *Maquis*.

A argumentação sobre o salário-mínimo foi usada por *Maquis* para justificar a proposição de um projeto de lei salarial. Ela trouxe para as suas páginas o projeto do deputado udenista Bilac Pinto (1951). Em linhas gerais, ele previa o reajuste automático dos salários do setor privado quando a aferição periódica da inflação demonstrasse que ela superou o índice de 3% de crescimento. Segundo a reportagem, o projeto de Bilac Pinto possibilitaria manter a “imutabilidade do poder de compra dos assalariados”.⁶¹¹

⁶⁰⁸ BACIU, Stefan. *Lavrado 98. Histórias de um jornal de oposição: a Tribuna da Imprensa ao tempo de Carlos Lacerda*. Op. Cit. 1982. P. 46.

⁶⁰⁹ O drama do “Xexelento” é o retrato do Brasil de JK. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32-34. Out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/222> Acesso em: 10/02/2023.

⁶¹⁰ BIELSCHOWSKY, Ricardo. MUSSI, Carlos. Brazilian economic thought in the “developmentalist era”: 1930-1980. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. BOIANOVSKY, Mauro. COUTINHO, Maurício (ed.). *A History of Brazilian Economic Thought*. Op. Cit. 2023, p. 162-163.

⁶¹¹ A revolução sem armas que precisa ser feita. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 35-41, set. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1289> Acesso em: 10/02/2023.

No decorrer de 1958, duas pautas moveram as novas investidas da revista contra o salário-mínimo. A primeira foi a sua denúncia de que JK queria burlar a lei (previsão de revisão do salário-mínimo a cada três anos) e aprovar um novo reajuste. Por seu turno, a revista classificou essa possibilidade como uma ação demagógica que objetivaria impactar no resultado das eleições de 1958. A sua ideia era a de que os trabalhadores votariam nos candidatos apoiados pelo governo por causa do efeito positivo entre eles do aumento salarial.⁶¹²

A segunda derivou da queda nas exportações do café.⁶¹³ Nesse contexto, *Maquis* tentou novamente impulsionar o debate sobre o projeto de Bilac Pinto. Na edição nº 78, ela estampou fotografias de trabalhadores que foram entrevistados sobre a ideia pelo redator. Eles eram empregados de empresas aéreas e comerciais. As suas respostas foram transcritas nas respectivas legendas de suas fotografias. Por um lado, se apreende que eles tinham opiniões similares quanto da ineficiência do salário-mínimo. Por outro, eles divergiram entre seus níveis de apoio ao projeto de escala-móvel. A recepcionista Darcy Maria Guimarães afirmou acreditar que o projeto seria “muito melhor”. Em contrapartida, a “funcionária” Miriam Bonfim de Oliveira ponderou que concordaria com o projeto desde que ele fosse um “paliativo” vigente enquanto o campo político estabilizava a economia.⁶¹⁴

A busca por outras opiniões gerou novas reportagens nas edições seguintes. A revista publicou entrevistas com líderes sindicais que compartilhavam de sua posição favorável a escala-móvel. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro, Álvaro David, afirmou que o projeto “porá fim aos frequentes conflitos que se verificam anualmente entre patrões e empregados provocados pela instabilidade econômica”.⁶¹⁵ Em sentido similar, o presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio, Jaime da Silva Corrêa, ponderou que a correção periódica salarial pela inflação tornaria desnecessária a “luta que se trava entre o trabalhador e o empregador, com o primeiro procurando conseguir o máximo de vencimentos, para sobreviver, enquanto o outro sempre procura dar o mínimo possível”.⁶¹⁶

⁶¹² Governo prepara a crise: salário-mínimo de Cr\$ 6 mil. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 4-5, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1878> Acesso em: 10/02/2023.

⁶¹³ MOURA, Gerson. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Op. Cit. 2002, p. 50.

⁶¹⁴ Salário-móvel deve ou não ser adotado no Brasil? In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 14-17, 06 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3424> Acesso em: 10/02/2023.

⁶¹⁵ Só escala móvel de salários pode atender legítimos anseios e aspirações do trabalhador. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 44-46, 13 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3502> Acesso em: 10/02/2023.

⁶¹⁶ Salário-móvel acabará com as greves e trará a desejada paz social. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 20-21, 20 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3526> Acesso em: 10/02/2023.

Esses fragmentos reforçavam a percepção de que seria preciso instituir uma nova lei salarial no Brasil. Isso foi ampliado em outra reportagem, desta vez sobre a Comissão do Salário-Mínimo (CSM) do Distrito Federal. A importância dada por *Maquis* ao assunto pode ser notada pelo fato de que essa reportagem foi transformada em manchete de capa da edição.⁶¹⁷ Segundo a reportagem, a CSM seria composta por dez membros, divididos igualmente entre empregadores e empregados. Estes últimos, “atendendo a sugestão governamental”, apoiariam o reajuste do salário-mínimo para Cr\$ 5.500,00. Contudo, a reportagem entrevistou o comerciante Afonso Luís Pereira da Silva Júnior. Este disse ter proposto um piso de Cr\$ 8.000,00 na reunião da CSM. Como se vê, a pauta da reportagem foi a de fomentar a ideia de que havia maioria para se aprovar um aumento maior. Porém, isso não teria ocorrido por causa da orientação dada pelo governo aos empregados que compunham a CSM.⁶¹⁸

Em 1959, a pauta salarial passou a ser abordada a partir da repercussão de manifestações de instituições patronais. Em fevereiro, *Maquis* publicou na íntegra um estudo econômico da Federação das Associações Comerciais do Brasil, assinado pelo seu presidente Rui Gomes de Almeida (o mesmo que Amaral Netto reconheceu ter o ajudado financeiramente no passado). O documento apelou ao governo JK para que ampliasse o crédito bancário para as empresas privadas. Uma das suas justificativas para o pedido foi o aumento salarial. Almeida usou dados do PEM para defender que os salários consumiam 65% de toda a receita produzida pelas empresas.⁶¹⁹

Em meados do ano, a Associação Rural de Bauru encontrou guarida para as suas demandas em *Maquis*. De acordo com a revista, a nota se “louvava” no movimento de protesto dos agricultores de São Paulo e do Paraná contra a “angústia e desespero do homem do campo”. José Salim Izar, presidente da entidade e autor da nota enviada ao governo JK, alegou que os produtores rurais estariam de mãos atadas diante dos protestos dos trabalhadores rurais, afinal, a produção “mal dá para o custeio de suas fazendas”.⁶²⁰

A pauta salarial continuou nesse enquadramento no decorrer do ano seguinte. Em novembro, após a vitória de Quadros, *Maquis* afirmou em reportagem que o eleito iria

⁶¹⁷ Representante patronal deu Cr\$ 8 mil empregados não quiseram. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3555> Acesso em: 10/02/2023.

⁶¹⁸ Empregador propôs salário de 8 mil; empregados não apoiaram. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 26-28, 27 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3580> Acesso em: 10/02/2023.

⁶¹⁹ Corte nos investimentos das empresas mais aumento dos dispêndios públicos igual ao mais poderoso foco de inflação e grande fator de atraso econômico. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 8-11, 07 fev. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3850> Acesso em: 10/02/2023.

⁶²⁰ Desespero volta a invadir o lar do homem do campo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 24-25, 20 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4632> Acesso em: 10/02/2023.

implementar a escala-móvel de salários porque “ele reconhece como a melhor solução para os problemas vitais dos trabalhadores sem especialização, os que até hoje tiveram que se sujeitar ao salário-mínimo”. Posteriormente, a reportagem admitiu que a escala-móvel representaria “um passo no sentido da regularização da economia interna, do povo e das empresas”.⁶²¹ Ou seja, que o projeto não seria uma solução definitiva, mas um dos mecanismos úteis para o enfrentamento do “problema” que ela destacou recorrentemente.

Diante do exposto, as reportagens procuraram oferecer uma alternativa ao salário-mínimo. Apesar da revista querer se mostrar como uma defensora dos interesses dos assalariados que recebiam esse tipo de remuneração, as suas reportagens indicam que as suas preocupações principais se direcionavam para a o empobrecimento das classes médias e para o apoio das demandas das associações patronais. A revista tomou a hierarquia salarial como algo *natural*. É possível compreender que o projeto de escala-móvel de Bilac Pinto (UDN) atendia a esse posicionamento. Afinal, ao que parece, a escala-móvel seria um hipotético instrumento legal de manutenção da distância entre as remunerações salariais das classes médias e baixas. Quando se considerou que esta hierarquia salarial estava sob ameaça, no contexto de agravamento da crise econômica do país, *Maquis* se revezou entre a defesa da escala-móvel e a divulgação das reclamações de associações patronais.

Por conseguinte, há a crítica às emissões de moeda do governo. Essa pauta, em alguma medida, se imbricava com a de combate ao controle estatal sobre o mercado de câmbio. Para *Maquis*, o emissionismo era uma política desastrosa que não deveria ser aplicada em uma economia capitalista. Para demonstrar tal ponto, ela constantemente aliou em suas reportagens os discursos sensacional⁶²² e o técnico.

Antes de analisar tais reportagens, cumpre apresentar a pesquisa feita pela palavra “emissão” nas páginas de *Maquis*:

⁶²¹ Jânio vem aí e o salário-móvel também. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 14-16, 19 nov. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7546> Acesso em: 10/02/2023.

⁶²² Se segue a definição de jornalismo sensacional proposta por Marialva Barbosa e Ana Lúcia Silva Enne. Em artigo, as autoras debateram como esse jornalismo se caracteriza pelos estímulos as sensações e pelas construções de mitos, de figurações ou de representações. BARBOSA, Marialva. ENNE, Ana. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. *Revista Eco-Pós*, v. 8, n. 2, ago.-dez., pp. 67-87, 2005. Sobre o tema, ver também: SIQUEIRA, Carla. Sensacionalismo e retórica política em Última Hora, O Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas (1951-1954). In: BASTOS, Lúcia. MOREL, Marco. FERREIRA, Tânia. História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006.

Quadro nº 8
Levantamento Quantitativo da Palavra “Emissão” em *Maquis* (1956-62)

1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
2	11	14	32	31	17	1

Fonte: Revista *Maquis*

No total, 108 ocorrências foram localizadas. Mais da metade delas se referem ao biênio 1959-60 (58%). Esse número de ocorrências condiz com a periodização do governo JK proposta por Benevides. Segundo a autora, de 1959 até o fim do seu mandato, JK enfrentou um cenário de crises econômicas. Esse recorte foi “a fase mais difícil do governo, pressionado externamente pelo FMI e internamente pela oposição violenta e ao mesmo tempo contra a inflação e contra o Plano de Estabilização Monetária”.⁶²³

Na sua primeira edição, *Maquis* estampou uma reportagem, assinada por Amaral Netto, acerca da gestão de JK no governo de Minas. O jornalista denunciou JK e o seu Ministro da Fazenda (José Maria Alkmim) de terem praticado fraude de importação na compra de automóveis e maquinários. Segundo Amaral Netto, o suposto crime estaria diretamente relacionado ao programa de obras de infraestrutura que JK promoveu em Minas. Amaral Netto publicou tabelas de preços e trechos do processo de concessão de licenças de importação para tentar demonstrar o escopo da sua denúncia. Ele destacou trechos de pareceres de servidores públicos que suspeitariam da prática de sobrepreço. Junto ao texto, *Maquis* publicou uma charge de JK sorrindo enquanto colocava um trator em Minas e outro em seu bolso.⁶²⁴

A revista repetiu essa denúncia em março de 1957. Nas páginas que precederam isso, JK também foi acusado de outro crime, desta vez quando de sua administração na prefeitura de Belo Horizonte. A reportagem contou a história de um casal de proprietários de terras. Eles precisariam que a prefeitura aprovasse uma planta do terreno para que eles pudessem vender os seus lotes. A reportagem sugeriu que o casal só conseguiu isso após ser coagido a vender as terras por um preço menor do que elas valeriam:

Lá está na escritura toda a quadrilha comprando o terreno. São os mesmos homens que aprovaram a planta sem a qual os proprietários nada poderiam fazer com o terreno: Joubert Guerra, Mário Meirelles e Geraldo Lemos. Falta apenas o chefe de quadrilha: o prefeito [JK].

A coisa foi tão despuddorada, a chantagem foi feita tão sem cuidado, que eles não se importaram de comprar o terreno apenas 23 dias após terem aprovado a planta.

⁶²³ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *Governo Kubistchek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Op. Cit. 1976, p. 50.

⁶²⁴ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. JK lesou o Brasil em milhões de dólares. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 14-18, ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/15> Acesso em: 13/01/2023.

Tinham a certeza de que neste país os ladrões não vão para a cadeia. Vão para outros lugares. [...].

A escritura oficial, a que valeu, está na página 17-verso, do livro 94 do 3º ofício.

Não aparece o nome de Juscelino. Ela está datada de 28 de julho de 1943. No entanto, revendo o livro, qualquer um poderá encontrar a folhas 14-verso até 17, isto é, bem atrás da escritura válida, uma escritura que não valeu. [...].

Na escritura original anulada, tudo é absolutamente igual à que a substituiu. Menos um nome. O nome de Juscelino que aparece na primeira e foi retirado da segunda.⁶²⁵

Na supracitada reportagem, JK seria o “gato escondido com o rabo de fora”. Ao lado da sua manchete – “a quadrilha de Belo Horizonte e seu pequeno negócio familiar” –, *Maquis* publicou uma charge de um gato com a fisionomia de JK. No seu “rabo” foram desenhadas etiquetas com as palavras “Pampulha”, “prefeitura” e “fraude cambial”.⁶²⁶

Essas duas denúncias sobre o passado de JK evidentemente tentavam manter viva a campanha promovida pela UDN em 1955, a saber, a de tentar exigir que os candidatos presidenciais apresentassem as suas declarações de bens.⁶²⁷ Não obstante, é possível sugerir outra perspectiva, que talvez tenha sido tão importante quanto o esforço de querer levar essa batalha udenista adiante. As denúncias incidiam diretamente sobre a forma de manipulação de verbas oficiais por meio do plano de governo de JK em Minas. Tendo em mente que JK pretendia executar o Plano de Metas, o enquadramento das duas reportagens se torna evidente.

Ainda em 1956, há outra reportagem que aglutinou os tons de humor e de denúncia. Nela, *Maquis* fez comparações jocosas sobre as emissões de moeda e publicou trechos de um estudo de *Conjuntura Econômica*. Uniam-se, mais uma vez, a polêmica e a técnica. A reportagem foi intitulada de “Enquanto o diabo esfrega o olho Alkmim fabrica 600 cruzeiros”. No lide, o redator garantiu que o tempo dispendido na sua leitura – sete minutos – seria suficiente para Alkmim emitir Cr\$ 252.000,00. Outras comparações desse tipo foram publicadas, como a de que se poderia “atapetar” a Estrada Rio-Petrópolis, com notas de Cr\$ 500, por meio do montante emitido entre os meses de março e julho de 1956. A seguir, a reportagem reproduziu os prognósticos de *Conjuntura* – aumento no meio circulante e

⁶²⁵ A quadrilha de Belo Horizonte e o seu negócio familiar. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 20-22, mar. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/690> Acesso em: 13/01/2023.

⁶²⁶ Idem.

⁶²⁷ Juscelino Kubitschek relatou o episódio da seguinte maneira: “os deputados udenistas exigiram que José Maria Alkmim, líder do PSD na Câmara, assumisse o compromisso de honra, perante o recinto, de que apresentaria, no menor espaço de tempo possível, uma declaração de tudo que eu possuía. Nunca uma exigência dessa natureza havia sido feita no Brasil, pois não havia lei que obrigasse os candidatos à presidência da República a semelhante procedimento”. KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília: a escalada política*. Vol. II. Brasília: Senado Federal, 2020, p. 449.

endividamento do Estado. A revista da FGV pontuou que o país poderia atingir um acréscimo de Cr\$ 40 bilhões, entre emissões e disponibilidade de crédito bancário, até o fim do ano.⁶²⁸

No mês de fevereiro, *Maquis* entrevistou Mário Ludolf, um dos membros do Conselho Federal das Indústrias. O entrevistado falou sobre as expectativas do setor industrial para aquele ano. Em sua opinião, o panorama seria desanimador por causa dos aumentos do salário-mínimo (1956), dos impostos (1957) e das emissões. Para Ludolf, o governo JK deveria priorizar o corte de gastos com funcionários públicos e se pautar por uma “rígida moralidade administrativa”.⁶²⁹

Na edição seguinte, *Maquis* voltou a tentar demonstrar o endividamento do governo. Novamente, a sua reportagem recorreu a *Conjuntura Econômica*. Porém, não houve o uso de elementos sensacionais no texto. O redator da reportagem transcreveu um trecho de *Conjuntura* que apontou o crescimento da dívida estatal com o Banco do Brasil (Cr\$ 24 bilhões). Esse débito, nos governos anteriores, teria permanecido estabilizado no patamar dos Cr\$ 5 bilhões.⁶³⁰

Igualmente o que foi visto na passagem de 1956 para 1957, a revista entrou no ano de 1958 defendendo que o Brasil trilharia um caminho em direção ao seu ocaso econômico. Amaral Netto assinou a reportagem intitulada “2 anos de sindicato = 20 anos de chantagem, mentira e deboche”. Tal reportagem funcionou como manchete de capa da edição nº 40⁶³¹ e foi ilustrada com uma charge de JK entregando um “bolo” (inflação) para um cozinheiro. Amaral Netto iniciou pontuando que o governo teria aumentado em 43% o meio circulante (1956-57). Isso teria gerado dois efeitos. O primeiro deles seria o da desvalorização de 75% do cruzeiro. O segundo deles seria o de que a produção, “em geral”, cresceu cerca de 6%. Nesse sentido, existiria uma demanda maior do que a oferta:

Ora, se a produção não cresceu mais do que 6% em 57 e outro tanto em 56, num total máximo de 15, e o dinheiro disponível para comprar essa produção aumentou, só neste governo, 43%, é lógico, é claro, é aritmético que existe uma diferença de nada menos de 28%.

Qualquer pessoa medianamente esclarecida compreende, à primeira vista, que essa diferença de 28% estoura sobre as classes que vivem de salários, isto é, 95% dos brasileiros.

Porque se a quantidade de mercadorias produzidas e oferecidas ao consumo passa de 100 para 128 e o dinheiro com que se pode comprar essa mesma mercadoria passa de 100 para 143, é lógico que havendo mais dinheiro para comprar, os preços tendem a subir.

⁶²⁸ Enquanto o diabo esfrega o olho Alkmim fabrica 600 cruzeiros. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 18-21, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/112> Acesso em: 10/02/2023.

⁶²⁹ A indústria sufocada pelo governo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 23, fev. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/597> Acesso em: 10/02/2023.

⁶³⁰ Mais depressa se pega um mentiroso... In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 38-39, mar. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/660> Acesso em: 10/02/2023.

⁶³¹ 2 anos de sindicato = 20 anos de chantagem, mentira e deboche. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1589> Acesso em: 10/02/2023.

Mas quem pode pagar os aumentos? O Povo? Este não, porque, vivendo de salários, entre 1956 e 1957 não teve melhoria capaz de suportar os aumentos de preços decorrentes da maior existência de dinheiro nas mãos dos que o possuem. Inflação é isto. Inflação é essa emissão desordenada, recordista, que coloca nas mãos de meia dúzia de privilegiados um poder financeiro que a maioria absoluta do povo não tem [...].⁶³²

A inflação e a produção foram pautas de reportagens publicadas em uma das edições de fevereiro. As duas se embasaram em posicionamentos de economistas, brasileiros ou estrangeiros. Pela ordem da edição, a primeira delas foi sobre uma conferência do professor Wladimir S. Waylinsky realizada na Faculdade de Ciências Econômicas Amaro Cavalcanti. A revista afirmou que Waylinsky seria alemão e teria dirigido o Departamento de Estatística e Economia da Confederação Alemã do Trabalho. Ele teria imigrado para os EUA em 1935 e, naquele contexto (1958), trabalharia como professor de economia da Universidade John Hopkins.⁶³³

Porém, é possível que se tratasse do economista e estatístico russo Wladimir Savelievich Woytinsky. Ele fez parte da ala bolchevique do Partido Trabalhista Social-Democrata Russo até 1917. Nesse ano, Woytinsky se aproximou dos mencheviques, foi preso e fugiu para a Geórgia. Woytinsky morou na Alemanha de 1921 a 1933. De origem judaica, Woytinsky deixou a Alemanha no contexto da ascensão nazista. Em 1935, ele imigrou da Europa para os EUA.⁶³⁴

Dito isso, a reportagem de *Maquis* afirmou que o professor defendia que o “melhor investimento de capitais é o que se faz sobre o próprio homem”. Ou seja, que a educação é algo central para o desenvolvimento de um país. Adiante, o professor teria argumentado a favor de investimentos equilibrados entre a indústria e a agricultura. Ele alegou que a industrialização seria incapaz de assimilar a quantidade de trabalhadores rurais que migravam para as cidades em busca de melhores condições de vida. Nesse sentido, a ideia de que a industrialização estaria atrelada ao desenvolvimento foi posta em dúvida. Para que isso ocorresse, seria essencial uma política paralela de fomento da agricultura.⁶³⁵

Por seu turno, a reportagem afirmou que o governo Kubitschek não teria interesse em seguir qualquer dessas propostas:

⁶³² AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. 2 anos de sindicato = 20 anos de chantagem, mentira e deboche. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 33-35, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1622> Acesso em: 10/02/2023.

⁶³³ Brasileiro não passa dos 44 anos. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 41-42, fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1723> Acesso em: 10/02/2023.

⁶³⁴ VOGT, Annette. Emma S. and Wladimir S. Woytinsky: an unusual couple in Statistics. In: KAUFHOLZ-SOLDAT, Eva. OSWALD, Nicola (ed.). *Against All Odds. Women in the History of Philosophy and Sciences*. Vol. 6. Springer: Cham., 2020.

⁶³⁵ Brasileiro não passa dos 44 anos. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 41-42, fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1723> Acesso em: 10/02/2023.

Os conceitos do economista alemão sobre o desenvolvimento econômico chocam-se violentamente com as formulações de progresso e desenvolvimento do atual governo. Enquanto JK acha que dará ao país 50 anos de progresso dando bilhões [sic] de cruzeiros e dólares aos empreiteiros para construir uma nova capital e pavimentar rodovias, o professor Wladimer aconselha aplicação de recursos na recuperação do homem para livrá-lo do analfabetismo e dar-lhe melhores condições de saúde. As metas industriais anunciadas por Kubitschek, muitas das quais programando a entrega de importantes setores da economia do país a poderosos grupos financeiros estrangeiros conflitam com os ensinamentos emitidos pelo diretor do “Twentieth Century Fund” que preveem a proteção da lavoura para evitar o êxodo rural e restabelecer o equilíbrio entre os dois principais fatores do desenvolvimento de um país: a indústria e a agricultura.⁶³⁶

O trecho sugeriu um antagonismo entre a ciência econômica e a política econômica do governo JK. No geral, a reportagem recorreu ao argumento humanitário para difundir a percepção de que, nessa contenda, a razão estaria com o cientista. Ela utilizou pesquisas do IBGE e da Organização das Nações Unidas (ONU) para respaldar essa posição, como, por exemplo, a baixa expectativa de vida no Brasil, o índice de analfabetismo e o êxodo rural.

Além disso, o argumento em prol da educação era simétrico ao posicionamento de *Maquis*. Desde o ano anterior (1957), a revista publicou algumas reportagens sobre a educação, em parte em função da sua contrariedade a possibilidade de ampliação do direito de voto aos analfabetos.⁶³⁷

Na outra reportagem, *Maquis* repercutiu os debates do 1º Seminário Brasileiro Contra a Inflação. O evento reuniu como debatedores autoridades estatais (entre eles, Alkmim), empresários do setor privado e economistas (como Roberto Campos). A reportagem afirmou que não houve consenso entre os participantes.⁶³⁸

Para *Maquis*, o slogan dos 50 anos em 5 deveria dizer respeito ao ritmo de crescimento da inflação no país. Em maio, a revista publicou duas pesquisas sobre a economia brasileira em 1957. A primeira, feita por *Conjuntura Econômica*, comparou as quantidades de falências, concordatas e protestos de títulos de empresas do eixo Rio-São Paulo entre 1956-57. Os números publicados indicam o aumento percentual em todos os três quesitos no segundo ano de JK na presidência. Por seu turno, *Maquis* afirmou que essas seriam “as provas do descabro a que este governo está arrastando o país”. A segunda, feita pelo Banco do Brasil, calculou as

⁶³⁶ Brasileiro não passa dos 44 anos. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 41-42, fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1723> Acesso em: 10/02/2023.

⁶³⁷ A fraude eleitoral conduzirá o Brasil à revolução. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 14-22, set. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1218> Acesso em: 13/01/2023.

⁶³⁸ Entendidos discutem inflação e não tiram uma só conclusão. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 44-45, fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1726> Acesso em: 10/02/2023.

receitas obtidas pelo país com exportações e as despesas feitas com importações (1957). A partir desses índices, *Maquis* ponderou que as exportações atingiram o menor patamar desde 1953 e que, em paralelo, as importações aumentaram em comparação com o ano anterior.⁶³⁹

Há, ainda, nessa edição, uma denúncia contra Joubert Guerra, um dos diretores da Fábrica Nacional de Motores (FNM). Segundo ela, Guerra usou de sua posição para coagir fornecedores e distribuidores da FNM. JK o teria instruído a conseguir dinheiro para a confecção de uma estátua para ser posta em sua cidade natal (Diamantina). Nessa narrativa, Guerra hipoteticamente teria conseguido captar o dinheiro para a estátua e para uma festa de inauguração do monumento. A reportagem também acusou Guerra de tentar subornar Amaral Netto para que *Maquis* não publicasse essa história. Em meio a isso, a reportagem garantiu que a revista revelaria os nomes dos envolvidos se a Câmara viesse a se interessar em investigar o caso.⁶⁴⁰

Como é possível notar, essa tríade de acusações justapostas em uma denúncia atingiam a indústria automobilística e a imagem do presidente. Ou seja, duas coisas que, em alguma medida, eram símbolos positivos que estavam sendo construídos no período.⁶⁴¹ Para *Maquis*, a corrupção atravessava ambos, mesmo que a sua reportagem tenha se baseado em diálogos – JK e Guerra; Guerra, os fornecedores e os distribuidores; um “intermediário” de Guerra e Amaral Netto. A investida contra a indústria automobilística não era uma novidade na revista. Em 1957, *Maquis* produziu reportagens extensas em que ela denunciou a suposta formação de monopólios econômicos no Brasil, sobretudo no setor automobilístico. Em meio a isso, Amaral Netto tentou refutar a ideia de que as denúncias sobre os monopólios “prestam serviços aos intuitos comunistas”.⁶⁴²

⁶³⁹ Protestos, falências e concordatas aumentam. Exportações (que produzem divisas) diminuem. Importações (que consomem divisas) aumentam. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 14-15, 17 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2032> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁴⁰ Como este homem arranhou dinheiro (FNM) para esta estátua. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 24-29, 17 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2042> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁴¹ Sobre o tema, ver: GOMES, Ângela de Castro. Qual a cor dos anos dourados? In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002 e AMORIM, Rose Mary Guerra. O governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados. 131 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

⁶⁴² “A campanha que estamos fazendo contra os trustes é, também, mais uma campanha contra a desídia e a corrupção administrativa nacional, responsáveis maiores pela situação de privilégios dispensada aos grandes grupos econômicos e suas subsidiárias. Aos que têm julgado extremadas as reportagens e, principalmente, aos que julgam que essas reportagens prestam serviços aos intuitos comunistas, lembramos que é justamente o silêncio de tantos em torno de tudo isso que tem dado margem aos vermelhos de aparecerem, junto do povo, como os únicos a ‘zelar’ pela economia nacional”. AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A nossa linha em poucas palavras. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1203> Acesso em: 13/01/2023.

Nesse contexto, houve a substituição de José Maria Alkmim por Lucas Lopes no Ministério da Fazenda. Em julho, *Maquis* publicou uma reportagem sobre a gestão de Alkmim no Ministério da Fazenda:

Deixando 104 bilhões [sic] em circulação – 104 milhões de contos de réis – quando ao assumir a pasta da Fazenda encontrara pouco mais de 63 bilhões; largando o dólar no câmbio livre a mais de 137 cruzeiros quando pegou a 70, e elevando o dólar de importações essenciais de cerca de 75 para 140 cruzeiros, deixou o Ministério da Fazenda o sr. José Maria Alkmim.

Deixou, depois de, sob a batuta de Kubitschek, ter conseguido aumentar o custo de vida nestes dois anos e pouco em cerca de 100% enquanto levava o café a uma encruzilhada terrível mediante política de favorecimento a meia dúzia de negociastas. [...]

Eles se vão assim. Que se dane quem vier depois. Criam-se compromissos insalváveis [sic]; esquematizam-se as situações mais terríveis para o povo e para o país e, depois, quando chega a hora de ceder o lugar, saem candidamente, como se nada disso fosse com eles.⁶⁴³

Lucas Lopes foi um histórico aliado de JK e um personagem importante na construção do Plano de Metas. Nesse primeiro momento, *Maquis* freou a sua pauta de combate à política econômica do governo. Contudo, quando Lopes apresentou o PEM ao Congresso, isso mudou. A revista comentou o PEM a partir de percepções colhidas entre deputados da UDN que o teriam analisado. Segundo ela, os udenistas foram categóricos ao afirmarem que JK não conseguiria prosseguir com o Plano de Metas – “inclusive a delirante Brasília” – se executasse o PEM. Sendo assim, ela considerou que o PEM era uma “confissão” do fracasso de JK porque ele descobriu “que as metas não podem ser alcançadas sem prévia extirpação do processo inflacionário”. A reportagem indicou quais medidas econômicas que *Maquis* recomendaria para o governo poder se capitalizar:

Kubitschek quer 13 bilhões em 1959? Pois nós lhe daremos sem lágrimas dos brasileiros.

Pegue do lápis, ó presidente, e escreva:

a) Indenização dos impostos sonegados por Dalvy e Dias Henrique, instrumentos de Galdeano, protegido de Alkmim (whisky de meio dólar etc.), segundo cálculo dos peritos da Comissão de Inquérito.....5 bilhões

b) Abusos de inatividade mais remunerada do que a atividade (promoções de 2 postos ao passar para a reserva etc.) de militares e civis, calculada pelo próprio Programa [PEM].....2 bilhões

c) Crimes de despesas por desvio de verbas (art. 315 do Código Penal), fixado pelo Tribunal de Contas, no exercício de 1956, em11 bilhões e 790 milhões

Total só desses três abusos: 18 bilhões e 790 milhões.

Quase seis bilhões a mais do que o pedido pelos impostos!

⁶⁴³ Tatu deixou a toca. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 11, 05 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2042> Acesso em: 10/02/2023.

É fácil e digno, Juscelino!⁶⁴⁴

As últimas edições de 1958 expuseram reportagens que criticaram JK pela determinação do congelamento de preços de alimentos. Essas matérias expressaram um posicionamento favorável aos comerciantes ao advogarem que seria impossível a venda desses alimentos por preço abaixo do custo de compra. Para *Maquis*, o congelamento iria ter como efeitos a retenção de mercadorias e o mercado “negro”. Em uma de suas reportagens, ela entrevistou o senador Mem de Sá (PL). O político defendeu que um congelamento de preços requereria racionamento, estabilidade monetária e diminuição da procura por mercadorias. A sua alternativa ao congelamento foi a mesma observada no episódio do PEM – instituir uma contenção drástica nos gastos estatais.⁶⁴⁵

Depois das comemorações do 3º aniversário de governo JK, a revista ironizou o discurso comemorativo do presidente na televisão:

Mas o sr. Kubitschek se esqueceu – ele que tem tão boa memória – de dar os números relativos à nossa exportação – fonte de divisas para as necessidades cambiais – que decresce de ano para ano. Não se referiu à emissão de papel-moeda nos seus três (ou trinta?) anos de governo. Não se lembrou da disparada do dólar [...].

Dispensa comentários quanto aos números em si. Mas não os dispensa para a análise das suas consequências. Esta tendência fortemente altista que se observa a um simples golpe de vista tem seus reflexos seríssimos na economia nacional, especialmente no tocante ao dólar da categoria geral que compreende as importações de máquinas, acessórios, matérias-primas e muitos produtos em fase de semi-elaboração [sic], pois, queira ou não o sr. Kubitschek, a nossa indústria ainda não prescinde, e em grande escala, dessa espécie de importação para a elaboração dos seus produtos.⁶⁴⁶

Em meados do ano de 1959, houve o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A ideia era conter o desequilíbrio na balança internacional brasileira, notadamente prejudicada pela queda nas exportações de café. As negociações com o FMI fracassaram por

⁶⁴⁴ Convém explicar esses pontos. O item “a” remetia ao trabalho de Adauto Lúcio Cardoso (UDN) no Congresso, como relator da CPI que investigou suspeitas de fraudes cambiais praticadas por importadores. Assim, ele sugeria que essas fraudes continuariam impunes. O item “b” apelou para uma noção de moralidade que tanto encampou uma crítica ao funcionalismo quanto preconizou uma política de austeridade econômica nos gastos estatais com salários e benefícios. Por fim, o item “c” recorreu a uma verba que não existia, afinal, ele somou despesas pagas pelo governo em 1957. O que esses itens têm em comum é a crítica ao Estado – complacente com criminosos, protetor de privilégios e irresponsável com o erário. Ruína para as classes sociais e mais riqueza para os tubarões. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28-31, 15 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3294> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁴⁵ O congelamento de preços é a nova forma de impressionar inglês e iludir burguês. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 44-46, 06 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3454> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁴⁶ Kubitschek, o esquecido. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 21 fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3933> Acesso em: 10/02/2023.

causa das medidas de austeridade econômica apresentadas como condicionantes à aprovação do empréstimo.⁶⁴⁷

Uma reportagem de *Maquis* defendeu a posição do FMI. Ao acompanhar os desdobramentos do rompimento nos campos políticos brasileiro e estadunidense, a reportagem iniciou alegando que os representantes do governo JK não confirmaram que o mote da contenda Brasil-FMI era a condição de abertura do monopólio estatal do petróleo. Em seguida, ela pontuou que os negociadores do FMI negaram que tivessem exigido a quebra do monopólio. De acordo com o texto, as condições do FMI se limitariam a implementação de alterações já defendidas por membros do CNE no mercado de câmbio.⁶⁴⁸

Essa proposta também foi apoiada por *Conjuntura Econômica*. Na edição nº 109 de *Maquis*, há uma reportagem de cinco páginas que reproduziu um estudo de *Conjuntura* nesse sentido. Há um *box* no início da reportagem que justificou a decisão de publicar esse estudo. Nele, afirmou-se que a situação econômica brasileira vinha gerando debates na sociedade. Porém, essas discussões seriam rasas, pois não se entendia do assunto e muitas vezes apenas se reproduzia o que era dito na imprensa. Logo, o seu intuito seria o de instrumentalizar os seus leitores com argumentos de um órgão especializado. A questão é que o estudo de *Conjuntura* tratou como única solução viável a revisão contínua da taxa de câmbio para produtos importados subsidiados (como o trigo e o petróleo). A atitude do governo de manter um controle de preço para as importações subsidiadas distorceria o funcionamento do mercado. Ele não permitiria o aumento do preço pago pelo dólar a partir da lógica da oferta e da procura. Assim, o país usava as suas reservas cambiais e contraía empréstimos no exterior para atenuar esse desequilíbrio. De acordo com *Conjuntura*, essas duas ações seriam apenas paliativos que, ao invés de resolverem, agravavam o problema. As reservas iam se esgotar e o país poderia atingir a sua “capacidade máxima” de endividamento. Em sua visão, o reajuste periódico do câmbio não deveria ser entendido como algo inflacionário. Mas, sim, uma ação que almejaria combater a assimetria entre as importações e as exportações. Indo além, ela defendeu a hipótese de que o desestímulo às importações subsidiadas iria possibilitar uma maior oferta de dólares no mercado de câmbio livre. Isso geraria baixa nos custos de produção (dos importadores não subsidiados) que acarretariam em preços menores.⁶⁴⁹

⁶⁴⁷ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Op. Cit. 1976, p. 223.

⁶⁴⁸ No caso JK x FMI governo fez chantagem e Brasil ficou mais desmoralizado. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 36-39, 27 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4684> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁴⁹ Segredos da economia do Brasil e seus reflexos no custo de vida. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 8-12, 11 jul. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4736> Acesso em: 10/02/2023.

As reportagens de *Maquis* de 1960 indicam um certo inconformismo da revista com o que ela percebia ao seu redor. Parece que a revista entendia que a imagem social que ia se formando sobre o desenvolvimentismo do governo JK não era aquela que ela tentara fomentar. Ela teria sido superada pela propaganda oficial, que malogrou toda essa miríade de conteúdos jornalísticos (entrevistas, discursos, estudos e índices sobre economia) mobilizados para contestar o Plano de Metas:

Desenvolvimentismo é a palavra da moda. Moda nos arraiais do governo. O sr. Kubitschek ocupa as estações de rádio e televisão durante quase três horas, para pronunciar uma centena de vezes a palavra mágica. E muita gente fica impressionada. Desenvolvimentismo... É o mesmo método dos grandes e pequenos ditadores, Hitler e Mussolini à frente: palavras cabalísticas, palavras capazes de por si sós obnubilar a capacidade de raciocínio e de conhecimento do povo que se deixa dominar pelo poder misterioso das sílabas sempre repetidas. Desenvolvimentismo... é a palavra-chave dos desmandos do sr. Kubitschek. A poder do desenvolvimentismo, por causa do desenvolvimentismo, como efeito do desenvolvimentismo, vai o país à garra. Não que se queira negar as obras inacabadas do sr. Kubitschek. Pois nesse ponto ele tem sido inexcedível em repetir no Brasil o que fez no governo de Minas Gerais. E em muito maior escala. Pois se em Minas não há nenhuma sucursal da Casa da Moeda, aqui está ele com sua guitarra em funcionamento a todo vapor.⁶⁵⁰

Ainda assim, isso não significou um esmorecimento da sua oposição política ao governo JK. A revista prosseguiu com a crítica às emissões de moeda. Junto a isso, ela passou a reproduzir, de modo cotejado, a série de reportagens do jornalista Fernando Caldas sobre o Plano de Metas, originalmente publicada no jornal *O Estado de São Paulo*. Aparentemente, a reprodução desse material foi uma sugestão do colunista Prudente de Moraes Neto. Na edição nº 160, há uma reprodução de uma carta dele para Amaral Netto. Após parabenizar este por sua candidatura para deputado e o definir como um “campeão da resistência democrática”, Moraes Neto se desculpou por não enviar o seu artigo semanal. Em sequência, ele indicou que Amaral Netto lesse o trabalho de Caldas:

São artigos admiráveis, pela clareza e segurança da exposição, em forma elegante e precisa. O autor utiliza apenas dados oficiais, constantes de “Mensagens” da Presidência da República. Dados, portanto, insuspeitos e incontestáveis. E com esses dados desmonta o programa de metas mais completamente do que foi desmontado o morro de Santo Antônio – onde ainda se veem uns barracos. Reduzido implacavelmente, pela análise de Fernando Caldas, a uma tentativa de empulhamento [sic], a uma impostura, a uma trama de astúcias, o programa de metas do doutor Juscelino é posto a nu, de modo acessível a qualquer leitor capaz de se interessar pelo assunto. [...].

⁶⁵⁰ Desenvolvimentismo e a “nova classe”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 28-29, 27 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/6078> Acesso em: 10/02/2023.

Minha ideia – que submeto – é que você transcreva esses artigos, aos quais é útil e patriótico dar todas as formas de divulgação. Você verá que ainda não se tinha feito um exame do programa de metas, como fez o Fernando Caldas. Justamente: aí temos um que soube trabalhar, dominar e vencer o seu touro. [...]. Era o que tinha a dizer-lhe e sugerir-lhe, com um cordial abraço, o companheiro e amigo.⁶⁵¹

Em síntese, essas reportagens objetivavam desvincular a industrialização da imagem de JK, ao mostrar a sua participação econômica supostamente irrelevante e ao alertar para o endividamento público que seria o seu legado.

A revista começou a publicar esse conteúdo pouco mais de um mês depois da divulgação dessa carta. Talvez esse intervalo se justifique pela aproximação da eleição presidencial de 1960. Ao todo, sete reportagens foram veiculadas. Essa série foi intitulada por *Maquis* de “a grande farsa das metas de Kubitschek”. Segundo Caldas, o Plano de Metas tinha consumido pouco mais de Cr\$ 184 bilhões em investimentos entre 1956-59. No entanto, a contribuição do governo federal teria se limitado a cerca de 39,7% desse montante (Cr\$ 73,6 bilhões). Caldas asseverou que a “maioria” disso era representada pela “soma de fundos especiais e de recursos vinculados, que a Constituição de 46, as leis ordinárias e a estruturação de certos organismos financeiros – tudo anterior à administração JK – instituíram para esses mesmos fins”.⁶⁵²

Adiante, Caldas analisou o endividamento do Estado. O déficit orçamentário teria atingido Cr\$ 120 bilhões entre 1956-59. Para o jornalista, esse valor seria incompleto por faltar o montante da dívida flutuante – os compromissos financeiros independentes de autorização orçamentária – que atingiria Cr\$ 47 bilhões.⁶⁵³ Outro agravante seria o de que JK recebeu de Café Filho uma balança de pagamentos com um saldo positivo (US\$ 65 milhões) mas, a balança acusaria um endividamento em 1960 (US\$ 517 milhões).⁶⁵⁴

A revista *Maquis* ainda publicaria outras reportagens sobre o trabalho de Caldas, inclusive acerca da construção de Brasília. A última delas, um resumo da série, foi estampada na edição datada de véspera da eleição de 1960. Tanto a penúltima quanto a última não tinham nenhum novo argumento. Isso sugere a intenção de direcionar e de manter a atenção dos leitores na crítica de Caldas ao governo.

⁶⁵¹ MORAIS NETO, Prudente. Carta a Amaral Netto: teoria das touradas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 09 jul. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/6783> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁵² Quando 184 biliões na realidade não passam de 73,6 biliões. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 26-29, 20 ago. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/7036> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁵³ Critérios-padrões de JK revelam déficit verdadeiro do governo JK: Cr\$ 167 bilhões. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 06-08, 03 set. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/7096> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁵⁴ Estarrecedor: desenvolvimentismo de JK conseguiu baixar a produção nacional. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 06-09, 10 set. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/7136> Acesso em: 10/02/2023.

Todo esse conjunto apontam como *Maquis* abarcou o passado, o presente e o futuro de JK no campo político. Esses simbolismos eram atravessados por posicionamentos contrários ao modelo econômico desenvolvimentista. A ideia de desenvolvimento subordinado ao crescimento comercial foi predominante e seria isso que estaria ausente na política econômica do governo. Outras ideias foram menos propositivas e mais reacionárias – contra o aumento da inflação, das emissões, de impostos e do endividamento do Estado. Isso foi feito, em maior ou menor grau, por meio da conjugação de elementos sensacionais e técnicos. A revista recorreu aos economistas, aos cientistas, aos banqueiros, aos políticos de oposição e aos periódicos. Entre esses, se destaca a revista *Conjuntura Econômica* tanto pela ciência de quem eram os seus produtores quanto pela *reprodução de suas avaliações e de suas propostas* em *Maquis*. Assim, um ideário foi difundido entre a publicação de textos e de charges, pejorativos ou jocosos, acerca do governo JK. Um ideário que recorrentemente representava o Brasil como um país em um ritmo acelerado em direção ao caos por causa dos detentores do poder.

Por último, *Maquis* se engajou a favor de uma política que modificasse o funcionamento do mercado de câmbio brasileiro. Por um lado, esse posicionamento da revista se alinhou com o que a UDN definiu como uma de suas diretrizes partidárias em 1957.⁶⁵⁵ Por outro, isso também pode ser situado à luz do que foi demonstrado sobre os acionistas de *Maquis*. São Paulo foi a cidade de maior número de ações subscritas e, naquele tempo, São Paulo era um centro cafeicultor relevante. A modificação do mercado de câmbio, no sentido defendido por *Maquis*, seria algo financeiramente positivo para esse setor. Assim, para se entender essa pauta, convém contextualizar como funcionava à época o mercado de câmbio. Em suma, o posicionamento de *Maquis* possuía, ao menos, dois estofos – um político e o outro econômico.

Entre 1951-53, no governo Vargas, o Estado tinha dois organismos estatais dedicados à política cambial. A SUMOC fazia parte do Ministério da Fazenda e tinha como função definir diretrizes sobre o câmbio. No Banco do Brasil existia a Carteira de Exportação e Importação (CEXIM). A CEXIM era responsável por conceder licenças para importadores e exportadores. Entre 1951-52, o Brasil experienciou uma escassez de moeda estrangeira por causa do maior volume de suas importações em relação ao de suas exportações.⁶⁵⁶

Em 1953, Oswaldo Aranha assumiu a Fazenda e, pouco tempo depois disso, ele instituiu a Instrução nº 70 (SUMOC). O seu objetivo era o de estabilizar a balança de pagamentos e,

⁶⁵⁵ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Op. Cit. 1981, p. 104.

⁶⁵⁶ LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, pp. 190-192.

assim, viabilizar um equilíbrio nas contas do Estado. A Instrução nº 70 estabeleceu um sistema de taxas múltiplas de câmbio tanto para as exportações quanto para as importações. No primeiro caso, ela previa o pagamento de uma taxa de câmbio oficial e de um bônus para as divisas obtidas por meio do comércio internacional. Ou seja, a Instrução nº 70 obrigou os exportadores a venderem essas divisas ao Estado que, a seguir, revendia essas divisas para os importadores. No segundo caso, os importadores pagavam preços definidos de acordo com a categoria em que se enquadrava o produto importado. Quanto mais supérfluo o item – de acordo com os parâmetros estabelecidos – maior seria o preço das divisas.⁶⁵⁷

O Estado, ao atuar como intermediário nesse sentido, conseguia obter um ágio nessas negociações. Nesse ínterim, a Instrução nº 70 também extinguiu a CEXIM. Em seu lugar, criou-se a Carteira de Comércio Exterior (CACEX). Cumpriria a CACEX determinar as taxas de câmbio dos produtos de importação. O setor industrial nacional pode usufruir de uma taxa de câmbio subsidiada para importar insumos considerados como “bens essenciais”.⁶⁵⁸

Esse sistema viveu nos governos subsequentes. No de Café Filho, o Brasil enfrentou novamente dificuldades devido à queda nos preços de exportação do café. Em função disso, houve diminuição na disponibilidade de divisas para importação. Então Ministro da Fazenda, Eugênio Gudin instituiu a Instrução nº 113 para tentar aplacar esse cenário. Ela autorizou a CACEX a conceder licenças de importação para bens de capital “sem cobertura cambial” – as empresas, estrangeiras ou associadas as nacionais, poderiam importar sem terem que adquirir divisas no mercado de câmbio. O objetivo era o de impulsionar a industrialização nacional sem que isso gerasse um agravamento na balança de pagamentos. Como a Instrução nº 113 excluía o empresariado estritamente nacional desse benefício, esses empresários se sentiram discriminados pela norma.⁶⁵⁹

A princípio, *Maquis* publicou apenas reportagens de denúncias de métodos de transgressão ao sistema cambial. O método principal seria o de subfaturamento de preços, que seria praticado em importações e em exportações. Ela denunciou dois supostos casos do tipo

⁶⁵⁷ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. SALOMÃO, Ivan Colangelo. O nacional-desenvolvimentismo em tempos de Getúlio Vargas (1951-1954). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília (org.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Op. Cit. 2019.

⁶⁵⁸ LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Op. Cit., p. 193.

⁶⁵⁹ Sobre a Instrução nº 113 ver: FARO, Clóvis de. SILVA, Salomão. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002; ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Ângela de Castro (coord.) *Olhando para dentro (1930-1964)*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013; CAPUTO, Ana. MELO, Hildete. A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC. *Estudos Econômicos*, São Paulo, pp. 513-538, jul.-set., 2009.

em reportagens de 1956. O primeiro deles envolveria a venda de *commodities* para o exterior (café, cacau e cera de carnaúba). As divisas supostamente sonegadas seriam utilizadas para importar automóveis de luxo.⁶⁶⁰ O segundo deles era o “caso do whisky a ½ dólar”, denunciado pela UDN, que envolveria o subfaturamento por parte de empresas importadoras (alimentos, eletrodomésticos, entre outros).⁶⁶¹

Em 1957, a revista iniciou a sua campanha contra o “confisco cambial” (Inst. 70). A sua reportagem apresentou uma ilustração que demonstraria como a política cambial seria nociva para a agricultura. Um jipe importado custaria o equivalente a 155 sacas de café. Caso não existisse o sistema de taxas múltiplas, o mesmo veículo poderia ser comprado por 19 sacas. A reportagem publicou uma espécie de manual de como funcionaria o mercado de câmbio e concluiu que:

É isto o confisco cambial. Foi isto que a instrução 70 – a célebre instrução 70 – criou e impôs aos brasileiros. Vender barato ao Banco do Brasil o dólar que produz e ter de comprar esse mesmo dólar para suas necessidades por três, quatro e até cinco e seis vezes mais.

É contra esta disparidade flagrante que se batem e se têm batido os lavradores, os industriais e os pecuaristas. Porque, no final da história quem lucra é o governo e meia dúzia de negociastas que operam nos leilões de moeda. [...].

Somos contrários ao “confisco cambial”. Inteira e totalmente contrários. Achamos que o que se está fazendo é uma espoliação dos que produzem em benefício do desgoverno e de meia dúzia de apaniguados a ele ligados.

E é por isso que iniciamos neste número uma série de reportagens que visam a, antes de mais nada, levar a todo o Brasil a opinião das autoridades e, principalmente, dos que produzem.

A nossa opinião não é extremada. Não desejamos, nem pleiteamos uma total extinção do confisco. Combatemos, sem restrições, mesmo as que nos beneficiam – como o dólar especial para o papel de imprensa – os privilégios que tornam sem efeito a Constituição, e o miserável favoritismo que atola este país cada vez mais.

Achamos que o controle que se exercia pela CEXIM era corrupto e venal. Graças a ele os novos ricos; os ladrões; os negociastas; os contrabandistas se procriaram como cogumelos em terreno úmido e sombreado.

Mas concordamos em que um organismo desse tipo, severamente fiscalizado e entregue unicamente ao controle de um colegiado no qual estivessem representados governo, exportadores e importadores seria a solução para o drama em que vivemos com a crise cambial e sua decorrente mais grave, que é o confisco no ponto em que o colocaram.⁶⁶²

A reportagem estampou algumas declarações de deputados, de produtores agrícolas e de representantes de associações agrícolas. Um deles foi Herbert Levy (UDN). O deputado alegou

⁶⁶⁰ LEMOS, Carlos. O Brasil é mesmo o país dos Cadillacs. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 34-35 e 44, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/128> Acesso em: 15/12/2023.

⁶⁶¹ Gente-bem furtou o Brasil com uísque a ½ dólar. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 38-42, nov. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/276> Acesso em: 15/12/2023.

⁶⁶² Confisco cambial é roubo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 15-19, jan. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/493> Acesso em: 15/12/2023.

que teria demonstrado que a liberação “dentro de um conjunto de medidas que substituam racionalmente o sistema vigente” não causaria “reflexos inflacionários”. Levy também defendeu o uso do ágio em políticas públicas de fomento ao aumento da produtividade cafeeira.⁶⁶³

Outra reportagem apresentou uma enquete com doze deputados – UDN, PSD, PSP e PTB – sobre o assunto. A revista propôs um questionário de sete perguntas para eles. Entre elas, quatro se referiam à Inst. 70. As outras instigaram os entrevistados a avaliarem a gestão de Alkmim na Fazenda. Para a reportagem, as respostas dadas corroborariam a sua assertiva de que “o confisco cambial é roubo”. A gradação entre as apreciações emitidas por eles seria a de que “os governistas usam expressões mais leves e procuram aliviar a culpa do governo. Mas não escondem sua opinião contrária”.⁶⁶⁴

Essa campanha recrudesciu no decorrer de 1957. Em maio, o redator Carlos Lemos assinou uma reportagem em que um prefeito acusou os “trustes internacionais” de quererem a continuação da política cambial para sufocar a agricultura brasileira. Isso seria um meio de destruir a economia brasileira e, assim, causar a quebra do monopólio estatal do petróleo.⁶⁶⁵ Outras reportagens tiveram Oswaldo Aranha como personagem central. Ele foi apontado como acionista da empresa Gastal S.A., representante da Willys Overland (EUA) para a montagem de jipes no Brasil.⁶⁶⁶ Uma reportagem de *Maquis* afirmou que a Instrução nº 127 da SUMOC favoreceria a Gastal. Ela preveria um planejamento de redução gradativa na importação de componentes de automóveis. A empresa que cumprisse isso dentro do prazo da norma passaria a ter o direito de importar na condição de fabricante. Assim, ela teria a vantagem de adquirir divisas por um preço menor do que aquele pago pelas montadoras. Para a reportagem, a Gastal seria a única capacitada para se tornar uma fabricante dentro desse regimento.⁶⁶⁷

Até aqui, as reportagens desenvolveram a pauta contra a política cambial da seguinte maneira – demonstrar a sua nocividade para os produtores nacionais (sobretudo os agricultores exportadores) e seu valor para o governo e seus aliados; estimular uma imagem de consenso político contrário ao sistema vigente; e ventilar a conjectura de uma conspiração empresarial

⁶⁶³ Idem.

⁶⁶⁴ Deputados de todos os partidos condenam a espoliação da lavoura. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 24-27 e 31, fev. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/598> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁶⁵ LEMOS, Carlos. Sob a batuta do “Sindicato”, confisco cambial leva o país à ruína. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 21-22, maio 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/885> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁶⁶ Aranha gravemente comprometido no escândalo dos jipes. *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 16-19, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1010> Acesso em: 27/10/2023.

⁶⁶⁷ Kubitschek reforça o monopólio Willys-Aranha. *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 5-7, jun. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/951> Acesso em: 27/10/2023.

transnacional que visaria subordinar o desenvolvimento econômico brasileiro aos seus interesses.

A revista publicou na íntegra – e endossou – um projeto de reforma cambial proposto pelo diretório da UDN de São Paulo. A introdução do documento classificou Levy como orientador da bancada udenista paulistana na luta contra a política cambial. Ela também citou as matérias de *Maquis* e do *Tribuna da Imprensa* como indicativas de que se tinha tornado “um conceito corrente” na sociedade a ideia de que o “confisco cambial” era roubo. Em seguida, foram listados cinco motivos para propor a reforma. O primeiro deles seria o de que o “controle” causaria escassez de divisas. O segundo deles seria o de que o “sacrifício” da lavoura e de outros exportadores teria sido inútil, tendo em mente que a intervenção estatal falhara em seu papel de estabilizar a disponibilidade de câmbio. O terceiro deles seria o de que o Poder Executivo usaria o ágio sem qualquer fiscalização pública de suas aplicações. O quarto deles seria o de que o país atingiu o “paradoxo” de ter uma moeda em processo de desvalorização e vivenciar um recuo em suas exportações. Por fim, o quinto deles seria o de que o “confisco” teria se configurado como uma oportunidade para a corrupção por causa dos “lucros tão fantásticos” possíveis para aqueles dispostos a burlarem a lei. O projeto da UDN-SP continha 25 artigos que estruturaram um processo de “liberação gradual”, a ser concluída em 1960. Um dos pontos do projeto era o de disciplinar o uso do ágio pelo Estado. Essa verba teria de ser aplicado segundo os “itens II e III do §2º do artigo 9º da Lei nº 2.145 de 29/12/53”.⁶⁶⁸

A Lei mencionada foi aquela em que o Congresso ratificou a Inst. 70. Depois disso, nenhuma outra norma da SUMOC foi enviada pelo Poder Executivo ao Congresso.⁶⁶⁹ A leitura dos itens II e III do Art. 9º dessa Lei indicam a preocupação da UDN-SP – esposada por *Maquis* – em atender as demandas do setor agrícola enquanto se processasse a liberalização do mercado de câmbio:

⁶⁶⁸ De acordo com a transcrição do projeto: previa-se a aplicação de dois tipos de taxas de câmbio, a oficial (Cr\$ 20) e a livre, durante o processo de mudança (Art. 4º). A autorização para bancos particulares operarem no mercado cambial. Tais bancos seriam obrigados a repassarem uma porcentagem de suas operações ao Banco do Brasil pela taxa oficial. Esse repasse seria reduzido mensalmente (Art. 5º, 6º e 7º). Um modelo similar foi proposto para a realocação dos produtos de importação. Por exemplo, em 1958, as divisas para importações de 1º categoria seriam divididas entre as taxas oficial e livre. No ano seguinte, ocorreria a inversão – 25% na oficial e 75% na livre (Art. 9º). As outras categorias sofreriam a cobrança de uma sobretaxa progressiva, nos moldes do Sistema vigente. Essa sobretaxa funcionaria do mesmo modo regressivo (Art. 11º, 12º e 13º). O projeto também proibiria o Banco do Brasil de vender câmbio “sem cobertura” (Art. 18º). Com acabar com o roubo do confisco cambial. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30-32, jun. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/976> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁶⁹ LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Op. Cit., p. 193.

§2º Todas as sobretaxas, arrecadadas nos termos desta Lei, se destinarão em ordem de prioridade:

I – ao pagamento de bonificações aos exportadores.

II – à pavimentação de estradas de rodagem, em proporção de 30% (trinta por cento) das sobretaxas arrecadadas, uma só vez ou em parcelas, antes ou depois da refinação no Brasil, pela importação de petróleo e seus derivados, depois de regularizadas as operações cambiais realizadas, antes desta Lei por conta do Tesouro Nacional.

III – ao financiamento, a longo prazo e juros baixos, da modernização dos métodos de produção agrícola e recuperação da lavoura nacional e ainda à compra dos produtos agropecuários, de sementes, inseticidas, máquinas e utensílios para emprego da lavoura.⁶⁷⁰

O item III, especialmente, se assemelhava com o que Levy tinha declarado para *Maquis* em janeiro de 1957. No início de 1958, a revista publicou uma entrevista com esse deputado. Ele afirmou que o governo JK recusou o projeto da UDN-SP. Em sua opinião, isso prejudicaria os setores agrário e industrial, pois o primeiro não teria meios de consumir os produtos industrializados do segundo. Levy profetizou que a situação se agravaria no decorrer daquele ano devido à expectativa de superprodução cafeeira. Para ele, ou o governo iria piorar a inflação (através da compra das sacas para evitar a queda dos preços) ou impor a aos cafeicultores “quotas de sacrifício” que “esmagariam” a maioria deles por causa do prejuízo.⁶⁷¹

Nesse sentido, *Maquis* apoiou a Marcha da Produção, um movimento de protesto de cafeicultores que objetivou pressionar o governo. Mais uma vez, a revista recorreu a Levy para explicar quais seriam as razões da inquietação:

A lavoura está tomada do mais completo desespero, pois houve uma redução de preço da ordem de 40 por cento sobre os preços da safra anterior. Enquanto isso, para agravar ainda mais a situação, os produtos industriais indispensáveis à lavoura, só no primeiro semestre deste ano, tiveram aumentos que variam entre 40 e 80 por cento. A lavoura não podia suportar uma redução de preços em relação aos que foram pagos na safra passada. Daí ser fácil compreender o desespero da lavoura.⁶⁷²

Ainda nesta reportagem, Levy fez quatro sugestões ao governo – adotar a reforma cambial, promover uma política de renovação da lavoura, reconquistar mercados internacionais e enfrentar a concorrência de outros países produtores. Pouco tempo depois disso, *Maquis*

⁶⁷⁰ BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 2.145 de 29 de dezembro de 1953. Cria a carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro: Distrito Federal, 1953. P. 21993. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2145-29-dezembro-1953-361427-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁷¹ 1958 começa trazendo ameaça sombria de uma crise econômica. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40-41, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1626> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁷² Produtores de café em desespero. Paraná prepara Marcha da Produção. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 26-29, 23 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2716> Acesso em: 10/02/2023.

publicou uma entrevista com Jânio Quadros sobre o assunto.⁶⁷³ As propostas de Quadros eram similares as de Levy no sentido de socorro aos cafeicultores. Quadros defendeu que o governo majorasse os preços pagos na compra dos excedentes de sacas e que os ágios deveriam ser utilizados para isso. Há um detalhe que diferencia essas propostas substancialmente. Quadros falou em favor da conquista de novos mercados internacionais, enquanto Levy se restringiu a *reconquista* daqueles que o Brasil perdeu.⁶⁷⁴ Aparentemente, Quadros pareceu apoiar a ideia de que o país deveria procurar novos parceiros comerciais, algo que poderia ser uma alusão aos países socialistas.

Por seu turno, *Maquis* tendia a apoiar a proposta de Levy. Diante de um debate sobre o reatamento das relações diplomáticas com a URSS, ela publicou uma reportagem sobre as divergências entre dois setores do Itamarati que estudaram a questão. Depois, a reportagem publicou a posição contrária de Raimundo Padilha (UDN) que argumentou que, na URSS, não existiria o costume de se consumir café.⁶⁷⁵ Meses depois, Amaral Netto seguiu a linha de Padilha ao elencar dúvidas sobre a proficuidade econômica desse hipotético reatamento.⁶⁷⁶

De todo modo, *Maquis* acompanhou as negociações de um acordo entre o governo JK e os cafeicultores. Frustradas as tentativas de conciliação, ela condenou a supressão da Marcha, por tropas do Exército, no Paraná. A revista enviou o seu então redator Carlos Teixeira – que, depois, se tornou o seu chefe de reportagem – para o local:

Quando o ministro da Guerra anunciou que impediria pela força a marcha pacífica dos lavradores em busca de solução para seus angustiantes problemas, MAQUIS destacou um de seus repórteres para acompanhar as operações bélicas que se desenrolariam contra os desarmados irmãos paranaenses. Para lá seguiu Carlos Alberto Teixeira, levando, inclusive, sua máquina fotográfica. Permanecendo quatro dias na “zona de guerra”, Carlos Alberto trouxe vasto material fotográfico e de redação, que a falta de espaço nos obriga a condensar em 5 páginas. Um relato seguro, sério e amplo de tudo o que se passou nas terras do Paraná que se transformaram em vasta praça de guerra das tropas do general Lott.⁶⁷⁷

⁶⁷³ Juscelino Kubitschek relatou esse episódio da seguinte maneira: “Jânio Quadros, então governador de São Paulo, vira naquele movimento de protesto uma larga porta, através da qual poderia passar para se credenciar junto aos agricultores. Sem tornar públicas suas vinculações com o movimento, começara a confabular com os queixosos e, depois de se informar que eles cogitavam de promover uma Marcha da Produção, empenhara-se em incentivar a ideia”. KUBITSCHKE, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Brasília: Senado Federal (Conselho Editorial), 2020, p. 155-156.

⁶⁷⁴ Jânio dá o brado de alerta: crise do café acarretará crise social. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24-29, 13 set. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2858> Acesso em: 13/01/2023.

⁶⁷⁵ Relações com a URSS: governo espera pensando Rússia ganha terreno. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 18-22, fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2858> Acesso em: 13/01/2023.

⁶⁷⁶ AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Esta semana em 3 fatos. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28, 06 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3439> Acesso em: 13/01/2023.

⁶⁷⁷ A revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 28 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3173> Acesso em: 13/01/2023.

No texto, Teixeira pontuou que os cafeicultores não queriam instaurar “um clima de desordem no país”. As suas lideranças teriam proibido o porte de armas e de bebidas alcoólicas entre os manifestantes. Eles pretendiam realizar um movimento ordeiro e justo. Em contrapartida, o governo não teria a intenção de ceder – convocou as tropas do Exército para obstaculizar a Marcha. Diversos trechos da reportagem sugerem que os militares estariam dispostos a usar a força para suprimir o movimento dos cafeicultores.⁶⁷⁸

Oito meses depois, *Maquis* publicou uma entrevista e algumas cartas do engenheiro e cafeicultor João Batista Meiller. Ele alegou ser uma das lideranças da Marcha em Marília (SP). Tal cidade foi um dos locais visitados pela Caravana da Liberdade, em 1957. Junto de Lacerda e outros, Amaral Netto foi um dos palestrantes.⁶⁷⁹ Na sua primeira aparição em *Maquis*, Meiller asseverou que o Brasil tinha má fama no mercado externo⁶⁸⁰ e revelou o seu ressentimento com o governo JK:

[...] nós, os lavradores, dr. Juscelino, não estamos sempre contra governo, não; sabemos das dificuldades que o governo tem, criadas muitas vezes por ele mesmo, e queremos ajudar. Mas é preciso que o senhor ajude a gente. Olha, o senhor sabe no duro porque é que nasceu a Inconfidência Mineira? Foi porque os garimpeiros bandeirantes, no meio do mato, cavavam e lavavam, sofriam e morriam tirando ouro. Depois, quando eles chegavam nas cidades os agentes da Coroa davam em troca do outro umas poucas moedas. E sabe o senhor para onde iam essas moedas? Para a Coroa outra vez. Porque a Coroa tinha o monopólio do sal. E vendia o sal aos garimpeiros pelas moedas ganhas com o ouro.

Agora o negócio está se repetindo. O lavrador, garimpeiro do café, come o pão que o diabo amassou plantando e colhendo o nosso ouro. Depois quando chega a hora da paga, ele recebe as danadas das moedas que voltam todas para onde vieram sob a forma de impostos e dessas roupinhas que a gente compra, que cafeicultor também não pode andar nu, não.⁶⁸¹

No mês seguinte, a revista publicou uma carta dele para Amaral Netto. Meiller elogiou o jornalista como um “livre-atirador”. Isso porque a “massa popular” estaria revoltada e “perfeitamente apta” a ser “encaminhada” nas eleições de 1960. Sobre o “confisco cambial”,

⁶⁷⁸ TEIXEIRA, Carlos Alberto. Armados com habeas corpus lavradores vencerão os tanques. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 29-33, 01 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3196> Acesso em: 13/01/2023.

⁶⁷⁹ A revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, maio 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/867> Acesso em: 13/01/2023.

⁶⁸⁰ Meiller estava se referindo ao rompimento do governo Kubitschek com o FMI.

⁶⁸¹ Desde 1953 – ou antes mesmo – o Brasil é mau pagador. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 26-27, 11 jul. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4754> Acesso em: 10/02/2023.

Meiller definiu a campanha dos cafeicultores como uma luta contra o “dirigismo socialista” em prol do “liberalismo econômico”.⁶⁸²

Em novembro, Meiller elogiou a campanha da revista pela regulamentação da Lei 2.975, aprovada pelo Congresso em 1956. De autoria de Fernando Ferrari (PTB), ela isentaria do imposto de consumo o óleo diesel consumido pelos maquinários agrícolas. A revista garantiu que a sua regulamentação seria benéfica porque conteria a inflação e geraria um ‘surto’ de desenvolvimento no país. Assim, ela questionou JK pela “estagnação” da Lei.⁶⁸³

Em meio a isso, *Maquis* publicou uma entrevista com o deputado Ítório Corrêa da Costa (UDN). O udenista defendeu a regulamentação da Lei 2.975 e sugeriu que o governo poderia fiscalizar a sua aplicação através da criação de um sistema de cores adicionadas aos combustíveis. Após a entrevista, a revista publicou uma tabela comparativa sobre a composição do preço do óleo diesel em 1955 e em 1959. A sua intenção era mostrar a disparidade entre a majoração do preço cobrado pelas empresas distribuidoras, o imposto e o ágio recebido pelo Estado. Enquanto o primeiro ascendeu cerca de Cr\$ 0,30 por litro, a taxação teria se multiplicado por doze – de Cr\$ 0,39 para Cr\$ 4,63. Assim sendo, a reportagem afirmou que não combatia o lucro empresarial mas, sim, o ágio e o imposto.⁶⁸⁴

A reforma cambial, no sentido almejado por *Maquis*, começou a se processar com a eleição de Quadros para a presidência. Ela teve início com a promulgação da Instrução nº 204. A norma alterou sensivelmente o funcionamento do mercado de importação e de exportação. Essa medida foi importante para que o governo Quadros conseguisse renegociar a dívida externa com seus credores internacionais.⁶⁸⁵ Ela também agradou aos udenistas que a consideraram como um tipo de retorno aos “princípios da ortodoxia liberal”.⁶⁸⁶

Para *Maquis*, a Inst. 204 serviu tanto para criticar o governo JK quanto para sugerir que o Brasil deixou de trilhar o caminho equivocado em que ele se encontraria até então. A Inst. 204 redirecionou para o mercado de câmbio livre as exportações de 2º e de 3º categorias, tendo como condicionante que parte do pagamento dos dólares aos exportadores seria feita em títulos de prazo e de juros predeterminados. O café e o cacau – 1º categoria – tiveram seus preços de

⁶⁸² Confisco cambial em 1953: 50% em 1959: 75%. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 7, 15 ago. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4935> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁸³ Governo não quer que a vida barateie. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 6-7, 17 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4935> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁸⁴ Lei (2975) que faz baixar o custo de vida não foi regulamentada pelo governo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 36-38, 14 nov. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5486> Acesso em: 10/02/2023.

⁶⁸⁵ LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)*. Op. Cit. 2012, p. 83-86.

⁶⁸⁶ BENEVIDES, Maria. *A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Op. Cit. 1981, p. 84.

conversão ajustados para Cr\$ 90 e Cr\$ 210. A diferença entre esses valores e a cotação do dólar no mercado livre seria utilizada em programas de defesa ou de modernização da agricultura. Nas importações, a Inst. 204 estabeleceu um teto de compra de US\$ 20.000,00 semanais para os importadores. Ela também extinguiu as categorias “geral” e “licitação específica” do sistema anterior. Os seus produtos foram alocados no mercado de câmbio livre. Por fim, a Inst. 204 ajustou de Cr\$ 100 para Cr\$ 200 o preço do dólar da antiga categoria “preferencial” – papel, trigo, petróleo, fertilizantes e bens de capital prioritários).⁶⁸⁷

É certo que, no decorrer do efêmero governo Quadros, foram feitas algumas outras alterações na política cambial que podem ser consideradas ambivalentes em comparação aos preceitos da Inst. 204. Mas, à revelia disso, *Maquis* sustentou que a Inst. 204 seria o elemento central da política econômica do governo, pois ela configuraria a “verdade cambial”. A terminologia escolhida transparecia a estreiteza da posição adotada – afinal, onde finda a “verdade”, se inicia a “mentira”. E era nessa que residiria a economia brasileira até então, como pode ser visto nesse editorial:

No número 191 de MAQUIS, um dos primeiros a circular depois da era negra dos 50 em 5, fizemos um retrospecto das principais denúncias publicadas em nossas páginas (e só publicamos aquelas que tínhamos a prova provada), chamando a atenção para o fato da inoperância de tais denúncias, pois que todos os escândalos contavam com a sombra protetora do sr. Kubitschek de Oliveira.

Mas tínhamos a certeza de que chegaria a hora da reforma. [...].

E aquela certeza mais ainda se confirmou com as primeiras providências tomadas pelo sr. Jânio Quadros, como ele mesmo diz em sua extraordinária palestra do dia 13, em que anunciou a reforma cambial [...].

Falando diretamente ao povo, para que a esse povo não chegassem distorcidas as palavras e intenções do presidente, o sr. Jânio Quadros abordou assunto de altas implicações econômicas em palavras que esse mesmo povo pudesse entender. E falou com a serenidade, com a dignidade que só a verdade pode dar [...].

O sr. Jânio Quadros explicou nossa situação cambial, o porquê de tal situação, indicando a terapêutica heroica, da qual tem que participar o povo todo. Com gráficos devidamente explicados, mostrou que o aumento do custo de vida, que virá forçosamente com a alteração do câmbio de custo, não será grande e que o governo estará vigilante no sentido de que os pescadores de águas turvas não venham a tumultuar as consequências de sua medida corajosa, promovendo a especulação e consequente alta de preços em maior escala do que o previsto e o razoável.⁶⁸⁸

Esse ânimo pela reforma cambial não ignorava as reações que tal norma poderia provocar. No lide de uma reportagem sobre ela, a revista afirmou que a sociedade demoraria a “compreender” a medida, porém o futuro reservaria “aplausos” a Quadros. O seu entendimento

⁶⁸⁷ LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)*. (Tese de doutorado). Op. Cit. 2012, p. 83-86.

⁶⁸⁸ Reforma cambial. Princípio do fim da “nova classe” criada por JK. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 20-21, 25 mar. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8230> Acesso em: 07/06/2023.

era o de que se tratava de um “sacrifício transitório” necessário para a superação de uma espécie de ciclo vicioso – o subsídio cambial era pago pelo Estado com emissões de moeda que, em contrapartida, desvalorizavam o cruzeiro em relação ao dólar. Essa diferença ascendente entre as moedas provocaria outras emissões para que o Estado pudesse arcar com os subsídios. Logo, o governo estaria corrigindo um erro – ou uma “mentira” – inaugurada e mantida nas administrações que o antecederam.⁶⁸⁹

Nesse sentido, *Maquis* publicou algumas reportagens em apoio ao governo Quadros. Essas reportagens, geralmente, ou sinalizavam que a situação econômica seria fruto dos anos JK ou redirecionavam o foco para as sindicâncias deflagradas por Quadros na administração federal. Nesse segundo caso, JK e os componentes do seu governo também eram alvos.

Uma reportagem ilustra esses dois pontos. Em abril de 1961, *Maquis* publicou uma reprodução de uma entrevista de Amaral Netto no programa *Noite de Gala*. Essa reportagem ocupou seis páginas, inclusive aquelas que costumeiramente eram usadas para estampar o editorial (nº 20 e nº 21). A entrevista pode ser dividida em duas partes. Inicialmente, Amaral Netto culpou o governo JK pela crise econômica. A venda de dólares⁶⁹⁰ representaria um gasto de Cr\$ 50 bilhões, ou seja, cerca de 25% do dinheiro em circulação no Brasil. Além disso, ele afirmou que Quadros teria que saldar outros Cr\$ 84 bilhões em dívidas herdadas. Ao apelar para um sentido de moral e de honestidade, Amaral Netto sustentou que, no governo JK, o povo “passava mal” para que alguns passassem “bem”. Quadros teria mudado isso e, assim, todos repartiriam o ônus da tentativa de estabilização da economia.⁶⁹¹

Esse raciocínio em prol do bem-comum também é notável na segunda parte da entrevista. Amaral Netto abordou as sindicâncias e opinou que seria preciso que a sociedade soubesse quais crimes foram praticados no governo JK. Isso seria vital para que se tornasse viável uma “vida melhor” no futuro. A seguir, ele começou a apresentar algumas das acusações da sindicância da COFAP como, por exemplo, o superfaturamento de preços. Segundo Amaral Netto, o relatório sobre a COFAP estaria pronto e seria remetido para Quadros em breve.⁶⁹²

⁶⁸⁹ 100% a mais no câmbio de petróleo. 2% a mais na mercadoria transportada. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 36-39. 08 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8326> Acesso em: 07/06/2023.

⁶⁹⁰ Amaral Netto se referia a Inst. 193 (1960) que, para garantir a estabilidade na disponibilidade de dólares para os importadores, autorizou o Banco do Brasil a fazer leilões de divisas sem ter dólares em caixa. Esperaria-se que, com a valorização do café, o banco conseguisse obter dólares suficientes para cobrir as compras firmadas. Algum tempo depois da entrevista de Amaral Netto no *Noite de Gala*, *Maquis* publicou uma reportagem em que Clemente Mariani (Ministro da Fazenda) afirmou que essa medida gerou uma dívida de US\$ 729 milhões. Governo JK vendeu dólares que não tinha e importou sem ter divisas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 4-7, 06 maio 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8454> Acesso em: 07/06/2023.

⁶⁹¹ COFAP: ninho de escândalos, vai levar gente “boa” à cadeia. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 20-25, 22 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8390> Acesso em: 07/06/2023.

⁶⁹² Idem.

Se é verdade que a revista acreditava que a Inst. 204 seria um “sacrifício transitório”, é possível supor que o seu objetivo era, no mínimo, o de obter tempo para que o governo Quadros prosseguisse com a reforma cambial. Afinal, há o fomento à expectativa por novas revelações das sindicâncias que reforçassem e aprofundassem uma imagem negativa sobre o governo JK. Nessa lógica, o imaneente sentido de escândalo serviria tanto para blindar Quadros quanto para estabelecer um culpado externo ao seu governo. Se trataria, então, de uma estratégia política que, mesmo que não tivesse sido inventada pela revista, teve repercussão em suas páginas.

Algumas considerações podem ser tecidas à luz do que foi exposto. O caso da política cambial indica como a revista objetivou ser uma defensora da agricultura de exportação em suas reportagens. Apesar de ela utilizar termos genéricos nas suas reportagens, é perceptível que as suas campanhas se dirigiam para os proprietários de terras, principalmente aqueles que exploravam o mercado de exportações agrícolas. A encampação do projeto da UDN-SP e o combate ao imposto de consumo sobre os combustíveis são exemplos de como *Maquis* apoiou propostas que interessavam a esse grupo. Em ambos os casos, ela representou o Estado – o seu controle sobre o mercado de câmbio e a sua inação na regulamentação da Lei 2.975 – como algo que atrasava o desenvolvimento da agricultura. O apoio aos cafeicultores em suas demandas protecionistas não altera essa conclusão. Afinal, esse posicionamento foi uma espécie de alternativa depois de frustrada a tentativa de revogar a Inst. 70 ou, como *Maquis* chamou, o “confisco cambial”.

A hipérbole foi um recurso usado para definir a reforma cambial do governo Quadros. A “verdade” seria atingida quando o Estado deixasse de influir no mercado de câmbio – seja concedendo subsídios aos importadores, seja oferecendo preços menores aos dólares auferidos pelos exportadores. Essa argumentação sugere uma visão sobre o Estado como uma entidade que deveria não atrapalhar – ou beneficiar – setores da iniciativa privada em seus negócios.

Há o apoio à modernização da cafeicultura para superar o seu “atraso”. A revista defendeu que esse processo traria impacto na preservação do meio-ambiente e na remodelação da agricultura (liberação de terras e de força de trabalho para outras atividades). Mas esses efeitos eram apêndices de um argumento central pautado na ideia de que o café era o produto que possibilitaria o desenvolvimento econômico. Dito de outro modo, a revista expressou uma mentalidade agroexportadora calcada na própria inserção histórica do país no mercado internacional cafeeiro. O café seria uma solução, não um problema (ou um símbolo do “atraso” econômico brasileiro). Assim, a reforma cambial representaria também um sentido de busca pela equiparação do nível da agricultura para com o da indústria.

Por fim, há o posicionamento de que o “custo” desse processo deveria ser repartido coletiva e igualitariamente. Na visão de *Maquis*, o governo Quadros herdara um Estado falido, mas tinha capacidade para reverter esse cenário através da busca pela “verdade” cambial. Se essa busca causava polêmica, a revista lutou contra isso ao destacar o endividamento e a corrupção que conformariam o mandato de JK.

5.2. A vigilância anticomunista

A palavra “comunista” foi constante no vocabulário de *Maquis*. Entre 1956-62, foram localizadas 518 ocorrências para ela na revista. Tal palavra obteve um pouco mais do que o dobro das ocorrências verificadas para “comunismo” (256):

Quadro nº 10:
Levantamento Quantitativo das Palavras “Comunista” e “Comunismo” na revista *Maquis* (1956-1962).

Palavra/Ano	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Comunista	40	53	118	60	70	136	41
Comunismo	18	23	44	37	36	72	26

Fonte: Revista *Maquis*

Desde a sua fundação, *Maquis* contou com a colaboração de personagens anticomunistas. Em 1956, Carlos Penna Botto publicou alguns textos nela como presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA). O reacionarismo de Penna Botto se nota na sua pregação de que havia um risco de subversão no Brasil.⁶⁹³ Stefan Aurel Baciú é outro exemplo do tipo. Baciú imigrou da Romênia para o Brasil em 1949 e, a partir de então, ele trabalhou na imprensa carioca. No seu livro de memórias, Baciú relatou que usou o pseudônimo “R. O. Mann” para assinar textos de crítica ao comunismo no *Diário Carioca*. Baciú também trabalhou para o *Tribuna da Imprensa*, assim como Amaral Netto.⁶⁹⁴ Além disso, ele aparentemente participou do Centro Brasileiro Europa Livre (CBEL). Em 1959, o CBEL foi citado em um

⁶⁹³ PENNA BOTTO, Carlos. A infiltração comunista nas Forças Armadas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-22, ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/21> Acesso em: 13/01/2023.

⁶⁹⁴ BACIU, Stefan (1982). *Lavradio 98*. Op. Cit. 1982, p. 14.

ofício sigiloso do Ministério da Guerra sobre as atividades anticomunistas desenvolvidas por Wladimir Lodygenski.⁶⁹⁵

Por outro lado, em 1956, o comunismo no Brasil foi pouco abordado nas edições de *Maquis*. No geral, a palavra “comunista” foi utilizada ou em menção ao PCB ou como qualificativo atribuído, não sendo o comunismo no Brasil o assunto principal.

O comunismo no Brasil gradativamente alcançou maior repercussão na revista no decorrer de 1957, apesar de Penna Botto ter parado de publicar artigos assinados nela. Baciú foi um autor assíduo de reportagens internacionais. A política, na URSS e em outros países, foi um tema recorrente do redator. No caso brasileiro, o tema do comunismo foi incluído na série publicada acerca dos monopólios econômicos:

Não somos histéricos nem comunistas. Temos insuspeição para publicar as reportagens que hoje iniciamos. Não somos dos que se lançam contra o capital estrangeiro, só porque é capital e é estrangeiro. Somos, isto sim, contra toda a espécie de organizações e grupos que, com seu poderio econômico, tentam e conseguem na maior parte das vezes sufocar as vozes que os denunciam, pela ameaça ou pelo suborno. No fundo, os grupos apenas fingem que brigam. A encenação de uma falsa concorrência – falsa porque não existe de fato – é feita para que todos pensem que existe livre concorrência. Os comunistas, com o objetivo de destruir um mal, para, no seu lugar, entronizar outro pior, amedrontam, assustam e fazem calar os que devem dizer a verdade sobre os trustes, os monopólios e os cartéis. [...]. Nós não. Porque aqui estamos para isto. Sejam quais forem as consequências. Se abominamos e combatemos o comunismo, não é por isso que julgamos os trustes internacionais merecedores do nosso silêncio e do nosso respeito. E aqui estamos, para dizer a verdade, como ela é.⁶⁹⁶

Ainda em 1957, *Maquis* publicou duas reportagens anticomunistas assinadas pelo jornalista Ayrton Gomes. Elas foram o primeiro trabalho assinado por ele na revista. A crítica ao DFSP, especialmente à Divisão de Polícia Política e Social (DPS), foi um ponto central. Na primeira delas, Gomes abordou a “infiltração” comunista nos sindicatos do Rio de Janeiro.⁶⁹⁷

⁶⁹⁵ Segundo o ofício: “[Lodygenski] está ligado ao Grupo do Movimento da Europa Livre, cuja denominação certa é Centro Brasileiro da Europa Livre, dirigido pelo sr. Spitzman Jordan, Wladimir Lodygenski, Jean Valtin, Stefan Baciú, o major Karol, todos estes, sob a orientação do Ministro Mário Pires (do Ministério das Relações Exteriores). [...] [Lodygenski] trabalhou e mantém ligações com o inspetor Cecil Borer, faz parte do grupo de comentaristas e fornecedores de matéria anticomunista, liderado no Brasil por Stefan Baciú e Jean Valtin, ambos do Serviço Secreto do Departamento de Estado Americano”. BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Notação: Documentos Sigilosos (diversos). Código: BRDFANBSB N8.0.PSN, EST.654, pp. 551-552. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/psn/est/0654/br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0654_d0001de0001.pdf Acesso em: 21/08/2023.

⁶⁹⁶ Nome por nome, todos os trustes que agem, mandam e dominam no Brasil. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 8-12, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1002> Acesso em: 25/03/2024.

⁶⁹⁷ “Desde janeiro de 1956, depois da novembrada de 55, que a Divisão de Ordem Política e Social (DOPS), não mexe uma palha para combater a infiltração comunista nos sindicatos ou em qualquer outro setor [...]”. GOMES,

Na segunda delas, ele pontuou que Luís Carlos Prestes e outros militantes do PCB agiriam sem serem incomodados pela polícia. Isso se deveria ao despreparo técnico e a inatividade repressiva do DFSP.⁶⁹⁸ Apesar da diferença temática entre elas, há um argumento que articulou ambas. A saber, o de que o suposto crescimento do comunismo no Brasil seria o efeito do contragolpe de 1955.

No caso da reportagem sobre Prestes, Gomes apontou que seria a contradição entre a qualidade da equipe de segurança do líder do PCB e a incapacidade técnica do DFSP – aparentemente de monitoramento e de coleta de informação. Isso resultaria no insucesso policial na busca por Prestes. Gomes afirmou que os comunistas comandariam 500 mil operários e que o PCB estaria se preparando para disputar as eleições de 1958. Gomes também explicou como os comunistas formariam novos militantes sindicais e como eles protegeriam Prestes. Nesses trechos, os comunistas foram caracterizados como leais ao partido devido ao nível de doutrinação:

Existem para o setor sindical do P.C., cursos de especialização de bolchevistas, que variam entre três dias e seis meses. O curso com a duração até 15 dias é considerado para politizar o simpatizante. É chamado “curso Stalin”, o que tem a duração de um mês, nos quais só são admitidos comunistas com tarefas do P.C. no setor sindical. O curso de 180 dias é para comunistas já doutrinados e com “missões especiais” entre o operariado ou qualquer outro setor. Para fazer esses cursos, os comunistas são apanhados (tática do P.C.) por um carro, geralmente e com os olhos vendados ou com uma luz forte nos olhos – quando é noite – e são levados para lugares desconhecidos. Ficam o tempo necessário para a doutrinação dentro de uma casa ou apartamento, sem sair à rua.⁶⁹⁹

São oito ou dez homens que constituem o dispositivo. Altamente politizados e fanáticos por Prestes, todos eles fizeram curso especial na Rússia e, além de grande coragem pessoal, têm mais técnica de segurança e vigilância do que a maioria dos policiais. [...].

A segurança é feita por elementos preparados para lhe dar fuga e oferecer certa resistência, em caso necessário. São armados de metralhadoras e, até, de granadas de alto poder destrutivo. Não se separam do chefe um só instante. Nem mesmo nas reuniões do Comitê Central.

Prestes sempre se esconde na casa de um dos componentes do dispositivo de segurança e vigilância, de preferência casado e com filhos pequenos. Sempre que há desconfiança da presença da Polícia nas imediações, as crianças são postas para brincar em frente da casa e, assim, escudado por meninos, Prestes consegue fugir.⁷⁰⁰

Ayrton. Comunistas controlam os sindicatos do Rio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40-43, nov. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1484> Acesso em: 25/03/2024.

⁶⁹⁸ “Um compromisso político entre o Partido Comunista e o então candidato Juscelino Kubitschek, assinado em São Paulo, nas últimas eleições, dificulta, também, a prisão do líder vermelho”. GOMES, Ayrton. Porque a polícia não prende Prestes. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24-27 e 29, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1564> Acesso em: 25/03/2024.

⁶⁹⁹ GOMES, Ayrton. Comunistas controlam os sindicatos do Rio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40-43, nov. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1484> Acesso em: 25/03/2024.

⁷⁰⁰ GOMES, Ayrton. Porque a polícia não prende Prestes. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24-27 e 29, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1564> Acesso em: 25/03/2024.

Em janeiro de 1958, a manchete de capa de *Maquis* estampou a “denúncia espetacular” de uma Ku Klux Klan (KKK)⁷⁰¹ comunista no Brasil. Cumpre contextualizar essa escolha editorial. Até então, nenhuma capa teve como manchete o comunismo. Portanto, tendo em mente as reportagens anticomunistas sobre o PCB, a constatação acerca das capas da revista e a pesquisa quantitativa realizada, é possível afirmar que a pauta anticomunista recrudescera em 1958. Parece que alguns eventos contribuíram para isso. Prestes tentava revogar na Justiça o pedido de prisão preventiva que pairava sobre ele.⁷⁰² Como visto anteriormente, havia o debate público sobre a abertura comercial para com os países socialistas – para aplacar a crise da cafeicultura – naquele contexto. E, por fim, 1958 era um ano eleitoral que poderia demarcar um rearranjo na composição de forças dos partidos políticos brasileiros.

Dito isso, a reportagem foi atravessada por elementos que estimulariam o medo. Há uma foto de um homem, de costas, sentado à máquina de escrever. Abaixo dela, uma nota editorial garantiu que sua vida estaria em risco por causa de sua denúncia e que, por isso, *Maquis* não revelaria a sua identidade. Ela também afirmou que a denúncia foi “cuidadosamente” examinada e que os “antecedentes” do denunciante “completam o esquema de sua veracidade absoluta e incontestável”. Ele teria se infiltrado na “KKK” brasileira para prestar um “serviço” a “todos quantos querem pensar e agir livremente”. O informante pontuou que a “KKK” se chamaria “Pé de Carneiro” e que ela teria sido fundada na Manchúria (1927). Membros dela estariam homiziados no Brasil. Um dos indícios disso seria a empresa “Torgbrás” que atuaria no país no setor de comércio exterior com a URSS. Em meio a essas conjecturas, ele acusou o “Pé de Carneiro” de impossibilitar o “trabalho de elementos antissoviéticos” e solapar “a defesa do Brasil, por intermédio da infiltração em todos os setores”.⁷⁰³

Cerca de três meses depois, *Maquis* estampou um manifesto anticomunista do episcopado fluminense. Ela defendeu que esse documento seria uma espécie de contraponto ao

⁷⁰¹ A KKK foi uma organização supremacista que praticava atos terroristas nos EUA. Ela foi fundada após a Guerra de Secessão (1861-65) e o seu alvo era a população negra. A KKK desapareceu na medida em que as elites sulista retomaram o controle político de seus respectivos estados. E, nesse processo, implementaram-se leis de discriminação racial (*Black Codes*). A KKK “ressurgiu” nas primeiras décadas do séc. XX. O filme *The Birth of a Nation* (1915) foi utilizado como material de propaganda da KKK. Nele, a história da KKK foi romantizada, no sentido de ser uma organização que lutou pelo reestabelecimento da ordem, hipoteticamente subvertida no Sul do pós-guerra. Sobre o tema, ver: SOUTHERN POVERTY LAW CENTER. *Ku Klux Klan. A history of racism and violence*. 6ª Edição. Montgomery: The Southern Poverty Law Center, 2011.

⁷⁰² CARNEIRO, Alan. Luís Carlos Prestes. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Sobre Prestes e o PCB, ver também: REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁷⁰³ Ku Klux Klan comunista age no Brasil. In: *Maquis*. Rio de Janeiro, p. 15-17, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1649> Acesso em: 12/02/2022.

bispo Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota (SP). Este, em entrevista ao jornal *O Globo*, teria expressado a sua confiança na responsabilidade do governo. Por seu turno, *Maquis* transcreveu o manifesto fluminense que sustentou a ameaça do comunismo e conclamou o campo político a realizar ações que dirimissem esse suposto perigo:

A reunião da Província Eclesiástica do Rio de Janeiro coincidiu, este ano, com a libertação do líder comunista brasileiro, fato de maior gravidade, dado que a ardilosa suavidade de suas declarações está apanhando de surpresa a opinião pública nacional e levando ao extremo sua propensão à indulgência e a atitudes liberais. [...].

Deus nos livre de esquecer a liberdade e de traí-la, trabalhando contra ela. Deus nos livre de esquecer a democracia e de comprometê-la, depois das diretrizes do Vigário de Cristo, oportunas e definitivas em defesa do governo do povo pelo povo, sob a soberania de Deus. Mas a experiência de democracias autênticas vem provando que o Estado democrático tem não só o direito, mas a obrigação de defender-se. Agir de outro modo seria assumir atitude suicida.

Bem haja o propósito do Poder Executivo de endereçar, imediatamente, ao Congresso, mensagem solicitando leis complementares [...].

Fazemos ao Poder Legislativo a justiça de confiar que, com igual rapidez, oferecerá à Nação os solicitados instrumentos de defesa e salvaguarda ante a insídia de um movimento, essencialmente o mesmo em toda parte, como demonstra claramente, por exemplo, no tocante ao propósito de destruição da Fé, o “Livro vermelho da perseguição” [...].

O apoio que esperamos poder dar às medidas de emergência que faltam ao Poder Público, para que defenda de modo adequado nossas tradições cristãs e nossas instituições democráticas, não nos leva a esquecer que há medidas urgentes sem as quais a ordem permanece em perigo:

Revisão inadiável da situação econômica nacional, desafogando-a, para que se evite o pânico, para que se evite o caos;

Esforço conjunto para aplicação eficiente da legislação social, pois a convicção de que ela se transforma em burla terá consequências imprevisíveis;

Empenho consciente da parte de todos (o exemplo devendo começar do alto para que haja força moral de atingir o povo) numa linha de austeridade.

Nosso Senhor Jesus Cristo sabe que nesta proclamação nos movem apenas o desejo de não pecar por omissão e o dever de cumprir nossa missão de Pastores.⁷⁰⁴

Em outra reportagem dessa edição, a revista fez uma análise dos efeitos políticos da liberdade de Prestes para o governo. A decisão judicial o teria surpreendido e levado a ser pressionado pela Igreja e pelas Forças Armadas. Há certa contradição com a reportagem anterior, já que nesta se afirmou que D. Carlos Mota foi um dos que alertou JK sobre o risco de “agitação social”. Sobre os militares, ela repercutiu que conferencistas da ESG e da Escola do Estado-Maior do Exército tinham concluído que Prestes adotou a tática de “infiltração e envolvimento”. O discurso de JK em Diamantina foi censurado por falar em “combate às ideologias exóticas”, mas não citar Prestes ou o comunismo. A reportagem também se opôs ao dito intuito de JK de solicitar ao Congresso “a aprovação de uma lei de fidelidade que lhe

⁷⁰⁴ “É preciso salvar o país do caos”. In: *Maquis*. Rio de Janeiro, p. 8-10, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1930> Acesso em: 12/02/2022.

conceda os poderes suficientes para combater o perigo comunista”. Isso seria uma forma de repassar o problema para o Congresso.⁷⁰⁵

A reportagem seguinte acusou JK de exacerbar o “fantasma do comunismo” para criar uma situação em que o Congresso se visse obrigado a aprovar o tal projeto de lei. Este, que nem mesmo existia ainda, foi comparado com o Plano Cohen (1937). Ou seja, JK estaria repetindo a mesma estratégia usada por Vargas. De acordo com a reportagem, existiria um “receio generalizado” no campo político “de que a nova lei seja apenas o ponto de partida para a execução de um plano de longo alcance destinado ao garroteamento das liberdades no país”.⁷⁰⁶

Nesse contexto, paralelamente, Baciú publicava reportagens antissoviéticas, como no caso de sua entrevista com Julien Gorkin sobre a ascensão de Stalin na URSS.⁷⁰⁷ Gorkin já havia sido apontado como secretário do Congresso Pela Liberdade da Cultura⁷⁰⁸ (CLC) em uma reportagem de *Maquis* de 1956.⁷⁰⁹ Por sua vez, Baciú afirmou em suas memórias ter também participado do CLC.⁷¹⁰ Baciú também escrevia, com relativa constância em *Maquis*, que os EUA tinham uma política externa equivocada em relação aos países da América Latina.⁷¹¹ Mas isso não se traduzia em uma oposição similar à que ele tinha em relação à URSS. Isso fazia parte de seu discurso anticomunista. Baciú costumava advogar que seria necessário um trabalho diplomático entre os EUA e a América Latina para tornar possível uma aproximação. Ele opinou que isso seria vital para evitar o crescimento do sentimento de animosidade de povos

⁷⁰⁵ Retorno de Prestes apavora os Altos Escalões. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 16-18 e 46, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1938> Acesso em: 12/02/2022.

⁷⁰⁶ Passo inicial para a prorrogação do mandato de Kubitschek. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 6-9, maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1976> Acesso em: 12/02/2022.

⁷⁰⁷ BACIU, Stefan. No trono do Kremlin. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38-40, maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2008> Acesso em: 12/02/2022.

⁷⁰⁸ Segundo François Furet, o CLC se originou de um movimento de intelectuais, nos EUA, que se associaram para se oporem a uma manifestação organizada por comunistas (1949). A sua primeira reunião ocorreu em Berlim e reuniu nomes como os de John M. Keynes, John Dewey e Karl Jaspers. Para Furet: “a reunião de Berlim reúne todos os que detestam preferencialmente os comunistas, numa associação de combate que traz a assinatura dos Estados Unidos”. Uma das iniciativas do CLC foi a produção de revistas na Alemanha, na Inglaterra e na França. Contudo, em 1966, o jornal *The New York Times* noticiou que o financiamento das atividades do CLC era feito pela *Central Intelligence Agency* (CIA). De acordo com Francisco Javier Ruiz Durán, o CLC foi dirigido pelo agente Michael Josselson (CIA) entre 1950-67 e, nesse período, o CLC teve sedes em mais de 35 países. Sobre o assunto, ver: FURET, François. O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX. Trad. Roberto Ferreira. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 504-506; DURÁN, Francisco Javier Ruiz. El Congreso por La Libertad Cultural, visto desde las dinámicas de la Guerra Fría. *Memoria y Sociedad*. Bogotá, v. 18, n. 36, p. 134-148. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/meso/v18n36/v18n36a09.pdf> Acesso em: 02/11/2023.

⁷⁰⁹ Este homem escolheu o assassino de Trotsky. *Maquis*, p. 42-44, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/136> Acesso em: 13/01/2023.

⁷¹⁰ BACIU, Stefan. Lavradio 98. *Histórias de um jornal de oposição*. Op. Cit. 1982, p. 143.

⁷¹¹ BACIU, Stefan. Os Sputnik derrubaram Eike. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24-26, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1516> Acesso em: 12/02/2022.

americanos contra os EUA. Em maio de 1958, Baciú exibiu essa posição ao criticar os protestos contra a visita do Vice-Presidente Richard Nixon aos países sul-americanos.⁷¹²

Assim, a pauta anticomunista dominou uma relevante parcela do noticiário de *Maquis* durante 1958. Entre os meses de junho e julho daquele ano, *Maquis* publicou três reportagens em que ela denunciou a suposta aliança entre o PTB e o PCB. A fonte de *Maquis* foi um inquérito policial sobre o assunto.⁷¹³

Outras reportagens analisaram supostos objetivos subversivos do PCB. Na abertura de uma delas há a seguinte advertência:

O documento que MAQUIS publica em primeira mão é um informe secreto do PC, distribuído aos intelectuais do partido – professores, engenheiros, médicos, advogados, professores dos “cursos” do partido e militares – constituindo, sem sombra de dúvida, revelação das mais importantes.

O texto foi elaborado pelos ideólogos da linha krucheco-stalinista [sic], em colaboração com certos elementos “progressistas” da burguesia suicida que, visando a fins inconfessáveis, se aliaram aos agentes soviéticos e estão em via de transformar o Brasil em uma segunda China. [...].

Este documento faz cair as máscaras. Quem se alia aos “nacionalistas” inspirados e apoiados pelos russos será, mais cedo do que acredita, liquidado ou, na melhor das hipóteses, anexado pelo PC, que, deste ponto de vista, continua tão implacável quanto nos dias do mais absoluto stalinismo.

Documento como este é destinado a mostrar qual a verdade sobre o “nacionalismo” brasileiro.⁷¹⁴

As duas últimas reportagens desse conjunto de 1958 foram direcionadas aos católicos. Na primeira delas, *Maquis* asseverou que os católicos do Rio Grande do Sul exibiram uma receptividade negativa ao apoio de Prestes à candidatura de Leonel Brizola (PTB) para o governo estadual. Supostamente por isso, Goulart teria conseguido que D. Carlos Mota fizesse uma declaração em que ele afirmava a sua confiança no PTB. A reportagem contestou isso ao sustentar que, naquele momento, quem falava era o político e não o religioso. A ideia, ao que parece, seria a de deslegitimar a fala de D. Carlos Mota. Para reforçar esse argumento, a reportagem transcreveu uma nota de D. Jaime Câmara e um artigo de Gustavo Corção. Enquanto o primeiro alertou “sobre o perigo comunista de certos candidatos”, o segundo

⁷¹² BACIU, Stefan. Bocas teledirigidas cuspiram no rosto de Nixon. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38-41, 31 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2152> Acesso em: 12/02/2022.

⁷¹³ Inquérito policial (na segurança social) comprova aliança comuno-petebista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30-33, 28 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2336> Acesso em: 12/05/2022; Governo fecha os olhos: comunistas de braços dados com o Ministério do Trabalho. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30-33, 05 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2384> Acesso em: 12/05/2022; Processo que prova a aliança PTB-PCB poderá acabar com a imprensa comunista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30-33, 19 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2480> Acesso em: 12/05/2022.

⁷¹⁴ “Nacionalismo”: nova estrutura da revolução comunista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30-32, 02 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2576> Acesso em: 12/05/2022.

ironizou Mota ao dizer que não tinha tido ciência de que a Igreja realizou um concílio para debater se devia ou não confiar em Goulart.⁷¹⁵

Esse trabalho de tentar demonstrar qual seria a posição da Igreja diante das eleições continuou na edição seguinte. A revista transcreveu novos pronunciamentos da alta hierarquia religiosa brasileira. Na reportagem, *Maquis* estampou um box de alerta em letras garrafas:

COMUNISTAS CONFESSOS E FICHADOS – ALÉM DOS NÃO FICHADOS E NÃO CONFESSOS – ESTÃO INCLUÍDOS NAS CHAPAS DO PTB.
SE VOCÊ VOTAR NO PTB ESTARÁ COLABORANDO PARA A ELEIÇÃO DOS COMUNISTAS E ISSO UM PATRIOTA NÃO PODE FAZER.
UM VOTO PARA O PTB É UM AUXÍLIO PARA A VITÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA.⁷¹⁶

Nas 19 edições publicadas entre junho e outubro de 1958, Baciú assinou reportagens em 11 delas. A grande maioria ainda tinha como pauta o cenário internacional, mas ele também escreveu sobre o Brasil. Na sua terceira entrevista com Gorkin, este defendeu que era essencial “neutralizar” o comunismo e classificou a URSS como um totalitarismo moderno. Gorkin argumentou que a URSS saberia “explorar maravilhosamente no exterior” o nacionalismo:

O Kremlin fala em coexistência pacífica com o mundo ocidental, em negociações comerciais e conferências de paz, porque precisa de uma longa trégua, a fim de sair de sua crise interna, resolvendo suas contradições internas, solapando ao mesmo tempo as bases dos seus adversários. [...].

Enquanto nós construímos uma espécie de Linha Maginot internacional, atrás da qual nos acreditamos em segurança, o Kremlin e seus partidos comunistas estão fazendo sua própria guerra permanente, que consiste em solapar as antigas colônias nacionalistas, em apoiar todas as guerras locais em nome de uma chamada emancipação nacionalista e em dividir e debilitar o mundo ocidental por todos os meios a seu alcance.

Se nosso mundo não muda de tática e resolve economicamente e democraticamente os problemas da América Latina, da Ásia e da África, o comunismo progredirá talvez sem precisar de nova guerra mundial, ou desencadeando-a quando acreditar que pode ganhá-la.

Em um dos meus livros preconizei uma política de liberdade que aproveite as crises do comunismo e suas contradições, e que possa neutralizar em cada país a atividade dos comunistas, ajudando a resolver os problemas dos países subdesenvolvidos, para que se transformem em pilares do mundo livre.⁷¹⁷

⁷¹⁵ D. Carlos Carmelo – o político – apoia aliança comuno-petebista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24-27, 27 set. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2954> Acesso em: 12/05/2022.

⁷¹⁶ Pio XII, o Papa da paz, tudo fez para evitar a vitória dos comunistas na Itália – e evitou. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 10-11, 11 out. de 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3032> Acesso em: 12/05/2022.

⁷¹⁷ BACIU, Stefan. Nada mudou na Rússia após a morte de Stalin. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 42-44, 19 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2492> Acesso em: 12/05/2022.

As palavras de Gorkin sugerem como *Maquis* e Baciú se aproximaram dessa linha de raciocínio – a suposta infiltração comunista nos movimentos nacionalistas; uma forma de guerra soviética estranha ao modo contemporâneo de embate entre exércitos nacionais; a subversão da democracia através de seus próprios mecanismos; o alarme diante de um hipotético processo de isolamento dos EUA; e, por fim, a urgência na questão de uma revisão nas relações internacionais entre os países americanos.

Em meados de agosto de 1958, Baciú escreveu sobre a visita de John Foster Dulles, então secretário de Estado dos EUA, ao Brasil. Dulles iria debater com JK a Operação Pan-Americana (OPA). Desde o princípio desse mês, *Maquis* denunciou que a UNE iria fazer um protesto contra Dulles.⁷¹⁸ Transcorrida a visita, Baciú elogiou o empenho do DOPS na condução de um plano de segurança para evitar que acontecesse o mesmo que ocorreu com Nixon. Ele voltou a acusar os comunistas de usarem os erros cometidos pelos EUA externamente, como o envio de armas para a ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba:

Em comparação aos crimes cometidos pelos russos na Hungria e nos demais países satélites, trata-se, naturalmente, de assuntos que se revestem de importância muito menor, mas Moscou costuma apresentar as coisas de tal maneira, que seus crimes sempre ficam ocultos.

Convém destacar, por uma vez mais, que estes erros temporários, que facilmente poderão ser corrigidos, não se devem unicamente aos Republicanos, mas também aos Democratas, e que, em comparação com as barbaridades cometidas pelos russos em Budapeste, Bucareste, Praga, Varsóvia e Sofia, não passam de erros inerentes na medida em que qualquer política se baseia em acertos e erros.

Moscou conhece sua culpa e por isto encarregou seus agentes de promover a campanha que, felizmente, fracassou. Afinal de contas, todos perceberão que Washington quer conviver e negociar com homens livres.⁷¹⁹

No contexto de apuração eleitoral, *Maquis* publicou parciais sobre o eixo RJ-SP. Os dados indicariam que a fama de Prestes como cabo eleitoral estaria arruinada. Apesar disso, a reportagem garantiu que o “perigo comunista” seria “maior do que nunca”. Segundo o texto, o comunismo tão somente precisaria de “minorias organizadas que, infiltradas nos postos-chaves da administração pública e das forças armadas, assaltam o governo e entregam o país ao controle da Rússia Soviética”.⁷²⁰

⁷¹⁸ Dulles na mira do PC. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 44, 02 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2590> Acesso em: 12/05/2022.

⁷¹⁹ BACIU, Stefan. Dulles, dólares, rublos. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 42-45, 16 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2684> Acesso em: 12/05/2022.

⁷²⁰ Prestes desmoralizado pelo próprio Prestes. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32-33, 18 out. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3102> Acesso em: 03/02/2023.

Foram recorrentes os apelos para as elites econômicas no sentido de que elas deveriam se conscientizar de que seriam vítimas da subversão. Transcorrida a eleição de 1958, *Maquis* denunciou que Prestes preconizaria a tática revolucionária da China.⁷²¹ Segundo a reportagem, Prestes teria percebido que o Brasil apresentaria as mesmas condições da China pré-revolucionária – “altas esferas políticas” que praticariam a corrupção e o nepotismo. Assim, a revolução começaria pela infiltração comunista nas Forças Armadas e no sindicalismo.⁷²²

Por conseguinte, *Maquis* tentou demonstrar que a indústria automobilística dos países socialistas seria tecnicamente atrasada e seus produtos teriam históricos de defeitos de fabricação. Ela afirmou que industriais desse ramo de países como o Afeganistão, a China, a Turquia e a Indonésia tiveram prejuízos ao negociarem com os socialistas. Novos alertas foram feitos à burguesia brasileira. As relações comerciais com a URSS seriam uma cortina de fumaça para potencializar a infiltração e “depois serão proclamadas as democracias populares, e os colaboradores de hoje, os ‘burgueses progressistas’ e os inocentes mais ou menos úteis serão os primeiros a serem fuzilados. Após o confisco dos seus bens”.⁷²³

Como foi observado na pesquisa quantitativa apresentada no início deste subcapítulo, o emprego das palavras “comunista” e “comunismo” diminuiu em *Maquis* entre 1959-60. Uma nova curva ascendente ocorreu em 1961, sobretudo após a renúncia de Quadros. Nessa fase final de existência de *Maquis*, entre agosto de 1961 e março de 1962, o anticomunismo foi uma pauta central em suas edições.

Boa parte da produção anticomunista da revista em 1959-60 foi direcionada para o cenário internacional, especialmente para a Revolução Cubana. Nesse recorte, a sua cobertura sobre esse evento foi capitaneada por Baciú. Tanto ele quanto *Maquis* expressaram as suas simpatias pela Revolução. Isso se explica por se tratar de um período caracterizado pelas disputas entre projetos políticos de sociedade para Cuba, tanto o de ruptura com o capitalismo

⁷²¹ “Desde 1936, Mao Zedong dedicava atenção a tais questões. Seus trabalhos “Problemas de estratégia na Guerra de Resistência ao Japão”, “Sobre a prática” e “Sobre a contradição”, dirigiam-se contra o dogmatismo e o empirismo no trato da situação criada pela expansão japonesa. Nos trabalhos de 1938 e 1940, ele voltou a discutir a guerra de guerrilhas, a liderança do PC e a natureza da frente única, combatendo a esperança na guerra regular e, mais ainda, na força do Guomindang, e a subestimação da Guerra de guerrilhas. Esta demonstrara ser o único método de um país fraco enfrentar com sucesso um país forte. E, no caso da China, era o único método capaz de incorporar as grandes massas do povo, o fator decisivo na guerra contra o Japão”. POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003, p. 52. Sobre o tema ver também: HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁷²² PCB mais perigoso que antes do 3 de outubro. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 44-46, 15 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3310> Acesso em: 03/02/2023.

⁷²³ “Comércio com todos os países”: nova tática de infiltração soviética. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 44-46, 22 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3358> Acesso em: 03/02/2023.

quanto o de manutenção desse modo de produção.⁷²⁴ Nos seus textos, Baciú constantemente indicou a sua esperança de que Fidel Castro fizesse um movimento duplo, em que ele se acercaria dos democratas e se distanciaria dos comunistas (que, para Baciú, representariam um risco para a Revolução).⁷²⁵

Em 1959, o comunismo no Brasil foi a pauta de algumas reportagens. Por um lado, *Maquis* publicou menos reportagens desse tipo em comparação com o ano anterior. Por outro lado, as que foram publicadas em 1959, tal qual as anteriores, também tentaram alarmar a ameaça do comunismo no Brasil. Em fevereiro, uma delas afirmou que o país estaria no mesmo trajeto da China pré-revolucionária no sentido de inflacionário. Ela usou fotografias, publicadas pela revista *Life* em 1948, que retratariam trabalhadores com pilhas de notas de dólares chineses:

Isto levou a China ao absoluto e total controle comunista. Havia alguns empregados que ganhando até 1 bilhão (não confundir com milhão, é bilhão, mesmo) de dólares [chineses] por mês não podiam comprar sequer um sapato decente para calçar, pois custava cerca de 300 milhões de dólares. [...].

Na China foi assim. Como acabou todos nós sabemos. No Brasil... Bem, no Brasil as coisas vão caminhando para lá. E depressa. Como vai acabar nem nós nem ninguém sabe. Só Deus.⁷²⁶

Essa reportagem retomou o argumento utilizado na sua crítica ao salário-mínimo, ou seja, de que o seu reajuste não significaria uma melhoria para os assalariados. Tal qual o entrevistado de *Maquis* em 1956, Anísio Gonçalves, o “xexelento”, os trabalhadores chineses receberiam notas que seriam, tão somente, papel pintado.

Duas outras reportagens, publicadas entre junho e setembro de 1959, denunciaram as Ligas Camponesas como comunistas. Na primeira delas, há uma foto de homens enforcados (supostamente, na Hungria). A sua legenda ponderou que “o documento fotográfico ao lado se reveste de um sentido de crueldade sem igual, mas é preciso que os brasileiros conheçam a verdade nua e crua, que é esta que aqui mostramos”.⁷²⁷ Na segunda delas, *Maquis* transcreveu uma reportagem da revista *U.S. News & Word* acerca da “ação comunista no Brasil”. As Ligas

⁷²⁴ RUAS, Luís Eduardo Mergulhão. Cuba: os caminhos do Poder Popular e as reformas políticas. In: SALES, Jean (et al.). *Revolução Cubana: ecos, dilemas e embates na América Latina*. Aracajú: Editora IFS, 2019, p. 40.

⁷²⁵ PEREIRA, Caio César Cuozzo. A esperança e a ameaça: a Revolução Cubana nos artigos e nas reportagens de Stefan Baciú (1958-1960). *Intellèctus*, v. 22, n. 2, 2023, p. 165-184, jul.-dez. 2023, p. 181.

⁷²⁶ Na China foi assim. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 08-11, 21 fev. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3938> Acesso em: 10/02/2023.

⁷²⁷ Ligas Camponesas, Células Comunistas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 8-9, 30 maio 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4497> Acesso em: 22/11/2023.

foram apontadas como um dos exemplos de organizações controladas pelo comunismo. Na abertura da reportagem, *Maquis* fez uma crítica ao trabalho da revista estadunidense:

[...] mas sua direção até hoje não resolveu dar uma palavra sequer [...] de censura à política do Departamento de Estado com relação às nações sul-americanas. Pois uma coisa é indiscutível: se os comunistas encontram campo tão propício para agir no Brasil, grande culpa cabe ao Governo norte-americano, incapaz até hoje de alertar os chamados “investidores” americanos para um fato da maior transcendência, como é o nascimento da mentalidade nacionalista nos países subdesenvolvidos como o nosso, mentalidade essa explorada até as últimas consequências pelos agentes moscovitas, cuja profissão é essa mesma. [...].

Mas esperamos que a tão acatada publicação americana procure analisar as causas de os comunistas encontrarem tão facilitado seu trabalho no Brasil. Podendo incluir, é óbvio, os graves erros e desregramentos de nossos governos, erros e desregramentos levados ao auge pelo atual governo.⁷²⁸

Em 1960, além da semelhança com o ano anterior acerca da cobertura sobre a Revolução Cubana, o anticomunismo de *Maquis* voltou a ser guiado pela questão eleitoral, especialmente a sucessão de JK. Apesar da posição anticomunista de Lott, ela sustentou recorrentemente que ele tinha o apoio do PCB para a presidência, inclusive depois da realização do pleito.⁷²⁹ Neste momento, *Maquis* publicou também uma reportagem em que ela sugeriu a possibilidade de que comunistas iriam promover ações para obstruir a posse de Quadros.⁷³⁰

Ironicamente, Quadros era muito mais disposto ao diálogo com os países socialistas do que Lott.⁷³¹ Em um evento de campanha, ele conclamou um voto de confiança em Fidel Castro, expôs sua opinião de que a China se tornaria uma grande potência e ponderou que acataria a decisão do Congresso se este decidisse legalizar o PCB.⁷³² Essas observações sobre Quadros auxiliam na compreensão das razões que *podem ter* levado ao menor índice de ocorrências das palavras “comunista” e “comunismo” em 1960.

5.3. Síntese

Este capítulo evidenciou como *Maquis* desenvolveu a sua oposição ao governo JK por meio de suas reportagens de crítica a sua política econômica. Em contraposição a isso, ela

⁷²⁸ Outro lugar onde os homens de Krushev estão ocupados. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 36-38, 25 set. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5204> Acesso em: 22/11/2023.

⁷²⁹ Jânio: campanha, sacrifício e vitória. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30-32, 29 out. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7440> Acesso em: 22/11/2023.

⁷³⁰ Baderna para evitar a posse de Jânio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 18-19, 15 out. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7348> Acesso em: 22/11/2023.

⁷³¹ Jânio dá o brado de alerta: crise do café acarretará crise social. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24-29, 13 set. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2858> Acesso em: 13/01/2023.

⁷³² A mais dura batalha da campanha de Jânio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32-33, 20 ago. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7042> Acesso em: 13/01/2023.

sustentou a ideia de que o desenvolvimento (industrial) deveria ocorrer na esteira do desenvolvimento comercial (exportador e agrícola). O caminho trilhado seria equivocado e traria consequências complexas. Para sustentar isso, *Maquis* recorreu a publicação de *textos polêmicos* e de *conhecimentos técnicos* de pessoas ou de instituições, notadamente a revista *Conjuntura Econômica* (FGV).

Por conseguinte, a sua ideia de desenvolvimento foi sustentada através da defesa da necessidade de modificação do sistema cambial brasileiro. Nessa hipótese, endossada no projeto da UDN-SP, o Estado gradativamente deixaria de atuar como um controlador do mercado de câmbio. Após um processo de transição que se *finalizaria em meio ao término do governo JK*, o mercado seria “livre”. Nesse esforço pela mudança, *Maquis* sinalizou quais seriam os efeitos negativos do presente (o “confisco cambial” que geraria receitas para o Estado e dificuldades para a agricultura) e indicou quais seriam os desdobramentos positivos do futuro idealizado – a moeda estável e o fortalecimento da agricultura (cafeeira) que viabilizaria o desenvolvimento.

Frustrada em sua iniciativa, *Maquis* paralelamente difundia uma imagem sobre o Brasil que apontaria para o oposto do que ela preconizava. Tinha-se um governo que avocou para si o papel de promotor do desenvolvimento às custas do endividamento estatal, da inflação e da pauperização da sociedade. Nesse sentido, um governo que instituía aumentos do salário-mínimo como um modo de iludir os assalariados e que, assim, prejudicava os empregadores. Em suma, um governo que usaria de uma medida inócua diante das contradições que ele provocaria com a sua política econômica.

Portanto, de acordo com a sua lógica, o Brasil vivia sob um modo de produção que foi distorcido pela ação – ou pela inação – do campo político brasileiro. Contudo, isso não significa dizer que houve uma intenção de ruptura, que sugeriria a transição desse modo de produção para outro diferente. Mas, sim, que houve a intenção de se deslocar a causa dessa distorção – do modo de produção para o governo JK. Para não restar dúvida disso, foi demonstrado como *Maquis* estampou em suas páginas conteúdos anticomunistas acerca do Brasil e do exterior. E, nesse processo, ela publicou algumas reportagens que relacionaram esse suposto cenário negativo brasileiro como um fator que poderia provocar uma subversão comunista no país.

CONCLUSÃO

Originalmente, esta tese foi construída ao se questionar se seria possível identificar na revista *Maquis* características que apontassem que ela foi uma instituição jornalística que articulou interesses diversos durante a sua existência (1956-62). Essa pergunta possui duas raízes, ou inspirações.

A primeira delas foi a percepção acerca da imprensa enquanto um campo complexo que, como tal, precisa ser explicado de modo a se dar conta – na medida do possível – de suas especificidades. Essa perspectiva foi desenvolvida a partir da leitura de pesquisas ou análises sobre a imprensa.⁷³³ À luz do pensamento sobre as suas especificidades, essas pesquisas se complementam na medida em que elas analisaram ou a *composição do campo*, ou os *atores desse campo* ou as *suas intervenções no mundo social* (por meio do jornalismo).

A segunda delas foi a compreensão dos tipos de comentários feitos por pesquisadores acerca de *Maquis* anteriormente. Por um lado, a menção a existência de *Maquis* fez germinar uma curiosidade inicial. Assim, se deve reconhecer que esses pesquisadores contribuíram para que o problema desta tese fosse elaborado. Por outro, os comentários feitos se limitavam a indicar as conexões de *Maquis* com Lacerda, Amaral Netto e a UDN. O motivo disso foi explicado – nenhuma dessas pesquisas tinha *Maquis* como objeto mas, sim, outros temas que tangenciavam a revista. A exceção é a tese de Katia Krause, no sentido de que a autora fez uma análise panorâmica sobre *Maquis* em sua tese sobre o programa de televisão que Amaral Netto apresentou durante a ditadura civil-militar. Além de sinalizar a relação entre *Maquis* e a UDN, Krause compilou uma lista de colaboradores da revista e redigiu pequenas biografias sobre eles. Em suma, esta tese partiu do pressuposto de que seria possível ir além da conexão entre *Maquis* e outros personagens (Lacerda ou a UDN), mas sem negar ou diminuir a relevância dessa conexão.

Fidélis dos Santos Amaral Netto nasceu em uma família estruturada econômica e educacionalmente. Amaral Netto frequentou colégios particulares diversos e obteve a oportunidade de se tornar um piloto da Marinha Mercante. Ele não seguiu nessa profissão, mas foi adjetivado *a posteriori* como um “velho marinheiro”, algo que ressalta um episódio de sua trajetória como síntese de quem ele era. Amaral Netto não seguiu o militarismo ou a advocacia, caminhos trilhados por seu avô e por seu pai. Porém, tal qual eles, Amaral Netto foi uma espécie

⁷³³ As referências sinalizadas e que foram citadas nesta tese são: Ana Paula Goulart Ribeiro, Ana Lúcia Vaz, José Barros D’Assunção, Marialva Barbosa, Luís Edmundo de Souza Moraes, Pierre Bourdieu e Robert Darnton.

de comerciante, mais ou menos em paralelo ao seu trabalho como jornalista. Um homem, enfim, que teve uma experiência de vida plural que conformou o seu *habitus*.

Antes da criação de *Maquis*, Amaral Netto desenvolveu o seu ativismo político na esteira de Carlos Lacerda, algo que originou o Clube da Lanterna. Amaral Netto tentou se projetar politicamente a reboque da projeção de Lacerda contra o governo Vargas. Os manifestos, as palestras, os eventos e as reuniões do Clube foram espaços em que Amaral Netto esteve ao lado de personagens importantes do campo político. Junto de outros homens de perfis mais ou menos similares ao dele, Amaral Netto dirigiu uma associação de discurso moralista e generalista que investiu contra dois presidentes democraticamente eleitos. Os reveses enfrentados nessas tentativas faz pensar em uma solidariedade que se estabeleceu entre eles, sobretudo quando uma parte deles optou por prosseguir na luta política através da criação de *Maquis* – seja ao contribuírem para o capital da Editora Reforma, seja ao atuarem no conselho fiscal dela. Nesse sentido, o entendimento do que foi o Clube é útil para a explicação do processo de fundação da revista *Maquis*.

A militância do Clube fez surgir uma *empresa de jornalismo* que tinha como escopo principal produzir uma revista sobre a política brasileira. O idealizador dessa empresa mobilizou a ideia de liberdade de imprensa para justificar a criação de *Maquis* e, assim, atrair investidores. Em um tempo em que essa liberdade foi um tema sensível devido ao Estado de Sítio, o uso dessa ideia situaria *Maquis* ao lado de outros atores sociais que confluíam no ressentimento para com a censura à imprensa. Houve uma nova mobilização dessa ideia em 1957, quando *Maquis* começou a enfrentar problemas por sua linguagem. A sua posição simbólica no campo da imprensa foi marginalizada por periódicos de longa tradição no jornalismo escrito, mas ela ainda contou com o apoio do *Tribuna da Imprensa* e do *Diário de Notícias*. Vários jornalistas do *Tribuna* trabalharam em sua equipe, mas a parceria com o *Diário* solucionou o problema de impressão de *Maquis*. Outro elo entre o *Diário* e *Maquis* foi o jornalista Prudente de Moraes Neto, redator-chefe do primeiro e colunista do segundo. Parece justo afirmar que *Maquis* nunca esteve no mesmo patamar das principais revistas do período, em termos de estrutura de produção. Ainda assim, ela movimentou milhões de cruzeiros entre receitas e despesas, o que indica uma noção do capital que viabilizou a sua luta política. Esses apontamentos permitem entrever a posição que *Maquis* ocupou no campo da imprensa, nos sentidos econômico e relacional.

Resumidamente, *Maquis* foi a revista política comandada por Amaral Netto. Mas esta tese oferece uma imagem mais aprofundada sobre ela. Essa imagem é a de um grupo de pessoas

organizadas hierarquicamente em um ambiente de trabalho. Elas tinham as suas funções, ou jornalísticas ou administrativas, no processo de produção da revista. Ao menos inicialmente, esse produto era destinado aos que poderiam arcar com o seu preço elevado. Tudo isso foi possibilitado por um corpo de acionistas, especialmente os de São Paulo e do Rio de Janeiro. Por seu turno, houve uma transição quando Amaral Netto deixou *Maquis* a cargo de Iacy Fernando Rodrigues e Gabriel Chaves de Melo. A direção deles durou pouco, mais ou menos um ano, mas é relevante sobretudo a partir do que foi sinalizado sobre Melo. Este foi apontado à época, algumas vezes, como um membro do IBAD. Isso pode servir de inspiração para novas pesquisas, notadamente de modo a se comparar *Maquis* com a revista do IBAD nesse recorte. Enfim, a imagem que se forma conjuga as dimensões política, jornalística e comercial de *Maquis*.

Amaral Netto constantemente sinalizou algum inimigo a ser combatido. Em geral, esse inimigo foi representado em uma posição de poder que Amaral Netto desafiaria, apesar desse último estar em uma condição supostamente desfavorável. Nesse sentido, Amaral Netto seria o *maquis*. As suas “denúncias” contra Kubitschek, Lott e outros revelam o seu esforço em querer obter (ou ampliar) o seu capital simbólico. Conscientemente ou não, havia a sua própria projeção em jogo. Isso não se altera quando o assunto foi a UDN. Por ele ser um *maquis*, muitas vezes dedicado às causas do partido, ele julgou ter o “direito” de ser notado pela UDN – seja pela encampação das suas “denúncias”, seja como alguém que tinha respaldo para opinar sobre as questões partidárias. Nesse fluxo, Amaral Netto se afirmou como um personagem político, às vezes ele chegou a evocar uma posição política de independência partidária, sobretudo quando ele expôs divergências em relação ao realismo ou a Lacerda. Em suma, o interesse de Amaral Netto era o de ter a sua legitimidade, enquanto ator político na órbita da UDN, reconhecida por parte dos seus aliados e perante aqueles que manifestariam uma posição política idêntica ou similar a sua. Esse reconhecimento seria justificado no leque de reveses que ele vivenciou por causa de sua militância na oposição política.

Carlos Lacerda nunca constou no expediente de *Maquis*. O seu nome figurou em um anúncio sobre quais seriam os colunistas da revista, mas ele não assinou sequer um texto publicado nela. Para a revista, Lacerda foi uma referência na construção da sua identidade política, um personagem constante no seu noticiário e um político merecedor do seu apoio. Esse contraste instiga a se refletir acerca da relação entre *Maquis* e Lacerda, pois era de se esperar que Lacerda escreveria na revista. Evidentemente, esse contraste *não os desassocia*, apenas pontua como Lacerda figurou nas páginas de *Maquis* e indica a possibilidade de que ele tenha

tido, ou não, alguma participação indireta na produção da revista (ou seja, sem constar nos expedientes divulgados como um dos produtores). Afinal, Amaral Netto e Lacerda interagiram em outros espaços, como nas Caravanas da Liberdade, os comícios promovidos pela UDN.

Nesse ínterim, outros membros do campo político se destacaram na trajetória de *Maquis* mais diretamente. Adauto Lúcio Cardoso não publicou nada assinado nela. Porém, ele foi um aliado importante ao atuar como o seu advogado de defesa em processos judiciais. Isso mostra o tribunal como um terreno em que a luta política ocorreu, no qual *Maquis* contou com Cardoso em sua trincheira. No que tange ao seu outro terreno de luta, o do jornalismo, *Maquis* teve três colunistas assíduos – Aliomar Baleeiro, Gladstone Chaves de Melo e Prudente de Moraes Neto. Eles foram os principais “produtores de opinião” de *Maquis*. Os três se graduaram em Direito, atuaram como colunistas na imprensa e exerceram algum cargo público, eletivo ou não, anteriormente. Em suma, as formas de participação de bacharéis em *Maquis*, da UDN ou de outros partidos, aprofunda e caracteriza – em maior ou menor grau – a dinâmica de interação entre a revista e o campo político.

Ao se pensar nos textos que eles publicaram em *Maquis*, é possível sugerir um recorte a partir do ingresso de Melo na revista (1958). Entre 1956-57, a democracia foi um tema recorrente. O repertório utilizado incluiu ideias como a do povo anômico, a da elite corrompida e a da “morte” da democracia, “vítima” do contragolpe de 1955. Em suma, a democracia foi um tema de reflexão nos textos dos colunistas. O enfoque jurídico do assunto, adotado tanto por Baleeiro quanto por Moraes Neto, indica a intenção deles de se mostrarem como os *defensores* da democracia. Almejava-se, então, um capital simbólico, uma percepção social positiva que distanciaria ambos do golpismo na contestação da eleição de Kubitschek e de Goulart. Portanto, eles usaram *Maquis* para participar do jogo do campo político, no sentido de sustentar juridicamente a posição política que eles adotaram, enquanto os seus adversários usaram da força das armas. Isso, em alguma medida, aponta para a tentativa de estabelecer qual seria o “lado certo” da história.

Os assuntos abordados se diversificaram no decorrer dos anos. Isso aconteceu praticamente em paralelo ao desgaste da economia nacional causado por alguns fatores conjunturais. O que há de comum é a crítica a execução do Plano de Metas e a indicação de meios de se perseguir uma estabilização monetária – contenção de gastos, ampliação do comércio exterior, entre outros. O que há de diferente é o tipo de ênfase dado por cada um deles a algum efeito atribuído a política econômica do governo Kubitschek. A defesa dos interesses dos produtores agrícolas, notadamente a cafeicultura, passou a ser uma das questões centrais

para Baleeiro. Prudente de Moraes Neto abarcou os mundos rural e urbano ao propagar a ideia do valor da propriedade privada para a democracia. Um suposto ícone da liberdade que deveria ser conservado diante do “avanço” do comunismo (reforma agrária) no país. Para Melo, o que estaria em risco era um modelo de vida cristão, em que a manutenção de um padrão de vida seria essencial para que a espiritualidade se sobrepusesse ao interesse material. Essas diferenças podem ser compreendidas à luz dos seus *habitus* e das posições que eles ocuparam no campo político à época. Por outras palavras, as ênfases distintas se correlacionam com as suas mentalidades e com aquilo que eles acreditavam representar politicamente. Esses foram os “óculos” através dos quais eles enxergaram e analisaram aquele contexto.

Um outro quebra-cabeças se revelou mais complexo, aquele que envolveu a UDN e Jânio Quadros. Um partido e um político que estavam na contramão daqueles que os colunistas estabeleceram como os seus adversários. Baleeiro era um deputado federal da UDN e um aliado de Juraci Magalhães, dois fatores que permitem compreender a sua atitude de não se engajar na crítica à política do realismo da UDN. Paralelamente, os outros condenaram o realismo, sendo que eles *não pertenciam ao partido no momento em que eles sustentaram essa posição em Maquis*. Para esses colunistas, a UDN foi uma fonte de inspiração, ou de referência política, que eles temiam ser destruída pelo realismo. Havia, então, a ideia de preservar um capital político da UDN – a sua combatividade – que seria a sua marca distintiva dentro do campo. Melo foi o principal expoente disso em *Maquis*, notadamente ao argumentar que o realismo era uma espécie de contaminação da UDN na sua diligência pela conquista do poder.

A fragmentação entre as opiniões dos colunistas se expandiu quando a sucessão de Kubitschek entrou em cena. Nas páginas de *Maquis* se delinearam três perspectivas, a de um cabo eleitoral engajado (Melo), a de um opositor resignado (Baleeiro) e a de um apoiador ambíguo (Moraes Neto) da candidatura de Jânio Quadros. Em meio a isso, paradoxalmente, Amaral Netto assumiu uma posição de conciliação entre os polos. Todos reconheceram em Quadros uma “força” política capaz de alcançar o poder, mas alguns pareciam nutrir dúvidas diante do histórico e do comportamento de Quadros. Apesar disso, a chance de derrotar – pela primeira vez – a aliança PSD-PTB foi um catalisador relevante. Infelizmente, esses três colunistas ou deixaram *Maquis* ou pouco escreveram sobre o governo Quadros, fato que limita a profundidade dessa reflexão.

Ler as edições de *Maquis* é como mergulhar na sensação de que, a qualquer momento, alguma ameaça se transformaria em um infortúnio. Essa mensagem de alerta constante ilustra o que foi o seu jornalismo entre 1956-62. Para ela, o governo Kubitschek seria caótico, no qual

a corrupção, o despreparo e a irresponsabilidade campeariam. Contudo, esse polemismo é indissociável das maneiras como ele foi construído e/ou justificado – as publicações de “provas”, de argumentos ou de pesquisas que legitimariam a polêmica. Por exemplo, por meio do recurso recorrente a outra revista, produzida por economistas, para contestar a implementação do Plano de Metas. O Brasil trilharia um caminho para o seu próprio ocaso (comunismo), supostamente pela ação do governo Kubitschek, que distorceria o funcionamento do sistema de produção capitalista. A linguagem polêmica, comumente mencionada por pesquisadores do período, deve ser apreendida em sua correlação com a linguagem “técnica” também usada na crítica ao governo. Por outras palavras, as suas manchetes “sensacionais” muitas vezes procuraram atrair a atenção para reportagens ou artigos que abordavam ideias políticas, aspectos jurídicos ou pesquisas econômicas.

No caso desta tese, não se trata de verificar qual seria o grau de veracidade ou de replicar as ideias que foram colocadas em movimento por *Maquis* através dessa composição entre o “sensacional” e o “técnico”. Mas, sim, de iluminar esses pontos e tentar compreender como eles se conectavam aos interesses manifestados na revista. Ao se pensar nos termos da teoria dos campos sociais, a percepção que se forma é a de que *Maquis* acionou a ideia sobre a qual o jornalismo se construiu – de espelhar a realidade de acordo com os “fatos” – para legitimar a sua ênfase na polêmica, seja ela política ou econômica. Nessa lógica, *Maquis* não almejaria subverter o fundamento do seu próprio campo. Pelo contrário, seria o acatamento a esse fundamento que respaldaria a sua linguagem. Dito de outro modo, as suas páginas estariam municiadas de “criminosos” e de “ameaças” porque as “provas” ou as análises (mais ou menos “técnicas”) sustentariam que essa seria a realidade social.

Portanto, com base no que foi demonstrado, é possível concluir que *Maquis* representou interesses por protagonismo político de agentes sociais que, naquele contexto, estavam em posições mais ou menos marginalizadas do campo político brasileiro. Por isso, eles tendiam a convergir nas suas pautas de oposição política. Não obstante, essa convergência se dilui principalmente quando se observam as aproximações e os distanciamentos que eles expressaram em relação ou a UDN ou a Quadros. Nesse sentido se pode falar em uma polifonia em *Maquis*. Ela concerne às posições políticas manifestadas diante das possibilidades que se desvelavam dentro do cenário da oposição ao governo Kubitschek. Ainda que se considere essa polifonia como limitada, ela tem relevância por iluminar os jogos políticos em movimento à época.

FONTES

A Revista em Revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 13 ago. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6973> Acesso em: 08/12/2023.

“É preciso salvar o país do caos”. In: *Maquis*. Rio de Janeiro, p. 8-10, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1930> Acesso em: 12/02/2022.

“Nacionalismo”: nova estrutura da revolução comunista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30-32, 02 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2576> Acesso em: 12/05/2022.

"Vida Doméstica" entre os novos casais de Niterói. In: *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, p. 12, ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/830305/35305> Acesso em: 27/07/2023.

“Amaral Netto, só haverá Código de Ética se até você tiver liberdade de falar no rádio e na televisão”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-25, 13 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4588> Acesso em: 01/02/2023.

“Amaral Netto, só haverá Código de Ética se até você tiver liberdade de falar no rádio e na televisão”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-25, 13 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4588> Acesso em: 01/02/2023.

“É preciso empastelar esta revista” In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1923> Acesso em: 25/03/2022.

“O caso do Maquis”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/720> Acesso em: 12/05/2021.

“Quando vos tiram o pão estão tirando a vossa liberdade”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14-17 e 24, 23 jan. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5864> Acesso em: 10/03/2023.

100% a mais no câmbio de petróleo. 2% a mais na mercadoria transportada. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 36-39. 08 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8326> Acesso em: 07/06/2023.

1958 começa trazendo ameaça sombria de uma crise econômica. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40-41, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1626> Acesso em: 10/02/2023.

2 anos de sindicato = 20 anos de chantagem, mentira e deboche. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1589> Acesso em: 10/02/2023.

5.062 ações subscritas! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 45, nov. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1441> Acesso em: 02/08/2023.

A “Resistência Democrática é um oásis, no pensamento político brasileiro, temida e respeitada pelos maiores da política e do governo”. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 3, 19 nov. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_12/31939 Acesso em: 28/05/2023.

A batalha na justiça terminou com o general caindo ao amanhecer. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 37, set 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/179> Acesso em: 01/02/2023.

A fundação, em Cordeiro, no E. do Rio, da Associação Comercial, Industrial e Agrícola Intermunicipal. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 21 dez. 1927. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/24420 Acesso em: 09/08/2023.

A fraude eleitoral conduzirá o Brasil à revolução. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 14-22, set. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1218> Acesso em: 13/01/2023.

A indústria sufocada pelo governo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 23, fev. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/597> Acesso em: 10/02/2023.

A mais dura batalha da campanha de Jânio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32-33, 20 ago. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7042> Acesso em: 13/01/2023.

A quadrilha de Belo Horizonte e o seu negócio familiar. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 20-22, mar. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/690> Acesso em: 13/01/2023.

A pedido. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 24 jan. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3748> Acesso em: 12/05/2021.

A prorrogação do Estado de Sítio na Câmara. In: *Correio da Manhã*, p. 16, 17 jan. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/57494 Acesso em: 21/01/2022.

A renúncia e os novos “democratas”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 34-37, 23 set. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9264> Acesso em: 08/11/2023.

A revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 28 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3173> Acesso em: 13/01/2023.

A revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, maio 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/867> Acesso em: 13/01/2023.

A Revista em Revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 16 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2645> Acesso em: 12/05/2021.

A Revista em Revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 22 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8373> Acesso em: 12/05/2021.

A Revista em Revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 24 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2069> Acesso em: 12/12/2023.

A revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1925> Acesso em: 02/08/2023.

A Revista em Revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1877> Acesso em: 12/12/2023.

A revista em Revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, abr. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/10201> Acesso em: 08/09/2023.

A revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1093> Acesso em: 09/12/2023.

A revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1637> Acesso em: 02/08/2023.

A Revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1591> Acesso em: 07/03/2023.

A revista em revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 23 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/116521/2693> Acesso em: 12/05/2021.

A revolução sem armas que precisa ser feita. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 35-41, set. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1289> Acesso em: 10/02/2023.

A verdade não é bonita mas útil. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 7, 02 ago. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/29606 Acesso em: 02/08/2023.

Adauto Cardoso explica a Maquis porque é candidato à reeleição. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 6-7, 27 set. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2936> Acesso em: 18/01/2023.

Ademar + UDN = Catete em 1960. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4-6, mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1782> Acesso em: 19/01/2023.

Advertência. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 5, abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/723> Acesso em: 18/01/2023.

Agora você pode anunciar em MAQUIS. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 19, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1559> Acesso em: 12/05/2021.

Álbum elegante. In: *Jornal Pequeno*, Recife, p. 3, 06 nov. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800643/69916> Acesso em: 03/10/2023.

Amaral Netto declara sua independência à política do governo Carlos Lacerda. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 ago. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/21126 Acesso em: 24/11/2023.

Amaral Netto declara sua independência à política do governo Carlos Lacerda. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 ago. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/21126 Acesso em: 24/11/2023.

Amaral Netto em plena campanha eleitoral. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 12, 21 maio 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6502> Acesso em: 10/03/2023.

Aranha gravemente comprometido no escândalo dos jipes. *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 16-19, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1010> Acesso em: 27/10/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. “É preciso empastelar esta revista”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 7, abr. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1929> Acesso em: 25/03/2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Esta semana em 3 fatos. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28, 06 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3439> Acesso em: 13/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. “Jânio tu é o maior!”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro., p. 16-17, 14 mar. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4066> Acesso em: 19/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. “O que lhe interessa é eleger-se e eleger também o sr. Jânio Quadros. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 03 set. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7110> Acesso em: 03/03/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. 2º aniversário de Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 26, 9 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2620> Acesso em: 09/12/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A esplêndida vitória de 3 de outubro. In: *Maquis*, Rio de Janeiro., p. 25, 18 de outubro de 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3095> Acesso em: 19/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A história do Maquis clandestino. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 21, 20 de junho de 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4628> Acesso em: 21/01/2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A inauguração da vergonha. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, fev. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/565> Acesso em: 24/11/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A nossa linha em poucas palavras. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1203> Acesso em: 13/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. A paz de charco. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4, jan. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/434> Acesso em: 24/11/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Adeus, Rafael. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 43, 14 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2253> Acesso em: 20/11/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. As máquinas de Murray desabam sobre a cabeça de Lott. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38-45, mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1816> Acesso em: 24/11/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Bombas contra Jânio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 21 nov. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5510> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Brigadeiro, assumo o comando! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 15, 28 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2321> Acesso em: 19/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Carta de Lott sobre a negociata. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32-38, 26 mar. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6242> Acesso em: 03/03/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Chega, basta, estou farto! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 01 out. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7270> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. CNSDQ: olho da rua mesmo! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-22, 25 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6710> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Com ladrão, não! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 7-8, fev. 1958. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1735> Acesso em: 18/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Conselho de Economia: órgão decorativo. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 8, 06 jun. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/5086 Acesso em: 21/01/2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Defenderemos Juscelino até o fim! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24-25, 29 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3387> Acesso em: 18/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Despir um “santo” para vestir “outro”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 26 mar. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6230> Acesso em: 03/03/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. É crime votar em Ferrari. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 04-05, 23 jul. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6854> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Em pânico os defensores do Congresso. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 18 mar. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8190> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Escândalo no Exército. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38-43, out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/228> Acesso em: 18/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Este homem precisa ir para a cadeia. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4-5, maio 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/820> Acesso em: 18/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Folha corrida do diretor de Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28, ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/28> Acesso em: 05/12/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Governo de “gangsters” protetor de abrutés. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 10 set. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7150> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Honra também prescreve. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1839> Acesso em: 25/03/2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Jânio confirma Maquis: governo JK foi mesmo sindicato de ladrões. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 11 fev. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8030> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. JK e Lott brincam de processar. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14-15, dez. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/396> Acesso em: 25/03/2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. JK, não volte! A cadeia te espera. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 15 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8350> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Lacerda versus Juraci. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 8-9, 03 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5216> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Lacerda x Jânio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 04-05, 31 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9150> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Ladrões de lá e ladrões de cá. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20, set. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1274> Acesso em: 13/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Lott será dono desta revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4-6, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1094> Acesso em: 13/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Mais Cr\$ 30 bilhões para a quadrilha do Catete. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 11, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1503> Acesso em: 18/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Maquis no Supremo Tribunal Federal. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 5, 24 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2071> Acesso em: 13/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. MAQUIS precisa da sua ajuda. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 9, 4 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6579> Acesso em: 12/05/2021.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Maquis vai ajudar Jânio a varrer. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 fev. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8053> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Maquis vai processar o general Lott. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, jan. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/482> Acesso em: 13/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. O farsante das mãos limpas In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 18 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6670> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. O jogo de Lott. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 26, abr. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1900> Acesso em: 25/03/2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Pacificação com o sindicato, não! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4, maio 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/868> Acesso em: 18/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Pela boca de Jango a quadrilha estilha. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 03 jun. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8630> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Podemos provar o escândalo no Exército. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40-41, 31 de janeiro de 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3834> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Por enquanto. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 11, 02 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2557> Acesso em: 19/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Por que um José Bonifácio? In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 03 dez. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7613> Acesso em: 10/03/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Porque entrei para a UDN. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 11 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6623> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Porque Jânio renunciou. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 05 dez. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5590> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Porque me ufano do meu país. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 46, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/140> Acesso em: 13/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Posição de Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 14 nov. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/5453> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Querem fechar Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 8, abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/776> Acesso em: 28/03/2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 03 jun. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8613> Acesso em: 10/03/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Só você pode salvar esta revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/721> Acesso em: 09/12/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Subiram sem parar os balões getulistas. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1 e 4, 07 jul. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/1747 Acesso em: 21/01/2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Tribuna Econômica. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, . 04 maio 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/21280 Acesso em: 24/07/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Valeu a Pena? Não sei. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 18 jul. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4788> Acesso em: 24/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Vamos com medo, mas vamos. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, fev. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/621> Acesso em: 13/01/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Você tem um encontro com o Brasil a 3 de outubro. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 03, 04 out. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2981> Acesso em: 19/01/2023.

Amaral Netto, o velho marinheiro. In: *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 5, 10 set. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_06/6619 Acesso em: 05/12/2023.

Amaral Netto, o velho marinheiro. In: *Manchete*, Rio de Janeiro, p. 22-23, 25 set. 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/65478> Acesso em: 05/12/2023.

Amaral quer também luz da lanterna. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 11, 16 ago. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093092_05/2867 Acesso em: 24/11/2023.

Amaral virá pelo PDC, pois UDN não o quer. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 6, 05 maio 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_06/2968 Acesso em: 26/11/2023.

AMARAL, René. Dia de festa viu nascer uma revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32-33, 04 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9002> Acesso em: 08/12/2023.

Ao marechal Lott faltou honestidade profissional. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 22-25, 27 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6072> Acesso em: 10/03/2023.

ARAÚJO NETTO, Francisco Pedro. Assunto do dia. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 10, 09 jun. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/1484 Acesso em: 25/07/2023.

Ar-Condicionado Airco Moreira. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 11, 02 jul. 1942. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/10148 Acesso em: 27/07/2023.

Arinos Filho, citando o JB, diz que não há contradição ao apoiar o pai e Lacerda. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 23 maio 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/18431 Acesso em: 24/01/2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Memorando nº 50 [1956] Fundo: Pol. Setor: Geral. Dossiê: 2. Notação: 15. P. 1-243.

Atividades Escolares. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 9, 29 jul. 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_04/22694 Acesso em: 27/07/2023.

BACIU, Stefan. Bocas teledirigidas cuspiram no rosto de Nixon. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38-41, 31 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2152> Acesso em: 12/02/2022.

BACIU, Stefan. Dulles, dólares, rublos. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 42-45, 16 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2684> Acesso em: 12/05/2022.

BACIU, Stefan. Nada mudou na Rússia após a morte de Stalin. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 42-44, 19 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2492> Acesso em: 12/05/2022.

BACIU, Stefan. No trono do Kremlin. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38-40, maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2008> Acesso em: 12/02/2022.

BACIU, Stefan. Os Sputnik derrubaram Eike. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24-26, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1516> Acesso em: 12/02/2022.

BACIU, Stefan. *Lavradio 98. Histórias de um jornal de oposição: a Tribuna da Imprensa ao tempo de Carlos Lacerda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

Baderna para evitar a posse de Jânio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 18-19, 15 out. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7348> Acesso em: 22/11/2023.

BALEEIRO, Aliomar. A monotonia do espetáculo. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 17, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/111> Acesso em: 14/11/2023.

BALEEIRO, Aliomar. A moral da fábula. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 46, jan. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/476> Acesso em: 10/02/2023.

BALEEIRO, Aliomar. Elegia de Juscelino. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 11 out. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3035> Acesso em: 10/02/2023.

BALEEIRO, Aliomar. Espelho para demandistas. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1007> Acesso em: 10/02/2023.

BALEEIRO, Aliomar. Geleia real para JK. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 19 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2463> Acesso em: 10/02/2023.

BALEEIRO, Aliomar. Guia criminal para turistas. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, mar. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/683> Acesso em: 10/02/2023.

BALEEIRO, Aliomar. Legalidade legítima e legitimidade legal. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1055> Acesso em: 10/02/2023.

BALEEIRO, Aliomar. Mais conversa com os fazendeiros. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 15 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3279> Acesso em: 10/02/2023.

BALEEIRO, Aliomar. Meditações sobre a catástrofe à vista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 49, 17 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2031> Acesso em: 10/02/2023.

BALEEIRO, Aliomar. O segredo da conspiração. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28, out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/218> Acesso em: 14/11/2023.

BALEEIRO, Aliomar. O Smith e o João Ninguém. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 46, nov. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/284> Acesso em: 10/02/2023.

BALEEIRO, Aliomar. O tonel das Danaides. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1553> Acesso em: 10/02/2023.

BALEEIRO, Aliomar. Paguem e aprendam. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 42, dez. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/376> Acesso em: 10/02/2023.

BALEEIRO, Aliomar. Teu lugar é na penitenciária, JK! *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 25, 30 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2763> Acesso em: 10/02/2023.

BALEEIRO, Aliomar. Transfusão de sangue. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13. 25 de out. de 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3131> Acesso em: 10/02/2023.

Banco Costa Monteiro S.A. In: *O Fluminense*, Rio de Janeiro, p. 4, 7 abr. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_09/5623 Acesso em: 03/08/2023.

BARRETO, Vicente. Kozak revela o “new-look”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28, 07 out. 1961. p. 28-30. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9346> Acesso em: 06 jul. 2023.

Boletim da Diretoria de Armas. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 12, 11 nov. 1943. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/16117 Acesso em: 25/07/2023.

BRASIL. Arquivo Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fundo: Série Interior - Nacionalidade. Notação: BR RJANRIO A9.0.PNE.31030. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_a9/0/pne/41030/br_rjanrio_a9_0_pne_41030_d0001de0001.pdf Acesso em: 27/07/2024.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Notação: Documentos Sigilosos (diversos). Código: BRDFANBSB N8.0.PSN, EST.654, pp. 551-552. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/psn/est/0654/br_dfanbsb_n8_0_psn_est_0654_d0001de0001.pdf Acesso em: 21/08/2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 2.145 de 29 de dezembro de 1953. Cria a carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro: Distrito Federal, 1953. P. 21993. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2145-29-dezembro-1953-361427-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 10/02/2023.

BRASIL, Congresso Nacional. *Câmara dos Deputados*. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a origem dos haveres e a atuação política do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). V. 2. 1963, p. 296. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL, Congresso Nacional. *Câmara dos Deputados*. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a origem dos haveres e a atuação política do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). V. 2. 1963, p. 233. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL, Congresso Nacional. *Câmara dos Deputados*. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a origem dos haveres e a atuação política do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). V. 5. 1963, p. 925. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL, Congresso Nacional. *Câmara dos Deputados*. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a origem dos haveres e a atuação política do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). Vol. 11. 1963, p. 2145. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. 9º Circunscrição. Matrimônios [1945]. Entrada: 83. 18 abr. 1945. P. 116. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D47Q-NGX?i=125&cc=1582573> Acesso em: 24/07/2023.

BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. Matrimônios [1909-1921]. Entrada: 11. 28 set. 1920. p. 181. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D4SS-9X3?i=192&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGV9-7H9P> Acesso em: 03/08/2023.

BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 10º Circunscrição. Entrada: 3413. 12 set. 1940. S/P. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-DCJ8-1M?i=260&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGJB-WR79> Acesso em: 24/07/2023.

BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 2º Circunscrição. Entrada: 11369. 03 dez. 1999. P. 269. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-69B9-YGL?i=279&cc=1582573> Acesso em: 24/07/2023.

BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 4º Circunscrição. Entrada: 36210. 24 abr. 1962. P. 167. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6Q8S-LLN?i=169&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A79KS-6MT2> Acesso em: 24/07/2023.

BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 6º Circunscrição. Entrada: 21156. 27 set. 1950. P. 142. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6QBZ-J4?i=143&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGJB-M2RW> Acesso em: 24/07/2023.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.802, de 26 de setembro de 1940. Dispõe sobre as sociedades por ações*. Rio de Janeiro, DF: Câmara dos Deputados, 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2627-26-setembro-1940-412760-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08/12/2023.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.802, de 26 de setembro de 1940. Dispõe sobre as sociedades por ações*. Rio de Janeiro, DF: Câmara dos Deputados, 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2627-26-setembro-1940-412760-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08/12/2023.

BRASIL. *Diário Oficial da União*. Seção: 1. 21 dez. 1959. P. 26625-26626. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3123973/pg-82-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-12-1959> Acesso em: 28/07/2023.

BRASIL. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo Demográfico [1950]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_br.pdf Acesso em: 23/08/2023, p. X.

BRASIL. *Lei nº 1.802, de 05 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social e dá outras providências*. Rio de Janeiro, DF: Câmara dos Deputados, 1953. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 08/12/2023.

BRASIL. Lei nº 2.803 de 12 de novembro de 1953. Regula a liberdade de imprensa. Rio de Janeiro, DF: Câmara dos Deputados, 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2083.htm Acesso em: 02/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. 2º Circunscrição. Matrimônios [1949-1950]. Entrada: 8252. 31 jan. 1950. P. 112. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DBG4-4X?i=112&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGJB-VMYL> Acesso em: 04/08/1955.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 4º Circunscrição. Livro: 291. 14 jul. 1954. P. 285v. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS55-6354?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6VJQ-DCZ9&action=view&groupId=TH-909-76333-2815-48> Acesso em: 24/07/2023.

BRASIL. *Superintendência da Moeda e do Crédito*. Instrução nº 166. 04 out. 1958. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoessumoc/SUMOCINST166-instrucao166.pdf> Acesso em: 10/02/2023.

BRASIL. *Superintendência da Moeda e do Crédito*. Instrução nº 167. 04 out. 1958. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoessumoc/SUMOCINST167-instrucao167.pdf> Acesso em: 10/02/2023.

Brasileiro não passa dos 44 anos. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 41-42, fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1723> Acesso em: 10/02/2023.

CAIRÚ, Adão Lisboa. Fórum Econômico. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 18, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1558> Acesso em: 04/03/2023.

Campanha acabou: a hora é de votar. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30-32, 08 out. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7320> Acesso em: 10/03/2023.

Capitalistas “gregórios” estão contra a participação nos lucros. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 27 jan. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/19717 Acesso em: 02/08/2023.

Carlos Lacerda denunciado no processo do Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 30 jan. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26017 Acesso em: 02/08/2023.

Carta de um avô para um neto. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 04 nov. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9507> Acesso em: 05/12/2023.

Casamentos. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 4, 29 maio 1942. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_13/12204 Acesso em: 27/07/2023.

Casamentos. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 23 jul. 1952. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/9346 Acesso em: 07/08/2023.

Caso Murray no Partido Libertador. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 22-25, 02 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6272> Acesso em: 03/03/2023.

CAVACA, Rossé. Bate-bola. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 16, 16 ago. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/23201 Acesso em: 27/07/2023.

COFAP: ninho de escândalos, vai levar gente “boa” à cadeia. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 20-25, 22 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8390> Acesso em: 07/06/2023.

Com acabar com o roubo do confisco cambial. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 30-32, jun. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/976> Acesso em: 10/02/2023.

Comércio com todos os países”: nova tática de infiltração soviética. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 44-46, 22 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3358> Acesso em: 03/02/2023.

Como este homem arranjou dinheiro (FNM) para esta estátua. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 24-29, 17 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2042> Acesso em: 10/02/2023.

Confisco cambial é roubo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 15-19, jan. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/493> Acesso em: 15/12/2023.

Confisco cambial em 1953: 50% em 1959: 75%. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 7, 15 ago. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4935> Acesso em: 10/02/2023.

Corte nos investimentos das empresas mais aumento dos dispêndios públicos igual ao mais poderoso foco de inflação e grande fator de atraso econômico. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 8-11, 07 fev. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3850> Acesso em: 10/02/2023.

Clandestinidade para melhor negociar o Brasil. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 8-9, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1548> Acesso em: 24/11/2023.

Clube da Lanterna irá até às massas. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 6, 22 mar. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/26904 Acesso em: 02/08/2023.

Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 out. 1954, Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/18028 Acesso em: 02/08/2023.

Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 29-30 ago. de 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/12691 02/08/2023. Acesso em: 02/08/2023.

Clube da Lanterna. Recomendação nº 1. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 22 out. de 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/13309 Acesso em: 02/08/2023.

Coleção de Maquis para o major Veloso. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 maio 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/28087 Acesso em: 08/12/2023.

Coloque uma pedra nos alicerces do Estádio da ENSA. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 13, 27 jun. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/42108 Acesso em: 03/08/2023.

Comercial Metropolitana S.A. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 21 fev. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_03/8080 Acesso em: 25/07/2023.

Comissão Parlamentar para apurar Lott-Murray. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 23-25, 19 mar. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6193> Acesso em: 10/03/2023.

Como se comprova o progresso de Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 52, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1145> Acesso em: 17/01/2023.

Como se fez o capital inicial de Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 54, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1146> Acesso em: 28 mar. 2022.

Como vão os processos de Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 45, maio 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/861> Acesso em: 13/01/2023.

Companhia Brasileira de Ligantes Hidráulicos. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 11, 25 nov. 1952. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_14/16952 Acesso em: 25/07/2023.

Companhia de Seguros "La Foncière Incendie". In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 5, 25 fev. 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_04/47816 Acesso em: 27/07/2023.

Companhia Fidelidade de Seguros Gerais. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 16, 02-03 mar. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_14/18437 Acesso em: 27/07/2023.

Companhia Interestadual de Seguros. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 16, 05 mar. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_14/882 Acesso em: 24/07/2023.

Companhia Jornalística Castelar. In: *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 8, 13 out. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_06/6964 Acesso em: 25/07/2023.

Companhia Reis de Armazéns Gerais. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, p. 6, 16 jun. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/22075 Acesso em: 28 maio 2023.

Concluíram o curso 266 cadetes. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. p. 7, 12 ago. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/23946 Acesso em: 25/07/2023.

Continua a corrupção no Estado do Rio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28, 05 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2382> Acesso em: 01/02/2023.

Continuam homenagens a Amaral Netto. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32-33, 05 nov. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7483> Acesso em: 05/12/2023.

CORÇÃO, Gustavo. Antíteses. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 9, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1165> Acesso em: 24/11/2023.

CORÇÃO, Gustavo. Aviso aos leitores. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 21 set 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/7274 Acesso em: 24/01/2023.

Corte Suprema vai julgar o Escândalo do Exército. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 5, set. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1209> Acesso em: 13/01/2023.

COSTA, José. A missa de João Duarte, filho. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 12 out. 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_03/13870 Acesso em: 03/10/2023.

Covardia e traição na investida do sindicato de ladrões contra Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 6, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1048> Acesso em: 28/03/2022.

Crise na A. Comercial devido ao Caso Murray. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1-2, 19 mar. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_04/1987 Acesso em: 03/03/2023.

Crise na Associação Comercial. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 02 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6253> Acesso em: 03/03/2023.

Crerios-padrões de JK revelam déficit verdadeiro do governo JK: Cr\$ 167 bilhões. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 06-08, 03 set. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/7096> Acesso em: 10/02/2023.

Curso da TRIBUNA bate recorde de inscrições. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 11-12 maio 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/34914 Acesso em: 25/07/2023.

Deficiência financeira tira Maquis das bancas. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, p. 3, 03 maio 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/9436 Acesso em: 08/09/2023.

Departamento Nacional de Indústria e Comércio. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 17, 5 jun. 1938. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/54553 Acesso em: 03/08/2023.

Deve provar que há ladrões. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 4, 12 mar. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/36109 Acesso em: 28/03/2022.

D. Carlos Carmelo – o político – apoia aliança comuno-petebista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24-27, 27 set. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2954> Acesso em: 12/05/2022.

Deputados de todos os partidos condenam a espoliação da lavoura. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 24-27 e 31, fev. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/598> Acesso em: 10/02/2023.

Desde 1953 – ou antes mesmo – o Brasil é mau pagador. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 26-27, 11 jul. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4754> Acesso em: 10/02/2023.

Desenvolvimentismo e a “nova classe”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 28-29, 27 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/6078> Acesso em: 10/02/2023.

Desespero volta a invadir o lar do homem do campo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 24-25, 20 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4632> Acesso em: 10/02/2023.

Dois depoimentos no inquérito sobre as atividades da agremiação. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 15 dez. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_06/56254 Acesso em: 27/07/2024.

Dulles na mira do PC. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 44, 02 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2590> Acesso em: 12/05/2022.

Diariamente para Buenos Aires os novos Convair da Cruzeiro do Sul. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, 31 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2161> Acesso em: 08/12/2023.

Dirce e Milton. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 6, 13 dez. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/7069 Acesso em: 25/07/2023.

Diretores do Clube da Lanterna começam hoje os depoimentos. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 5, 07 dez. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/25005 Acesso em: 02/08/2023.

Discussão da prorrogação do Estado de Sítio. In: *Jornal do Brasil*, p. 9, 17 jan. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/58515 Acesso em: 21/01/2022.

Dr. Jayme Brandão. In: *Jornal Pequeno*, Recife, p. 3, 28 fev. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800643/65112> Acesso em: 03/10/2023.

Dr. Raymundo Carneiro de Souza Bandeira. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1929, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/41727 Acesso em: 03/10/2023.

DUARTE, Paulo. Paulo Duarte entrevista Paulo Duarte. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 30-31, out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/268> Acesso em: 31/07/2023.

E Lott continua processando, mas não tem coragem de defender-se. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 41, fev. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/615> Acesso em: 13/01/2023.

É proibido ler esta revista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1 e 3-4, nov. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/287> Acesso em: 13/01/2023.

Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20, 21 mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4110> Acesso em: 08/12/2023.

Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32, 29 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8442> Acesso em: 08/12/2023.

Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 34, 30 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6400> Acesso em: 08/12/2023.

Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 35, 30 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6401> Acesso em: 08/12/2023.

Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1673> Acesso em: 28 mar. 2022.

Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1914> Acesso em: 08/12/2023.

Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1674> Acesso em: 12/05/2021.

Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 41, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1675> Acesso em: 28 mar. 2022.

Editora Reforma S.A. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 42-43, mar. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/664> Acesso em: 08/12/2023.

Editora Reforma. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30, 15 ago. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4958> Acesso em: 10/03/2023.

Eleita a diretoria do Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 7 out. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/13134 Acesso em: 02/08/2023.

Eles também “dizem o que querem”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1128> Acesso em: 28/03/2022.

Empregador propôs salário de 8 mil; empregados não apoiaram. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 26-28, 27 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3580> Acesso em: 10/02/2023.

Enquanto o diabo esfrega o olho Alkmim fabrica 600 cruzeiros. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 18-21, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/112> Acesso em: 10/02/2023.

Entendidos discutem inflação e não tiram uma só conclusão. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 44-45, fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1726> Acesso em: 10/02/2023.

Estarrecedor: desenvolvimentismo de JK conseguiu baixar a produção nacional. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 06-09, 10 set. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/7136> Acesso em: 10/02/2023.

Entre os 502 acionistas da Editora Reforma S.A., em organização, figuram. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 2 de maio de 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/27661 Acesso em: 28 mar. 2022.

Entregue à Câmara dos Deputados a denúncia de Maquis contra Lott. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28-30, fev. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/554> Acesso em: 13/01/2023.

Esclarecimento. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 01 dez. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/24892 Acesso em: 21/01/2022.

Estes 5 homens cometeram um grande crime. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 10, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/152> Acesso em: 25/07/2023.

Este homem escolheu o assassino de Trotsky. *Maquis*, p. 42-44, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/136> Acesso em: 13/01/2023.

FERNANDES, Hélio. Fatos e Rumores. In: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, p. 55, 24 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/025909_05/22722 Acesso em: 12/01/2023.

Festa da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 ago. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/12471 Acesso em: 06/12/2023.

FILHO, João Duarte. Tribuna Parlamentar. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 01 out. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/13065 Acesso em: 02/08/2023.

FILHO, João Duarte. Tribuna Parlamentar. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 maio 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/15685 Acesso em: 02/08/2023.

FILHO, João Duarte. Tribuna Parlamentar. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 26 nov. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/31898 Acesso em: 02/08/2023.

FILHO, Murilo Melo. *Murilo Melo Filho*. (Depoimento, 1998). Rio de Janeiro: CPDOC/ALERJ, 1998, p. 06.

FILHO, Murilo Melo. *Testemunho Político*. São Paulo: Editora Elevação, 1999.

Foi a juízo armado de dois revólveres. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 11, 29 jul. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_05/77546 Acesso em: 10/03/2023.

Foi lançado em ato público o movimento de ação democrática. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 19 maio 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/50404 Acesso em: 13/03/2024.

Foi um dos consolidadores da República. In: *O Fluminense*, Rio de Janeiro, p. 1 e 5, 18 out. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_10/3791 Acesso em: 05/12/2023.

Forte de Copacabana “cegou” as câmeras. Amaral Netto não pode ser visto. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14-20, 30 maio 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4502> Acesso em: 10/03/2023.

Gabriel Chaves de Melo, o “pracinha da liberdade”. In: *A Noite*. Rio de Janeiro, p. 3, 17 set. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_06/6685 Acesso em: 28/10/2023.

Getúlio Vargas, renuncie. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 9, 13 ago. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/16835 Acesso em: 21/01/2022.

Gente-bem furtou o Brasil com uísque a ½ dólar. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38-42, nov. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/276> Acesso em: 15/12/2023.

Gladstone (candidato a vereador pelo PDC) explica as razões de sua candidatura. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 34-35, 27 set. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2965> Acesso em: 28/05/2023.

GOMES, Ayrton. Comunistas controlam os sindicatos do Rio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40-43, nov. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1484> Acesso em: 25/03/2024.

GOMES, Ayrton. Comunistas controlam os sindicatos do Rio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40-43, nov. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1484> Acesso em: 25/03/2024.

GOMES, Ayrton. Porque a polícia não prende Prestes. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24-27 e 29, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1564> Acesso em: 25/03/2024.

Governo fecha os olhos: comunistas de braços dados com o Ministério do Trabalho. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30-33, 05 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2384> Acesso em: 12/05/2022.

Governo JK vendeu dólares que não tinha e importou sem ter divisas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 4-7, 06 maio 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8454> Acesso em: 07/06/2023.

Governo não quer que a vida barateie. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 6-7, 17 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4935> Acesso em: 10/02/2023.

Governo prepara a crise: salário-mínimo de Cr\$ 6 mil. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 4-5, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1878> Acesso em: 10/02/2023.

Governo JK: Sindicato de Ladrões. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, mar. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/671> Acesso em: 25/03/2022.

GUIMARÃES, Mário. O poder econômico. In: *Luta Democrática*, Estado do Rio, p. 3, 08 abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030678/8133> Acesso em: 01/02/2023.

Hoje no Clube da Lanterna apoia a Aliança Popular. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 maio 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/15683 Acesso em: 02/08/2023.

HOLANDA, Nestor de. Rádio e TV. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 7, 31 ago. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093092_05/3043 Acesso em: 26/11/2023.

Impedir a todo custo a volta dos gregórios. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 out. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/24165 Acesso em: 02/08/2023.

Inquérito policial (na segurança social) comprova aliança comuno-petebista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30-33, 28 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2336> Acesso em: 12/05/2022

Jânio dá o brado de alerta: crise do café acarretará crise social. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24-29, 13 set. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2858> Acesso em: 13/01/2023.

Jânio dá o brado de alerta: crise do café acarretará crise social. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24-29, 13 set. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2858> Acesso em: 13/01/2023.

Jânio vem aí e o salário-móvel também. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 14-16, 19 nov. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7546> Acesso em: 10/02/2023.

Jânio: campanha, sacrifício e vitória. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30-32, 29 out. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7440> Acesso em: 22/11/2023.

Jornal e Pasquim. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/36486 Acesso em: 28/03/2022.

Jornalista Araújo Neto morre na Itália. In: Folha de São Paulo, São Paulo, s/p, 5 jun. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0506200319.htm> Acesso em: 27/07/2023.

Ku Klux Klan comunista age no Brasil. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 15-17, jan. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1649> Acesso em: 12/02/2022.

Kubitschek reforça o monopólio Willys-Aranha. *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 5-7, jun. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/951> Acesso em: 27/10/2023.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília: a escalada política*. Vol. II. Brasília: Senado Federal, 2020.

Kubitschek, o esquecido. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 21 fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3933> Acesso em: 10/02/2023.

Laboratórios Frederick Stearns S.A. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 15, 18 dez. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_14/29055 Acesso em: 27/07/2023.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1987.

Lançada na TV-Rio (Noite de Gala) candidatura de Amaral Netto para constituinte da Guanabara. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 23, 06 maio 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6431> Acesso em: 10/03/2023.

Legislativo estuda e Jânio exige ação imediata e humana. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 22-26, 31 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9168> Acesso em: 28/03/2022.

Lei (2975) que faz baixar o custo de vida não foi regulamentada pelo governo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 36-38, 14 nov. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5486> Acesso em: 10/02/2023.

LE MOS, Carlos. O Brasil é mesmo o país dos Cadillacs. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 34-35 e 44, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/128> Acesso em: 15/12/2023.

LE MOS, Carlos. Sob a batuta do “Sindicato”, confisco cambial leva o país à ruína. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 21-22, maio 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/885> Acesso em: 10/02/2023.

LEMOS, Carlos. A Tribuna de Lacerda, escola de jornalismo e alegria. In: *Jornal da Associação Brasileira de Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 68, abr. 2008. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/517275/1650> Acesso em: 21/01/2022.

LEMOS, Carlos. Caravana da Liberdade visitou a “cova da onça”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 34-42, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/1028> Acesso em: 18/01/2023.

Ligas Camponesas, Células Comunistas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 8-9, 30 maio 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4497> Acesso em: 22/11/2023.

Lott confirma a denúncia de Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 26-28, nov. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/264> Acesso em: 25/03/2022.

Lott processa novamente a revista Maquis. In: *O Estado do Mato Grosso*, Mato Grosso, p. 1, 28 mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/098086/13312> Acesso em: 18/01/2023.

MACEDO, José Luís. Desfile. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 6, 28 fev. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/26488 Acesso em: 28 maio 2023.

Mais depressa se pega um mentiroso... In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 38-39, mar. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/660> Acesso em: 10/02/2023.

Manifesto à nação. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 07 mar. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26620 Acesso em: 03/10/2023.

Maquis e a “operação”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 7, mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1785> Acesso em: 19/01/2023.

Maquis precisa de você. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6693> Acesso em: 26/11/2023.

Marechal Leônidas Amaro, testemunha de Lott, afirma a culpa de Lott. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-29, 06 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/5950> Acesso em: 03/03/2023.

MELO FILHO, Murilo. Rádio aberto à oposição In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 set. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2838> Acesso em: 10/03/2023. P. 4.

MELO FILHO, Murilo. Rádio aberto à oposição In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 set. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2838> Acesso em: 10/03/2023.

MELO, Gladstone Chaves de. A hora é a da democracia cristã. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 04 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6572> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves de. A renúncia de Jânio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 15, 12 dez. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5625> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves de. Aclaram-se os caminhos!. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 22 ago. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5007> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves de. Chamada geral. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 19 dez. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5652> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves de. Demagogia. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 31 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5409> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves de. Desenha-se o grande perigo. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 37, 11 abr. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4247> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves de. Esperança de porto e salvamento. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 26 nov. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5569> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves de. Jânio: estabilização da moeda. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 05 set. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5087> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves de. Justificação do janismo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 24 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5367> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves de. Maioria absoluta e eleição indireta. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 28 fev. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4009> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves de. O jogo da sucessão. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, 24 jan. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3793> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves de. Um homem franco e leal. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 16 maio 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4447> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves de. Vicioso o nosso ensino gramatical. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 23 nov. 1947. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_05/39029 Acesso em: 28/07/2023.

MELO, Gladstone Chaves. A fé na democracia. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 02 jul. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6732> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves. A greve no ensino e a sorridente solução. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 28 mar. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4169> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves. Caminhando entre abismos. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, 13 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3505> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves. Cartas da Europa – VI. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 7, 18 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9065> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves. Falsificadas organizações estudantis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 04 abr. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4209> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves. Governo de fantoches. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 20 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4647> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves. Lott: um erro psicológico. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, 29 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3409> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves. O nacionalismo contra. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 25 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6692> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves. Radiografia do nacionalismo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 8, 20 maio 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8538> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves. Um manifesto de liberais. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14, 18 jul. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4782> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves. Uma aragem de esperança. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 23, 20 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3529> Acesso em: 08/11/2023.

MELO, Gladstone Chaves. Urge uma cruzada! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 15 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8332> Acesso em: 08/11/2023.

Modificação no Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 10 nov. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/24598 Acesso em: 03/08/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. A aceitação do inaceitável. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 17, mar. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1795> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. Calcanhar de Aquiles. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 34, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/980> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. De morte matada. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, out. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3069> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. Desenvolvimento. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 03 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/5221> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. Desigualdades objetivas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 25 jul. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4821> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. Direito à habilitação. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 29 ago. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/5021> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. Espírito da República. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 20 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4621> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. Êxitos individuais. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 47, 01 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3214> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. Falsa qualidade. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 12 dez. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/5623> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. Fórmulas encantatórias. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1695> Acesso em: 04/02/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. Paté de foie gras. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 25 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5341> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. Planta que também se cultiva. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 06 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4541> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. República ainda é a solução. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 01 ago. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4861> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente de. De vários tipos de desigualdades. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 18 jul. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4781> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente. Fim do retorno. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 27 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6063> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente. O guerrilheiro audaz. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 18 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9071> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente. Programa não se inventa. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 30 de jul. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6903> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente. Um papel a viver. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 21 mar. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4093> Acesso em: 07/03/2023.

MORAIS NETO, Prudente. Voto secreto. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 28 maio 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6543> Acesso em: 07/03/2023.

NETO, Horácio de Carvalho. Levantando o véu. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 2, 19 set. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/25323 Acesso em: 09/08/2023.

MORAIS NETO, Prudente. Carta a Amaral Netto: teoria das touradas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 13, 09 jul. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/6783> Acesso em: 10/02/2023.

Na China foi assim. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 08-11, 21 fev. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3938> Acesso em: 10/02/2023.

No caso JK x FMI governo fez chantagem e Brasil ficou mais desmoralizado. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 36-39, 27 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4684> Acesso em: 10/02/2023.

Nome por nome, todos os trustes que agem, mandam e dominam no Brasil. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 8-12, jul. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1002> Acesso em: 25/03/2024.

Nomeado para o Conselho Nacional do Trabalho o jornalista João Duarte Filho. In: *A Ordem*, Rio Grande do Norte, p. 2, 10 fev. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/764051/6470> Acesso em: 31/07/2023.

Nota, sem assinatura, sobre a situação profissional do jornalista João Duarte Filho obrigado a trabalhar na “Tribuna da Imprensa” por não ter encontrado oportunidade em outros locais. *Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)*. Arquivo Getúlio Vargas. Série: Correspondências. Classificação: GVC1951.00.00/56. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/corresp4/98> Acesso em: 31/07/2023.

Notas Políticas. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 26 abr. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/50404 Acesso em: 13/03/2024.

Notícia de 400 anos atrás como se fossem de ontem! In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24, out. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1324> Acesso em: 08/12/2023.

Notícias do Exército. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 18 fev. 1943. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/13292 Acesso em: 03/10/2023.

Nova definição de Etelvino hoje no Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 maio 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/21390 Acesso em: 02/08/2023.

Nova reunião pública do Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 22 maio 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/28069 Acesso em: 03/10/2023.

O “segredo” de Maquis: esta é a explicação. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 51, ago. 57. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1143> Acesso em: 09/12/2023.

O congelamento de preços é a nova forma de impressionar inglês e iludir burguês. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 44-46, 06 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3454> Acesso em: 10/02/2023.

O Arcozelo Palace Hotel S.A. Centro de Convergência de Turismo. In: *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 jun. 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/112518_01/33489 Acesso em: 27/07/2023.

O Brasil em Jornal estará nas bancas dentro de alguns dias. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 34-35, out. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1383> Acesso em: 08/12/2023.

O Clube da Lanterna e a legalidade vigente. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 28 fev. de 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26476 Acesso em: 02/08/2023.

O Clube da Lanterna vai debater a corrupção e a fraude eleitorais. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 25 maio 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/21664 Acesso em: 02/08/2023.

O drama do “Xexelento” é o retrato do Brasil de JK. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32-34. Out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/222> Acesso em: 10/02/2023.

O que vai ser o *Maquis* semanal. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 6, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1928> Acesso em: 28/03/2022.

Oficiais procuram a Câmara para apoiar o processo contra Lacerda. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 1 e 12, 12 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/39708 Acesso em: 18/01/2023.

Oportunidade para elementos ativos. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 17 jan. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/32858 Acesso em: 25/07/2023.

Oposição exige esclarecimento de Lott. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 29, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1903> Acesso em: 18/01/2023.

Os artigos de Rafael e Henrique Pongetti. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 46, ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/46> Acesso em: 27/11/2023.

Outro lugar onde os homens de Krushev estão ocupados. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 36-38, 25 set. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5204> Acesso em: 22/11/2023.

Os expedicionários que desfilarão hoje na cidade. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 6, 18 ago. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/24097 Acesso em: 28 maio 2023.

Os udenistas da “pacificação”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 10, dez. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1551> Acesso em: 24/11/2023.

O que vai ser o MAQUIS semanal. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4-6, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/116521/1926> Acesso em: 12/05/2021.

Para evitar explorações. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 27, 31 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9173> Acesso em: 12/05/2021.

Paraquedismo, fábrica de heróis. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 16-17 mar. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/33916 Acesso em: 25/07/2023.

Paulo Duarte sai da UDN. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 27 jul. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/12329 Acesso em: 31/07/2023.

PEDROSA, Mário. Farsa despistatória. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 41, set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/183> Acesso em: 13/03/2024.

Pela liberdade da imprensa e do rádio. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 12, 2 out. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/13086 Acesso em: 02/08/2023.

Pelas escolas. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 7, 05 jul. 1941. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_13/7565 Acesso em: 25/07/2023.

Passo inicial para a prorrogação do mandato de Kubitschek. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 6-9, maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1976> Acesso em: 12/02/2022.

PCB mais perigoso que antes do 3 de outubro. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 44-46, 15 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3310> Acesso em: 03/02/2023.

PENNA BOTTO, Carlos. A infiltração comunista nas Forças Armadas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-22, ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/21> Acesso em: 13/01/2023.

Perfil do Ministro da Guerra feito por dois generais. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 22-23 e 47, 19 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2472> Acesso em: 19/01/2023.

Perguntas indiscretas receberam respostas prontas. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 27, 17 set 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7197> Acesso em: 08/12/2023.

PIETSCH JÚNIOR, Luís. Cata-vento. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 11, 02 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6261> Acesso em: 03/03/2023.

Pio XII, o Papa da paz, tudo fez para evitar a vitória dos comunistas na Itália – e evitou. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 10-11, 11 out. de 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3032> Acesso em: 12/05/2022.

PORTO, Sérgio. Desfile. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 10 set. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/17255 Acesso em: 25/07/2023.

Povo entra na luta pela liberdade para o rádio. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 8-9, jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1642> Acesso em: 10/03/2023.

Prezado leitor. In: *Tribuna da Imprensa*, p. 1, 13-14 mar. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/14883 Acesso em: 21/01/2022.

Prezado leitor. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 17 abr. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/961 Acesso em: 28 maio 2023.

Prestes desmoralizado pelo próprio Prestes. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 32-33, 18 out. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3102> Acesso em: 03/02/2023.

Primeiro relatório das atividades da Editora Reforma S.A. – 1956. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 40-41, mar. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/662> Acesso em: 09/12/2023.

Principal problema do Brasil é a elevação do nível humano. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 8-12, 31 jan. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3802> Acesso em: 08/11/2023.

Processo que prova a aliança PTB-PCB poderá acabar com a imprensa comunista. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 30-33, 19 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2480> Acesso em: 12/05/2022.

Protestos, falências e concordatas aumentam. Exportações (que produzem divisas) diminuem. Importações (que consomem divisas) aumentam. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 14-15, 17 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2032> Acesso em: 10/02/2023.

Publicações. In: *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 6, 18 jul. 1934. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_06/4673 Acesso em: 09/08/2023.

Quando 184 bilhões na realidade não passam de 73,6 bilhões. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 26-29, 20 ago. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/7036> Acesso em: 10/02/2023.

Quem faz Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 35, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1125> Acesso em: 28 mar. 2022.

Reforma cambial. Princípio do fim da “nova classe” criada por JK. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 25 mar. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8230> Acesso em: 07/06/2023.

Registro de diplomas. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 8, 13 set. 1951, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_03/11900 Acesso em: 25/07/2023.

Regresso de Carlos Lacerda. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 12 out. de 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/13185 Acesso em: 02/08/2023.

Relação de sócios. In: *A Ordem*, Rio de Janeiro, pp. 77 e 81, 4. out. 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/367729/24988> Acesso em: 03/08/2023.

Relações com a URSS: governo espera pensando Rússia ganha terreno. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 18-22, fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2858> Acesso em: 13/01/2023.

Respeito à sociedade. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 06, 12 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/75021 Acesso em: 28/03/2022.

Representante patronal deu Cr\$ 8 mil empregados não quiseram. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3555> Acesso em: 10/02/2023.

Retorno de Prestes apavora os Altos Escalões. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 16-18 e 46, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1938> Acesso em: 12/02/2022.

Ruína para as classes sociais e mais riqueza para os tubarões. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28-31, 15 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/3294> Acesso em: 10/02/2023.

S.A. Editora Tribuna da Imprensa. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 11 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/34393 Acesso em: 18/01/2023.

SCASSA, José Maria. Sua Excia., o esporte. In: *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, p. 6, 22 abr. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/112518_02/12961 Acesso em: 25/07/2023.

Salário-móvel acabará com as greves e trará a desejada paz social. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 20 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3526> Acesso em: 10/02/2023.

Salário-móvel deve ou não ser adotado no Brasil? In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14-17, 06 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3424> Acesso em: 10/02/2023.

Secretário de Jango responde a processo. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14-16, 11 nov. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9552> Acesso em: 13 out. 2023.

Segredos da economia do Brasil e seus reflexos no custo de vida. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 8-12, 11 jul. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/4736> Acesso em: 10/02/2023.

Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1> Acesso em: 12/05/2021. P. 01.

Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2 e 7, 06 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4529> Acesso em: 10/03/2023.

Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2 e 7, 06 jun. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4529> Acesso em: 10/03/2023.

Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 29 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8413> Acesso em: 24/01/2023.

Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, set. 56. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/145> Acesso em: 09/12/2023.

Sem título. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 4-5, fev. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1686> Acesso em: 02/08/2023.

Sem título. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 12, 02 jan. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/3534 Acesso em: 25/07/2023.

Sem título. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 16, 17 nov. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/18401 Acesso em: 25/07/2023.

Sem título. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 9, 19 ago. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/12579 Acesso em: 06/12/2023.

Sementeira de Ódios. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 12 abr. 1957.

Será lançado hoje o Hino da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 29 set. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/17584 Acesso em: 02/08/2023.

Sérgio denuncia a pressão externa para engavetar a lei de remessa de lucros. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 4, 24 set. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/79166> Acesso em: 06 jul. 2023.

SERGITEX - Comércio e Indústria de Tecidos S.A. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 19, 23 abr. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_14/31219 Acesso em: 03/08/2023.

Sítio - Oportunidade. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 15, 4 nov. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/15237 Acesso em: 03/08/2023.

Sociedade Anônima Editora Tribuna da Imprensa. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 12, 22 nov. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/31809 Acesso em: 31/07/2023.

Só escala móvel de salários pode atender legítimos anseios e aspirações do trabalhador. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 44-46, 13 dez. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3502> Acesso em: 10/02/2023.

Tatu deixou a toca. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 11, 05 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2042> Acesso em: 10/02/2023.

TEIXEIRA, Carlos Alberto. Armados com habeas corpus lavradores vencerão os tanques. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 29-33, 01 nov. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3196> Acesso em: 13/01/2023.

Transporte de Aeroporto Meteoro S.A. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 12, 22 ago. 1947. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_13/36800 Acesso em: 27/07/2023.

Um tenente-coronel da Guarda Nacional. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 39, 28 out. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9489> Acesso em: 05/12/2023.

Um velho “Studbaker”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, set. 56. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/144> Acesso em: 09/12/2023.

Uma carta do deputado Mário Guimarães. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 28 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/2309> Acesso em: 01/02/2023.

Uma ideia vitoriosa! In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, pp. 5-6, 4 jul. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_07/39376 Acesso em: 07/08/2023.

Vai sair a Tribuna da Imprensa. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 5, 10 nov. 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/48765 Acesso em: 22/07/2023.

Várias Notícias. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 4, 13 abr. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_14/43035 Acesso em: 28/03/2022.

Vem aí “O Repórter na História”. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20-21, 15 ago. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4948> Acesso em: 12/05/2021.

Venceu em Iuna candidato da oposição. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 11 jun. 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/5133 Acesso em: 27/07/2023.

Vida Militar. In: *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 17 jun. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/16082> Acesso em: 25/07/2023.

Vida Militar. In: *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 25 out. 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/55408> Acesso em: 03/08/2023.

Vitória do “Diário de Notícias”. Vitória da Imprensa Brasileira. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, pp. 34-35, 06 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5964> Acesso em: 22/11/2023.

Você sabe o que é Maquis? In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 5, 15 abr. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/49452 Acesso em: 23/07/2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Afonso de. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. *Alceu*, v. 10, n. 20, jan.-jun., pp. 100-115, 2010.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. Aconteceu num carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. *Eco-Pós*, v. 11, n. 2, ago.-dez., pp. 95-116, 2008.
- AMORIM, Rose Mary Guerra. O governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados. 131 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. *Ecológicas manhãs de sábado: o espetáculo da natureza na televisão brasileira*. 275 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: UNICAMP, 1998.
- ANTÔNIO, Mariana Dias. CHAVES, Renan Ramos. Lacerdismo. Uma breve exploração do conceito. *Revista História em Reflexão*, vol. 15, n. 30, pp. 134-151, jul.-dez. 2021.
- ARAÚJO, Paulo Roberto Pinto de. DUARTE, Leia Menezes (org.). *A contradita. Polícia Política e comunismo no Brasil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares de. “A voz do dono” – Tribuna da Imprensa: análise da ideologia de um discurso de oposição (1953-1955). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n° 13, p. 63-76, set.-fev. 1987.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica. As técnicas do jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica. História da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos da pesquisa. *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v. 41, n° 02, p.21-36, mai./ago. 2018.
- BARBOSA, Marialva. ENNE, Ana. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. *Revista Eco-Pós*, v. 8, n. 2, ago.-dez., pp. 67-87, 2005.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Marialva. Senhores da Memória. *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v. XVIII, n. 2, p. 84-101, jul.-dez. 1995.
- BARBOSA, Marialva. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Combates” por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. *XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba, 04-07 set. 2009.
- BARROS, José D’Assunção. A escrita da História. *II Encontro Vivências, Reflexões e Pesquisas*. Universidade Estadual da Bahia (UNEB), 2010.
- BARROS, José D’Assunção. *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- BARROS, José D’Assunção. *Fontes Históricas. Introdução aos seus usos historiográficos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

- BARROS, José D'Assunção. História Comparada. Um novo modo de ver e fazer a História. *Revista de História Comparada*, v. 1, n. 1, jun. 2007.
- BARROS, José D'Assunção. *A construção da teoria nas Ciências Humanas*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- BELLAMY, Richard. Liberalismo e Sociedade Moderna. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Trad. Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *Governo Kubistchek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.
- BETHENCOURT, Francisco. *Racismos. Das Cruzadas ao Século XX*. Trad. Luís Oliveira Santos e João Quina. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. BOIANOVSKY, Mauro. COUTINHO, Maurício (ed.). *A History of Brazilian Economic Thought*. Londres: Routledge, 2023.
- BIROLI, Flávia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n° 47, p. 213-240, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1995.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BOISARD, Stéphane. Pensando as direitas na América Latina: objeto científico, sujeitos e temporalidades? *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 30, n° 52, p. 85-100, jan.-abr. 2014.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. 2° ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BOSCO, Thiago Martins de Moura. *Um estudo sobre a trajetória teórico-política de Mário Pedrosa (1927-1966): o intelectual e as opções da revolução brasileira*. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2021.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRANDI, Paulo. Aliomar Baleeiro. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

BULHÕES, Tatiana da Silva. *Integralismo em foco: imagens e propaganda política*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CAPUTO, Ana Cláudia. MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 39, n. 3, pp. 513-538, jul.-set. 2009.

CARDOSO, Ana. Oficina do Mito: o ISEB nos anos JK. *XII Encontro Regional de História (ANPUH-RJ)*, Rio de Janeiro, 2006.

CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010. 251 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2010.

CARNEIRO, Alan. Luís Carlos Prestes. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

CARR, Edward. *O que é História?* Trad. Lúcia Alvarenga. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006

CHALOUB, Jorge. Dois liberalismos na União Democrática Nacional: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito. *Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, nº 6, p. 294-311, 2013.

CHALOUB, Jorge. O Brasil dos bacharéis: um discurso liberal udenista. *Lua Nova*, São Paulo, nº 107, p. 263-304, 2019.

CHALOUB, Jorge. O liberalismo de Carlos Lacerda. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 61, nº 04, p. 385-428, 2018.

CHALOUB, Jorge. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. 311 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

CODATO, Adriano. OLIVEIRA, Marcus. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 271-302, 2004.

CODATO, Adriano. HEINZ, Flávio. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: PERISSINOTO, Renato. CODATO, Adriano (org.). *Como estudar as elites*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 201-228, 2003.

COUTINHO, Amélia. Gustavo Barroso. In: ABREU, Alzira Alves de (et al). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-dodt-barroso> Acesso em: 05/12/2023.

CHOMSKY, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Martins Fortes, 2013.

CRUZ, Heloísa. PEIXOTO, Maria. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Revista Projeto História*. São Paulo, n° 35, p. 253-270, 2007.

CRUZ, Sebastião Velasco e. KAYSEL, André. CODAS, Gustavo (org.). *Direitas volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

DARNTON, Robert. *O beijo do Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELGADO, Márcio de Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). *Locus*, v. 12, n. 2, pp. 137-153, 2006.

DELGADO, Márcio Paiva. *O golpismo democrático. Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade*. 161 f. Dissertação (Mestrado em História). (Dissertação de Mestrado). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986.

DULLES, John. Carlos Lacerda. *A vida de um lutador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

DULLES, John. Carlos Lacerda. *A vida de um lutador (1960-1977)*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

DURÁN, Francisco Javier Ruíz. El Congreso por La Libertad Cultural, visto desde las dinámicas de la Guerra Fría. *Memoria y Sociedad*. Bogotá, v. 18, n. 36, pp. 134-148.

EATON, Kent. New strategies of the Latin American Right. In: LUNA, Juan Pablo. KALTWASSER, Cristóbal Rovira. *The resilience of the Latin American Right*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

FERRARI, Marcela. Prosopografía y historia política. Algunas aproximaciones. *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan.-jun., p. 529-550, 2010.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília (org.) *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão. ZENHA, Celeste (org.). *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERREIRA, Rodrigo. *A imprensa como "arma de guerra": a trajetória da revista Maquis (1956-1962)*. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Florianópolis, 2015.

FERRO, Marc. *O ressentimento na História*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2009.

FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2022.

FREIRE, Américo. SARMENTO, Carlos Eduardo. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 295-322, 1999.

FURET, François. O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX. Trad. Roberto Ferreira. São Paulo: Siciliano, 1995.

GAIO, André Moysés. Afinidades eletivas entre a União Democrática Nacional (UDN) e as Forças Armadas Brasileiras. *Diálogos*, Maringá, v. 6, p. 31-40, 2002.

GIDDENS, Anthony. *Conceitos essenciais da Sociologia*. Trad. Cláudia Freire. São Paulo: UNESP, 2017.

GOLDSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais. *Revista Brasileira de História*, v. 1, n. 2, p. 259-283, set. 1981.

GOMES, Ângela (org.). *Vargas e a crise dos anos 1950*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 2002.

HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Contexto, 2007.

KELLER, Vilma. Eugênio Gudin. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

KORNIS, Mônica. Centro Dom Vital. In: ABREU, Alzira Alves de (et al). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-dom-vital> Acesso em: 23/08/2023.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LAMARÃO, Sérgio. Clube da Lanterna. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-da-lanterna> Acesso em: 23/08/2023.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer. O corvo e o bessarabiano*. São Paulo: SENAC, 1998.

LEMONS, Renato. Fidélis dos Santos Amaral Netto. In: ABREU, Alzira Alves de (et al). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fidelis-dos-santos-amaral-neto> Acesso em: 05/12/2023.

LOUREIRO, Felipe Pereira. A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964). *Revista Brasileira de História*, vol. 36, n° 71, p. 155-177, 2016.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)*. 644 f. 2012. Tese (Doutorado em Ciências). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

LUCA, Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. 2° ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MENDES, Maria Manuela. Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades. *Vivência 39 – Revista de Antropologia*, Rio Grande do Norte, n. 39, p. 101-123, 2012.

MENDES, Ricardo Antônio de Souza. *Visões das direitas no Brasil (1961-1965)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2020.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. A criação da Tribuna da Imprensa e a defesa dos interesses conservadores no Brasil. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n° 1, pp. 5-21, set. 2004.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda (1930-1968)*. São Paulo: Códex, 2002.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. Imprensa e Política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da Última Hora. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 31, 2008.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo. Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: GOMES, Ângela Maria de Castro et al. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 9° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MONTALVÃO, Sérgio. Liberdade de ensino versus totalitarismo: a semântica política dos substitutivos de Carlos Lacerda durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases (1958-1959). *Revista de História*, São Paulo, n° 169, pp. 293-322, jul./dez. 2013.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? *Pensamento Plural*, Pelotas, n. 14, p. 11-21, jan.-jun. 2014.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. Ensaio sobre o espanto. In: GONÇALVES, Daniele Gallindo (et al). *Engajamento em foco: língua, discursos históricos e representações*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. *História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2021.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. Imagens e estereótipos de judeus na imprensa do Rio de Janeiro entre a Revolução de 1930 e o fim do Estado Novo: o caso do Correio da Manhã. In: SENKMAN,

Leonardo. MILGRAM, Avraham. *Cultura, ideología y fascismo*. Espanha: Iberoamericana Vervuert, 2020.

MOTTA, Marly Silva da. Frente e verso da política carioca: o lacerdismo e o chaguismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 351-376, 1999.

MOTTA, Marly Silva da. FREIRE, Américo. SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 315 f. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

MUNIZ SODRÉ. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NEVES, Lúcia. MOREL, Marcos. FERREIRA, Tânia (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006.

OAKESHOTT, Michael. *Conservadorismo*. Trad. André Bezamat. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2016.

OAKESHOTT, Michel. *A política da fé e a política do ceticismo*. Trad. Daniel Lena Marchiori Neto. São Paulo: Realizações, 2018.

PEREIRA, Caio César Cuozzo. A esperança e a ameaça: a Revolução Cubana nos artigos e nas reportagens de Stefan Baciú (1958-1960). *Intellèctus*, v. 22, n. 2, 2023, p. 165-184, jul.-dez. 2023.

PICALUGA, Izabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes, 1980.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

QUELER, Jefferson José. A conspiração dos trustes ameaça o desenvolvimento: política e imaginário nas páginas do jornal Última Hora durante o governo Kubitschek (1955-1960). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 269-290, jul. 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade. Como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 24, 2001, Campo Grande. Anais. Campo Grande: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Universidade Católica Dom Bosco e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 31, p. 147-160, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa no Brasil. *Intercom*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 275-288, jul.-dez. 2015.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964*. 1998. 365 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 1998.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico*. História da ideia de mercado. Trad. Antônio Rocha. São Paulo: EDUSC, 2002.

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Vol. 10. 9° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SALES, Jean (et al.). *Revolução Cubana: ecos, dilemas e embates na América Latina*. Aracajú: Editora IFS, 2019.

SCHWARCZ, Lília. STARLING, Heloísa. *Brasil: uma biografia*. 2° ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

SILVA, Vicente Gil. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): contexto histórico de surgimento e trajetória de Ivan Hasslocher. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 31, 2021, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Veiga de Almeida, 2021.

SINGER, Peter. *Marx: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4° ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUTHERN POVERTY LAW CENTER. *Ku Klux Klan. A history of racism and violence*. 6° Edição. Montgomery: The Southern Poverty Law Center, 2011.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TOKARSKI, Flávia Millena Biroli. *Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950*. 303 f. Tese (Doutorado em História). São Paulo: UNICAMP, 2003.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

VAZ, Ana Lúcia. Gatekeepers x Censores: a luta pelo controle da informação jornalística na transição política brasileira. *Anais do XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio*, Rio de Janeiro, 2018.

VAZ, Ana. *A luta pelo controle da informação nas redações cariocas (1975-1981)*. 271 f. Tese (Doutorado em História) Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

Verbete Mário Pedrosa. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

VOGT, Annette. Emma S. and Wladimir S. Woytinsky: an unusual couple in Statistics. In: KAUFHOLZ-SOLDAT, Eva. OSWALD, Nicola (ed.). *Against All Odds. Women in the History of Philosophy and Sciences*. Vol. 6. Springer: Cham., 2020.

ANEXO I

Relação de Nomes Publicados nos Expedientes da Revista *Maquis* (1956-62)

Fidélis dos Santos Amaral Netto
Milton Torres Barcelos e Silva
Lincoln de Souza Machado
Francisco Pedro Araújo Neto
José Milton Brito
Jorge Moura
Luiz Pietsch Júnior
Iacy Fernando Rodrigues
Waldir Figueiredo
Gabriel Chaves de Melo
Carlos Alberto Teixeira
Alberto Deodato
Aliomar Baleeiro
Henrique Pongetti
João Agripino
João Duarte Filho
Mário Pedrosa
Paulo Duarte
Pedro Dantas
Rafael Correia de Oliveira
Adão Lisboa Cayrú
Gladstone Chaves de Melo
Lorde Keines da Silva
Ermínio Macedo
Saldanha Marinho
Joaquim Pinto Júnior
Caio Pinheiro
Calazans Fernandes
Carlos Lemos
Flávia da Silveira Lobo
Hermano Nobre Alves
João D'Ávila
José Machado
Luiz Fernando Mercadante
Luiz Lobo
Mário Franqueira
Murilo Melo Filho
Newton Carlos
Policarpo Quaresma
Rodrigo Torres
Rossé Cavaca
Santana Júnior
Stefan Baciú
Francisco Bandeira Filho
René Amaral
Ayrton Gomes

Carlos Pinto
Eduardo Assunção
Jorge Brandão
Francisco José Alves
Regina Brandão
Carlos Ferreira da Silva
Roberto Murilo
Vicente Santana
Tito Sauret Cavalcanti
Edison Lobão
João Augusto Mariú
José Assumpção
Manoel Pereira da Silva
Pery Araújo Cotta
Sônia Seganfredo
Fernando Couto
Neil Hamilton
Adail José de Paula
Borjalo
Hermano
Hilde Weber
Marius
Luís Carlos
Theo
Orlando Caramuru
José Carlos Avellar
Vitor Cardoso da Silva
Antônio Chaves de Melo
José Carlos da Silva
Silvio Calazans
Fernando Bueno
Ronaldo Theobaldo
José Maria Philot
Antônio Teixeira

ANEXO II

Relação de Anunciantes (Publicidade) na Revista *Maquis* (1958-62)

Cruzeiro do Sul
Varig
Revista Mundo Ilustrado
Ivo de Andrade
Aliomar Baleeiro
Móveis Cimo
Adauto Lúcio Cardoso
Dr. Aryde Costa Pacca
Panair do Brasil
Gráfica Carioca
Gráfica Ultramar
Casa Perdigão – Serviços Fotográficos
Fábrica de Artefatos e Móveis de Aço
Miguel Barbetta
Hélios S.A. – Indústria e Comércio
Ventiladores Tufão
Ronaldo Monteiro
Oscar Dias Correia
Papellaria A Caneta Carioca
Oil LTDA
Luciano Amaral – Advocacia
Livraria Sauret
Cia. Nacional de Cimentos Portland
Edições Anhembí
Tecnofone LTDA
Bilac Pinto
Olivetti Industrial S.A.
Palheta Cafés S.A.
José Olympio Editora
Cia. de Papeis F. Johnsson
Rio Negro Paraná
Aureo Correia Lima – Advocacia
Dr. H. Lee Swain – Advocacia
Organização Construtora e Incorporadora Andraus
Real Aerovias Nacional
J. M. Rego & Cia. LTDA – Importações e Exportações
Lojas Cacique
Gráfica Industrial e Comercial LTDA
Centro Norte-Americano de Inglês
Persianas Columbia S.A.
Porphirio Fraga Brandão
Euro Arantes
Dr. Milton de Almeida
Revista Mundo Ilustrado
Banco Nacional de Minas Gerais
Wings Transportes LTDA

Grupos Shell e Esso
NAB – Cia. Aérea
Dr. Hermínio M. Macedo
Banco da América S.A.
Cia. Auxiliar de Viação e Obras
Lojas Rei da Voz
Nicyrge – Festas e Recepções
Pino Bastos importadores
R. Simon & Cia. LTDA
Laphaol Neves Lisboa
Agfa Optima – Câmera Fotográfica
Mercedes-Benz
Centro de Abastecimento São Sebastião
Kibon
Edições Financeiras S.A.
Lojas Cássio Muniz
Atlas
Panauto S.A.
Casas Olga
Belacap S.A.
Cigarros Souza Cruz
Porcelanas Rio Branco
Sapataria Bristol
Light
Estrada de Ferro Central do Brasil
Lojas A Exposição
Tecidos Maracanã
Banco Lowndes S.A.
Torre de Belém
Calçados e Bolsas Nery
Guardanapos Grande Hotel
L. Cardoso Jr.
Expresso Mauá
Eletrotécnica Cardoso S.A.
Sociedade de Terraplanagem
Lojas Ducal
Pfizer
Café Globo
Facit S.A.
Sabão de Coco Vicente
Macife S.A.
Casas de Discos
F. Cardoso Guedes Filho
Estaleiros S.A.
Cervejaria Brahma
Têxtil Magalhães
Remington Rand
Casas Garson
Cia. Brasileira de Lonas LTDA
Fundição Áurea

Carrocerias Pilares
Benfica Pneus
Exposição Automotiva do MAM
Sociedade Amigos da Lagoa
Casa Victória
Montépíio dos Funcionários da Guanabara
Renda Mercantil
Minerasil
Bar e Restaurante Galeão
Livraria Francisco
Paulino Rodrigues
Fórum Roberto Simonsen
Rede Ferroviária Federal
Banco Econômico da Bahia
Auxiliadora Predial
Colchão Tropical
Casimira Aurora
Dextrosol
Cia. Eletroquímica Fluminense
L. Quattroni S.A.
Ajax Seguros
Vulcan S.A.
Gávea S.A.
Fiat Lux
Loide Brasileiro
Ultragás
D. Magalhães Cia.
Sonrisal
Brilhantina Gessy
Melhoral
Meira S.A.
Joalherias Ouro Fino
Rheem Metalúrgica
Torga Máquinas
Eterna Matic
Banco do Estado da Guanabara
J. A. de S. Mascarenhas
Aerolineas Argentinas
Cervejas Caracú
Fábrica de Cerveja Oriente e Internacional
Guan Auto
Oficinas Sant'Anna
Tonelux
Supermercado Disco
Banco da Lavoura de Minas Gerais
Sociedade Importadora de Máquinas e Tratores
Cia. Cervejaria Princesa S.A.
Dr. Mário Marques Tourinho
Dianda, Lopez e Cia. LTDA
Cia. Nacional de Tecidos Finos

Produtos Alimentícios Barbosa LTDA
Restaurante Parque Recreio
Melman Osório S.A.
DNB-Pollar
Carvalho, Hosken e Cia. LTDA

ANEXO III

Clube da Lanterna (DF): Relação de Membros e de Profissões (ou Trabalho)
Memorando nº 50 – Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), 07 ago. 1956

(ilegível) de Souza – Agente Administrativo(a)
(ilegível) D'Ávila Franca – Tenente-Coronel
(ilegível) de Menezes – Funcionário Municipal
(ilegível) Ferreira Mendonça – Funcionário Público
(ilegível) Luiza da Rocha Leal – Funcionária Pública
Alfredo Olympio de Oliveira – Funcionário e Fazendeiro
(ilegível) Pires – Cônsul Geral do Brasil
(ilegível) Ramos Caiado – Acadêmico de Medicina
(ilegível) Pereira Braga – Funcionário Público
(ilegível) Maria Gomes – Engenheiro Civil/Funcionário Público
Carlos de Oliveira Freire – Engenheiro Municipal
Pedro José Afonso – Funcionário Legislativo
Aristóteles Sant'Anna Mattos – Funcionário Público
(ilegível) Machado – Funcionário Público
Sônia Bezerra Machado – Funcionária Pública
Godivo de Almeida Guimarães – Funcionário Federal
(ilegível) de Souza Pereira – Engenheiro(a) Civil
Sálvio Romeiro – Guarda
Brum da Silveira – Funcionário Público
Antônio dos Santos – Militar Reformado
Nilgforts de Mattos – Funcionário Público
Paulo Maranhão Ayres – Major (Exército)
José de Carvalho – Capitão (Aeronáutica)
Octávio Haley Castro Solerno – Funcionário Público
César Guilherme Pinto – Militar
Pedro Costa – Militar
Lourival Montenegro – Funcionário e Jornalista
Francisco de Assis Rion Falcão – Major (Exército)
Berenice Ferraz Graça – Funcionária Pública
João Bernardo Lopes – Guarda-Livros
Clarice Portela – Funcionária
Paulo Peixoto Fortuna – Advogado/Funcionário Público
Manoel Soriano de Oliveira – Funcionário Público
Luiz Herdy Garchet – Gráfico
Areno Pires – Serviços Públicos
(ilegível) Rumann Soares – Bancário
Jorge Vital César Cantinhos – Militar
Ayrton José Lacombe – Serventuário da Justiça
Cecílio Vianna – E. Público
Euclides Gomes da Silva – Funcionário Público
Antônio de Castro Filho – Radiotelegrafista
Alfredo Soares Cruz – Funcionário Público
Liceta Sampaio do Nascimento – Funcionária
Maria de Belém Rezende de Mattos – Taquígrafa
Delile M. V. A. Coutinho – Funcionário(a) Público(a)
Josias de Castro Marques – Militar

Hygino Pradal – Telegrafista
Hildebrando Leal – Professor
Carlos Lacerda – Jornalista
Esmeralda de Almeida Monteiro – Funcionária
Benedito Augusto da Cruz – Eletricista
Sylvio Martins – Bancário
Hélio Duque Estrada – Bancário
José Antônio Jorge Monteiro – Jornalista
Izaias Maciel – Servidor Público
Antônia Evelyn Vieira – Trabalhando nos Correios
Jorge Luiz Ales de Araújo – Funcionário Público
Aristides Dário da Rosa – Coronel
Therezinha Nunes Zamboni – Funcionária Pública
Humberto Lopes Potyguara – Funcionário Público
Clotilde Pereira Veloso Vaz Pinto – Funcionária
Eduardo da Silva Freitas – Funcionário Público
Daniel Rodrigues de Carvalho – Militar
José Márcio Costa Marques Couto – Bancário
Moacyr de Freitas – Funcionário Público
Athayde Casemiro Bastos – Funcionário Público
Leopoldo Magalhães – Funcionário
Luiz Carlos de Brito – Estudante e Jornalista
Caio Wanderley Curio – Jornalista e Funcionário Municipal
Arthur Lemos Filho – Funcionário Público
Walter Fernandes – Funcionário Público
Oswaldo Gonçalves de Campos – Funcionário Municipal
Floriano H. Figueira – Servidor Público
Maria Luiza Figueira de Oliveira – Funcionária Municipal
Elza Peroba Claro – Funcionária Pública
José Lúcio Nascimento – Funcionário Público
Luiz Moreira de Saint-Brisson – Militar
H. Helena M. Wanderley – Funcionária Pública
Hélio Augusto de Souza – Aspirante (Marinha)
Geraldo Sotero da Silva – Funcionário Público
José Pedro de Almeida Júnior – Agente Administrativo
Antônio da Veiga Mattos – Bancário
Luiz Felipe Nery – Policial
Maria Margarida Burnier Salibi – Funcionária Pública
Geraldo Ramos de Souza – Funcionário Público
Francisco de Oliveira – Funcionário Municipal
Adhemar Pimenta – Funcionário Municipal
Honório Pacheco Marques – Jornalista
Elza Marques Corrêa – Doméstica
Leo D’Aluios Pimentel – Bancário
José Antônio de Faria Thomé da Silva – Industriário
Maria de Lourdes Araújo Goês – Funcionária Pública
Hibton Teixeira de Vasconcelos – Funcionário Público
Dr. João Alves Borges Júnior – Engenheiro Civil
Inocência de Saboia e Silva – Funcionária
Eduardo Eugênio Vieira de Gomensoro – Médico

César Pereira Girilio – Militar
 João Penido Sobrinho – Médico
 Armando Sócrates Schnoor – Cartógrafo/Professor/Escultor
 Fábio Faria Souto – Comerciante
 Manoel Piracicaba de Andrade Figueira – Funcionário Público
 Aymoré da Silva – Industrial
 Peter Frawkel – Diretor-Gerente
 Jorge Frias de Paula – Industrial
 Hans Lothar de La Rue – Marítimo
 Herman Kastrup – Comerciante
 Décio Magalhães de Souza – Trabalhando no Tribuna da Imprensa
 Luarlindo Pompilio da Hora – Médico
 Waldyr de Lucena Costa – Funcionário Público
 Archimedes de Carvalho – Oficial Administrativo
 Hilário Gurjão Carneiro de Campos – Médico
 Verlande Duarte Silveira – Engenheiro Agrônomo
 Fidélis Reginato – Advogado
 Iris Torres Franco – Funcionário(a) Público(a)
 Luiz Gonzaga de Lavor – Funcionário Público
 Jorge João Chaoloupe Sob – Advogado/Jornalista
 Emerita Matos – Professora
 Floriano Ribas Marianno – Engenheiro
 Antônio Luiz dos Santos Werneck – Funcionário Público
 Grover Moretzsolous - Funcionário Público
 Waldir Reeve – Jornalista/ Funcionário Público
 Gaspar Lacerda – Ferroviário
 Raul de Rezende Borges – Escriturário
 Lia de Azeredo Teixeira – Funcionária Pública
 Adalberto Dias da Encarnação – Portuário
 Maria Iliema de F. Pessoa – Funcionária Pública
 Diva de Menezes Jullien – Funcionária Pública
 Mário da Silva - Funcionário Público
 Afonso Pereira de Lacerda e Silva – Comerciante
 José Fenelon Pontes – Estudante/Funcionário Público
 Marcos Botelho - Funcionário Público
 Sosthenes Alves Leal – Funcionário Público
 Carlos Corrêa Rodrigues – Magistrado
 João Dias Maciel – Funcionário Público
 Rita Sylvia Nogueira – Funcionária Pública
 João Valentim da Motta – Laboratorista
 Amarílio Ramos – Militar Reformado
 Rubens Pinheiro de Souza – Funcionário Público
 Haroldo Alcouer de Moura – Militar
 Benjamin de Abreu Godinho – Trabalhando no Instituto dos Marítimos
 João Frick – Militar
 Leda Pessoa David – Funcionária Pública
 Paulo Lacerda Spínola – Trabalhando no Ministério da Marinha
 Pedro Dias Rosa – (profissão/trabalho não informada).
 Edgard Ribeiro da Silva – Militar
 João Mathias Maciel - Funcionário Público

(ilegível) Dias Loureiro - Funcionário Público
Oswaldo Vilarinho – Professor/Desenhista
José Eugênio Leite – trabalhando no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Armando de Brito – trabalhando em O Mundo Ilustrado.
Jadihel Loredó Júnior – Naturalista-Auxiliar
José Carlos Ferreira da Silva – Advogado
Álvaro Figueiredo – Comerciante
Maria Antonieta di Panigai – Teletipista
Mário Norton de Mattos – Mecânico
Mário Vieira Pinto – Radiotelegrafista
Paulo Monteiro – Teletipista
Delza Hopfner – Teletipista
Paulo Camargo de Freitas – Médico
Luiz Oswaldo Gomes da Rosa - Funcionário Público
José Augusto Seabra – Advogado
Francisco Xavier Cardoso – Advogado
Henrique de Oliveira Duprat – Bancário
José do Patrocínio de Magalhães Leite – Tenente-Coronel (Exército)
Luiz Flávio de Faro - Funcionário Público
Cantídio Guimarães – Militar/Aviador Comercial
Djalma Freitas - Funcionário Público
Ernani de Oliveira – Funcionário Federal
Fernando Wollman – Mecânico-Radiotelegrafista
Paulo Monteiro Mendes – Médico
Carlos Marcelino de Carvalho – Radiotelegrafista
Jair Dormund Martins – Radialista/Funcionário Municipal
Brenno Jatobá – Funcionário do Governo Americano
José de Vasconcelos Fernandes – Médico
Raul Brunini Filho – Radialista
Alfredo Rodrigues Teixeira Neto – Jornalista
Esperidião Esper Paulo – Jornalista
Álvaro Gonçalves Gomes Filho – Oficial da Marinha
José Eloy Souza Monteiro – Major do Exército
Adelino Ferreira de Moraes – Funcionário Público
Francisco José da Silva – Professor
Manuel Barbosa da Silva – Funcionário Público
Sylvia Olivieri Rodrigues da Costa – Funcionária Pública
Nelson Souto Jorge – Oficial do Exército
Fernando Silva Ojeda – Engenheiro Agrônomo
Nilo Luiz do Nascimento – Servidor Público
Waldemar Brígido Farias – Funcionário Público
Octacílio Menezes da Costa – Servidor Público
Nestor Speridião Bicca – Jornalista
Rubens Pinheiro Guimarães – Funcionário da Caixa Econômica
Felizardo Pinto da Silva – Radiotelegrafista
Carlos Castilho Cabral – Advogado
Nilo Sant’Anna Brauer – Médico Veterinário
Luzia Stamato – Teletipista
Roberto Gracie de Clerq – Jornalista
Jorge de Moraes Grey – Cirurgião

Marcílio Neves da Silva – O. de Máq. M. M.
Humberto Maia Lima – Oficial da Marinha
Aloysio Motta – Bancário
Fernando Augusto A. de Carvalho – Radialista
Alexon Corrêa da Silva – Militar Reformado
Helena Tavares – Contadora
José Hamilcar Congo Bastos – Estudante/Funcionário Público
Ibsen de Rossi – Advogado
Homero Graça – Médico
Délio Maury – Advogado
Maria Christina Carvalho de Pontes – Funcionária Pública
Maria Helena Silva da Gama e Abreu - Funcionária Pública Federal
Vital Imbassaby de Mello – Médico
Samuel Augusto de La Roque Mack Dovelli – Médico
Paulo Martins Tavares – Médico
Luiz Victor Duarte – Médico
Nelson Sebastião Vidal – Médico
Aurélio Osmar Cardoso de Oliveira – Médico
Affonso Mac Dowell Filho – Médico
Raul Cabral de Lacerda – Capitão de Fragata Reformado
Jacques de Medina – Engenheiro Civil
Armando (ilegível) – Rádio Técnico
Alceu João Batista – Bancário
José Paulo Loureiro de Sá – Comerciante
José Maria Penido – Oficial da Marinha
Maria do Carmo Casteliano de Lucena – Funcionária Pública
Sylvio Paes Moreira – Servidor Público
Jayme Gomes de Oliveira – Funcionário Municipal
Mozart Varela – Jornalista
Marly Cadaval – trabalhando (IAPETC)
Ivo Gonçalves Capella – Funcionário Público
Aracy Silveira de Sousa – Artista
Jovita Bastos de Souza Mello – Funcionário(a) Federal
Selma Maria Werneck dos Santos – Funcionária Pública
Iris Rocha Pires – Funcionário(a) Federal
Jandyra Rebouças Vieira – Funcionária Pública
Francisco Xavier Vieira da Costa - Funcionário Público
Zilma Lima Braga – Funcionária Pública
Léa Heitor Fontes – Funcionária Pública
Maria de Lourdes Guia – Funcionária Pública
Joaquim Maria Ferreira – Servidor Público
Maria Pereira Braga – Funcionária
Hélio Gomes de Carvalho – Servidor Público
Alice Mac Dowell Gonçalves – Funcionária Pública
Pedro Augusto Machado – Major do Exército
Marcos de Assis Moura Cezimbro – Estudante
José Maria de Queiroz – Capitão do Exército
Alice Kardec Pacheco – Funcionária Pública
Ricardo Arlindo Alves – Funcionário Público
Raymundo Fernandes da Silva – Funcionário Público

Fernando de Souza Azevedo – Funcionário Público
 Jefferson de Sá Earp – Funcionário Público
 Manoel Pito da Fonseca Almeida – Funcionário Público
 Wilson do Nascimento – Militar
 Vital Augusto de Almeida Filho - Funcionário Público
 Berenice de Siqueira Patrício – Funcionária Pública
 Waldir Lima Caldas – Oficial da Marinha
 Fernando Cozolino Moura Fontes – Militar
 Wanderley Santiago – Médico
 Manoel Bastos da Silva Moreira – Médico
 Olyntho Duarte de Magalhães – Médico
 Evandro Magalhães de Almeida – Militar – Oficial Médico
 Joaquim Tito Cordeiro – Militar
 Laudelino da Silva – Militar
 Atahualpa Ledo Nunes Belfort – Oficial da Marinha
 João Baptista de Medella e Silva – Engenheiro
 Raul Pires Xavier – Engenheiro Agrônomo
 Dalmo L. Silva – Advogado
 João Ávila de Mesquita – Oficial da Marinha Mercante
 Gabriel Carlos da Silveira Lobo – Bancário
 Augusto Casemiro de Carvalho – Funcionário Público
 Maria Paula de Azevedo Silva – trabalhando na Secretaria de Administração da Prefeitura
 Yolanda Picoreli – Funcionária Pública
 Hermes Alves da Silva – trabalhando na Secretaria da Prefeitura
 José de Carvalho – Funcionário Público
 Dário Maris de Avellar – Funcionário Público
 José Manoel Canelos Porto – Funcionário Público
 Altivo Bazin de Melo – Funcionário Público
 Armando de Oliveira Fernandes – Economista e Contador
 Orlando Santos Queiroz – Funcionário Público
 Wagner Montoro – Funcionário Público
 Pedro Pereira dos Santos – Fiscal do IAPI
 Paulo C. de Albuquerque – Funcionário Público
 Agenor Gonzaga – Ferroviário
 Arcílio Franco da Cruz – Jornalista
 Rafael Santonato – trabalhando (Comissão de Marinha Mercante)
 Edson Badenes – Funcionário Público
 Cryseide de Luna Freire – trabalhando na Caixa dos Ferroviários
 José Paulo Erse – Desquitado
 Maria Aparecida Rodrigues – Funcionária Pública
 Maria Isabel Frazão – Funcionária Pública
 Helena Regina Guaraná – Funcionária Pública
 Maria Theresa Guimarães Jobim – Funcionária Pública
 Zuleika Aguiar da Rocha – Funcionária Pública
 Roberto Verdussen – Técnico Industrial
 Sgarbi Vaz Poggi de Araújo – Engenheiro Têxtil/Desenhista Industrial
 Leonel Villar – Artista
 Juarez Nunes Veran – Militar/Médico
 Almir Santos Freitas – Radiotelegráfico
 Luiz Fortunato Bueno – Comerciante

Regina Maria Costard – Revisora
Paulo Geraldo Milliet – Engenheiro
Paulo Cleto Bezerra de Freitas – Jornalista
Ruy Matheus Ferreira – Inspetor (Light)
Eugênio S. de Macedo – Engenheiro
Dinorah Teixeira Lins – Funcionária
João Cândido de Araújo Oliveira – Professor
José Augusto Moreira Ribeiro – Bancário
Paulo de Almeida Flores – Funcionário Público
Adolpho Cheskys – Viajante